

**Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro**



**Olga Carolina Pontes Bon Velozo**

**Modas de vestir, modos de ser: tradição e  
modernidade no Rio de Janeiro (1808-1908)**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Comunicação Social da PUC-Rio como  
requisito parcial para obtenção do grau de Doutor  
em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha

Rio de Janeiro  
Abril de 2020



## **Olga Carolina Pontes Bon Velozo**

**Modas de vestir, modos de ser: tradição e modernidade no Rio de Janeiro (1808-1908)**

### **Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha**  
Orientador  
Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Tatiana Oliveira Siciliano**  
Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup>. Bruna Sant’Ana Aucar**  
Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof. Cesar Claudio Gordon Jr.**  
UFRJ

**Prof. William de Almeida Corbo**  
UFRJ

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Olga Carolina Pontes Bon Velozo**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense e também é formada no curso de Design de Moda e Coordenação de Estilo pelo SENAC. Membro do Laboratório de Antropologia do Consumo (PPGCOM/PUC-Rio - CNPq).

### Ficha Catalográfica

Velozo, Olga Carolina Pontes Bon

Modas de vestir, modos de ser : tradição e modernidade no Rio de Janeiro (1808-1908) / Velozo ; orientador: Everardo Pereira Guimarães Rocha. – 2020.

244 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Roupas. 3. Leis suntuárias. 4. Moda. 5. Modernidade. 6. Rio de Janeiro. I. Rocha, Everardo Pereira Guimarães. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

*Para meus pais e Lili.*

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Capes/CNPq, que financiaram o projeto através da bolsa de pesquisa de doutorado que me foi concedida.

Ao prof. Everardo Rocha, orientador querido, agradeço pela paciência, humor, amizade e carinho. Seus ensinamentos estão muito além dessas páginas. Estão na minha forma de olhar o mundo. Agradeço imensamente pelas trocas intelectuais que nos levaram a ideia central da tese. À sua esposa, Ana Paula, agradeço a igual generosidade com a qual sempre me tratou e me recebeu em sua casa.

Agradeço à Marise Lira por estar sempre tão presente e atuante na minha trajetória dentro da pós-graduação da PUC-Rio. Levarei seu carinho sempre comigo. Agradeço também a todos os funcionários, à coordenação e aos professores e professoras do Departamento de Comunicação que cruzaram o meu caminho, em especial ao professor José Carlos Rodrigues, à professora Claudia Pereira e à professora Tatiana Siciliano.

Estendo os agradecimentos aos colegas da pós-graduação e do L.A.C, especialmente à professora Bruna Aucar, ao professor William Corbo, à Lígia Lana e à Isabel Feix.

À banca, pela leitura atenta ao trabalho e pelas contribuições valiosas à pesquisa.

Às minhas amigas tão queridas, que a vida acadêmica me trouxe, Ana Paula Gonçalves, Beatriz Beraldo e Lívia Boeschstein. Obrigada do fundo do coração. As conversas, trocas, desabafos, afetos e bolos no meio da tarde foram essenciais para a conclusão dessa etapa.

Agradeço aos meus pais, Joanilza Bon e Luiz Felipe Bon. Me faltam palavras para descrever o amor e a gratidão que sinto por eles. O apoio incondicional desses dois me fazem mais forte. Sou grata por sempre darem suporte a todas as minhas escolhas.

## Resumo

Veloza, Olga Carolina Pontes Bon; Rocha, Everardo Pereira Guimarães. **Modas de vestir, modos de ser: tradição e modernidade no Rio de Janeiro (1808-1908)**. Rio de Janeiro, 2020. 244p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese examina como as mudanças ocorridas na sociedade ocidental moderna modificaram a relação entre as pessoas e o vestir, construindo as bases para o desenvolvimento de um fenômeno conhecido como moda. Nos períodos anteriores à modernidade, principalmente na Idade Média e no Antigo Regime, verificamos a existência das vestimentas como uma marcação social, prevalecendo a concepção holista de mundo. Nesses períodos, havia uma ordem hierárquica e estamental, sem mobilidade social, onde preponderavam as leis suntuárias, que objetivavam, dentre outras coisas, o controle ao vestuário. Dessa forma, a roupa significava uma condição, uma qualidade, um instrumento de regulação política, social e econômica, onde cada um ocupava seu lugar, usando as vestes próprias à sua posição. Na passagem para a modernidade e para a concepção individualista de mundo, pensamentos, conceitos e valores foram atravessados por novas perspectivas que foram construídas ao longo de muitos séculos, a partir de acontecimentos não só marcantes, mas estruturantes de um novo período, alterando drasticamente a relação da sociedade ocidental com a roupa. Portanto, parte-se da premissa de que a moda não é fruto de uma historiografia linear e evolucionista, mas sim de uma confluência de fatores que possibilitam seu desenvolvimento e funcionamento como a entendemos atualmente. Nesse sentido, a reflexão da tese é transportada para a particularidade do caso brasileiro, mais precisamente para a cidade do Rio de Janeiro, a partir da chegada da Corte portuguesa, em 1808, percebendo como a presença da Família Real instaurou bases e estruturas próprias de uma mentalidade hierárquica e estamental, aumentando tensões que marcaram o período, tendo a indumentária papel protagonista na batalha pelos signos sociais prestigiosos e seus modos de uso. Ao longo das décadas seguintes, os acontecimentos que ocorreram na cidade deixavam em evidência o desabrochar de características típicas da modernidade, que se desenvolvia a passos largos, deixando para trás o engessamento social através da indumentária estabelecido previamente com a Corte e consolidando o sistema da moda no Rio de Janeiro.

## Palavras-chave

Roupas; leis suntuárias; moda; modernidade; Rio de Janeiro.

## Abstract

Velozo, Olga Carolina Pontes Bon; Rocha, Everardo Pereira Guimarães. (Advisor) **The dressing fashions and ways of being: tradition and modernity in Rio de Janeiro (1808-1908)**. Rio de Janeiro, 2020. 244p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis examines how the changes that have occurred in modern Western society have changed the relationship between people and dress, building the basis for the development of a phenomenon known as fashion. In periods prior to modernity, especially in the Middle Ages and the Ancien Régime, we verified the existence of clothing as a social marking, prevailing the holistic conception of the world. In these periods, there was a hierarchical order, without social mobility, where the Sumptuary Laws prevailed, which aimed, among other things, control of clothing. Thus, clothing meant a condition, a quality, an instrument of political, social and economic regulation. Each person occupied a social place, wearing clothes according to his/her position. In the passage to modernity and to the individualistic conception of the world, thoughts, concepts and values were crossed by new perspectives that have been built over many centuries, from events not only remarkable, but structuring of a new period, drastically altering the relationship of Western society with clothing. Therefore, it starts from the premise that fashion is not the result of a linear and evolutionary historiography, but rather of a confluence of factors that enable its development and functioning as we currently understand it. In this sense, the reflection of the thesis is transported to the particularity of the Brazilian case, more precisely to the city of Rio de Janeiro, from the arrival of the Portuguese Court in 1808, realizing how the presence of the Royal Family established bases and structures own of a hierarchical mentality, increasing tensions that marked the period, where the clothes were the protagonist in the battle for prestigious social signs and their ways of use. Over the next decades, the events that occurred in the city highlighted the blossoming of characteristics typical of modernity, which developed in strides, leaving behind social plastering through clothing established previously with the Court and consolidating the fashion system in Rio de Janeiro.

## Keywords

Clothes; sumptuary laws; fashion; modernity; Rio de Janeiro.

## Sumário

Introdução .....	13
1. Moda como fenômeno social moderno .....	22
1.1. Alinhavando palavras: uma revisão bibliográfica .....	22
1.2. Costuras e escritas: a mudança pelas máquinas .....	44
2. Duas concepções de mundo, duas culturas indumentárias .....	69
2.1. Holismo, tradições e permanências: o vestir e as leis suntuárias ...	69
2.2. Individualismo, modernidade e ruptura: o sistema da moda .....	90
3. Paradoxos da monarquia tropical: tradições e rupturas .....	118
3.1. A chegada da Corte em 1808: roupas como marcadores sociais compulsórios .....	118
3.2. Ordens, leis, decretos e uniformes.....	149
4. As narrativas do vestir: da jurisdição para a mídia e o consumo.....	179
4.1. A chegada da República em 1889: roupas como marcadores sociais livres .....	179
4.2. Revistas, anúncios e ilustrações .....	197
5. Considerações finais .....	220
6. Referências bibliográficas .....	229



## Lista de figuras

Figura 1: escravos conhecidos como “Tigres” jogam dejetos domésticos na praia. ....	124
Figura 2: Forma de comércio de tecidos no Brasil Colônia. ....	126
Figura 3: Indumentária feminina aristocrática da Corte. ....	131
Figura 4: Coroação de D. Pedro I. Na imagem é possível ver a figura elevada e destacada do imperador e sua indumentária luxuosa e aristocrática. O posicionamento e as vestes das demais pessoas na pintura também dão pistas sobre nossa monarquia ritualística e hierarquizada. ....	141
Figura 5: Distinções dos uniformes de acordo com a função exercida. .	152
Figura 6: Exemplos da Ordem de Cristo. ....	158
Figura 7: Exemplo da Ordem de Cristo para colocação em manto. ....	159
Figura 8: Exemplos da Ordem de Santiago. ....	160
Figura 9: Exemplos da Ordem de Aviz. ....	161
Figura 10: Exemplo da Ordem Torre e Espada. ....	161
Figura 11: Exemplo da Ordem de Vila Viçosa. ....	162
Figura 12: Exemplo da Ordem do Cruzeiro. ....	162
Figura 13: Exemplos da Ordem de Pedro I. ....	163
Figura 14: Exemplos da Ordem da Rosa. ....	163
Figura 15: Pintura do Código Afonsino remetendo as embarcações das grandes navegações portuguesas. ....	164
Figura 16: Painel existente no topo da compilação das Ordenações Manuelinas. Nele, vemos figuras masculinas de guerreiros e religiosos. Ao fundo, há navios emoldurados e embandeirados. Também é possível notar colunas torcidas, marca da arquitetura do reinado de D. Manuel. ....	165
Figura 17: Exemplo de lei Manuelina que proibia homens de vestirem-se em trajes de mulher e vice-versa, bem como proibia o uso de máscaras. As punições variavam em multas, açoitamento público e degradação. ....	165
Figura 18: Pintura do Código Filipino, que traz a figura do rei Filipe I de Portugal ou Filipe II de Espanha em montaria a cavalo ...	166
Figura 19: Bordados e distintivos de D. João VI. ....	170
Figura 20: Evolução do traje masculino de Corte. ....	172

Figura 21: indumentária de oficiais maiores e menores. ....	173
Figura 22: 1º, 2º e 3º uniformes dos oficiais maiores e menores. ....	174
Figura 23: distintivo dos conselheiros de Estado. ....	175
Figura 24: 1º, 2º e 3º uniformes de médico. ....	176
Figura 25: galões e uniformes de criados e arqueiros.....	177
Figura 26: Avenida Central com luz elétrica em 1906. ....	180
Figura 27: Rua do Ouvidor <i>fin-de-siècle</i> .....	184
Figura 28: Multidão aglutinada no Paço Imperial para festejar a assinatura da Lei Áurea. Diferente de décadas anteriores, onde os uniformes e fardas diziam sobre seus portadores, a turba agora é uma massa única, com roupas mais sóbrias, tal qual já assistíamos na Europa há muitos anos. Vemos a adoção de paletós no lugar das casacas. ....	188
Figura 29: D. Pedro II retratado com seu jaquetão, mala na mão, a murça de papos de tucano saindo pela fresta, com a coroa e o cetro de lado.....	191
Figura 30: Cenário de demolição durante as Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, em 1906. ....	194
Figura 31: O desfile público na Avenida Central, em 1907. ....	195
Figura 32: A grandiosidade da Avenida Central, em 1906. ....	195
Figura 33: Senhoras com trajes para passeio diurno no campo. ....	202
Figura 34: Cavalheiros em trajes para passeio diurno na cidade.....	203
Figura 35: Jovem com traje para <i>matinée elegante</i> . ....	207
Figura 36: Jovens com trajes para <i>toilette para baile</i> . ....	207
Figura 37: Mãe e filha em trajes para <i>toilette para sarau</i> . ....	208
Figura 38: Jovens em trajes para toilettes caseiros ou para passeio diurno. ....	208
Figura 39: Vestidos e ornamentos em 1880. Bem diferentes daqueles usados pelas mulheres da Corte no início do século. ....	209
Figura 40: Capa da revista <i>O Malho</i> , de 1903.....	214
Figura 41: Seção “O Rio em Flagrante, nossos instantâneos”. ....	216

## Lista de tabelas

Tabela 1: Uma pequena história das leis suntuárias .....	74
--	----

*It is by appearances that civilization turns the basic contradiction of its construction into a miracle of existence: a cohesive society of perfect strangers.*

Marshall Sahlins, 1976.

## Introdução

O objetivo desta tese é examinar as mudanças ocorridas na relação entre sociedade e as formas de vestir, motivadas, principalmente, pelas transformações do pensamento ocidental moderno. Portanto, busca-se entender a longa, complexa e, por vezes, sobreposta, transição de uma forma específica de apropriação das roupas para o fenômeno social que conhecemos como moda, em sua concepção moderna, a partir de uma retomada histórica, que se acredita ser crucial para entendermos corretamente processos, capítulos e páginas escritas por nós mesmos, que resultaram em nosso tempo presente, sendo a história, o mecanismo através do qual uma sociedade revela a si mesma (Dumont, 1957). McCracken (2003) enfatizou, ainda, que o vestuário serve como agente dessa história, dando formas e ordens culturais a períodos distintos.

Por isso, serão analisadas as mudanças ocorridas na sociedade ocidental a partir de processos e eventos que culminaram no período conhecido como modernidade, transformando a relação entre pessoas e as práticas vestimentares, construindo as bases para o desenvolvimento da moda e seu sistema. Anteriormente, nas sociedades aristocráticas e não-industriais, as roupas eram usadas como marcações que diziam sobre posições sociais intransponíveis, inseridas em uma ordem hierárquica, onde preponderavam as leis suntuárias, que objetivavam, dentre outras coisas, o controle ao vestuário.

Durante a Idade Média e o Antigo Regime, a roupa significava uma condição, uma qualidade, um instrumento de regulação política, social e econômica. Na passagem para a modernidade, mentalidades, conceitos, visões de mundo e valores foram atravessados por novas perspectivas que estavam sendo construídas ao longo de muitos séculos, a partir de acontecimentos não só marcantes, mas estruturantes de um novo período, alterando drasticamente a relação da sociedade com a roupa. Um período onde a razão triunfava, mas a subjetividade passou a ser não só valorizada como requerida. A visão de mundo predominante passou a ser individualista e uma concepção de tempo inédita foi instaurada. Teses iluministas, Reforma Protestante, Renascimento, Revolução Americana, Revolução Francesa, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, capitalismo de mercado como sistema eco-

nômico hegemônico, sociedade democrática, intensa urbanização, desenvolvimento industrial e comercial, amplificação da alfabetização para diferentes camadas sociais, noção de gosto como catapulta da exteriorização de si e de valores íntimos, sistema de consumo, desenvolvimento técnico-científico, desenvolvimento e especialização da imprensa. Acontecimentos basilares que transformaram a sociedade ocidental e tornaram campo fértil para o nascimento do fenômeno social conhecido como moda. Parte-se da premissa que esse fenômeno não é fruto de uma história linear e evolucionista, mas sim de uma articulação de fatores que possibilitam seu desenvolvimento e funcionamento. Neste sentido, a reflexão da tese é transportada para o Brasil, mais precisamente para a cidade do Rio de Janeiro, a partir da chegada da Corte portuguesa, entendendo como a presença da Família Real e a consequente transformação do Rio de Janeiro em capital do Império português instaurou bases hierárquicas e estruturas próprias de uma mentalidade aristocrática. Ao longo das décadas seguintes, tal qual já havia acontecido em outras partes do mundo ocidental, os diversos acontecimentos que ocorreram na cidade fizeram desabrochar mais pontualmente características típicas da modernidade, consolidando, pouco a pouco, o sistema da moda em terras cariocas.

Destacou-se para a análise o período entre 1808 e 1908. Porém, cabe ressaltar que esse momento histórico eleito serve apenas para oferecer um norte de pesquisa, uma vez que o material analisado compreendeu algumas décadas anteriores e posteriores a esses 100 anos. O interesse maior do trabalho, que articula dimensões da história da cultura, história do cotidiano e história das mentalidades, é menos cercar o pensamento a partir de engessamentos temporais do que entender a transição entre dois mundos, o aristocrático e o moderno, a partir das roupas. Importante dizer, ainda, que o objetivo da tese não é realizar um estudo da indumentária na cidade do Rio de Janeiro, descrevendo em detalhes o que cada pessoa usava. Mas sim, apreender as questões sociais que residem no objeto estudado.

Enquanto nos dois primeiros capítulos será realizado um esforço teórico para entender as diferentes concepções de mundo que resultaram em diferentes formas de relação entre sujeitos e roupas, os dois últimos serão dedicados a compreender este mesmo processo no Rio de Janeiro, e como a cidade viu e viveu conflitos e paradoxos entre duas estruturas de pensamento propriamente ditas. A primeira

consiste em uma estrutura não moderna, materializada através da rigidez do Antigo Regime e seus papéis hierárquicos fundados em uma sociedade estamental, que produzia regimentos e proibições relativos à indumentária através das leis suntuárias. A segunda seria uma estrutura moderna, que produziu as engrenagens para o desenvolvimento do sistema da moda.

A cidade do Rio de Janeiro se apresentará como palco de tensão e transição da concepção holista de mundo para a concepção individualista de mundo, pontos tratados na primeira parte da tese. Enquanto o sistema político e social do Antigo Regime desembarcou na colônia junto com a Família Real, o que vimos, nas décadas seguintes, foi o florescimento de um vislumbre de novas lógicas próprias de uma sociedade liberal, que iria se impor mais evidentemente na segunda metade do século, culminando na República, em 1889. Durante essa transição, uniformes, fardas e insígnias reais eram regulados juridicamente, afirmando posições privilegiadas. A prática de mercês régias<sup>1</sup> foi, por algum tempo, o único meio de acesso a essas posições e cargos prestigiosos, permitindo o uso de indumentárias específicas. Os comerciantes das elites<sup>2</sup> fluminenses, principalmente os de grosso-trato, buscavam as mercês, desejando se aproximar da Corte e da aristocracia, adotando seus modos e suas vestes. Portanto, acredita-se que a cidade do Rio de Janeiro, capital da nação até 1960, é objetivo de observação privilegiada da ruptura e da permanência, da tradição e da modernidade.

Entre 1808 e 1822, principalmente, observou-se uma dinâmica social que priorizava o arcaísmo, pois a elite mercantil, com altos recursos financeiros, optou por tentar penetrar no círculo aristocrático da nobilitação, marcando a política imperial do século XIX, o que, inclusive, explicaria, mais tarde, a força política dos homens de negócio na sociedade carioca. A volta de D. João VI a Portugal em 1821 acabou deixando claro que a Família Real apresentava sinais de desgaste, até

---

<sup>1</sup> Mercês régias são distinções por direito, oferecidas pela realeza. Constitui-se como uma velha prática da sociedade portuguesa. “Originado das guerras de Reconquista da Baixa Idade Média, o sistema de mercês residia na recompensa régia por determinados serviços prestados, contribuindo para uma hierarquização da sociedade fundada em privilégios” (MATHIAS, 2006, p.27). Para Antônio Hespanha (1993, p.225), as mercês reforçariam o caráter corporativo da monarquia portuguesa.

<sup>2</sup> A definição de elite usada pelo trabalho vai de encontro aquela proposta por Jeffrey Needell: grupos e instituições que estão identificados a uma definição mais ampla de poder, derivado de riqueza, ocupação, status social reconhecido e posição política. E, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos esses fatores (Needell, 1993).

mesmo na antiga metrópole. Esta, desde 1808, sentia-se sensivelmente submissa as decisões tomadas no Brasil, o que iria culminar na Revolução do Porto de 1820 e na convocação das Cortes portuguesas. Enquanto no Brasil, o retorno do monarca a Europa desabrochou a inquietação carioca e agitações políticas, que não iriam cessar nas décadas seguintes. A presença de D. João VI em Portugal trouxe uma espécie de regeneração do regime monárquico. No Rio de Janeiro, após a Independência, instaura-se a monarquia constitucional e o regime ganha novos moldes, não sem viver, até o seu fim, em 1889, uma série de tumultos e excitações de todos os lados. Vinte anos depois, a revolução republicana é iniciada em Lisboa na madrugada de 4 de outubro de 1910.

Em paralelo aos ânimos alvoroçados no âmbito político, a cidade se desenvolvia aos termos da modernidade, que, dentro da sociedade democrática, transformou o vestir e gerou a moda como conhecemos hoje. Quando comparamos a história da sociedade antes e depois da Idade Moderna, verificamos que é atribuído ao vestir um novo *status*, ainda que ele se mantenha como marcador social. Transformações econômicas, sociais, políticas e de pensamento deram maior mobilidade a indumentária, que passou a indicar não mais uma posição de nascimento e/ou ocupação, e sim uma expressão individual, uma escolha, um desejo e uma subjetividade do indivíduo racional moderno, facilitado pelos seus ganhos financeiros. Caem leis suntuárias e ordenações régias, enquanto floresce uma imprensa especializada, que dedica fôlego para explicar e defender a moda, gerando curiosidades, debates, estranhamentos e encantamentos presentes até hoje.

Portanto, entende-se que a moda como o sistema que conhecemos hoje encontra campo frutífero na sociedade moderna que traz consigo a possibilidade de transição e comunicação entre as diferentes camadas sociais. Cenário que substitui a fixidez das estruturas que eram, em grande parte, identificadas através das roupas nas sociedades estamentais anteriores, onde o conceito de indivíduo como valor social não estava em desenvolvimento ou ainda não tinha atingido maturidade e força. “A sociedade do século XIX (...) não opõe mais, nem mesmo entre a burguesia e a nobreza, barreiras intransponíveis, preservadas pelo próprio Estado através das leis suntuárias ou das questões de precedência e de nível” (Souza, 1987, p. 112).



Interessante paralelo pode ser feito em relação a sociedades tribais, que são, em maioria, hierarquizadas em relação a funções sociais e que não possuem o individualismo como visão de mundo central, nem o conceito de indivíduo moderno como valor compartilhado. Bem como, não passaram pelas transformações específicas citadas até aqui, características do Ocidente. Nas sociedades tribais podemos identificar a presença de normas rígidas em relação às vestimentas, que são utilizadas de acordo com a função dentro da tribo ou em algum ritual específico. Meyer Fortes (2014) ao estudar rituais tribais no interior da Costa do Ouro (atual Gana) identificou proibições e tabus relativos à ornamentação e à posse de certos objetos relativos aos Tallensi, tais quais:

(...) os Tendaanas não podem usar trajes de pano, somente de peles, pois uma túnica de pano branca veste o Chefe por ocasião de sua investidura. Vestes de pano, cavalos e armas são tradicionalmente considerados tabus para todos os tallis, pois são característicos dos namoos. (Fortes, 2014, p.43)

Também foi identificado o uso de cores e modelos como distinção dentro da tribo, em um ritual de dança dos Tallensi feito para receber chefes recém-eleitos, que devem vestir, obrigatoriamente, “(...) capuz vermelho e uma túnica (...)” (Fortes, 2014, p.49). Desta maneira, observamos que a ausência de estruturas do pensamento presentes na sociedade ocidental moderna torna as sociedades tribais próximas, em certo sentido, a sociedades ocidentais estamentais e hierarquizadas, no que tange questões relacionadas às práticas do vestir, com proibições e direcionamentos específicos relativos ao uso de cores, tecidos e modelos.

Por este ângulo, a moda como o sistema que conhecemos atualmente nasce na modernidade, sendo o século XIX seu momento de explosão (Rainho, 2002). Neste período, todo um sistema relacionado as práticas de vestimenta, desde sua produção, ao seu consumo e divulgação, ganha corpo e o ato de vestir se torna mercadoria a ser comentada, divulgada e propagada, baseada em conceitos modernos como “personalidade”, “criatividade individual” e “gosto pessoal”, usados como ferramentas para enfatizar o valor da singularidade dos sujeitos. A condição econômica dos indivíduos irá tornar possível o acesso a uma infinidade de bens materiais. Com isso, novos modos de distinção surgem no período, como a elegância e os bons costumes. Assim, manuais de etiqueta vão apresentar considerável crescimento nessa época e a disciplina se tornará objeto de gestão pessoal (Revel, 2009).

Para dar conta deste estudo, a tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma análise da moda, entendendo que esse fenômeno social nasce, portanto, na cultura do Ocidente moderno, apanágio de seu tempo e dos sistemas culturais que ali se consagram. Para um melhor entendimento do campo, realiza-se uma revisão bibliográfica, apresentando os principais autores que trataram de analisar, comentar e discutir a moda, a partir de perspectivas ora próximas à tese, ora distantes, mas que se fazem igualmente importantes na história do pensamento sobre o tema. Dando continuidade à discussão, a análise também avança para entendermos a importância que as inovações e descobrimentos técnicos, tanto de tecelagem, quanto de imprensa, tiveram para o desenvolvimento e fortalecimento do sistema da moda, na perspectiva desse trabalho. Os sistemas de comunicação, produção e consumo, engrenagens indispensáveis para o campo estudado, sofreram alterações imensas, que serão mostradas e discutidas. O mercado consumidor se intensifica e se expande, enquanto as máquinas fabricam sonhos e possibilidades indumentárias inéditas, graças às tecnologias introduzidas no desenvolvimento e produção de cores, tecidos e máquinas próprias, incluindo a máquina de costura doméstica. Além da imprensa, que se constitui como um verdadeiro marco na divulgação do vestir, invadindo a vida social dos indivíduos como nunca antes visto.

No segundo capítulo, objetiva-se fazer um apanhado geral sobre leis suntuárias e seus mais variados propósitos, tendo como principal escopo as proibições relacionadas ao vestuário, entendendo que restrições do tipo reforçavam hierarquias e privilégios de um mundo ocidental tradicional, cuja mentalidade baseava-se no holismo. São leis que buscaram reproduzir relações sociais alicerçadas em uma ordem estruturada, rígida e fixa, desde o nascimento, ou outras formas de classificação. Podemos entendê-las como projetos que regularam formas de luta, por meio das aparências, entre a nobreza feudal, nobreza aristocrática de corte e burguesias mercantis urbanas em diferentes períodos históricos. Com as mudanças paradigmáticas trazidas pela modernidade, a relação entre a sociedade ocidental e o vestir é modificada, desenvolvendo a moda, que por sua vez, passa a ser sistematizada e transformada em mercado. Portanto, o segundo capítulo também traz uma discussão sobre essa temática, apontando alterações culturais, mentais e estruturais, construídas a partir de novas perspectivas próprias à Idade Moderna.

O capítulo três, que tem como foco o Brasil, mais precisamente a cidade do Rio de Janeiro inicia a percepção de que a chegada da Corte em 1808 instaurou as bases hierárquicas do Antigo Regime em terras tropicais. Uma indumentária luxuosa, cheia de prestígio, significados e marcações, que indicavam o estado e posição de cada cortesão, passou a fazer parte do cotidiano de uma cidade até então colonial. Neste sentido, a presença da Família Real promoveu tensões que marcaram o período, tendo a indumentária papel protagonista na batalha pelos signos sociais prestigiosos e seus modos de uso. A cidade do Rio de Janeiro veria a constituição de uma mentalidade aristocrática, hierarquizada e assinalada pelas vontades de um soberano. Portanto, será mostrado como se deu esse complexo jogo de aparências, materializado através de uniformes, fardas e Ordens Militares. Bem como, leis, pragmáticas<sup>3</sup> e ordenações régias serão abordadas, buscando entender como as proibições funcionavam e seus principais objetivos.

Por fim, o capítulo quatro mostra a transformação do discurso sobre o vestir, que sai do campo jurídico e entra, finalmente, no campo midiático. O crescimento urbano, o aumento de um complexo comercial e o desabrochar de características típicas da modernidade passam a se desenvolver com mais ênfase na cidade, deixando para trás o engessamento social estabelecido previamente com a Corte. Mudanças acompanhadas de uma absorção de novos modelos de relação entre sociedade e roupa, consolidando o sistema da moda na cidade do Rio de Janeiro. Em paralelo, acontecimentos políticos iam marcando o período, até finalmente ser declarada a República e o regime monárquico ser oficialmente findado. Publicações periódicas sobre moda ganhavam cada vez mais força, sublinhando o intuito de divulgação acelerado das tendências e novidades. Por isso, julga-se importante considerar as revistas e jornais ilustrados que traziam a moda em suas páginas, por entender que esses meios contribuíram com a perspectiva de modelar a sociedade a partir de novas mentalidades, transformando e reforçando hábitos cariocas.

Para encerrar, gostaria de fazer algumas considerações sobre a pesquisa documental realizada<sup>4</sup>. A fim de desenvolver esse estudo, me debrucei sobre imagens,

---

<sup>3</sup> Pragmáticas são leis reais, que se tornam o principal modo de controle jurídico, principalmente a partir dos reis católicos.

<sup>4</sup> Agradeço a todos os funcionários das instituições citadas, que me ajudaram, pacientemente, a acessar, fotografar, pesquisar e coletar o material necessário ao estudo.

materiais e papéis históricos, ora inspiradores, ora instigantes, que contribuíram de forma magistral para o cumprimento da tese. Realizei pesquisa no DAMI (Digitalização do Acervo do Museu Imperial de Petrópolis), onde foi possível ter acesso a textos e imagens de ordens e insígnias do Império brasileiro. Ainda no Museu Imperial, estive pessoalmente para analisar as pragmáticas portuguesas, mais precisamente as Ordenações Filipinas, além de leis, decretos e documentos da cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1889, bem como, listas e fotografias de uniformes e fardas imperiais. Na museologia, pude ter acesso a inúmeras fichas técnicas relacionadas a indumentária e objetos cerimoniais da Corte. De todo modo, há muito material sem ser fotografado ou catalogado, tornando-os indisponíveis para consulta.

Estive na Biblioteca Nacional em uma tentativa de buscar leis, decretos e ordenações, mas não foi possível devido à falta de setorização dos assuntos pesquisados. Ainda assim, a exposição “1808-1818 – a construção do reino do Brasil”, realizada na Biblioteca em dezembro de 2018, foi de grande utilidade, pois consegui ver imagens de algumas leis imperiais, pinturas, fotografias e textos que foram elucidativos em certos pontos.

Devo mencionar a coleção das Leis do Império do Brasil, publicada pela Imprensa Nacional e digitalizada em sua totalidade no site da Câmara Legislativa. Essa coleção inclui Cartas de Leis, Alvarás e Decretos de 1808 a 1889 e foi essencial para o estudo. Em relação as pragmáticas portuguesas – nomeadamente, Ordenações Manuelinas, Filipinas e Afonsinas – pude consultá-las no site da Universidade de Coimbra, onde esses textos se encontram integrais. Elas foram digitalizadas usando como base a edição de Cândido Mendes de Almeida, de 1870. Deste modo, examinei todos os livros de cada Ordenação, além dos Aditamentos. Pessoalmente, consegui acesso a reproduções *fac-simile* da mesma edição de Cândido Mendes no Real Gabinete Português, localizado no Rio de Janeiro. Os originais que estão nesse prédio não podem ser consultados. O tríptico das Ordenações definiu, sem grandes mudanças, o quadro do sistema jurídico português – e, posteriormente, brasileiro – desde a segunda metade dos quatrocentos até as codificações modernas oitocentistas. No Brasil, a substituição completa só acontece com o Código Civil de 1916.

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi outro lugar de grande importância para a tese. Na instituição, pesquisei arquivos relativos à coleção Família Imperial. Esses arquivos eram correspondências, decretos, livros de Registro de Visitantes, atas, periódicos, recortes de jornal, fotos, gravuras, originais de arte, álbuns, homenagens, avisos, recomendações políticas, folhetos, comunicados e insígnias imperiais em documentos. Além disso, na Numismática, pude ver, tocar e fotografar as principais insígnias imperiais. Ainda no MHN, visitei o acervo de indumentária para ver as fardas, uniformes e vestimentas do período. Não obstante, cabe dizer que o MHN possui mais indumentárias do Segundo Reinado e da República, ratificando a dificuldade em achar material abrangente das primeiras décadas de Império. Acredito que a conservação e a catalogação sejam uma das maiores dificuldades. Como os tecidos eram feitos de fibras naturais, a ação do tempo é implacável.

No restante, as considerações finais irão apresentar um resumo dos principais aspectos abordados no estudo, além das perspectivas para futuras pesquisas que se abrem a partir das indagações e lacunas criadas com a tese. Ademais, hipóteses, implicações e encadeamentos mais autorais, que surgiram ao longo da pesquisa de forma natural, serão apresentados, como tentativa de cumprir o papel do que se espera de uma conclusão de doutorado. Em quatro anos, muitas mudanças ocorrem na vida dos pesquisadores, comigo não foi diferente. Apesar de tudo, algo sempre esteve vivo e pulsante: o amor e o respeito pela pesquisa acadêmica, pela ciência, pela escrita, pela leitura, pelo estudo. Entendo que é isso que nos move dia a dia, para concluir uma tarefa tão árdua quanto uma tese de pós-graduação *stricto sensu*. O percurso não é fácil, mas a sensação de falta ao me aproximar do fim certamente me mostra o quão intenso, doloroso e delicioso foi essa aventura.

# 1. Moda como fenômeno social moderno

## 1.1. Alinhavando palavras: uma revisão bibliográfica

Entende-se a moda como um fenômeno social que nasce atrelado a mudanças profundas ocorridas na sociedade ocidental moderna. Ela nasce, portanto, na cultura do Ocidente moderno. Por cultura, tomamos a descrição breve de McCracken (2003, p.11): “(...) ideais e atividades através das quais fabricamos e construímos nosso mundo”. Todavia, a moda se constitui como um fenômeno do universo cultural, apanágio de seu tempo e dos sistemas culturais que ali se consagram. Marshall Sahlins (1976, p.199) identificou essa característica ao lançar um direcionamento para o conjunto de vestuário norte-americano, sendo taxativo: “o sistema americano de vestuário corresponde a um esquema muito complexo de categorias culturais e de relações entre elas, um verdadeiro mapa (...)”. A roupa, outrora símbolo do confinamento e da rigidez estamental, passa a oferecer oportunidade de transição social ao indivíduo (Crawley, 1931). Ao longo do tempo, diversos autores de diferentes áreas trataram de analisar, comentar e discutir a moda, a partir de visões ora discrepantes ora semelhantes. De qualquer forma, se faz necessária uma revisão bibliográfica do tema, e, portanto, serão mostrados aspectos que se diferem até mesmo da tese, mas que são importantes na história do pensamento sobre o campo. Por isso, optou-se por fazer uma revisão teórica do campo da moda a partir de temáticas mais livres, ao invés de uma cronologia organizada por data.

Muitos estudos foram possíveis graças ao pioneirismo da *Escola dos Annales*, localizada na França, que possibilitou a elaboração de novas abordagens e metodologias durante o século XX, fazendo surgir o que se entende como *história nova*. Para os estudos de moda, Fernand Braudel é o nome que deve ser citado. O autor entendia o fenômeno como elemento da cultura material das sociedades, localizando seu alastramento entre os séculos XV e XVIII, apesar de compreender sua difusão como relevante depois de 1700. Braudel (1973) também diferencia costume e moda, onde o costume estaria relacionado com uma maior estabilidade e a moda estaria relacionada a seu caráter mutável, em que ambos têm relação intrínseca com certo “espírito do tempo”.

Dessa forma, a partir de 1970, toma corpo não só uma escola, mas um programa de trabalho, que Daniela Calanca (2008) sintetiza em três pontos fundamentais. O primeiro diz respeito aos usos e costumes do vestir como dados de observação privilegiada para estudar a junção de diversos fatores, dentre os quais a ligação contínua entre a história das ideias e do pensamento econômico, a relação entre mudanças de gosto a partir de um ponto de vista antropológico, a incidência do progresso científico como mecanismo de influência que caracteriza a relação entre *mass media* e consumidores. O segundo ponto frisa que a história do vestuário não é e nem deve ser um inventário de imagens, mas sim um espelho do entrelaçamento de fenômenos socioeconômicos, políticos e culturais que caracterizam determinada época, justamente como se propõe neste trabalho. O terceiro e último ponto salienta que a história das indumentárias coloca uma ampla série de temas, como matérias-primas e técnicas de produção em um plano mais geral, aos cuidados que se tem com o corpo e a maior ou menor importância atribuída às relações entre os sexos ao longo da história.

Símbolo fundamental da terceira geração dos *Annales*, quando a moda entra de vez na pauta dos historiadores, Daniel Roche (2007) costura pedaços firmes entre os comportamentos e mentalidades do Antigo Regime e a Revolução Francesa, trazendo em minúcias, através da indumentária e da “cultura das aparências”, a transição da sociedade aristocrática para a sociedade que ele chamou de tipo burguês. Roche escolhe a França como principal objeto de análise por entendê-la como um local de efervescência intelectual e mudanças sociais, onde a roupa vira assunto da ordem do dia tanto antes como depois da Revolução, sendo debatida ao limite e já ali entendida como um marcador engessado de estamentos.

O autor mostra que, no século XVIII, falava-se em *roupa* e que a Enciclopédia registrava o termo como “tudo o que serve para cobrir o corpo, para adorná-lo, ou para protegê-lo das injúrias do ar”. Nesta obra, o termo *roupa* era mais usado do que *costume*, entendido como ambíguo demais por ter sentido de “hábito” e de “modo de vestir”, já antecipando a própria ambiguidade da palavra “moda”, que, dependendo da perspectiva teórica, também pode ser entendida nessas duas formas.

Para Roche (2007), a história do vestuário deve ser abordada a partir de dois principais pontos de vista. O primeiro estaria relacionado à função da roupa, já

o segundo estaria associado ao que o autor chamou de mudanças de sensibilidade. Independente do ponto de vista, torna-se manifesto o complexo simbolismo das aparências. A roupa, segundo o autor, seria signo de adesão, solidariedade, hierarquia, exclusão, ou seja, é um código de leitura social, que baliza “(...) o percurso da utilidade e da inutilidade, do valor mercantil e do valor de uso.” (Roche, 2007, p.47). Em sua obra, defende que o Antigo Regime se apresentou como um momento definitivo para medir a variabilidade ou invariabilidade dos signos indumentários. Tendo a Revolução Francesa registrado o triunfo do princípio da diversidade em detrimento da hierarquização.

O autor (Roche, 2007) também distingue traje fixo e traje de moda. O traje fixo deriva de um desejo de permanência temporal, a supremacia do grupo sobre o indivíduo, a tendência à uniformização. O traje de moda corresponde aos valores de mudança, de novidade de moda. O autor não atrela diretamente moda à modernidade, afirmando por exemplo, que as leis suntuárias promoveram o crescimento da moda na França, ao mobilizarem a inventividade dos seus artesãos e ao darem à corte o papel de motor nas distinções indumentárias. Para esse estudo, é importante ressaltar que as leis suntuárias, como veremos no próximo capítulo, existiram em diferentes regimes aristocráticos, não somente na França. Além do mais, o jogo das aparências por meio das vestimentas inventivas e luxuosas estava restrito à camada mais alta da sociedade, deixando a maioria da população de fora. Pode-se pensar que tamanho luxo e opulência indumentária estimularam desejos de imitação por parte das camadas médias e baixas, o que de fato, ocorreu. Mas não foram as leis suntuárias que promoveram a popularização do acesso ao uso das vestes outrora restritas, pelo contrário, elas ratificavam uma ordem de sociedade holística. Apenas depois de um conjunto de mudanças estruturais que isso se tornou possível em larga escala. Podemos dizer, na verdade, que a aristocracia nobiliárquica impulsionou comércios, a profissionalização de ocupações relacionadas a roupa e a circulação de bens indumentários.

Roche (2007) entende a indumentária do Antigo Regime a partir de três características específicas. São elas: inércia e imobilidade, sobretudo em relação às camadas mais baixas e rurais da população [francesa]; convergência da roupa e da



posição social; desejo de controle das autoridades ilustrado por meio das leis suntuárias, dos costumes, normas de etiqueta e conformismo. Se para o autor, a moda não está unicamente associada à modernidade, por outro lado, ele sublinha que a Idade Moderna a transformou “(...) em um deus, pois afeta tudo, não apenas a roupa.” (Roche, 2007, p.55). O fenômeno da moda teria, assim, recebido novo ímpeto entre os séculos XVII e XVIII, o que propiciou sua difusão além da França, varrendo toda a Europa, devido a existência de uma indústria de luxo concentrada em Paris. Segundo seu entendimento, essa indústria precisava manter um fluxo de novas roupas e necessitava acelerar a frequência com que eram substituídas. Em visão curiosa, Roche acreditava que a indústria forçosamente criava um mercado e não o contrário.

O autor usa o termo *sistema indumentário*, que adquire aspectos específicos de sociedade para sociedade, em períodos históricos distintos. No período aristocrático, por exemplo, esse *sistema indumentário* seria formado pelas características numeradas acima. O crescimento urbano, as mudanças econômicas e a mutação sofrida pela moda teriam justamente acabado com esse *sistema indumentário aristocrático*. Essa liquefação, seguindo os termos de Daniel Roche, poderia ter acontecido em virtude da aceleração nas trocas das vestimentas de Corte, causando uma síncope em um código do vestir outrora tão demarcado, dando lugar ao ritmo das mudanças e a felicidade em dominá-las. Outra razão para o fim desse sistema anterior seria o nascimento do sistema indumentário propriamente burguês. A posição intermediária que a burguesia ocupava transformou essa camada em agentes indispensáveis entre povo e nobreza, entre economia moral e lucro. Portanto, Roche entende que o *sistema indumentário burguês* não teria sido motivado, em primeira instância, apenas por um desejo de imitação, bem como entendia Gabriel Tarde em seu clássico *Le Lois de l'imitation*, de 1890.

Tarde se tornou um autor clássico para os estudos de moda, inserido no espectro da modernidade, ligando-a à ideia de novidade, aceleração da temporalidade e sua própria imposição na constituição das sociedades ocidentais modernas, enfatizando a dimensão social da roupa. Neste sentido, o autor (2001 [1890]) distingue moda e costume, este último associado a um culto ao passado e à tradição, enquanto

a moda seria a própria celebração do presente. Sua teoria da imitação é desenvolvida a partir do entendimento de que os indivíduos formam uma sociedade na qual eles imitam uns aos outros, cujas camadas mais baixas estariam mais volúveis a essa “atitude de imitação”, englobando aí não só as roupas, mas também costumes, valores e modos de ser.

Neste sentido, o conceito de moda aplicado por Gabriel Tarde é algo complexo de ser apreendido. Tal conceito sofreu variações significativas ao longo do tempo, sendo discutido por pensadores de áreas diversas, como sociologia, história, psicologia, estética, design, antropologia, entre outras. Vejamos: segundo Gilda de Mello e Souza (1987), atribuiu-se à moda dois sentidos gerais. O primeiro, mais vasto, estaria relacionado às transformações periódicas dos diversos setores da atividade social, de tal forma que poderíamos falar em “modas políticas”, “modas religiosas”, “modas na ciência”. Sentido utilizado por Gabriel Tarde e também por Charles Blondel (1928), que chegou a afirmar que o fenômeno da moda ocorre não somente nas ideias, mas também na vida afetiva, pois haveria sucessivas flutuações na fixação dos sentimentos. Já o segundo sentido reserva à moda uma noção bem mais restrita ligada aos estilos de vestimenta, ornamentação e adornos pessoais e coletivos, que se transformam de maneira periódica. A este sentido associam-se autores como a historiadora Elizabeth Wilson, que escreveu: “Moda é roupa cuja característica essencial é a mudança rápida e contínua de estilos. Em certo sentido, é [grifo no original] mudança, e nas sociedades ocidentais modernas nenhuma roupa está fora do seu âmbito.” (2003, p.03).

Talvez, essas conceituações distintas sejam um reflexo da própria etimologia da palavra “moda” e suas diferentes interpretações. Sua etimologia vem do latim *modus*, no aspecto de maneira. Passa a significar modo, *façon* em francês e *fashion* em inglês, a partir do século XIV. Bruno Remaury (1994) entende que em 1482 o termo teria aparecido pela primeira vez no sentido de “maneira coletiva de vestir-se”, e em 1549 ganharia o sentido de “estar na moda”. Para Maria Cristina Volpi (2018), a expressão “as modas” foi usada em 1679 para designar profissões ligadas à produção do vestuário das camadas dominantes. Já em 1860, a expressão ganharia um duplo sentido: designar o entusiasmo coletivo e passageiro em matéria de vestuário e costumes e designar o conjunto das indústrias das aparências. Segundo a

autora, este último significado não teria aplicação em português. Daniela Calanca (2008) entende que no século XVII, passou-se a usar, na França, o termo *mode*, que irá influenciar também seu uso na Itália. O sentido do termo seria amplo e generalizado, fazendo alusão à mutabilidade e à busca por elegância dentro de um espectro que abarca desde roupas a modos de pensar e agir.

Próximo à teoria de Gabriel Tarde, Georg Simmel (2008), outro pioneiro nos estudos de moda, pensa a imitação através da teoria *Trickle Down*, mas acrescenta uma nova perspectiva, ao introduzir a ideia de distinção. O *Trickle Down* seria a ilustração de uma dinâmica que começa no topo, ou seja, alguma moda que tenha surgido nas camadas mais altas e que, aos poucos, vai descendo até chegar às camadas mais baixas. Imaginemos o desenho de um castelo de copos, onde a base é mais cheia e vai afinando aos poucos, até chegar à última fila, que possui pouquíssimos exemplares. Alguém começa jogando uma bebida nos copos de cima, enchendo-os, até que o líquido transborda e vai escorrendo para os copos das fileiras que estão embaixo e assim sucessivamente. Essa seria a ilustração da teoria de Simmel. Quando o item da moda finalmente chega nas camadas mais baixas, as camadas mais altas, por sua vez, buscam outros elementos para manter seu prestígio e distinção. Para o autor, esse movimento é incessante, uma roda que gira sem fim. Por isso, as mudanças no vestuário, a partir do século XIX, seriam contínuas e incansáveis.

Georg Simmel, no estudo *Philosophie der Mode*, publicado na revista *Reihe Moderne Zeitfragen* em 1905, considera o tema como uma manifestação privilegiada da sociedade, codificado como campo de tensão e interação, atuando com suas variações, ritmos, mecanismos, significados e ambiguidades. Seria um fator tanto de socialização quanto de individualização. A observação da sociedade a partir de suas lentes construiu uma galeria de tipos sociais, como “o estrangeiro”, “o pobre”, e claro, “o maníaco da moda”, típico do fervor infatigável do século XIX, inserido no dualismo da vida, entreposto entre o particular e o universal.

Por isso, Simmel (1972) identifica duas tendências sociais como essenciais para o estabelecimento da moda. Tão essenciais que se uma não existir em conjunto com a outra, a moda não será formada. A primeira diz respeito a necessidade de união e a segunda ao anseio do isolamento, constituindo, assim, a “(...) adaptação à

sociedade e afastamento individual de suas exigências.” (Simmel, 1972, p.295), sendo a indumentária uma forma privilegiada de mediar essa ambivalência. Certamente, essa noção está presente em muitas de suas ideias e teorias sociais.

De acordo com seus escritos, o autor entende que a moda é sempre uma moda de classe, embutida no movimento das classes superiores que buscam meios de distinção das classes inferiores, como descrito sobre a teoria *Trickle Down*. Por isso, segundo Simmel, a moda seria uma forma particular entre muitas formas de vida, graças à qual a tendência para a igualização social se une à tendência para a diferença e a diversidade individual em um agir unitário (Simmel, 2008). De acordo com a sua perspectiva, as classes inferiores olham para cima e procuram subir. Conseguem isso, sobretudo, porque estão sujeitas à moda que está mais acessível à imitação externa.

O significado da moda seria, portanto, uma forma de vida que marca as distinções de classe, em um jogo incessante de imitação. Para Simmel (2008), a imitação poderia designar-se como uma transmissão psicológica, como a transição da vida do grupo para a vida individual. Este jogo, tradução da efervescência da moda, seria o meio de inserção dos indivíduos em um grupo, encarnando a nervosa vida moderna, vivendo do transitório e do contingente. Neste sentido, seria o emblema da modernidade – inquieta e apressada -, sintoma da contradição que caracteriza e define a própria estrutura do ser humano.

Por isso, a moda, segundo sua visão, satisfaz igualmente a imitação e a distinção, pois a sociedade humana teria a necessidade de se diferenciar, mudando e separando entre si. Desta maneira, a história da moda seria a história das tentativas de se adaptar a satisfação dessas duas tendências, tanto social quanto individual, unindo e diferenciando como funções básicas e inseparáveis. O modo de andar e o ritmo dos gestos também estariam inseridos nessa dinâmica, sendo, essencialmente, determinados pelo vestuário. Pulsando tão forte na ação humana, a moda nos oferece um sentimento de presença, que poucos fenômenos são capazes (Simmel, 2008).

Simmel entendia que as massas inferiores seriam menos móveis e as classes superiores seriam mais conservadoras. Por isso, a variabilidade da vida histórica

residiria na classe média, onde movimentos sociais e culturais ganharam outro ritmo quando o terceiro estado assumiu frentes de poder. O autor atribui importância explícita às camadas médias em relação ao desenvolvimento da moda, que seria a forma das mudanças e dos antagonismos da vida, tendo se tornado no século XIX mais ampla e mais agitada, graças a fatores como as transformações da vida política e o crescimento das cidades. Segundo Simmel, quando a sociedade se libertou do déspota permanente e absoluto, se encarcerou em outra forma de opressão, pois o ser humano teria necessidade de um tirano efêmero, personificado na moda, cujas mudanças frequentes se constituem como uma terrível escravidão para o indivíduo, ao mesmo tempo que é um dos complementos necessários para um melhor desenvolvimento das liberdades sociais e políticas.

O autor também faz uma distinção entre moda e vestuário, pensando a moda como um fenômeno social mais amplo e o vestuário como sendo uma das arenas deste fenômeno. Sobre a moda estritamente relacionada à roupa, Simmel ainda faz uma separação entre vestuário habitual e vestuário ornamental. O vestuário habitual não seria fruto de uma consciência individual que busca a distinção, não faria parte do ter, nem do ser. Ao contrário do vestuário ornamental, este sim relacionado com a consciência individual e que faz com que o ter da personalidade se torne uma qualidade visível do ser. O vestuário ornamental estaria relacionado ao estilo, que condensa as criações individuais para uma forma partilhada e acessível a outras pessoas.

Mesmo que o autor tenha tratado a moda em um sentido amplo, as formas indumentárias despertaram em Simmel um interesse peculiar. Ele também escreve *Psicologia do adorno*, em 1908 e *Psicologia da coqueteria*, em 1909. Esses ensaios serão publicados em conjunto algum tempo depois, pois foram considerados como uma interpretação bastante próxima de formas sociais referentes à distinção e à imitação, envolvendo, em todos os casos, elementos e processos expressivos da psique humana, a partir de reconhecimento de valor social. A moda, o adorno e a coqueteria recebem a mesma estrutura teórica de abordagem e, de acordo com o autor, exprimem ação semelhante de princípios psíquicos.

Como ressalta Rainho (2002), Simmel foi um dos primeiros autores a perceber a relação entre a vida nas cidades, o individualismo e o desenvolvimento da

moda nas eras industriais. A autora mostra que Simmel pensou as grandes cidades como responsáveis por gerar uma tomada de consciência da subjetividade do homem, promovendo a movimentação das pessoas em círculos sociais abrangentes. Portanto, as grandes cidades seriam um espaço privilegiado para o desenvolvimento da moda por acentuarem a individualidade e por darem novo status à apresentação de si e aos cuidados pessoais com a aparência, sendo a moda uma das formas de exteriorizar a personalidade de cada um. Nas cidades, também se dava mais facilmente o progresso econômico das camadas inferiores e médias, facilitando o acesso a diferentes e inéditos bens de consumo (Rainho, 2002). A autora também observa que, mesmo quando Simmel enfatiza a ascensão da classe média, a industrialização e a vida nas grandes cidades como motores da moda, ele insiste que o fenômeno sempre existiu, sendo constante na história da espécie humana.

Portanto, é curioso se levarmos em consideração a época de reflexão e escrita do autor, pois Simmel atribui uma relação íntima, praticamente dada, entre moda e indivíduo, sem questionar a origem dessa relação tão inerente. Provavelmente, se Simmel escrevesse seus textos alguns séculos antes, suas conclusões teriam sido bastante diferentes. Apesar disso, a obra de Simmel traz importantes brechas de confluência que fundamentam parte da proposta desse estudo.

Veblen (1988 [1899]) é outro grande nome que dedicou parte de seus trabalhos para questões relacionadas ao vestuário através do consumo conspícuo em uma perspectiva pioneira. A teoria social proposta por Veblen, mesmo apresentando uma visão geral, se aproxima intimamente de uma teoria da moda, entendendo-a como um modo bastante singular de simbolizar *status*, intrinsecamente relacionado à classe social, a partir de um conteúdo pecuniário. Para este autor, por exemplo, o fato de algumas camadas sociais usarem roupas e acessórios que dificultavam os movimentos significava socialmente que elas não tinham a necessidade de se movimentar para ganhar a vida. Ou seja, não dependiam de sua própria força de trabalho para sustentos e luxos, tornando o vestuário uma “insígnia do ócio”. (Rainho, 2002, p.24).

Um dos pontos não muito explorados da teoria do autor, mas que para estudos relacionados à moda é particularmente importante, é a diferenciação entre *dres-*

*sing* e *clothing*. *Dressing* estaria relacionado ao ato de enfeitar-se para a apresentação ao outro, enquanto *clothing* teria o objetivo de trazer comodidade e praticidade. A principal diferença entre ambos seria a motivação para o uso de um elemento do vestuário em desvantagem de outro, sendo o desenvolvimento econômico e social a razão preponderante para a escolha do *dressing* ou *clothing*.

O autor também faz uma diferenciação entre ornamento/adorno e vestimenta, esta última podendo ser incluída em uma teoria econômica. Para ele,

(...) o ornamento não é uma categoria propriamente econômica, ainda que as bugiangas que servem ao propósito ornamental possam servir a tal propósito como um fator econômico, e, nessa medida possam assimilar-se à vestimenta. O que faz da vestimenta um fator econômico, permitindo introduzi-la no âmbito da teoria econômica é sua função de indicador de riqueza de seu usuário, ou, para sermos mais precisos, de seu proprietário, porque o usuário e o proprietário não são necessariamente a mesma pessoa. (Veblen, 2003, p. 121).

Segundo seu pensamento, há uma transição entre a ideia da indumentária como ornamento estético para a ideia de um ornamento não só social, mas também econômico, onde os bens - ou mais precisamente aos termos de Veblen, a riqueza - de seu proprietário indicariam respeitabilidade. A distinção entre usuário e proprietário da vestimenta proposta por Veblen é peculiar. O autor estava, em grande medida, mas não apenas, pensando a relação entre esposas/filhas e maridos/pais. O traje abonado e exuberante das mulheres de camadas médias e altas, no século XIX e início do XX, indicaria a condição financeira de sua família; dinâmica na qual Veblen entende que a usuária do traje seria uma mulher, mas o proprietário, em grande parte, seria um homem. “Mas mesmo que não necessitem estar unidos na mesma pessoa, devem ser membros da mesma unidade econômica, e a vestimenta é indicador da riqueza da unidade econômica representada pelo usuário” (Veblen, 2003). Dessa forma, Veblen atribui à vestimenta importância social representativa, fazendo com que a mulher seja o interior desta unidade econômica que se exhibe quando necessário, repousada sobre o modelo patriarcal de família e da noção moderna de “lar”.

O autor também acreditou que a moda estava essencialmente associada a uma exigência de novidade, de fluxo e de mudança. Porém, salienta que “(...) a moda não demanda o fluxo e a mudança contínua simplesmente porque fazer tal coisa é bobo; o fluxo e a mudança e a novidade são requeridos pelo princípio central

de todo vestir: o consumo conspícuo.” (Veblen, 2003, p.123-124). Em resumo, Veblen constrói um código do vestuário que se constitui pela exibição da riqueza, através de um princípio econômico e um complexo sistema de pretensões sociais. Desta maneira, a moda seria a expressão implacável do consumo conspícuo. Define o autor:

(...) há outros modos de pôr em evidência a nossa situação pecuniária (...) mas o dispêndio com o vestuário leva vantagem sobre a maioria, pois o nosso traje está sempre em evidência e proporciona logo à primeira vista uma indicação da nossa situação pecuniária a todos quantos nos observam. (Veblen, 1988 [1899], p.98).

Já o historiador da moda François Boucher (2010) divide o vestuário em três grandes fases – ainda que para isso aplique uma metodologia de cunho evolucionista e limitante, fechando-o em blocos substituíveis. A primeira fase se constituiria da Antiguidade ao século XIV, onde a roupa teria sofrido pouquíssimas mudanças. Já a segunda fase estaria localizada do século XIV ao XIX, pois teria se desenvolvido de forma industrial. E, por fim, a terceira fase seria a partir do século XIX, onde o vestuário começou a sofrer mudanças ritmadas, na qual Boucher entende como o nascimento da moda.

Gilles Lipovetsky (2009), por seu turno, é bastante difundido nos estudos sobre o tema. Para o autor, a moda teria início no fim da Idade Média e teria terminado estruturalmente seu curso histórico, chegando ao topo de seu poder (Lipovetsky, 2009). Assim como Boucher, Lipovetsky também adota uma visão evolucionista do fenômeno. Nesse estudo, é entendido que não houve tal evolução, e sim rupturas e continuidades próprias a cada período. Dessa forma, a moda não teria passado por etapas propriamente ditas. O presente trabalho leva em conta o papel social da indumentária em cada momento, atrelado as circunstâncias culturais, econômicas, sociais, políticas, mentais e simbólicas de cada época. Para Lipovetsky (2009), a moda ascende ao poder nas sociedades contemporâneas e ocupa lugar central e inédito nas democracias engajadas no caminho do consumo e da comunicação de massa. O autor (2009) atribui à moda certa vitalidade do espírito e das democracias, sendo agente por excelência da espiral individualista e da consolidação das sociedades liberais. Portanto, a moda estaria ligada a reivindicações e defesa dos interesses particulares, porém tornando-os mais negociáveis, permitindo



existências subjetivas e sendo responsável pela dinâmica individualista em suas diversas manifestações.

É bom salientar que o autor também entendia a moda em sentido amplo, seguindo uma linha próxima a Simmel. Vejamos:

Moda é uma forma específica de mudança social, independente de qualquer objeto particular; antes de tudo, é um mecanismo social caracterizado por um intervalo de tempo particularmente breve e por mudanças mais ou menos ditadas pelo capricho, que lhe permitem afetar esferas muito diversas da vida coletiva. (Lipovetsky, 1994, p.16).

Da mesma forma, defende que não há sistema da moda senão quando o gosto pelas novidades se torna um princípio constante e regular; “(...) quando já não se identifica, precisamente, só com a curiosidade em relação às coisas exógenas, quando funciona como exigência cultural autônoma.” (Lipovetsky, 2009, p.31). O sistema da moda estaria sobreposto na conjunção entre duas lógicas: a lógica do efêmero e a lógica da fantasia estética. Esta dinâmica organizaria um sistema de frivolidades em movimento contínuo, baseado na lógica do excesso, nos jogos de inovações e reações incansáveis. Mais uma vez diferenciando-se deste estudo, Lipovetsky considerava que desde as Cortes aristocráticas esse processo já estava configurado, argumentando que nesses ambientes ocorriam “ritmos da moda” complexos e variáveis. O autor descreve a moda como o primeiro grande dispositivo a produzir social e regularmente a personalidade aparente, ao estetizar e individualizar a vaidade humana.

Outro trabalho bastante difundido no campo é o de Roland Barthes (1967) e o livro *O sistema da moda*, no qual o autor faz uma análise de cunho estrutural do vestuário feminino, tendo como base a semiologia de Saussure. Desta forma, Barthes interpreta o vestuário como uma linguagem e assim constrói a sua obra, através da análise de revistas de moda. Suas conclusões limitam o vestuário a três tipos principais, sendo eles: vestuário imagem, que se transmuta em fotografias e desenhos, ou seja, em formas plásticas; vestuário escrito, que se transmuta em linguagem, ou seja, em formas verbais; e vestuário real, que se transmuta em estruturas tecnológicas e de fabricação, ou seja, em formas materiais.

A semiótica passa a ser cada vez mais aplicada aos estudos sobre vestuário. Umberto Eco (1989), em *O hábito fala pelo monge*, publicado na obra *Psicologia do vestir*, considera a semiologia como um dispositivo eficiente de análise da indumentária. Yves Delaporte (1984) também discute a semiótica como ferramenta de observação do tema no ensaio *Perspectives méthodologiques et théoriques dans l'étude du vêtement*, ao defender o uso combinado da etnologia e da semiologia para estudos sobre o vestuário.

A já citada Gilda de Mello e Souza (1987), em seu estudo *O Espírito das Roupas - A Moda no Século Dezenove* nos ofereceu um rico e inédito estudo no Brasil, entrando para o *hall* das leituras obrigatórias que abordam a moda em perspectiva histórica. Segundo a autora, a moda está em oposição aos costumes, uma visão já bastante difundida entre os sociólogos, como vimos em Tarde e Roche. Sua defesa é de que os costumes são um tipo de comportamento social relativamente mais permanente, e, posto que mude, acarretam uma participação menos ativa e consciente do indivíduo.

Em seu livro, defende que a moda não é um fenômeno universal, mas próprio de certas sociedades e épocas. Para Souza (1987,), os povos primitivos a desconhecem, justamente pela grande significação religiosa e social atribuída à roupa e aos ornamentos corporais, impedindo mudanças drásticas, periódicas e rápidas. Já entre gregos e romanos, ela estaria limitada a alguns setores, que variavam estilos e penteados, enquanto na Idade Média sua existência praticamente seria nula. Teria sido com o Renascimento, expansão das cidades e organização da vida na Corte, que o Ocidente passa a se interessar pelo traje, acelerando o ritmo das mudanças e das inovações. A aproximação das pessoas nas áreas urbanas teria propiciado o desejo de competição e o hábito de imitação, associando-se a visão de Simmel. No século XVII a burguesia estava lançada francamente no jogo das competições e no século XVIII repontavam todas as manifestações características da moda. No século XIX, por sua vez, a moda se espalha por todas as camadas sendo a competição o motor que acelera a variação dos estilos, que mudam em espaços de tempo cada vez menores. Tais mudanças estariam ligadas a transformações profundas no modo de ser, pensar e sentir de uma sociedade, por isso, o verdadeiro significado de sua franca adoção nos escaparia, sendo qualquer julgamento provisório. Dessa maneira,

a autora sublinha a importância de um afastamento no tempo, como tentativa de apagar ao máximo as coerções do momento em que vivemos.

Em visão semelhante, Maria do Carmo Teixeira Rainho (2002, p.14) entende que “(...) o século XIX foi o século da explosão da moda por excelência”. Neste momento, a moda passa a atingir um número cada vez maior de pessoas, da pequena e média burguesia da França e da Inglaterra à “boa sociedade” de lugares até então distantes como o Rio de Janeiro, que passará a ter acesso praticamente simultâneo às notícias e novidades vindas principalmente da Europa.

Vamos retomar Gilda de Mello e Souza, para quem a burguesia e o industrialismo da sociedade ocidental democrática deram origem a um novo estilo de vida, fazendo com que o interesse masculino pela moda fosse desviado, principalmente devido ao desenvolvimento de profissões e a concepção de carreira. Por isso, segundo seus estudos, a moda passa a ser uma característica estreitamente ligada ao feminino.

Outra questão bastante interessante trazida por Gilda de Mello e Souza é o fato da escolha de seu ponto de vista para tratar um objeto de tamanha complexidade como a moda. Segundo sua percepção, ainda que seja uma imposição necessária de método, muito se perde quando encaramos um fenômeno de tão difícil explicação de forma unilateral, ora com olhos da sociologia, ora com olhos da antropologia, da psicologia social, da estética. Neste sentido, a moda é “(...) um todo harmonioso e mais ou menos indissolúvel.” (Souza, 1987, p.29), que estabelece uma reconciliação entre o impulso individualizante e o socializante.

Ao longo da sua obra, a autora indagará sobre a moda ser uma arte ou não. Pergunta respondida através da ideia de que a era industrial impediu o desenvolvimento artístico pleno da moda, transformando-a numa organização econômica sólida, variando apenas nos detalhes de tempos em tempos, enquanto o elemento artístico estaria relegado ao segundo plano. Porém, a autora defende que nem por isso a moda deixa de ser uma forma de arte. Outros paralelos são construídos, reconstruídos, confirmados ou refutados no passar das páginas, relacionando moda e temas como arquitetura, formas, cores, tecidos, mobilidade, gênero, sexualidade, trabalho, sociabilidades, cultura feminina, classes, localidades díspares como a cidade

e o campo, festividades; um caminho que nos mostra como as metamorfoses sociais foram decisivas para a transformação do traje - símbolo dos séculos anteriores – em moda, uma estrutura símbolo de mudanças contínuas.

Dentro da perspectiva de mudança, para Daniela Calanca (2008), a força do vestir reside no fato de ele dar ao corpo a capacidade de metamorfose, mudar aquilo que foi dado como natural e biológico. Para a autora, a vocação da roupa ou indumentária é a de transformar não só um corpo, mas sua identidade, conciliando o natural com o inatural. Ela nos traz como exemplo o romance *O amante*, de Marguerite Duras escrito em 1984, cuja protagonista, uma jovem adolescente, coloca na cabeça um chapéu masculino de aba reta, confeccionado com feltro rosa e uma faixa preta. O chapéu age ali como um meio de transformação, sendo a ponte entre a jovem e o mundo.

Experimentei aquele chapéu, só para me divertir, olhei-me no espelho da loja e vi, sob o chapéu masculino, a minha magreza ingrata, defeito da idade, transformar-se em uma outra coisa. Deixou de ser um dado grosseiro e fatal da natureza. Tornou-se o oposto, uma escolha que contrariava a natureza, uma escolha do espírito. Repentinamente tornou-se algo desejado. Vejo-me outra, como teria visto uma outra, de fora, à disposição de todos, de todos os olhares, inserida na circulação das cidades, das ruas, do prazer. Pego o chapéu, o usarei sempre, agora já possui um chapéu, que, sozinho, me transforma completamente, não o deixo mais. (Marguerite Duras, *O amante*, p.18/19).

Calanca (2008) também nos introduz a italiana Rosita Levi Pisetzký, que teria incorporado a proposta de trabalho argumentada por Braudel e também por Barthes de pensar o vestuário a partir de um viés científico, sendo considerada, segundo Calanca, a primeira estudiosa na Itália a tratar o tema de modo sério, estudando a roupa como meio de comunicação e documento social. Em 1970, Pisetzký publicou *Storia d'Italia*, onde mostrou um estudo relativo aos campos semânticos a que a história da moda estaria associada. Identificou, portanto, algumas inferências temáticas que são expressas em binômios específicos, como moda e estilo, moda e ética, moda e sexo, moda e política, moda e beleza. Binômios que configuram, até hoje, um corpus onde se identificam correspondências entre moda e temas que fazem parte de um imaginário bastante difundido e naturalizado.

Novos estilos e formas de vida que abrem caminhos a inéditos modos de conceber as diferentes formas de pensar e ser. A revolução do modo de vestir representa uma revolução muito mais abrangente do que as incrustadas em pedaços de pano. Representa uma profunda chacoalhada nas bases de concepção e consciência do mundo ocidental. A moda se torna, enfim, um verdadeiro Império, quando os modos de vestir e os modos de ser mudam em ritmo cadente.

Um ponto de discordância entre o presente trabalho e o pensamento de Daniela Calanca é que a autora defende que a partir do século XIV já se pode falar em moda, no sentido que conhecemos hoje, trazendo uma citação do florentino Giovanni Villani, que viveu entre 1280-1348. Na referida citação, Villani relata que as pessoas mudavam suas roupas desmesuradamente, passando a incluir em sua indumentária itens diferenciados, como pontas longas nos capuzes, colares e chapéus. Porém, no mesmo período em Florença, havia dezenas de leis suntuárias, incluindo o hábito do governo, a partir de 1343, de enviar inspetores para examinar caixas de roupas domésticas como parte do estatuto suntuário. Portanto, mesmo que esses quadros representem uma movimentação próxima do que entendemos como moda, eles são exemplos pontuais, que não foram capazes de modificar a estrutura vigente, principalmente nos séculos seguintes.

Massimo Baldini em *A invenção da moda* (2006) traz 10 fatores que criaram as premissas da situação atual em que a moda se encontra, ou seja, em seu aspecto puramente moderno. O autor começa com a Revolução Francesa e a abolição das leis suntuárias, afirmando o princípio democrático da liberdade individual, metaforizada através do vestuário. A revolução têxtil também aparece como uma das premissas, permitindo à moda se tornar uma indústria, através do advento de novas máquinas, eliminando o estrangulamento produtivo que a produção de tecidos enfrentava até então, sendo a Revolução Industrial a desbravadora do caminho em direção a moda moderna. A afirmação da burguesia é outro ponto destacado pelo autor, que atribui a característica da moda contemporânea a essa fatia social, devido a democratização da vida e da possibilidade de camadas baixas virem a substituir a aristocracia clássica em termos econômicos e políticos. A máquina de costura, sem dúvida, configura como tópico importante nesse momento, possibilitando a confecção de roupas pelas próprias camadas populares, dentro do ambiente doméstico.

Tanto que Marshall McLuhan escreveu que a máquina de costura “(...) criou a longa linha direta do vestuário, assim como o linótipo nivelou o estilo dos discursos” (*apud* Baldini, 2006, p.15). McLuhan também escreveu que o vestuário é como uma extensão de nossa pele, e pode ser visto tanto como um mecanismo de controle térmico, mas também como um meio de definição do ser social. (McLuhan, 1994).

O aparecimento das revistas de moda está entre as dez premissas de Baldini, pois a imprensa especializada contribuiu para a divulgação do próprio campo, das novidades e do encantamento estabelecido pelos aspectos que configuravam o mundo mágico da indumentária. As lojas de departamento entram nesse bojo, por terem, segundo o autor, a partir do século XIX, “educado” os consumidores a adquirir produtos fabricados em série. A ascensão dos *coiffeurs* também participa das transformações que culminaram na moda em sua concepção moderna, por serem novos protagonistas neste mundo. Segundo Baldini, os *coiffeurs*, cem anos antes dos costureiros, conquistaram autonomia criativa em relação aos clientes, declarando-se artistas tanto quanto escultores e pintores, abrindo o caminho para a existência do gênio criativo da moda.

De suma importância para esse contexto, o autor destaca Charles Worth, sozinho, como uma premissa, devido ao fato de o alfaiate-artista ter sido pioneiro em diversos aspectos, criando diretrizes que são utilizadas até hoje e dadas como naturais, como ter colocado em sua loja vestidos já confeccionados, em 1857, afirmando o princípio de que é o alfaiate que dita o que a cliente irá usar, e não o contrário. Worth também criou o conceito de estação e explorou o conceito de “manequim” que desfilava seus modelos, fazendo do vestuário um espetáculo. Sua loja obteve sucesso mundial e foi paradigmática para o campo da moda. Segundo Svendsen (2010), Worth promoveu a “emancipação” do estilista, que deixou de ser um simples artesão subordinado aos pedidos de clientes. O estilista era agora um criador livre, em equivalência a visão romântica da arte, criando roupas em harmonia com sua própria subjetividade: da escolha dos tecidos ao desenvolvimento e produção dos modelos. Isso gerou a concepção de “assinatura” das criações. Svendsen (2010) ainda destaca Paul Poiret, que pouco tempo depois, em 1913, declara “sou um artista e não um costureiro” (*apud* Svendsen, 2010, p.103). Poiret inaugurou o

hábito de dar nomes às criações, que até então só eram conhecidas através de números, acrescentando mais uma dimensão simbólica às roupas. A própria noção de indivíduo da modernidade cimentou as bases para que a figura do estilista-criador-emancipado pudesse se manifestar. Se antes a demanda da roupa surgia por um papel social dado, agora a roupa surge através de um indivíduo artista e de indivíduos consumidores desejantes.

As duas últimas premissas de Baldini são as mulheres e a revolução do prêt-à-porter. Segundo o autor, o sucesso da moda é um sucesso feminino, pois foram as mulheres que favoreceram o *ethos* da mudança, o culto do novo e a paixão pela obsolescência programada. Já o prêt-à-porter teria sido outro capítulo na revolução democrática do vestuário, modificando o mercado de moda, através do desenvolvimento de roupas que agora seriam fabricadas em série a baixo custo, sem sangrar a aparência das roupas, estetizando a moda industrial, virando o ponteiro da elite para a moda de massa.

Quanto mais se lê a literatura sobre moda, mais percebe-se, justamente, sua aproximação com palavras que remetem a “mudança”, “novo”, “ritmo acelerado”. Svendsen (2010) lembra que Walter Benjamin escreveu que a moda é a eterna recorrência do novo. O próprio Svendsen (2010) complementa essa ideia ao afirmar que é necessário compreender a moda para chegar a um entendimento adequado sobre o mundo moderno. Na verdade, seria necessário compreender o mundo moderno para chegar a um entendimento sobre a moda. Em encontro as premissas deste trabalho, o autor defende que a moda não é um fenômeno universal. As roupas, segundo seu entendimento, são uma parte vital da construção do eu, pois a identidade não está mais fornecida por uma tradição, mas agora é algo que escolhemos em virtude de sermos consumidores. Identidade, escreve Svendsen (2010), é um dos conceitos seminais para descrevermos a função da moda, que estaria associada a uma ênfase geral na autorrealização, que só existe na modernidade. “Enquanto o mundo pré-moderno era concebido como uma ordem estática que consistia fundamentalmente em essências imutáveis, o mundo moderno está em constante mudança.” (Svendsen, 2010, p.155). Por isso, o indivíduo possui o papel não de realizar uma essência dada, mas sim construir essa essência, criando a si mesmo.

A ideia da autorrealização está próxima ao conceito de Anthony Giddens de “eu reflexivo”. Para o autor, a auto reflexividade das sociedades modernas seria particularmente elevada, justamente porque os indivíduos não mais estariam submetidos a ordens hierárquicas tradicionais, levando a construção reflexivamente organizada de si. “Características fundamentais de uma sociedade de reflexividade elevada são o caráter ‘aberto’ da autoidentidade e a natureza reflexiva do corpo.” (Giddens, 2013, p.30). O eu, dessa maneira, não é mais algo dado e por isso, os indivíduos têm que construir uma identidade própria usando os meios a seu dispor (Svendsen, 2010). A moda, portanto, funciona como um desses meios e que, a partir do século XIX, ganhará força nunca antes vista.

Para Rainho (2002,), é exatamente neste século que tem início uma produção diversa sobre o tema, que se torna objeto a ser mostrado, analisado e registrado. Proliferam-se os periódicos especializados na França, surgem as primeiras colunas de moda nos jornais do Rio de Janeiro e começam a aparecer as histórias do vestuário. A autora prossegue: publicam-se obras literárias que fazem da moda um assunto prodigioso. São elaborados os trabalhos pioneiros de interessados em aprofundar a “dimensão social das vestimentas e da moda”, como os já aqui citados Gabriel Tarde, Georg Simmel e Thorstein Veblen.

Herbert Spencer também deve ser listado nesse meio e será citado através do trabalho da própria Rainho. Segundo a autora (2002), Spencer é pioneiro na reflexão sobre moda e baseia-se nos princípios de imitação e distinção, partindo da ideia de que a mutabilidade da moda decorre do fato de que as camadas inferiores, por estarem em busca de respeitabilidade social, copiam os modos de ser e parecer das camadas superiores, que por seu turno, seriam obrigadas a modificar ou criar novas modas. Esse duplo movimento de imitação e distinção originaria as mudanças da moda, segundo Spencer. Porém, a imitação seria a base do fenômeno, ocorrendo por dois motivos principais: o respeito inspirado por aquele que se imita (imitação respeitosa) ou o desejo de afirmar que se está em pé de igualdade com aquele pertencente a camada requerida (imitação competitiva). Spencer entende que esta última se deu a partir da industrialização que teria produzido homens ricos o suficiente para rivalizar em luxo com os estratos mais altos. “Com isso, as proibições relativas ao vestuário – editadas e reeditadas pelas leis suntuárias – vão caindo



pouco a pouco, até que a imitação dos superiores ganha continuamente as camadas inferiores.” (Rainho, 2002, p.21). A teoria de Herbert Spencer servirá de base para a teoria de Gabriel Tarde e de Georg Simmel.

Outro importante autor destacado por Rainho é Edward Sapir, nome de extremo destaque na Antropologia. “Foram as primeiras explorações de etnólogos e os estudos sobre as sociedades primitivas que possibilitaram que se questionasse gradualmente os trajes europeus.” (Rainho, 2002, p.26). Tais explorações puderam derrubar a ideia, antes fixa, de que a vestimenta é algo forjado pela necessidade de proteção, mostrando que, na verdade, a ornamentação é causa primeira para adoção de roupas. Sapir foi um dos colaboradores da *Encyclopedia of the social sciences* [1931], texto em que se distancia de autores como Veblen e Tarde. Segundo Rainho, ele se distancia de Veblen porque não via a moda como mera expressão do consumo conspicuo. E se aparta de Gabriel Tarde, e até de Simmel, pois critica autores que acreditam que ideias, costumes e hábitos estariam sujeitos ao ritmo da moda.

A historicidade deve ser o principal meio de análise da moda, na visão de Sapir, “(...) ficando incompreensível se retirada do lugar que ocupa num conjunto de convenções.” (Rainho, 2002, p.27). Dessa forma, a investigação de temas relacionados à indumentária sem uma contextualização analítica histórica seria utópica. Conforme Rainho, o Renascimento se coloca como um marco para o antropólogo, criando o gosto pela novidade e multiplicando escolhas para as sociedades europeias. Sendo assim, a renascença italiana configuraria como árbitro do bom gosto. Para Sapir, ainda mais importante do que o Renascimento seria a Revolução Industrial, que desenvolveu técnicas de difusão, e a ascensão do Terceiro Estado, que alargou o mercado consumidor da moda. “Para ele, a moda veste e dá valor à estética corporal, mas não é à vestimenta nem à aparência que ela se liga, e sim aos seus símbolos.” (Rainho, 2002). Esta concepção faz bastante sentido no contexto moderno e nas principais ideias aqui apresentadas.

Rainho também chama atenção para a obra de J. C. Flügel, *The psychology of clothes* [1930], como sendo fundamental por analisar a moda sob o viés da psicanálise. O autor considerava três razões principais para a intensa dedicação e interesse da humanidade pelo vestuário: decoração, pudor e proteção. Flügel era bastante apocalíptico e achava a moda irracional, defendendo seu fim e a abolição total

das roupas como variações e correções estéticas. Estas deveriam se transformar em vestimentas baratas, higiênicas, confortáveis e práticas.

Em *A cidade e a moda*, Rainho (2002) também apresenta um panorama dos estudos da moda no Brasil, que teriam ocorrido somente nas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, até este momento a moda estava confinada aos jornais e revistas do segmento, aos manuais de etiqueta que circulavam na Corte, às teses médicas, a romances como os de José de Alencar e Machado de Assis e aos relatos de viajantes, que, no século XIX, descreviam os trajes, as modas e os modos da população que aqui se encontrava, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. A partir de 1920, portanto, aparecem os primeiros trabalhos sobre a temática. A autora destaca as seguintes obras: *Três séculos de moda no Brasil*, de João Afonso, publicada em 1923; *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, de Luís Edmundo, datada de 1932; *Salões e damas do Segundo Reinado*, de Wanderley Pinho, de 1941; *O Rio de Janeiro Imperial*, de Adolfo Morales de los Rios, obra de 1946; *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, publicada em 1970; *80 anos de moda no Brasil*, da editora Nova Fronteira em 1987; *Moda, luxo e economia*, de José Carlos Durand, de 1988; e claro, *O Espírito das roupas: a moda no século XIX*, de Gilda de Mello e Souza, publicado pela primeira vez em 1987; e obras de Gilberto Freyre, como *Sobrados e mucambos*, de 1936 e *Modos de homem & modas de mulher*, também de 1987.

Freyre teve como principais fontes os relatos e obras dos viajantes e as teses médicas para pensar o papel das vestimentas no Brasil do século XIX, partindo do processo de assimilação de padrões estrangeiros e europeização de costumes e trajes, que teria se acentuado no Segundo Reinado. Para Rainho, Freyre aborda diversas questões referentes à moda, como a deformação do corpo feminino pelo uso do espartilho e a posterior condenação dos médicos a esse hábito; a insensatez do uso de trajes europeus mediante o clima tropical do Brasil; a diferença nos papéis sociais que as roupas de homens e mulheres carregavam em si; as imposições de um espaço público em construção, exigindo que as mulheres andassem a todo tempo bem vestidas na rua, enquanto dentro de suas casas praticamente não existia distinção entre mulheres e mucambos (Freyre, 2015 [1936]). Outra questão abordada pelo

autor é a super ornamentação masculina, que seria uma forma de marcar as diferenças de classe, e que foi, pouco a pouco, substituída por outros símbolos distintivos (Rainho, 2002).

O ensaio de Gilberto Freyre *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, apresentado em 1922 na Universidade de Columbia, esboçava a vida cotidiana na sociedade escravocrata brasileira através da história social e cultural da colônia e do Império, e já aí descreve trajes tanto de setores dominantes da sociedade quanto de escravos <sup>5</sup>.

Em *Modos de homem & modas de mulher*, Freyre reúne uma compilação de artigos, e, dentre outras temáticas, distingue exatamente o que se propõe no título. Esta distinção é um reflexo das mudanças do século XIX, quando a opulência no vestir masculino de períodos anteriores foi deixada de lado em prol de uma vestimenta mais sóbria e ostensiva, significativa de negócios prósperos e trabalho árduo, conhecida como a “grande renúncia dos homens”, catalisada por Flügel. A aura masculina ficava reservada, então, a modos de ser, de agir, de pensar, de decidir. Já a mulher passou a carregar o estandarte da riqueza e sucesso de seus pais e maridos, resumindo o cerne da moda e toda as suas mudanças, formas de consumo e novidades.

Por isso, o sociólogo acredita que a moda está intimamente associada à mulher, uma vez que as roupas e os acessórios masculinos – alterados mais lentamente e de forma menos visível ainda hoje – têm um caráter conservador, característico dos modos. (Rainho, 2002, p.38).

As ambivalências relacionadas à moda estão em toda parte. Malcolm Barnard, em seu livro *Moda e comunicação*, mostrou como a temática pode ser facilmente identificada como algo a ser combatido, desprezível, fútil e sedutor em um nível perigoso, criando expressões negativas como “escravo da moda” (ou o tipo social definido por Simmel como “o maníaco da moda”) para apontar pessoas que despendem permanentemente tempo e dinheiro em peças do vestuário. Dentre alguns exemplos trazidos pelo autor, há o de Timothy Eggar, ministro de Estado da Educação e Ciência do Reino Unido, que em outubro de 1990 sugeriu no programa

---

<sup>5</sup> O vestuário teve considerável importância nas teorizações de Gilberto Freyre. O tema foi incluído no Seminário de Tropicologia, da Universidade Federal de Pernambuco, em 1967, que tinha Freyre como diretor.

*Today da Radio Four* que “crianças capazes” deveriam estudar matérias apropriadas, como uma língua estrangeira ou clássicos da literatura, enquanto “crianças menos capazes” deveriam estudar design de moda. Elizabeth Wilson sugere que essa ambivalência cunhada no encantamento e no desprezo é resultado de um *blatant consumerism*<sup>6</sup> relacionado a moda e ao vestuário, que choca nossa cultura ocidental moderna, ao mesmo tempo que expressa o núcleo central dessa mesma cultura, dizendo algo essencialmente verdadeiro sobre ela (Wilson, 1990).

Barnard (2003), por sua vez, defende que a moda não é uma trivialidade, e que associar a temática com algo medíocre e insignificante é fruto de preconceito popular, uma vez que ela é produto de uma sociedade moderna capitalista. Para o autor, conseqüentemente, a moda surge, quase por definição, desse gênero de organização socioeconômica e, na medida que esse tipo de organização cobre áreas cada vez maiores do globo, torna-se inadequado chamar a moda de trivial (Barnard, 2003). Ela é, portanto, fenômeno cultural e se apresenta como formas nas quais um grupo é capaz de identificar-se e constituir-se como grupo social.

## 1.2. Costuras e escritas: a mudança pelas máquinas

As transformações culturais e de mentalidade que moldaram a modernidade e o sistema da moda são indissociáveis daquelas relacionadas a técnicas, indústrias e ciências. De fato, o mundo ocidental se viu diante de uma transfiguração sentida até hoje, perpassando, se não todos, a maioria dos sinuosos e complexos setores da vida cotidiana daqueles que habitavam, construía e impulsionavam a existência, atravessados pelos mais diversos campos. Com a moda não foi diferente.

A Revolução Industrial, em meados de 1780 e localizada originalmente na Inglaterra, deu início a mudanças históricas que iriam alterar os processos de produção e consumo, ao encadear uma economia industrializada baseada nas surpreendentes máquinas a vapor, na queima do carvão e na força e versatilidade do ferro,

---

<sup>6</sup> Algo como consumismo flagrante em tradução livre.

fazendo nascer as primeiras células fabris. A fiação e a tecelagem já eram uma realidade difundida antes mesmo desse período, generalizando as práticas e habilidades de uma indústria têxtil em formação.

Desta maneira, para Daniel Roche (2007), a protoindustrialização havia disseminado a cultura têxtil entre famílias não só urbanas como também rurais. Para o autor, entre os séculos XVII e XVIII o refinamento nas formas de produzir estofos, linho, algodão e seda pode ser facilmente apreendido a partir da observação de gráficos produzidos por estudiosos do assunto. “Em suma, a indústria do tecido está em marcha.” (Roche, 2007, p.266), incluindo a descoberta de tecidos artificiais e mais baratos, como a chita, dando um pontapé nos processos mecânicos de estamparia e tingimento. Com esse cenário posto, o território têxtil foi um dos primeiros setores a se industrializar de forma ampla, ganhando ainda mais fôlego. A produção de tecidos como o algodão e a lã não só passaram a ser produzidos em escala massiva, como também iam mundo a fora em navios movidos pelo vapor dos novos tempos e nas ferrovias recém-construídas.

Nicolau Sevcenko, no texto introdutório do volume 3 da coleção *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*, chama atenção para o momento posterior a esse surto inaugural: a chamada Revolução Científico-Tecnológica, ocorrida por volta de 1870, cerca de 100 anos após a primeira grande mudança industrial do Ocidente. Segundo o autor, esse momento é muito mais complexo, amplo e profundo do que se costuma descrever, e certamente modificou ainda mais os processos de consolidação e difusão da moda. A Revolução Científico-Tecnológica abarcou de descobertas científicas a processos produtivos, abrindo caminho para novas formas de energia, como a própria eletricidade e aquelas derivadas do petróleo. Indústrias químicas, ramos metalúrgicos, altos-fornos, desenvolvimentos na área da microbiologia, da bioquímica e da conservação de alimentos, na farmacologia, na medicina, na profilaxia, nos padrões de higiene e limpeza, no controle de doenças e de natalidade são só alguns exemplos dentre as vastas esferas modificadas pelas inovações, descobrimentos e invenções do período.

Os sistemas de comunicação, produção e consumo, engrenagens indispensáveis para a moda, sofreram alterações imensas com o surgimento de veículos automotores, transatlânticos, aviões, telégrafos, telefones, iluminação elétrica, utensílios domésticos, elevadores, escadas rolantes, sistemas metroviários, entre outros. Até mesmo a caixa registradora surge no período, fundamental para a dinâmica efervescente das lojas de departamento e comércio em geral.

Esse novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas ou as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores. (Sevcenko, 1998, p.12).

Para uma vertiginosa mudança na produção houve, certamente, uma frenética alteração nas formas de consumir bens. No cenário urbano e moderno, o vestuário dança a partir de notas e ritmos ligeiros, levando luz a sucessivas transformações do período, embebido na ostentação de uma materialidade nova e tentadora, atuando diretamente nas relações sociais que se esfarelavam e se reconstruíam.

O mercado consumidor se intensifica e se expande, enquanto as máquinas fabricam sonhos e possibilidades indumentárias inéditas. A variação de tecidos e a redução de preços passaram a ser uma preocupação constante, possibilitada através das inovações tecnológicas e industriais, levando ao que Roche (2007) definiu como Revolução Têxtil. Tecidos cada vez mais elaborados e diferenciados que chegam aos consumidores de formas diversas: através de panos vendidos para a costura doméstica, para a elaboração de roupas sob medida em ateliês, através de peças finalizadas e vendidas em lojas especializadas mundo a fora, entre outras possibilidades.

Graças à mobilidade social advinda com a modernidade, temos diferentes formas de produção de roupas, que servem a fins igualmente diferenciados. A produção em massa, que atua com rapidez impressionante, tendo como aliada tramas têxteis como o algodão e as chitas, está em pleno desenvolvimento, na medida que um mercado de luxo, que preza pela qualidade, exclusividade e produção mais lenta, também existe, não mais apenas para camadas superiores da hierarquia social, mas também para as novas elites econômicas, em um sistema cadenciado de compras, vendas e significados simbólicos. Consolida-se, pouco a pouco, uma economia de

produção, distribuição e consumo cada vez mais organizada, satisfazendo as variadas demandas e camadas sociais. Vejamos um texto de um inspetor de manufaturas da Picardia, datado de 1789, que retrata bem o momento:

As novas condições tornam os velhos regulamentos inúteis. Todos sabem que, quando as pessoas se vestem hoje, elas pensam em substituir [suas roupas] tão logo os recursos permitam. A compra e a venda das roupas e dos tecidos ocorriam de maneira mais gradual; atualmente, as coisas acontecem mais rapidamente; precisamos buscar e atrair o consumidor em toda a Europa. (Levasseur *apud* Roche, 2007, p.268).

Para Roche é fundamental a contribuição de fabricantes e comerciantes de roupas na formação de tais estruturas, ajudando a disseminar a revolução do consumo, tendo de um lado o aumento não só das novas demandas, mas também das possibilidades de existência dessas demandas em um mundo de concepção individualista, ao mesmo tempo que os processos de produção se tornam capazes de fabricar essa vasta e nova cultura material requerida.

Devido a tais extensas e complexas mudanças, surgem distribuições e apropriações marginais, que davam à roupa ainda mais força social, como o comércio de segunda mão, o vendedor de porta em porta e os furtos, “(...) que iriam representar meios não tão registrados pelos livros, mas essenciais para transmissão e transferência de peças, cujo papel na promoção de novos tecidos é relevante.” (Roche, 2007, p.169). Ofícios, ocupações e trabalhos relacionados ao vestuário sofrerão mutações e se tornarão fragmentados, distintos, profissionalizados e diletantes. A alfabetização também causará impacto nesse sentido, uma vez que saber ler e fazer anotações se tornava indispensável, bem como a exigência de uma contabilidade cada vez mais estruturada, com envio de notas, escriturações, encomendas, etc.

O furto de roupas joga luz a duas questões próprias da modernidade: o fato das bases hierárquicas e estamentais terem colapsado, na medida que membros de camadas médias e baixas passam a ter o direito de uso e consumo de um vestuário não correspondente a sua condição social de nascimento; e a preocupação das autoridades penais que viam o ato como criminoso, pois se colocava inteiramente contra o direito à propriedade privada. Logo, devia ser combatido. É interessante pensar como a ação de furtar roupas passa a ser comum nas metrópoles, evidenciando a importância das aparências no jogo social, pois estudos como o de Daniel

Roche mostram que não se furtavam peças quaisquer, mas sim aquelas com certo grau de significação. Dessa maneira, segmentos da população que viviam precariamente também conseguiam participar da transformação dos hábitos indumentários (Roche, 2007).

O autor também nos mostra que as investigações policiais sempre levavam em conta as roupas dos suspeitos, como se trajavam e como exibiam suas vestes, que acabavam por serem indícios que levavam a uma observação mais detalhada do possível criminoso. Ladrões e criminosos que se vestiam com elegância e de modo chamativo acabavam por se autodenunciar, mas se transformavam em histórias que iam de boca a boca, como o “(...) cinza que Guilleri vestia dos pés à cabeça ou o casaco vermelho de Mandrin.” (Roche, 2007, p.340). Assim como no período anterior à modernidade, a roupa também era um meio de identificação social, mas agora sob novas premissas e concepções. Portanto, para a polícia, a vestimenta representa uma fonte de reconhecimento de possíveis crimes.

A roupa surrada era sinal de pobreza, o requinte nos detalhes indicava um passado mais confortável ou a busca de um estilo distintivo; as cores traíam o *status* – o azul dos hospícios e asilos, o branco sujo do velho uniforme, todos os matizes extraordinários dos tintureiros que apareciam desmaiados na vestimenta dos pobres. A polícia e o povo tinham diferentes percepções; as pessoas comuns eram naturalmente hostis ao preto, a cor da Igreja e da lei, dos estrangeiros e dos estranhos, dos malfeitores e dos espíões; já a polícia tinha um gosto especial por ela. Aqueles que anunciavam ruína ou morte vestiam preto ou o verde especial, que era na verdade um preto sujo, empalidecido e lavado. Para todos, polícia e policiado, a roupa contava uma história, revelava uma identidade, enfim, a vida de quem a vestia. (Roche, 2007, p.344).

Ainda em Roche, seu estudo aponta que entre 1710 e 1735 do total de 700 casos de furtos genéricos em Paris, 205 eram apenas de roupas, ou seja, 28% dos casos. Entre 1760 e 1769, o número cresce para 52%: de 1.700 casos, 900 são relacionados a peças do vestuário. Para o autor, o furto de roupa<sup>7</sup> era uma consequência do aumento do consumo e um modo específico de apropriação de bens materiais.

---

<sup>7</sup> Roche (2007, p.348) nos chama atenção para como o furto de roupas também se transformou em um instrumento monetário. Diversos crimes cometidos por pessoas mais pobres apontavam para o objetivo de posterior venda dos itens roubados, a fim de conseguir um sustento por algum tempo. Entre 1710 e 1720, por exemplo, uma peça que custava em torno de 10 libras poderia garantir três meses de aluguel.



Já os ambulantes, caracterizados como pequenos comerciantes, se empenhavam em trilhar as mais longínquas e diferentes ruas das cidades, oferecendo uma gama de produtos que também surgiam para dar conta desse comércio em ebulição, que iam desde branqueadores de tecidos a conservação dos mesmos; como a *masse tache*, que servia para lavar gorros engordurados, a pedra preta para enegrecer sapatos, agulhas de costura das mais diversas, roupas velhas, ilustrações de vestuário, etc. Este comércio de roupas de segunda mão só seria possível quando as hierarquias protegidas por meios jurídicos iam se dissolvendo ao sabor dos tempos modernos. “Já em 1650, o comércio de roupas de segunda mão propicia à burguesia mediana e ao povo os meios de uma distinção nova (...)” (Roche, 2007, p.276).

Os ares de descobertas e desenvolvimentos industriais também sopraram nas técnicas de tinturaria, o que deu aos tecidos e aos ornamentos ainda mais possibilidades de criação, renovação e encantamento. Como nos mostra o autor, a indústria de tintura em Paris já era regulamentada de forma incipiente desde 18 de março de 1671, normatizando o tingimento de lãs e estofos, bem como a produção de químicos e ingredientes responsáveis por esse tipo de processo. Apenas em 1723 tais instruções serão revistas, reeditadas e complementadas, muito provavelmente devido à ebulição das criações da época. É posta em jogo uma grande organização de ofícios e técnicas, deixando em evidência a complexidade da atividade em questão, bem como, da demanda em escala progressiva de crescimento. Mesmo sendo uma amostragem da realidade de Paris, serve para compreender as transformações do período, uma vez que a cidade-luz é tida como sinônimo da modernidade europeia, símbolo de uma moda forte e simbólica, além da França ser uma grande produtora têxtil.

Essa organização baseava-se em três divisões: tintureiros de grande e boa cor, que eram os únicos que podiam tingir lãs e estofos; tintureiros de pequena cor, que se limitavam a tingir estofos comuns e fazendas já tingidas; e tintureiros de seda, lã e fio, que tingiam também o algodão. Esses últimos eram os de maior número.

Esses ocupados artesãos têm um papel crucial na mudança dos modos de ver, e ajudam a transformar o tradicional simbolismo de cores, aumentando em muito o número de tonalidades disponíveis e apressando as alterações associadas às modas do vestuário. (Roche, 2007, p.290).

Para se ter uma noção da injeção de novas tonalidades, a cor escarlate passa a ter 17 matizes diferentes, enquanto o cinza e o verde chegam a dezenas. “Ventre-de-corça”, “amiga-triste”, “canela”, “pão-escuro”, “castanha”, “almíscar”, “gelo”, “cinza-linho”, “cinza-água”, “cinza-rato” são alguns dos exemplos de tonalidades que surgem no período e recebem nomenclaturas excêntricas para dar conta da quantidade de tons. Até mesmo a cor preta ganha uma cartela ampla em tons que vão dos mais acinzentados aos mais sólidos. Não só as novas técnicas de coloração, mas também o barateamento das mesmas possibilitou a confecção de um espetáculo de cores na urbe moderna. Festas, celebrações religiosas, lutos, passeios públicos, andanças, eventos, conversas a fora; nada escapa dessa diversidade colorida de pânos que ganha atenção dos cidadãos e consumidores.

A indústria química também teve forte impacto nesse cenário, com a síntese da anilina feita por Perkins em 1856, possibilitando a produção de uma série de corantes têxteis artificiais, aumentando não só a quantidade de tons, mas também a qualidade das técnicas de tingimento. O francês Hilaire Bernigaud foi outro químico de destaque no que tange a indústria do vestuário, pois em 1891 conseguiu manipular novas fibras através da fiação do colódio de nitrocelulose, dando origem a seda artificial, que seria amplamente utilizada nas décadas seguintes até os dias de hoje. Outras fibras artificiais foram criadas, como a viscose, aumentando ainda mais as possibilidades de matérias-primas, produção e consumo de roupas.

Esse universo possibilitado pela maquinaria crescente marcou a transição das formas medievais de confecção para uma forma moderna. Para Pevsner (1980), essa transição só se deu perto do fim do século XVIII. E ainda assim, as máquinas não foram aplicadas a todos os estágios de produção de início, e, portanto, muitos processos continuaram a ser feitos com as mãos até certo tempo. Como a indústria têxtil já estava bastante desenvolvida nesse estágio, foi a única das indústrias manufatureiras britânicas a estar amplamente mecanizada na metade do século XIX (Forty, 2007).

Esse desenvolvimento têxtil precoce é bastante interessante quando olhamos através da ótica de Peter Burke (2010). O autor mostrou que os tecelões possuíam mais condições de ter uma cultura à parte do que a maioria dos artesãos. Segundo Burke, o trabalho na tecelagem permitia-lhes ler, apoiando o livro sobre o tear. No

século XVIII, na cidade de Lyon, três quartos das pessoas que trabalhavam com seda sabiam ler, o que é bastante significativo para a época.

Thomas Deloney, o tecelão que trabalhava seda e que se tornou escritor profissional, nunca deixou de se orgulhar de seu ofício anterior. Sua famosa estória *Jack of Newbury* apresentava um herói-tecelão, e o livro foi dedicado a trabalhadores têxteis para mostrar “a grande reverência e respeito a que homens do ofício tinham chegado em tempos anteriores”. (Burke, 2010, p.67).

Ainda em meados do século XVII, já se podem notar avanços significativos no aperfeiçoamento da mecanização da indústria têxtil. Para Maria Cristina Volpi (2018), o acúmulo de conhecimentos e técnicas dos últimos dois séculos foi capaz de revolucionar a fabricação do vestuário. Mecanização dos processos de produção, utilização de materiais químicos e corantes modificaram a dinâmica da produção de roupas no Ocidente. Na primeira metade do século XVIII, a construção de máquinas de fiar automáticas representa um avanço profundo em todo o processo. Teares largos e pesados foram desenvolvidos entre 1823 e 1845, e os quatro grandes grupos têxteis – algodão, seda, linho e lã – receberam novas e ágeis técnicas de fiação e tecelagem para cada tipo de fabrico. A partir da segunda metade do século XIX cada vez mais materiais eram empregados nas indústrias e o desenvolvimento da eletricidade também irá alterar todo o processo de produção do vestuário.

A importância têxtil dada ao algodão fez com que sua forma estampada recebesse atenção cuidadosa. Em 1750, a impressão dos tecidos era toda feita a mão, em um processo lento. Segundo Adrian Forty (2007), um estampador não conseguia estampar mais de seis peças de aproximadamente 25 metros de tecido de algodão por dia. Já em 1796, o desenvolvimento técnico dos cilindros, que substituiu as placas gravadas, permitia que todo o comprimento da peça fosse impresso em um único processo rotativo. No início, os cilindros eram movidos a água, mas logo passaram a ser movidos pelo vapor, atribuindo uma velocidade muito mais intensa, estampando até quinhentas peças por dia, bastante diferente das seis no processo anterior. Em menos de 45 anos, entre 1796 e 1840, a produção anual de tecidos no Reino Unido, por exemplo, saltou de 1 milhão para 16 milhões de peças de algodão estampado. Essa notável mudança demandou a ocupação de *designers* de estampas, que já era uma realidade no período anterior à mecanização, mas que agora, trazia consigo ares de profissionalização presente em nossa sociedade até hoje.

Devido ao número crescente de estampas que se transformavam em sucessos de venda, a preocupação em patentear os desenhos e protegê-los a partir de uma lógica de propriedade intelectual foi expressiva. Para Forty (2007), essa preocupação surgiu pela primeira vez entre as décadas de 1830 e 1840, quando os principais donos de estamparias começaram uma campanha para que as leis de proteção aos direitos autorais fossem estendidas para cobrir os desenhos dos tecidos estampados. Tanto a existência dessa preocupação quanto a possibilidade de reivindicar propriedade intelectual só faz sentido dentro da lógica moderna individualista.

Não podemos falar das modificações tecnológicas do sistema da moda sem abordar mais profundamente a máquina de costura. Sua invenção data de 1755, quando o engenheiro alemão Charles Frederick Wiesenthal<sup>8</sup> desenvolveu um maquinário capaz de fazer ponto de alinhavo. Algum tempo depois, o alfaiate Barthélemy Thimonnier introduziu a máquina na França, e ainda patenteou um modelo que costurava pontos em cadeia em 1830. Sua comercialização se deu, pela primeira vez, em 1851, mesmo ano em que o americano Isaac Singer a patenteou. Constantes aperfeiçoamentos técnicos foram comuns nos anos seguintes. “A tecnologia que foi desenvolvida nessa época tornou-se o fundamento técnico das indústrias de confecção de trajés e acessórios nos primeiros cinquenta anos do século XX.” (Volpi, 2018, p.103).

No início da introdução da máquina de costura, não se observaram mudanças significativas nas relações de trabalho, principalmente porque as primeiras máquinas disponíveis costuravam elementos simples e cosiam enfeites. Apenas no final do século XIX foram inseridas no mercado máquinas capazes de fazer bainhas e pregar botões. Além do fato de que os fabricantes de roupas ainda tinham poucas máquinas em suas confecções, pois o alto custo das mesmas era uma realidade. Mesmo assim, as poucas máquinas dentro do processo produtivo já eram lidas como algo bastante positivo por economizar mão de obra e aumentar a quantidade de trabalho. Vejamos o depoimento de um fabricante de Cheltenham, Inglaterra:

Tenho três máquinas. Eu gostaria que todos os donos de confecção as usassem; elas economizam muita mão de obra e também permitem que você pague mais a quem emprega, seja maquinista ou acabador. Também se pode pôr muito mais trabalho; jamais poríamos cem jardas de adornos em um vestido de verão, se fosse

---

<sup>8</sup> O engenheiro também patenteou, no mesmo ano, uma agulha de coser associada a uma máquina.

para fazer tudo a mão; o preguiamento e o acabamento ainda precisam ser manuais; e achamos melhor ter diferentes máquinas para trabalhos diferentes, tal como acontece com as trabalhadoras manuais: uma faz as mangas, outra as saias e uma terceira os corpos. (Depoimento dado ao Royal Commission on Children's Employment, Second Report, Parliamentary Papers, 1864, v.XXII, p.163).

O acesso a diferentes bens de consumo possibilitado pelas modificações da Idade Moderna motivou textos como o do jornal francês *Journal des Tailleurs*, em 1855, que sublinhava a massificação das vestes, tornando a diferenciação e identificação imediata de outros tempos cada vez mais nebulosa, na medida que também ressalta pontos precisos provenientes da modernidade, bem como o processo de industrialização de massa, o barateamento das roupas, o ingresso ao mundo do consumo por camadas diversas da sociedade e o fim da divisão estamental altamente hierarquizada, fazendo surgir outras formas de distinção, como a qualidade e longevidade das peças e a modelagem, que pode ajudar ou inibir os movimentos.

Entre o sobretudo de M. Rothschild e o sobretudo preto de seu escrevente mais humilde há somente nuances imperceptíveis que poderiam ser apreciadas apenas por um aprendiz de alfaiate – o sobretudo de M. Rothchild vem provavelmente das oficinas Renard e lhe custou 180 francos. O do escrevente foi comprado, sem dúvida, na La Belle Jardinière e custa cerca de 35 francos. No momento, essa é a única diferença, mas o sobretudo de M. Rothchild permanecerá preto, e o escrevente irá do azul ao cinza sujo. M. Rothchild também goza de mais liberdade em seus movimentos. (*Journal des Tailleurs apud* Forty, 2007, p.102).

O algodão estampado, comentado acima, também reflete realidade semelhante, pois foi um dos primeiros tecidos produzidos industrialmente e vendidos a todas as camadas sociais. De acordo com Forty, no século XVIII ele era um pouco mais caro e, portanto, estava mais difundido entre as camadas médias e altas. Mesmo assim, passou a ser comprado pelas camadas médias para confeccionar vestidos de criadas. “(...) comprei dois vestidos de algodão para minhas duas criadas, cor-de-rosa e amarelo (...)”, revelou Parson Woodforde, em 1801 (Forty, 2007, p.103). Já no século XIX, a indústria do algodão estampado se expandiu ainda mais, barateando custos, e as camadas mais baixas passaram a conseguir comprá-lo. Tanto que em 1818 elas já figuravam como os principais consumidores desse bem, fazendo com que os fabricantes passassem a manufaturar diferentes estampas para diferentes camadas da sociedade, visando a atrair clientes mais abastados através de tecidos mais caros e refinados e também clientes mais pobres, com peças de qualidade inferior e preços menores. Podia se fabricar a mesma estampa em tecidos diferentes, mais nobres ou mais grosseiros, o que dificultava a diferenciação no

cotidiano, sugerindo novas formas de distinção, como a elegância, a etiqueta e os “bons costumes”.

(...) ocorre às vezes que uma estampa de estrelas, que estaríamos dispostos a chamar de extremamente vulgar numa pessoa comum, é usada com impunidade por alguém de uma posição social ultraelegante. Um ar distinto e uma pessoa fina podem tornar um sucesso a extravagância de um desenho (...) (*Journal of Design*, v.II, n.18, 1850).

Após os primeiros contatos com a máquina de costura, que estava restrita aos ambientes fabris, sua expansão foi praticamente inevitável. A história desse equipamento se mistura com a história da própria noção de lar burguês, que se separava cada vez mais do ambiente de trabalho, gerando uma atmosfera não só acolhedora, como repleta de detalhes previamente pensados, a fim de apontar mais do que uma aparência, mas principalmente modos e estilos de vida de seus moradores que ali se recolhem.

Os fabricantes das máquinas de costura encontraram um grande desafio, pois no início de sua introdução ao mundo dos bens havia uma dificuldade sensível de distinção entre máquinas domésticas e máquinas industriais, fabricadas no começo da década de 1850 (Forty, 2007). Invenções, melhoramentos e princípios básicos foram patenteados e usados como uma espécie de manual de fabricação de máquinas confiáveis e eficientes até 1890<sup>9</sup>. Neste período, as máquinas eram feitas em processos manuais, lentos e individuais, o que as tornavam itens de preço elevado. Por isso, seus principais compradores eram os industriais que, de fato, teriam vantagens no investimento, visando a aceleração dos processos de fabricação e redução de custos. Neste sentido, a venda de máquinas de costura se mostrou limitada, pois não havia uma rotatividade de compras entre os industriais. Prova disso é o baixo faturamento da Singer & Co. em 1850, quando ainda estava restrita as máquinas de tipo industrial. Sua principal concorrente, Wheeler & Wilson, conseguia maior sucesso, pois suas máquinas eram um pouco menores e mais leves, abrangendo um público maior do que apenas grandes fabricantes de tecidos e roupas.

---

<sup>9</sup> No Brasil, as primeiras máquinas de costura também chegariam com mais apelo a partir da segunda metade do século XIX. Até a década de 1940, as máquinas vendidas no país eram, em sua maioria, de fábricas norte-americanas, principalmente Singer, tendo como única concorrente direta a alemã Pfaff. As lojas que comercializavam as máquinas de costura forneciam treinamentos sobre seu uso, manuais com técnicas de confecção e bordado e enviavam constantemente vendedores pelo Brasil em busca de novos compradores (Volpi, 2018).

A preocupação de fazer máquinas tanto domésticas quanto industriais estava presente desde o início das operações da Wheeler & Wilson. A empresa percebeu que se ater somente ao ambiente fabril mostrava-se bastante limitado, enquanto o mercado doméstico não impunha nenhum limite. Por isso, foi a primeira companhia a ter uma leitura da máquina de costura como um aparelho doméstico. Leitura bastante assertiva, por sinal, e logo, todas as concorrentes seguiram seus passos.

Com mais fabricantes de máquinas de costura doméstica era necessário dar vazão a uma grande escala de produção. Essa necessidade encontrou barreiras importantes, pois a máquina de costura estava fortemente associada ao ambiente industrial; “(...) era como ter uma ferramenta mecânica na sala de estar.” (Forty, 2007, p.133). Com a construção da noção de lar em pleno desenvolvimento, os consumidores não queriam colocar um item associado à fábrica dentro de suas casas. Além do que, o aparelho ainda possuía preços elevados. A máquina doméstica da Singer criada em 1858 custava 125 dólares. Portanto, a casa que tivesse recursos para comprá-la, certamente teria recursos para contratar os serviços de costura no caso de querer uma roupa sob demanda. Ou seja, os consumidores ainda não viam vantagens em adquirir esse item e colocá-lo dentro de suas casas.

Os fabricantes, então, começaram uma série de mudanças visando transformar a máquina industrial de outrora em item indispensável de decoração doméstica. A primeira mudança foi a redução drástica de preços, chegando a 50 dólares. A segunda grande mudança foi a venda em prestações, abarcando não somente a família abastada que poderia pagar uma mão-de-obra, mas também famílias mais pobres, que agora conseguiriam fazer suas próprias roupas. A pioneira dessa artimanha foi a Singer, onde era possível dar cinco dólares de entrada em uma máquina, com prestação mensal, fazendo com que as vendas da empresa quadruplicassem em apenas um ano. A terceira mudança foi na própria aparência da máquina, retirando seu aspecto fabril e dando ares mais agradáveis. Não só foram feitas máquinas menores e mais leves, como também máquinas decoradas para serem verdadeiros ornamentos da sala de estar. Foi nessa época que surgiram máquinas em formatos curiosos de animais e querubins, ao estilo rococó, distanciando-se totalmente dos estilos de máquinas do ambiente industrial.

No final da década de 1860, surgiu nos Estados Unidos uma abundância de novos designs de máquina de costura uma vez que cada fabricante tentava produzir algo que se adequasse à ideia do mercado sobre o que era apropriado para o lar. (Forty, 2007, p.137).

A quarta e importante mudança é relativa a publicidade. Os fabricantes lançaram mão de anúncios e ilustrações que mostravam a máquina de costura no ambiente doméstico, atribuindo ares sofisticados, tecnológicos e burgueses ao lar. Vejamos um dos primeiros textos de propaganda da Singer:

A grande importância da máquina de costura está em sua influência no lar; nas incontáveis horas que ela acrescenta ao lazer das mulheres para descanso e refinamento; no aumento de oportunidades para a educação das crianças desde cedo, por cuja falta tantas lamentáveis histórias se podem contar; nas inúmeras oportunidades que ela abre para o emprego das mulheres e no conforto que trouxe ao alcance de todos, e que antes só podia ser desfrutado por poucos abastados. (Trecho retirado do livro de Adrian Forty, 2007, p.136).

Partindo da concepção de que a publicidade desempenha função de operador totêmico, ligando objetos, produtos e “coisas” a emoções, estilos de vida e símbolos sociais (Rocha, 2010), a importância da veiculação de imagens e textos do tipo se torna fundamental. Neste sentido, a publicidade é a narrativa do consumo, unindo produtos e pessoas, classificando os bens no mundo e classificando quem os consome de alguma maneira. “(...) a cada produto se ligam uma ‘história de vida’, uma ‘identidade’, um ‘clima’, uma ‘personalidade’ que o tornam diferente de qualquer outro. Com isto os produtos diferenciam, conseqüentemente, os grupos consumidores” (Rocha, 2010, p. 108). Ter uma máquina de costura em casa passou de vergonhoso a distintivo.

Com todas essas alterações, a máquina de costura entra de vez no âmbito doméstico garantido mudanças significativas para o sistema da moda, ao possibilitar que ainda mais pessoas entrassem no jogo das aparências, permitindo que elas mesmas pudessem costurar roupas a partir de um amplo espectro de matérias-primas financeiramente viáveis e disponíveis, com tecidos e aviamentos tão diferentes à venda. Dessa maneira, a moda e suas variadas atribuições alcançam ainda mais camadas da sociedade, “(...) facilitando a execução rápida da roupa familiar na própria casa e possibilitando aos segmentos populares a posse de um instrumento de trabalho.” (Volpi, 2018, p.104).



Outra vertente de importância categórica para o moderno sistema da moda é a imprensa, um verdadeiro marco na divulgação do vestir, invadindo a vida social dos indivíduos como nunca antes visto. Temos à disposição os mais variados estudos e pesquisas que mostram como a moda esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da imprensa, fazendo parte de sua vida desde praticamente o seu nascimento. Se a confecção têxtil já era relativamente extensa por ora da Revolução Industrial, a curiosidade pelas roupas também, o que poderia antecipar essa simbiótica relação entre moda e imprensa.

Desde o século XVI percebe-se um interesse formal pela indumentária, através de sua catalogação por meio de xilogravuras. Daniela Calanca (2008) nos mostra que a primeira coleção do gênero pertenceu a Enea Vico e se chamava *Habiti* (Roupas), cuja data é de 1558. São 98 xilogravuras com indumentárias de 98 partes do mundo. Ao contrário do que se imagina, a difusão do material pode ser considerada notável para a época. Quatro anos depois, *Recueil de la diversité des habits qui sont présent em usaige*, de François Desprez é produzido. Essa obra foi editada duas vezes em um intervalo de três anos, e possuía 121 gravuras acompanhadas de texto breve e introdutório cuja função era descrever os detalhes das roupas e o comportamento de quem as vestia. Ferdinando Bertelli, em 1563, amplia a obra de Enea Vico. Em 1577, é impressa uma obra chamada *Abiti dei popoli principali, sia maschili che femminili*, com 219 xilogravuras. Em 1581, há a publicação de dois catálogos por De Bruyn, considerados importantes para o estudo do vestuário, o *Abiti delle diverge genti del mondo*, com 67 xilogravuras representando um total de 182 indumentárias, e *Abiti delle genti di tutta Europa, Asia, Africa e America*. Cesare Vecellio, em 1590, ilustra uma série de imagens que mostram tipos variados de roupas em Veneza, Roma, Nápoles, França e Alemanha, classificando os modos de vestir e descrevendo o próprio mundo que observava diretamente. Nesta classificação, Vecellio faz uma atribuição bem precisa a cada papel social analisado, fazendo emergir figuras como a cigana oriental, o pirata turco, o mercador veneziano. Para além desses exemplos, são várias as obras que irão tratar de documentar a roupa e seus usuários, trazendo textos bem trabalhados e ricos em detalhes que, querendo ou não, abrem espaços novos de investigação, através dos reflexos do próprio mundo ocidental que se transformava, eternizados por essas coleções. Por mais que essas obras não tivessem o alcance estrondoso que a imprensa periódica teria alguns

séculos depois, são vestígios valiosos da curiosidade e fascinação que as roupas e as formas de ornamentação despertavam, e certamente abriram os caminhos para os jornais e revistas de moda que surgiriam posteriormente.

Para Calanca (2008), a primeira experiência de informação periódica sobre moda foi no final do século XVII com a revista *Nouveau Mercure Galant*, de 1677, que, na verdade, deu continuidade a publicação anterior *Le Mercure Galant* (1672-1674). A *Nouveau* trazia vestuários próprios para as estações do ano. Apesar de também serem exemplos válidos para a construção de uma história, o impacto social dessas publicações era quase nulo, uma vez que o acesso era restrito e a própria alfabetização estava em processo de se estabelecer.

Diferentemente de períodos anteriores, agora parecia que as publicações periódicas teriam continuidade. Tanto é verdade que no século XVIII observa-se uma enorme difusão de almanaques ilustrados sobre moda, englobando roupas e penteados. Segundo Roche (2007), o jornalismo de moda se apresentava como uma novidade, uma vez que demandava funções inéditas de documentação através de uma abordagem moderna sobre o tema, trazendo uma consciência em similaridade às transformações de mentalidade e já orientando o material a um público majoritariamente feminino. Outro ponto importante é que as gravuras de moda se diferenciam das coleções de trajes, como as apresentadas pelas xilogravuras do século passado.

Em poucos anos, as gravuras de moda tornam-se o canal privilegiado para a informação no setor. Mais econômicas e mais móveis do que os manequins, graças também à multiplicação das oficinas de impressão, as gravuras difundem os poderes da imagem além do círculo da nobreza. (Calanca, 2008, p.66).

Neste mesmo século, a *Encyclopédie* (Enciclopédia) dedicou 3.036 verbetes ao vestuário em seus volumes, fora as referências esparsas, pensando nele como um bem tanto produzido, quanto consumido, abordando processos de fabricação e comercialização, tratando de aspectos técnicos e culturais. Desses verbetes, 1.032 são de caráter cultural ou sociológico, histórico ou literário, moral ou normativo, atrelando-se a questões que tangenciavam etiqueta e bons modos. São encontradas algumas incursões pelo exotismo, reforçando o caráter fantástico das roupas, que, desde as coleções de xilogravuras, encantavam – nos mais variados sentidos – pelo estranhamento do outro e suas formas de ornamentação. Os outros 2.000 verbetes

restantes trataram de aspectos mais técnicos relacionados aos processos de manufatura, incluindo conteúdos econômicos no que se refere às vendas, bem como a organização do trabalho (Roche, 2007).

Dos principais temas indumentários encontrados na *Encyclopédie*, destacavam-se a seda e a indústria da seda com 241 verbetes; o comércio de roupas “exóticas” e estrangeiras com 192 verbetes; o fabrico de fita, galão e adereços com 161 verbetes; a geografia e regulação do comércio com 134 verbetes; tinturas e tintureiros com 111 verbetes; história antiga e antiguidade greco-romana com 106 verbetes; tecidos em geral com 95 verbetes; a ocupação de caixoteiro e alfineteiro com 88 verbetes; chapéu e fabrico de chapéu com 81 verbetes; a ocupação de botoeiro com 78 verbetes; fabrico de lã com 74 verbetes; calçados e fabrico de calçados com 71 verbetes; língua francesa com 70 verbetes; manufatura com 66 verbetes; couro com 65 verbetes; comerciante de moda com 63 verbetes; bordado e bordadeiro com 62 verbetes; assuntos eclesiásticos com 60 verbetes; história moderna com 58 verbetes; alfaiate e costureira com 56 verbetes; artes com 54 verbetes; perucas com 42 verbetes (Roche, 2007).

A maioria deles foi escrita pelo próprio Diderot em conjunto com Chevalier de Jaucourt. Alguns dos verbetes escritos por Diderot são “Aparência”, “Cinto”, “Capucho”, Galanteio”, Avental” e “Peruca”. Outros foram escritos por vinte especialistas, que eram escolhidos de acordo com os temas nos quais eram exímios. Todos que fizeram parte desse gigantesco empreendimento intelectual compartilhavam a ideia de que o estudo da produção das aparências era de interesse da sociedade de uma forma geral, apresentando a roupa como um aparato social, traçando visões ideológicas relativas ao vestuário. Segundo Diderot, as artes relacionadas à roupa eram incluídas entre as atividades dos que se ocupavam não em nos fazer pensar que somos felizes, mas em nos fazer realmente felizes (Roche, 2007).

Significados estéticos, morais e sociais foram debatidos, colocando a moda como um tema central de discussão, promovendo-a como objeto de grande interesse. Com as modificações provenientes do período, os vestuários vão se tornando complexos e parece que a Enciclopédia pretende decifrar esse mundo labiríntico, lançando mão de certa ambiguidade, na medida em que exaltava a esfera indumen-

tária, mas ainda trazia consigo uma conotação negativa que dizia respeito à frivolidade atribuída à moda e a corrida frenética pelas novidades. O próprio verbete “Mode” deixa isso à prova:

As modas vão e vêm constantemente, às vezes sem a menor aparência de racionalidade, e em geral o bizarro é preferido ao belo, tão-somente porque é novo. Se um animal monstruoso aparece entre nós, as mulheres logo o transferem do estábulo para suas cabeças. Todas as peças requintadas levam seu nome, e nenhuma mulher que se preze deixa de usar três ou quatro rinocerontes; em outras ocasiões, elas vasculham as lojas à cata de uma touca de pele de coelho, ou de lã, ou ornamentada de anjos, ou ao estilo cometa. Não importa o que elas dizem sobre a brevidade das modas, a última durou quase toda uma primavera; e eu ouvi dizer por alguns que pontificam sobre tudo que isso nada tem de tão extraordinário dado o gosto dominante que, segundo eles, nos faz lembrar dessa moda. Um inventário de todas as modas passadas e presentes na França por si só preencheria, sem muito exagero, metade dos volumes que anunciamos, bastando que retrocedêssemos apenas sete ou oito séculos até nossos ancestrais, embora eles fossem gente muito mais séria do que nós em todos os sentidos. (tomo X, p.598 *apud* Roche, 2007, p.459).

Para Roche (2007), o *Dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios* (título complementar à Enciclopédia) é uma das principais chaves para o entendimento da lacuna e da correspondência entre a imagem do sistema indumentário dos tempos modernos e as realidades que o informavam e eram por ele informadas. Uma vez que os textos e as gravuras ali expostos estavam a serviço de um objetivo maior em prol da racionalidade e da intelectualidade, eles abarcavam o que fazia parte da realidade social que os cercava e o que era suscetível de ser observado sob essa lente. Logo, a moda se encontra em lugar de objeto a ser analisado, debatido e criticado. Como salienta o autor, a grande difusão do tema na Enciclopédia deixa claro que este era um campo profícuo de debate.

Com o aparato do projeto iluminista e a formação do pensamento moderno, a Enciclopédia gerou um mercado do saber e sua leitura se tornou praticamente obrigatória para aqueles que quisessem imprimir determinado *status* e prestígio, gerando um comércio de enciclopédias, estudado por Robert Darnton (1996) em *O Iluminismo como Negócio*. Com isso, seu alcance foi estrondoso. Logo, um extenso universo de pessoas teve acesso a diferentes tipos de conhecimento sobre as roupas, incluindo práticas de manufatura, venda, equipamentos e profissões, classificando as principais palavras que existiam nesse bojo de informações, acompanhadas de imagens. Segundo Roche (2007), essas gravuras constituíam uma espécie de publicidade, retratando o assunto de modo preciso e atraente; em certo sentido, fazendo

uma promoção e exibição da temática inserida em ambiente agradável e calmo, exaltando um modo de vida e, desta maneira, suscitando desejos. Este ponto de vista acaba por abarcar a interpretação de Jacques Proust (1985) de que a Enciclopédia serviu aos mais distintos propósitos: da informação racional clara, precisa e consciente à fantasia, descortinando “(...) tanto as lições de uma história material da leitura quanto as de uma análise intelectual do consumo triunfante.” (Roche, 2007, p.440).

De fato, seu bem-sucedido recebimento na sociedade, que pode ser confirmado com as sucessivas edições mais econômicas e mais leves, disseminou horizontalmente modos e modas de um grupo social faustoso e apoteótico para as diversas camadas sociais, propagando uma materialidade nova relativa às roupas e às relações humanas, em certo sentido, instigados pelo debate do pensamento iluminista.

A Enciclopédia também ressoou em conjunto com uma medicina em plena modificação, ao relacionar algumas peças do vestuário com danos causados ao corpo, ossos e órgãos. Anteriormente, a roupa era rapidamente associada à saúde, mas no fim do século XVIII ela já não era mais garantia de um corpo saudável, pelo contrário, poderia causar doenças se não fossem propriamente limpas e conservadas, bem como poderiam causar deformidades sérias se fossem por demais apertadas. De acordo com a mentalidade iluminista da época, uma vida melhor e mais saudável passava por uma roupa mais confortável, cuja circulação dos fluidos poderia correr livremente. Enfim, “(...) a reforma indumentária estava na ordem do dia.” (Roche, 2007, p.466).

Sem dúvidas, o período sofreu o que Dabhoiwala (2013) chamou de revolução midiática. Segundo o autor, até o fim do século XVII não havia redes sólidas por onde as pessoas comuns pudessem trocar ideias e opiniões. Ainda que para Peter Burke (2010) a Guerra dos Trinta Anos tenha coincidido com o aparecimento de um meio inédito para expressar ou formar atitudes políticas: o jornal, que seria então definido como uma folha ou folhas impressas contendo notícias sobre acontecimentos correntes, sendo publicadas de forma inovadora em intervalos curtos e periódicos.

Segundo Dabhoiwala, é a partir do século XVIII que esse cenário é ampliado, resultando em um público leitor maior e permanente, com a explosão de jornais, panfletos e romances. Novas formas de impressão aumentaram o acesso, para o público geral, a novos tipos de notícias, conhecimentos e referências, somando-se a isso o crescimento paulatino dos níveis de alfabetização. Burke (2010) defende, inclusive, que o jornal integrou a política à vida comum do povo citadino da Inglaterra no século XVIII.

O crescimento da imprensa periódica garantiu que as informações sociais fossem disponibilizadas de maneira muito mais livre, contínua e volumosa, que elas fossem infinitamente copiadas e comentadas de um jornal para outro, e que fossem compartilhadas por comunidades de leitores muito mais abertas e substanciais do que jamais acontecera antes. Desta maneira, estabeleceu-se pela primeira vez uma mídia de massa permanente para a circulação e discussão de notícias e opiniões. (Dabhoiwala, 2013, p. 505).

Portanto, o século XVIII e a cultura midiática que nele se desenvolve construiu uma mudança no modo como os indivíduos passaram até mesmo a conceber suas identidades pessoais. A própria literatura passou a personificar os fenômenos sociais, e a publicação de histórias e memórias particulares passou a ser consumida, enfatizando as individualidades.

O aumento dos níveis de alfabetização e o fim da dependência de prensas manuais de madeira aumentaram vertiginosamente o alcance midiático, e os jornais passaram a ser a principal forma impressa pela qual as pessoas se informavam e consumiam diferentes tipos de notícias (Popkin, 1996). Os jornais ilustrados logo alcançariam incrível popularidade, com a publicação dos mais variados tipos: mais caros, mais baratos, mais pontuais, mais regulares, mais cômicos, mais políticos, relacionados a costumes, entre outros. Na Europa, a reprodução de ilustrações se difundiu com a invenção da litografia, em 1797. Antes, a reprodução desse tipo era feita com clichês de relevo, confeccionados em madeira, tornando a impressão lenta e cara. A litografia permitiu uma execução mais rápida, fazendo com que as tiragens fossem muito maiores, barateando os preços unitários dos materiais impressos, especialmente os jornais ilustrados (Maringoni, 2011).

Assunto comentado, discutido e compartilhado, a moda encontrava ressonâncias profundas no desenvolvimento da imprensa. Jornais e revistas se dirigiam

a um público ávido pela temática. “Com os aparatos da indústria gráfica remodelando a imprensa tradicional, o consumo começa a ocupar lugar de destaque no cotidiano e a ser pensado como um fenômeno que espelha os estilos de vida da coletividade urbana em expansão” (Rocha; Pereira; Aucar, 2013, p.46). Esses meios midiáticos se tornaram verdadeiros espelhos dos tipos de consumo e da própria moda referentes a cada período.

Praticamente ao mesmo tempo da Enciclopédia, a imprensa de moda se desenvolvia em ritmo constante. Ainda que majoritariamente francesa, era possível encontrar publicações em outros países. Na Inglaterra, por exemplo, em 1770, aparece a *Lady's Magazine*, que continha informações sobre chapéus e vestidos para mulheres, com uma saída não muito periódica. Entre 1771 e 1800, foi identificada uma série de almanaques e revistas que traziam informações sobre moda. Alguns deles eram publicados somente uma vez ao ano, como *The Annual Present for the Ladies*, *New and Fashionable Pocket Book*, *Carnan's Ladies' Complete Pocket Book*, *The Court and Royal Ladies' Pocket Book*, *The General Companion to the Ladies or Useful Memorandum Book*, *The Ladies' Mirros or Mental Companion*, *The Ladies' Miscellany or Entertaining Companion*, *The Ladies' Museum or Pocket Memorandum Book*, *The Ladies' New and Elegant Pocket Book*, *The Lady's Own Memorandum Book*, *The Ladies' Pocket Journal or Toilet Assistant*, *Lane's Ladies' Museum*, *Lane's Pocket Book*, *The London Fashionable and Polite Repository*, *The Polite and Fashionable Ladies' Companion* (McKendrick, 1982).

Aqueles mais conhecidos provenientes da França não ficavam confinados a marcações geográficas e eram enviados para diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, ajudando a fortalecer uma imagem do que era considerado elegante e distinto, que viria a ser replicada nos mais variados lugares. Neste sentido, “(...) novos meios de comunicação permitiram que um novo universo de símbolos se propagasse e uma nova ideologia se difundisse ao serem projetados na materialidade das coisas.” (Roche, 2007, p.474).

*Le cabinet des modes*, publicado por François Buisson em 1785 – que foi veiculado no ano seguinte com o nome de *Magasin des modes nouvelles françaises et anglaises* e, posteriormente, como *Journal de la mode et du goût* – é considerado por Roche (2007) como um líder incontestado de um gênero e que desempenhou papel

crucial na história da cultura, incluindo o ingresso das mulheres na imprensa. As bases do Antigo Regime ruíam e a imprensa de moda nascia. O discurso sobre o vestir deixava o confinamento dos meios jurídicos, com as leis e ordenações suntuárias, e inundava os meios midiáticos, que agora ajudariam a definir a pessoa, enfatizando particularidades que se destacavam na sociabilidade cotidiana.

Pouco a pouco, o pequeno espaço reservado à moda nos jornais ia criando uma superfície cada vez maior, o que refletia o interesse pelo assunto, fazendo com que os periódicos exclusivamente dedicados a moda se destacassem dos demais, formando, definitivamente, um estilo de jornal e revista, que foi, pouco a pouco, incorporando inovações, como críticas artísticas, debates morais, colunas de tipo social, reivindicações femininas, receitas, instruções médicas, questões de higiene e asseio, boas maneiras e os anúncios, que, em pouco tempo, dominariam páginas inteiras. Para Roche (2007), foi a publicidade que garantiu o sucesso das práticas e dos objetos e mudou o papel da roupa, com a moda transformada em necessidade comercial e espelho da personalidade. Segundo o autor, moda e publicidade seguiam de mãos dadas, informando e transformando.

A circulação das bonecas, que serão melhor citadas posteriormente, já mostrava como a indumentária criou um ambiente de observação e debate, enfeitando as curiosidades. As exposições desses frágeis e custosos objetos causavam verdadeiros arrebatamentos. Em certa medida, os periódicos se apresentaram como uma alternativa não só às bonecas, mas também às coleções de xilogravuras, ambos extremamente restritos e de circulação reduzida. Graças aos avanços dos métodos de impressão, jornais e revistas passaram a dominar a informação de moda, levando-a a diferentes camadas sociais, pensando a indumentária a partir da mentalidade individualista moderna. Dessa forma, as imagens de trajes antigos ficaram presas a meios específicos, que eram usados como consulta e coleção histórica. As imagens de moda ganhavam outras formas de expressão, usadas como fonte de informação e atualização dos bens em voga.

Daniel Roche (2007) salienta que o jornal de moda também herdou práticas legadas pelos autores da imprensa galante, satírica e literária, que continham informações sobre festas na corte e festividades urbanas, como o *Le courrier français* e



*La muse historique*. As informações desses impressos eram dispersas e desorganizadas, refletindo debates moralistas que se colocavam contrários a propagação do luxo, além de entenderem o vestuário como uma legitimação externa e social, na medida que a ideia do indivíduo autônomo, própria da modernidade, não estava em desenvolvimento pleno.

Entre 1710 e 1785, a França viu surgir vinte jornais, em um espaçamento de quatro a cinco anos. A vida desses impressos era curta e sem regularidade. São poucos os exemplos de jornais do período que tiveram uma vida relativamente longa, como o *La quintessence des nouvelles*, de Madame Dunoyer, publicado em Amsterdã e com duração de vinte anos. Exemplos pontuais não faltam, mas a característica comum é a fragilidade e inconstância das edições da primeira metade do século XVIII, que tentavam existir e resistir em um período complicado em termos de abrangência das tecnologias de reprodução, tiragens muito limitadas, além de uma dificultosa circulação por um serviço incipiente de correio. Os jornais ainda estavam submetidos a lógica de produção dos livros. Somente na segunda metade do século XVIII e início do XIX que a imprensa de moda, de fato, prosperou, atuando em um mercado que se consolidava a passos largos. O *Le journal des dames*, de 1761, já conseguiu ser distribuído por 39 cidades francesas e 41 cidades mundo a fora. Um século depois, os jornais de moda já estariam difundidos na Espanha, em Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Brasil (Rainho, 2002), espalhando informações textuais e ilustrativas sobre novas formas de apresentação de si.

Dessa forma, a partir de 1800 a imprensa de moda se difunde na Europa e além-mar. Alemanha e Áustria veem surgir veículos dedicados à temática exclusivamente dirigidos a costureiras e modistas. *Die elegante* (1842-1870), de Viena, traz, pela primeira vez, modelos em tricô, mostrando como o aumento das matérias-primas disponíveis ia ganhando espaço midiático. A divulgação de moldes de roupas também passa a ser comum, tendo como marco o francês *L'iris* de 1830 (Rainho, 2002). A partir daí as inovações não paravam. No final do século, o suplemento *Feminal*, do *Il.lustració catalana* passou a publicar fotografias da moda parisiense em vez de gravuras.

Na Inglaterra, surgem importantes periódicos a partir da segunda metade do século XIX, como o *Harpers Bazaar*, em 1867. No país, os moldes de papel vão surgir como uma inovação que aumentou vertiginosamente a difusão da moda. A companhia americana Butterick abriu uma loja na Regent Street, em 1875, vendendo moldes, que surgiam de quarenta a sessenta por semana. A empresa acabou criando um catálogo próprio, que se tornou praticamente uma revista, a *Delineator*, no mesmo ano (Rainho, 2002). Como vimos anteriormente, no final da década de 1860 as máquinas de costura domésticas atingiram um patamar de popularidade ímpar, ajudando no sucesso dos moldes, pois agora as roupas poderiam ser reproduzidas em casa mais facilmente.

É também no século XIX que os periódicos de moda se tornarão populares nos Estados Unidos. O primeiro jornal a possuir uma seção sobre o tema foi o *Godey's lady's book*, que circulou entre 1830 e 1877. A partir de 1869, os jornais de moda sofrerão um crescimento de vendas no país, principalmente porque passaram a ser vendidos em lojas comerciais e livrarias, sem mais estar sob dependência dos correios. Com isso, mais jornais surgem, a exemplo do *Lady's home journal*, de 1883, que em vinte anos alcançou a marca de 700 mil exemplares (Rainho, 2002).

Surge, assim, todo um universo de periódicos de moda, que tinham como objetivo comum apresentar diferentes modelos de vestuário misturando textos e imagens, trabalhando como modelo pedagógico na construção de identidades que se aproximavam de um ideal cosmopolita, moderno e elegante, chegando à população de forma divertida, leve e bastante ilustrativa. Uma lógica de instruir e agradar, que se transformavam em verdades incontestáveis proclamadas por aqueles qualificados para essa função, como jornalistas, colunistas, artistas, figurinistas e comerciantes de moda (Feijão, 2011).

Dabhoiwala (2013) chega a afirmar que a imprensa periódica da Grã-Bretanha seria uma verdadeira máquina moral, exercendo maior influência sobre costumes e opiniões da sociedade civilizada do que a eloquência conjunta da advocacia, do senado e do púlpito. A crescente popularidade dos periódicos acabava por criar um novo tipo de autoridade sobre questões variadas de conduta, reforçando aquilo que Giddens (1991) entendeu como “sistemas-perito”, fenômeno próprio da modernidade.

Paralelamente a criação e circulação de várias revistas e jornais ilustrados, especificamente de moda, vemos a proliferação de lojas, cujas vitrines brilhantes eram repletas de signos indumentários inseridos na lógica individualista, fortalecendo todo um novo sistema surgido na modernidade que dependia de engrenagens muito próprias para funcionar, contribuindo “(...) para a vitória do individualismo.” (Roche, 2007, p.496).

As imagens e os textos relacionados aos novos hábitos culturais, condutas, valores e consumo de moda se mostraram essenciais como parte de um processo que caminhava em direção ao “progresso”, ajudando a florescer um ideal de civilização e intelectualidade a partir dos ideários da cultura francesa, principalmente. “E não eram apenas as vestimentas publicadas que seguiam o modelo francês, também a forma dos periódicos e até as suas matérias eram inspiradas nele.” (Rainho, 2002, p.72).

Os modelos de roupas, penteados e acessórios eram descritos por imagens e textos que se esforçavam para permanecer no campo denotativo. As informações eram claras, objetivas e carregavam implicitamente ideias de distinção, modernidade e elegância. Geralmente as imagens eram acompanhadas de conselhos de uso, que indicavam as ocasiões e condições em que tais roupas poderiam ser usadas. Um procedimento coerente para um público sedento por modelos de prestígio e pouco seguro de suas escolhas estéticas. (Feijão, 2011, p.137-138).

Os periódicos ilustrados atuaram como um pilar eficaz na determinação de novos valores, maneiras de se portar socialmente e de hábitos de consumo daquilo que se considerava *up to date*, buscando transformar uma “velha” sociedade tradicionalista em “civilizada” e moderna. Há uma busca pela alteração dos signos sociais das pessoas que habitavam a cidade em mudança, almejando a graça, a opulência, o refinamento e a elegância dos novos costumes. “As imagens dos espaços reurbanizados converteram-se, nas revistas ilustradas, em cenários para a exibição das novas identidades metropolitanas” (Oliveira; Velloso; Lins, 2010, p.202).

Portanto, os periódicos de moda podem ser observados como um meio de comunicação que buscava veicular um tipo distintivo de combinação entre imagens e textos, a fim de atuar com o novo sentido de modernidade que as principais metrópoles buscavam para si. Se “[...] as chamadas necessidades básicas são inventadas e sustentadas na cultura” (Douglas: Isherwood, 2013, p.15), a criação de novas formas de sociabilidade exigia moldes bem definidos a seus cidadãos, a partir de

um ideário da “cultura civilizada”, fazendo surgir, de tempos em tempos, “novas necessidades básicas”, partindo em direção à compra de bens materiais, que recheavam as lojas, em uma contínua atualização com a moda. Industrialização, mídia e novas técnicas de venda acabavam por consolidar um sistema autônomo de consumo, que em nada tinha de submisso ao processo de produção, mas acontecia paralelo a ele, complementando-o em uma relação de interdependência (Rocha; Frid; Corbo, 2016). “Autonomização, particularização e ruptura permeiam diferentes movimentos sociais na modernidade” (Rocha; Frid; Corbo, 2016, p.188), e a moda é um deles.

Como afirma Rainho (2002), muito além da simples descrição de trajes e figurinos, os jornais e revistas de moda se dedicaram a justificar a importância do tema, construindo um espaço fundamental não apenas para a divulgação, mas para a transformação da moda em algo comum, difundindo-a, explicando-a e digerindo-a para um público cada vez mais amplo e interessado.

## 2. Duas concepções de mundo, duas culturas indumentárias

### 2.1. Holismo, tradições e permanências: o vestir e as leis suntuárias

As leis suntuárias, também chamadas de ordenações ou pragmáticas, são leis proibitivas de ordem econômica, política e social, e seus objetivos vão desde evitar dispêndios excessivos em banquetes a restrições ao vestuário, reforçando hierarquias e privilégios, em um contexto onde a mentalidade ocidental se baseava no holismo. “São leis que pretendem manter os consumos adequados às hierarquias da sociedade, impedindo ou minimizando a mobilidade social, ou pelo menos, a visibilidade dessa mobilidade” (Vieira, 2017, p.09). São justamente pelas restrições ao vestuário que as leis suntuárias ficaram mais conhecidas e é esta a característica que mais nos interessa aqui. Portanto, “(...) o vestuário é, nesta medida, uma oportunidade para estabelecer as coordenadas básicas dentro das quais um mundo foi dividido pela cultura.” (McCracken, 2003, p.85).

O grandioso estudo<sup>10</sup> de Alan Hunt (1996) sobre leis suntuárias é bastante elucidativo e possui um olhar próximo ao que se busca imprimir nesta tese. Para o autor, as leis suntuárias devem ser entendidas como leis pré-modernas de ordem social. Hunt também afirma que a maioria dos estudiosos sobre regimes suntuários concordou que um recurso central das leis era a atenção dos soberanos em preservar a exclusividade ao monopolizar o direito de usar peles, sedas, veludos, brocados ou qualquer outra coisa que pudesse conferir vantagem indumentária àqueles assim intitulados. Existia, portanto, uma preocupação de proteger o sistema hierárquico e as concepções de relação social vigentes, resistindo às diversas manifestações visíveis de grupos sociais em ascensão, que se tornavam, por assim dizer, desafiadoras.

---

<sup>10</sup> Os estudos de Alan Hunt são mais direcionados a questões jurídicas, mas invocam excelentes reflexões que foram amplamente utilizadas no presente estudo. Além disso, o autor pensa as leis suntuárias em seus mais diversos aspectos: álcool, comida, pornografia, uniformes, etc. não se prendendo somente a questão indumentária, como é feito aqui.

Este amplo cuidado com as vestimentas<sup>11</sup> aponta a indumentária como uma importante forma de ordenação e comunicação social, fazendo das roupas “arquivos culturais privilegiados”<sup>12</sup>.

Hunt (1996) evita fazer uma definição fechada do que acredita ser a lei suntuária por si só, mas alega que esses aparatos jurídicos regulam o consumo de diversas fontes. Por isso, para ele, as leis suntuárias foram promulgadas a partir de uma preocupação com as manifestações sociais do consumo. O autor procura relacionar, durante a sua obra, as leis com um projeto de governança, aproximando-as de uma “sociologia da governança” e não concorda com as teses de que as ordenações suntuárias são apenas para contenção de extravagâncias.

A ideia única de contenção de extravagâncias acaba por ser uma visão mercantilista e de viés econômico. Segundo o autor, os estudos de leis suntuárias iniciais são frutos de uma época na qual a visão econômica ganha fôlego e domínio de pensamento, sendo trabalhos muito focados em regras de fixação de preços e restrições à importação de mercadorias estrangeiras de cunho protecionista<sup>13</sup>. As leis suntuárias estavam ativas desde antes desses termos econômicos estarem sequer em voga. Podemos, inclusive, fazer um paralelo com os estudos iniciais de consumo, que também possuíam uma visão bastante economicista e moralizante, que basicamente só focavam nos processos de produção. Além disso, o viés econômico das leis suntuárias não é o foco principal deste estudo, mas sim o seu viés social como mecanismo regulador de manutenção das hierarquias, atuando na formação de padrões culturais e sociais dominantes.

---

<sup>11</sup> Na literatura sobre moda, há uma vertente na qual separa o “vestir” da “vestimenta”, entendendo o “vestir” (*habillement*) a partir da concepção de Roland Barthes (1957), que interpreta a palavra dentro do sistema linguístico de Saussure, atrelando-a ao ato individual de se apropriar do que é proposto pelo grupo. Já a vestimenta (*vêtement*) seria sinônimo de traje, na perspectiva sociológica, inserido em um sistema formal e normativo, validado pela sociedade. Neste sentido, de acordo com a perspectiva assumida por esta pesquisa, o “vestir” estaria inserido no contexto moderno e individualista e a “vestimenta” no contexto tradicional e holístico. Porém, não adotamos esta diferenciação. As palavras “vestir” e “vestimenta” são utilizadas durante todo o trabalho em sentido aproximado.

<sup>12</sup> Frase escrita pela professora Denise Bernuzzi Sant’Anna, na *Apresentação à edição brasileira*, do livro de Daniel Roche (2007) publicado no Brasil.

<sup>13</sup> Também existe uma dificuldade muito grande em dizer o que era lei suntuária e o que era protecionismo econômico, que podem ser facilmente confundidos. Por exemplo, deveríamos considerar uma lei francesa proibindo a importação de lã inglesa como uma lei suntuária ou como um exemplo muito típico de protecionismo econômico?

São leis que buscaram reproduzir relações sociais alicerçadas em uma ordem estruturada e fixa, desde o nascimento, ou outras formas de classificação vigentes. São projetos que regularam formas de luta, por meio das aparências, entre a nobreza feudal, nobreza aristocrática de corte e burguesias mercantis urbanas em diferentes períodos históricos<sup>14</sup>. Richard Posner (1990) as entendia como “leis da aspiração”, caracterizadas por um otimismo legal que levava os soberanos a acreditar que suas vontades (ou vontades divinas) eram motivo suficiente para sua promulgação. Uma crença em um poder absoluto. É interessante a ligação que Alan Hunt (1996) faz entre leis suntuárias e a formação do Estado Moderno e seu processo de governabilidade, próximo ao que Mary Douglas (2014) chama de projeto universal governamental, que tenta forçar a todos em uma boa cidadania.

A origem pontual das leis suntuárias é difícil de ser apreendida e a falta de registros mais densos (ou a dificuldade de acesso a esses registros) obstaculiza uma pesquisa mais profunda sobre o tema. Além do que, pode-se imaginar o quanto disso se perdeu no tempo, e o que sobreviveu acaba sendo, muitas vezes, esparso e reduzido. Segundo Hunt (1996), os primeiros registros da aplicação das leis suntuárias são raros. Para Daniela Calanca “as leis suntuárias são, na história do costume, um grande capítulo que ainda deve ser escrito.” (2008, p.49). Essa lacuna existe, de fato, apesar da revolução documental promovida pela *Escola dos Annales* e sua proposta mais “abrangente e totalizante” (Burke, 1992. p.4), valorizando o uso de outras fontes como documentos históricos.

O vestuário é, assim, um meio através do qual categorias e princípios culturais são codificados e tornados manifestos. Por ser dotado de tais capacidades, é também um valioso meio de comunicação para o ritual em geral, e para os ritos de passagem em particular. Carregado de potencial e efeito semiótico, o vestuário é uma das principais oportunidades para o exercício de poderes metafóricos (Fernandes, 1977) e performativos (Tambiah, 1977) do ritual. (McCracken, 2003, p.86).

Para Braudel (1981), as leis suntuárias relacionadas à vestimenta foram criadas pelos reis, imperadores e governantes de uma maneira geral, para manter a aparência das camadas mais altas, onde mesmo os que possuíam condições financeiras, mas não a “linhagem”, não poderiam compartilhar da mesma aparência.

---

<sup>14</sup> Alan Hunt (1996) emprega a seguinte periodização histórica: Alta Idade Média, de 1050 a 1300; Final da Idade Média, de 1300 a 1550; Início da Era Moderna de 1550 a 1800; Era Moderna por excelência, após 1800.

Neste sentido, as leis suntuárias congelam e reproduzem uma "distância social" (Hunt, 1996, p.147) existente. Dentro dessa perspectiva, podemos trazer o termo "fechamento social" de Max Weber (1978 [1920]), designado para todas as práticas de monopolização por um grupo de elegíveis contra aqueles fora desse grupo, para refletirmos sobre essa estrutura.

São estudos históricos como os de Braudel (1981) que mostram muitas sociedades em diferentes períodos tentando restringir os usos de adornos e vestimentas. A sustentação do pensamento, baseado em uma concepção holista de mundo e compartilhada por essas sociedades, promovia o cumprimento de funções sociais previamente definidas - lógica predominante em sociedades estamentais. Logo, leis proibitivas como as leis suntuárias puderam ser pensadas e praticadas. Também é importante salientar que estamos falando de um período em que as roupas eram um bem durável.

Para Daniel Roche,

As leis suntuárias eram uma forma de expressão da economia política cristã, na qual o consumo devia obedecer a uma hierarquia de regras e condições, sendo a mobilidade social limitada e denunciada. A roupa (...) era o bode expiatório ideal para a desordem que se observava nas situações sociais. Esse era um aspecto fundamental da antiga sociedade, que persistiu até mesmo quando as regras e comportamentos sociais já haviam mudado. (Roche, 2007, p.42).

Logo, "(...) a maior parte das Leis Suntuárias [maiúsculas no original] atestam a intenção, entre os reis que a editavam, de manter as distinções de classe<sup>15</sup> sobre as quais a sociedade repousava." (Souza, 1987, p.47). Para Muzzarelli, o estudo de leis suntuárias permite conhecer "a relação entre aparências, situações políticas, sociais, econômicas e morais" (1999, p.268). Vamos então adentrar em uma espécie de "cronologia" dos regimentos suntuários, ainda que não seja uma tarefa simples. Além de grande volume, eles são transversais, perpassando regimes religiosos, econômicos e políticos distintos. Portanto, seria impossível escrever a história das leis suntuárias em um único capítulo, nem mesmo em um único livro. Por isso, vamos ver alguns casos pontuais.

---

<sup>15</sup> O conceito de classe social é complexo e não é o objetivo da tese desenvolvê-lo e/ou discuti-lo. A palavra "classe" será somente usada quando for citação de outros/as autores/as.



Podemos dizer que a história inicial das leis suntuárias se constitui através de proibições relacionadas a funerais e outros ritos consagrados, como o matrimônio. O texto fundador da lei suntuária grega, datado do início do século VI, são as leis atenienses de Sólon (Hunt, 1996) e não fogem à regra: eram restrições relacionadas ao tamanho das procissões fúnebres e ao valor dos alimentos que poderiam ser servidos durante o rito. Outra dimensão da lei era a restrição do papel das mulheres nos funerais, que “(...) foram limitadas a três xales de luto e proibidas de lacerar<sup>16</sup> suas bochechas como sinais de luto.” (Alexiou, 1974, p.21)

Na Roma Antiga, o *Sumptuariae leges* foi um conjunto de leis aprovadas para evitar gastos exagerados com banquetes e para controlar o uso de vestimentas, a exemplo de quando os cidadãos comuns do sexo masculino foram autorizados a usar toga somente ao atingirem a maioridade política. Nos primeiros anos do Império Romano, os homens eram proibidos de usar seda e roupas muito detalhadas. As túnicas possuíam certo número de listras, que era regulado de acordo com a classificação social. Júlio César proibiu pessoas comuns de usarem togas com bordas roxas, que ficaram restritas à cúria<sup>17</sup>. O imperador Flávio Honório outorgou um decreto proibindo os homens de vestirem calças “bárbaras” (Payne, 1965). Em Roma, também podemos encontrar outras leis que regulavam o tamanho do mausoléu e das refeições fúnebres, como as formulações usadas nas *Doze Tabelas* (450 a.C.). A *Lei V* das *Doze Tabelas* exigia que “ninguém, daqui em diante, ultrapasse os limites estabelecidos por estas leis para a celebração de ritos fúnebres.”. A *Lei VI* exigia que a “pira funerária seja construída a partir de inacabada madeira, não de madeira polida.” (Scott, 1973, p.74).

Mesmo com essa amostra, Hunt (1996) salienta que na Europa a presença inicial do regulamento suntuário é incerta e irregular. Também são encontrados traços em Carlos Magno e em suas ações governamentais para garantir as condições gerais das relações feudais, como a proibição aos camponeses de transportar espadas. Suas roupas também eram restritas ao preto ou cinza.

<sup>16</sup> Alexiou (1974) argumenta que as mulheres, ao lamentar o luto, dilaceravam os rostos e ao fazê-lo em público, estavam atraindo a atenção para o que poderia ser considerado como ameaça social.

<sup>17</sup> Senado romano. Organismo governamental administrativo.

Segundo Hunt (1996, p.142), as leis suntuárias começam a ficar mais regulares apenas no final do século XII (como em Gênova, em 1157 e na França, em 1188) e se tornam mais frequentes no século XIII (como em 1234, em Aragão; 1249 em Siena; 1250 em Florença; 1252 em Sevilha; 1258 em Valhadolide; 1256 em Castela; 1276 em Bolonha; 1277 em Pádua; 1297 em Veneza e 1304 em Zurique). Para o autor, esse período foi atravessado por complexos aspectos culturais, econômicos e lutas políticas. As leis suntuárias faziam parte dessas lutas. A partir da segunda metade do século XIV, elas estavam presentes em grande parte da Europa.

Tabela 1: Uma pequena história das leis suntuárias<sup>18</sup>

Localização	Século XII	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI	Século XVII	Século XVIII
França	1	4	5	6	13	19	1
Inglaterra	1	0	5	4	20	1	-
Cidades italianas (exceto Florença e Veneza)	2	7	16	24	12	17	1
Florença	-	2	13	10	7	21	-
Veneza	-	1	8	11	17	28	2
Espanha	-	7	7	2	16	4	2
Suíça			3	0	3	3	2
Alemanha				3	7	7	2
Escócia				7	12	12	1
América do Norte						9	1

A lei suntuária medieval torna-se quase sinônimo da regulação do vestuário, da ornamentação e da aparência pessoal e era extremamente significativa de uma mentalidade predominante em sociedades não-industriais. Símbolos medievais não eram simplesmente formas de significação ou metáfora, mas eram constitutivos dessa realidade (Huizinga, 1954). Durante o Antigo Regime, a roupa (incluindo

<sup>18</sup> Esta tabela foi originalmente publicada no livro de Alan Hunt (1996). Tradução minha. É importante frisar que a tabela serve como uma ilustração básica do desenvolvimento das leis suntuárias, mas se deve ter cuidado ao torná-la fonte única de análise, devido as imensas dificuldades de registro, principalmente em relação aos séculos mais remotos. Cada número sugere a quantidade de decretos suntuários por período e região indicados.

cores e formas) continuou significando uma condição, uma qualidade, um instrumento de regulação política, social e econômica, onde cada um ocupava seu lugar, usando as vestes próprias à sua posição. Era um universo permeado pela sociabilidade comunitária e pela civilidade das aparências, baseada em um padrão do parecer e ser, conferindo ao espaço público importância categórica para a identificação das pessoas e dos grupos. (Villalta, 1997). As leis suntuárias agiam em consonância com esse universo, codificando cortes, materiais e cores, garantindo demarcações de poder. Desta maneira, as vestimentas e os adornos funcionavam, desde então, como signo social.

A história da regulação do vestuário é marcada por duas formas: a primeira se relaciona com a imposição de limites de despesas (que poderia ser relativo a todo o vestuário ou ao preço por pedaço de tecido, em itens separados). A segunda forma é a mais conhecida, quando se reservava tipos de tecido, materiais ou estilos de indumentária, através da concessão de um privilégio para uma categoria social designada. Essa forma era validada através de proibição negativa (por exemplo: nenhum camponês pode usar seda). O mais antigo estatuto suntuário escocês de 1429 é o único encontrado que estabelece um dever positivo. Requeria que todos os homens com renda acima de uma determinada quantia tivessem que se vestir como um cavaleiro, possuindo pele, arco, broquel e faca (Hunt, 1996).

Prostitutas e cortesãs eram alvos corriqueiros de ordenações distintivas em relação às suas vestes para diferenciarem-se tanto visualmente quanto socialmente dos demais. Praticamente durante todo o regime suntuário temos, em um momento ou outro, alguma imposição de infâmia às prostitutas. Elas foram obrigadas a usar cores específicas em público (a cor amarela, por algum motivo, foi a mais empregada), chapéus e sapatos especiais, sinos e outros meios para fornecer evidência visível e audível.

Em Florença, a partir de 1343, o governo da cidade - a *Signoria* - passou a enviar inspetores para examinar caixas de roupas domésticas como parte do estatuto suntuário. Em Veneza, depois da Peste Negra de 1347-48, foram emitidas leis suntuárias que proibiam roupas azul-escuras ou verdes para incentivar a felicidade geral (Newett, 1907).

Londres, por sua vez, possuía um volume muito grande de regimes suntuários, principalmente com os Tudor, que foram bastante ativos e enérgicos nesse ponto. O fato interessante é que as leis suntuárias inglesas funcionavam como leis nacionais e não como leis locais, restritas a uma cidade específica, como era mais comum. Houve apenas alguns exemplos de iniciativas locais, como em 1344, com o “Little Red Book”, dos estatutos da Corporação de Bristol, que estabeleceu limites de despesas em peles para diferentes categorias sociais (Bickeley 1900; Sacks 1989). E também na cidade de Coventry, que emitiu regulamentos suntuários que proibiram pessoas comuns de usar peles de raposa ou cordeiro, seda e cetim em seus gibões (Marly, 1985). Na Inglaterra, houve pouca tentativa nacional de regular a prostituição, pois este parece ter sido considerado um problema apenas de Londres. Porém, encontramos decretos emitidos nos séculos XIV e XV proibindo "mulheres da vida do mal" (*women of evil life*) de usarem capuzes de peles (exceto lã de carneiro ou coelho) (Wadmore, 1902).

O primeiro estatuto suntuário oficial inglês foi em 1336, decretado por Eduardo III (1327-1377) e tratava apenas de comida. Já a regulação ao vestuário aparece em 1337, e é um testemunho do significado político do uso de peles, tratando basicamente de suas restrições e permissões. Essa distribuição bastante restritiva de peles foi atenuada pela lei de 1363, conhecida como *A Statute Concerning Diet and Apparel* (Veale, 1966), em que artesãos e trabalhadores eram permitidos a usar peles de cordeiros, coelhos, gatos e raposas (Hunt, 1996). No século XIV, os estatutos suntuários ingleses foram pouco frequentes, sendo o próximo promulgado apenas cem anos depois, em 1463, no reinado de Eduardo IV (1461-1470), onde se afirmava que nenhuma pessoa abaixo do nível do soberano devia usar tecido bordado de ouro ou seda roxa; ninguém abaixo do cavaleiro deveria usar veludo, cetim, seda ou arminho. Algumas camadas eram isentas da lei como a Família Real e os barões do Tesouro (Hunt 1996).

Depois disso, os estatutos vieram mais regularmente, como em 1483, 1510, 1514, 1515, 1533 e 1553. A lei de 1533, conhecida como *Act for Reformation of Excess in Apparel*, foi a última das tentativas de estender um regime de vestimenta hierárquico para toda a população na Inglaterra. Há evidências de que o projeto foi

iniciado com uma carta de Henrique VIII a Thomas Cromwell, na qual o rei solicitou que "a lei de vestuário fosse colocada em prontidão contra o início do próximo Parlamento" (Baldwin, 1926, p.157). O *Act* se apresentava contra a subversão do bem e da ordem política no conhecimento e distinção de pessoas de acordo às suas propriedades, preeminências, dignidades e graus (Hunt, 1996).

Elizabeth I, ao assumir o trono, também estipulou o que poderia ser usado como ornamentação de acordo com a posição social de seus súditos. A Corte Elizabetana, estudada por teóricos como Grant McCracken<sup>19</sup> (2003), oferece dados bastante interessantes de como funcionava o processo de poder hierárquico a partir das vestimentas. A Rainha ultrapassou seus antecessores Tudor no quesito “extravagância”. “As despesas de Elizabeth, como anfitriã, com hospitalidade e com vestuário eram assombrosas” (Strong, 1977 *apud* McCracken, 2003, p.30). Ela utilizava a despesa como instrumento de governo, como projeto político. Para Braudel (1973), esse uso político do consumo pode ser identificado nas cortes renascentistas e, segundo McCracken (2003), foi exatamente aí que a rainha se inspirou. Esse nível de excesso e gastos não era em vão, pelo contrário. A ideia era transformar a Corte em uma “(...) espécie de desfile, de espetáculo teatral, (...) um meio de governar” (Braudel, 1973, p.307). Quanto mais dispêndios o nobre fazia para se estar presente nas cerimônias reais, mais próximo da soberana ele ficava. Esse sistema de gastos estimulava os nobres a procurarem Elizabeth diretamente, buscando avançar na escala hierárquica da Corte, pois “(...) qualquer proximidade com o soberano se transforma em poder, tecido em um fio dourado que se estende desde a coroa até qualquer um que o toque.” (Montefiore, 2016, p.22). Este cenário motivou a competição social entre a nobreza, que se via cada vez mais dependente de favores reais para sua sobrevivência (McCracken, 2003). Nesse sistema, a pátina produzida pelo uso de determinadas indumentárias é valorizada, definindo marcas de posições sociais.

Já na França, estudos como o de Vieira (2017) apontam que no IV Concílio de Latrão, de 1215, é possível encontrar referências a restrições ao vestuário. A

---

<sup>19</sup> O autor considera a corte da Rainha Elizabeth I como responsável pelo *boom* de consumo na Inglaterra dos séculos XVI a XVII. Inegavelmente, os gastos da nobreza elizabetana possuíam entusiasmo e escala inéditos, transformando o mundo dos bens que os cercava e, como salienta o próprio McCracken, transformando também a natureza do consumo ocidental. Porém, cabe ressaltar que a dinâmica de consumo da sociedade de corte de Elizabeth I acontecia através de suas sanções, ordenações e regras, estando atrelada a uma figura soberana tradicional.

sociedade de Corte francesa se mostra como um arquétipo bem claro de uma sociedade estamental, cimentada em bases hierarquizadas. Não por menos as leis suntuárias francesas duraram até as vésperas da Revolução (Hunt, 1996). O estudo de Norbert Elias (1995) é categórico ao mostrar as complexidades dessa hierarquização, através de rituais régios cuidadosamente sistematizados. Segundo o autor, as Cortes incluíam centenas, por vezes milhares, de “servidores”<sup>20</sup> e o excesso de luxo ganha evidência nessa circunstância. Se o luxo servia de bengala para sancionar algumas leis suntuárias, ele servia para as camadas mais altas como uma autoafirmação. Na verdade, como salientou Max Weber (*apud* Elias, 1995), o que nos parece luxo hoje em dia para aquela sociedade era, na verdade, uma necessidade. As pessoas que constituem essa sociedade são unidades de seres humanos que mantêm relações entre si, ligados uns aos outros por uma rede de interdependências (Elias, 1995). Mais do que galgar acúmulos de riqueza, estar inserido na dinâmica da sociedade de Corte em posições de destaque significava distinção, em um *ethos* particular do período. Esse *ethos* “(...) emana das próprias estruturas e da atividade da sociedade cortês. Por outro lado, ele assegura o seu funcionamento. Não é a expressão de uma escolha deliberada.” (Elias, 1995, p.31).

Como bem destaca o autor, se um duque constrói uma casa, essa casa tem que ser, obrigatoriamente, uma casa de um duque e não de qualquer outra camada hierárquica, como um conde, por exemplo. A casa pode nos servir de metáfora para todos os outros elementos que constituem a vida desse duque, incluindo sua indumentária. A posição social dessa pessoa se baseia em uma tradição imposta previamente, assim como a posição de sua esposa e de seus filhos.

O colossal estudo de Simon Sebag Montefiore sobre o Império Russo dos Románov (1613-1918) também aponta vários trechos nos quais tsares e tsarinas usavam de seu poder simbólico e jurídico para esculpir a sociedade a partir de seus desejos e objetivos. Pedro I, conhecido como Pedro, o Grande queria fomentar a

---

<sup>20</sup> Tantas eram as pessoas na Corte que participavam dos jogos sociais cobertos pelas regras de indumentária que muitas vezes esse cenário pode ser confundido com certo ritmo de moda nos feitiços que conhecemos habitualmente. A moda, em sua concepção moderna, não existia em pleno desenvolvimento no período das sociedades aristocráticas, uma vez que escolhas feitas a partir de uma concepção de gosto e desejos individuais não eram permitidas e/ou estimuladas. Por mais que alguns estudos tenham mostrado uma movimentação próxima do que entendemos como moda em períodos anteriores à Idade Moderna, são exemplos pontuais, que não foram capazes de modificar a estrutura vigente.

civilização russa aos moldes daquelas que admirava, como a de Paris e a de Amsterdã. Ordenou, portanto, a organização de festas, elaborando seus *Regulamentos Para Organizar Assembleias*, estabelecendo regras e normas, como aquelas que obrigavam garotas a usarem vestidos em estilo ocidental, com ruge vermelho, e não mais pretejar os dentes. Já os homens deveriam usar casacos alemães ou holandeses. Pedro, o Grande havia visitado Versalhes e percebeu que a plenitude do poder por si só não era o bastante para a constituição de uma Corte: o esplendor, as diretrizes, as regras e os costumes da sociedade cortesã também faziam parte da construção de um potentado europeu.

Catarina, a tsarina, animava-se com a função de dar festas e transformar o Império Russo em um teatro esplendoroso aos moldes franceses (Montefiore, 2016). Alguns anos depois, a já imperatriz Elizaveta proibiu as damas da corte de usarem cor-de-rosa, pois era sua cor favorita. A condessa Natália Lopukhiná ignorou a ordem de Elizaveta e colocou uma flor cor-de-rosa no cabelo. A imperatriz, por sua vez, mandou a condessa ajoelhar-se em sua frente, cortando o cabelo onde estava a flor e esbofeteou-a na presença de todos. Para finalizar, mandou prender Lopukhiná. Ninguém mais desobedeceu as regras de vestuário impostas por Elizaveta (Montefiore, 2016). Mais do que uma simples briga por causa de um item indumentário, este exemplo nos mostra a concepção de uma sociedade baseada em estamentos e funções sociais pré-definidas, onde a criação de significados era fruto de processos que faziam parte da estruturação daquela realidade. Caso semelhante aconteceu quando a imperatriz teve problemas ao pintar seus cabelos e teve que raspar a cabeça, obrigando todas as garotas da Corte a fazer o mesmo (Montefiore, 2016).

Para o autor, Elizaveta personificava a sociedade do Antigo Regime nos trajes e na moral, servindo-se de pinta falsa e perucas de dois andares. Um ponto interessante sobre sua personalidade é que a imperatriz se achava mais bonita em roupas masculinas. Por isso, usava sua posição no topo da sociedade para organizar as *Metamorfozes*, bailes onde a ordem era a inversão dos papéis de gênero no quesito indumentário. A imperatriz sempre surgia como homem e ordenava: “Damas devem estar em roupas de homem, e os cavalheiros nas roupas de damas que tiverem,

vestidos de saias compridas, túnicas ou négligés<sup>21</sup>.” (Montefiore, 2016, p.247). A “déspota russa da vestimenta” baixava decretos um atrás do outro, sempre bastante detalhados:

Damas devem usar cafetãs e tafetás brancos, punhos de bordados e saias verdes, lapelas enfeitadas com cadarços dourados. Devem usar na cabeça um adereço em forma de borboleta com laçarotes verdes, o cabelo liso puxado para trás. Cavalheiros: usar cafetãs brancos, camisas de punhos de corte pequeno, colarinhos verdes e caseados de botões dourados (Montefiore, 2016, p.247).

O historiador britânico ainda nos traz mais detalhes sobre a constante preocupação de Elizaveta em regular o vestuário de seus súditos e de estar atenta às roupas que chegavam por navios. “Ouvi dizer que um navio francês chegou com roupas para as damas, chapéus para homens e pintas postiças e tafetás dourados para mulheres. Tragam tudo isso e o comerciante até mim imediatamente” (Montefiore, 2016, p.247). Segundo o autor, quando a imperatriz ficava sabendo que não tinha sido a primeira a ver os itens recém-chegados as ameaças e prisões eram certas.

Convoquem o comerciante e perguntem por que ele estava mentindo quando disse que tinha mandado todas as lapelas e colares que escolhi (...). Agora quero tudo para mim, mandem-no encontrar tudo e não deixar nada com outra pessoa. E se alguém não quiser devolver, diga que vai se arrepender (damas inclusive). Vou aplicar punição a quem eu vir usando esses itens. (Montefiore, 2016, p.247).

A imperatriz possuía um guarda-roupa com 15 mil vestidos, à época de sua morte, além de mais de 100 vestidos franceses nunca usados. Como hábito do Antigo Regime, os cortesãos devem acompanhar seus soberanos, por isso Montefiore sublinha que estar a par de Elizaveta era tão caro que até mesmo ministros se encontravam constantemente à beira do empobrecimento, recorrendo à imperatriz para conseguir recursos, lembrando o modelo da Corte da Rainha Elizabeth I, na Inglaterra. Um século depois, em 1897, sob o império de Nicolau II (1894-1917), a Rússia passava o que grande parte da Europa moderna já havia passado, com o surgimento de um poderoso – no sentido econômico – corpo mercantil de magnatas têxteis e de ferrovias, enquanto a nobreza precisava hipotecar propriedades<sup>22</sup>. Nicolau II, diferente de outros monarcas, como Dom João VI em Portugal que concedia mercês régias a diferentes camadas sociais, não fez dessa poderosa burguesia

<sup>21</sup> Négligé são vestes femininas que caem sobre os quadris, geralmente de seda.

<sup>22</sup> A peça *O jardim das cerejeiras*, de Anton Tchekhov, retrata esse cenário.



um pilar da monarquia. Pelo contrário, foram excluídos de todo e qualquer cargo público, e se “(...) consolaram colecionando arte impressionista e cubista” (Montefiore, 2016, p.627), rejeitando a mentalidade do mundo moderno e sujeitando a si e sua Corte a permanências e tradições do mundo holístico e estamental.

Em estudo instigante sobre as mulheres de Castela dos séculos XIV e XV, Thiago Henrique Alvarado (2017) traz uma perspectiva sobre o vestir, calçar e instruir como os verbos principais que rodeavam a vida das castelhanas do final do medievo. Sob uma advertência que correspondia ao desvio e ao pecado, ainda assim o trabalho de Alvarado pode (e deve) ser utilizado como mais um caminho para entendermos valores e mentalidades de um tempo que as vestimentas eram um domínio jurídico, por onde se validavam suas permissões e impedimentos.

Um dos exemplos mais bem explorados trazidos por Alvarado foi o *Tratado provechoso que demuestra como el vestir e calçar comunmente se cometen muchos pecados*, escrito em 1477 e impresso em 1496, pelo religioso Hernando de Talavera (1428-1507) – confessor da rainha D. Isabel de Castela e primeiro arcebispo de Granada. O tratado é considerado uma síntese da investida das autoridades castelhanas contra os pecados na apresentação exterior de homens e mulheres. O estudo do autor salienta a existência de regulações suntuárias também por parte dos eclesiásticos, um viés de fato existente no histórico desse tipo de lei. Talavera dizia que os prelados e regedores dos povos e comunidades, tanto eclesiásticos quanto seculares, podem e devem ordenar leis acerca dos trajes. Essas leis teriam dois efeitos principais, segundo o religioso: iluminar e avisar aos bons; temperar e refrear os maus com penas civis ou criminais. (Alvarado, 2017).

Entre os séculos XIII e XIV muitas ordenações vieram diretamente da Igreja, como em 1274 quando o papa Gregory X emitiu um decreto proibindo “ornamentação imoderada” em toda a cristandade ou em 1279 quando um legado papal emitiu regulamentos às roupas femininas na Lombardia. A Igreja tentou impor o uso de roupas ou emblemas para que membros de diferentes categorias sociais pudessem ser identificados mais facilmente, principalmente os judeus, muçulmanos, prostitutas, hereges, leprosos ou portadores de outras complicações médicas (Mane; Piponnier, 1997).

Homens religiosos de destaque, como Hernando de Talavera e São Tomás de Aquino (1225-1274), condenavam excessos e mudanças na aparência exterior. A moralidade da Igreja amparava ainda mais as leis suntuárias, ao colocar os gastos excessivos pela população comum como algo a ser combatido pelo espírito humano, bem como o luxo, a vaidade, a ociosidade, a sexualidade, a vadiagem e a regulação de festejos, atividades e rituais populares. O espírito humano não deveria ser corrompido com desejos luxuosos, o que segundo o próprio São Tomás de Aquino constituía um pecado venial, fundamentando o controle do vestuário, ao afirmar que seria da razão natural moderá-lo (São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*)<sup>23</sup>. “Discursos suntuários”, para usar a expressão de Alan Hunt (1996), foram incorporados no papel principal de ideologias religiosas que formavam o discurso intelectual dominante durante grande parte do longo período em que leis suntuárias eram ativas. Ideias sumárias que eram frequentemente invocadas por uma teológica, expressas em termos de preocupação com pecados como orgulho e vaidade e a consequente moralização do luxo. Por sua vez, o luxo para a aristocracia era visto como meio de dominação política e reforço de status social, que evitava ser confundida visualmente com qualquer outra camada social (Robin; Owen-Crocker, 2006), como vimos anteriormente.

A aparência, externalizada e codificada para o mundo através das roupas, deveria corresponder diretamente à função social daquela pessoa, na medida que havia uma função social para cada estado (Bartholeyns, 2010). Principalmente durante o medievo de estado *rex et regnum*, a ideia central era que essa função seria pré-determinada por um ser-criador, Deus, onde não haveria razão para contestá-la, apenas vivê-la. Não por acaso, grande parte do controle às vestimentas do período passava pelo pensamento do pecado e do desrespeito a Deus.

Por outro lado, as vestimentas eram um meio de proteção dos corpos, sendo necessárias e substanciais aos homens. Ao sofrerem intervenções supérfluas e não respeitarem as distinções estamentais, tornavam-se desvirtuadas de sua condição

---

<sup>23</sup> Para Daniel Roche (2007), foi apenas a partir do século XVII, com o movimento de reflexão religiosa nascido das reformas católicas e protestantes, que a roupa passou a ser centro de debates sobre riqueza e pobreza, o excessivo e o necessário, o supérfluo e o suficiente, o luxo e a mediocridade. Na verdade, pode-se constatar que esse debate e preocupação é anterior em pelo menos quatro séculos.

primária, afastando o homem de Deus. “Nesse sentido, acreditava-se que a vestimenta poderia tanto contribuir para a salvação dos homens quanto para seu extremo oposto (...)” (Alvarado, 2017, p.78). No caso de contribuir para o oposto da salvação, cabia aos soberanos e dirigentes (seculares e eclesiásticos) o combate à vaidade por meio das roupas. Talavera, ao redigir seu tratado, reafirmou o papel de obediência em que todos deveriam estar subordinados em relação às camadas superiores da sociedade, colocando a vestimenta não só como algo natural ao homem, mas também como um meio de marcação das diferenças e combate a uma possível “vontade individual”, o que levaria a vaidade e outros pecados, como a luxúria. (Alvarado, 2017).

As roupas são tão importantes para os religiosos que a nudez possui lugar de destaque no Juízo Final. Estar nu diante da figura Divina seria uma vergonha, como destaca a passagem do *Apocalipse* (3:18, João): “(...) bem-aventurado o que guarda suas vestiduras para que não apareça desnudo no Dia do Juízo; (...)”. Por meio de leis, elas também serviram de marcação para separar e categorizar facilmente os diferentes credos, através de normas que buscavam evitar a desordem entre pessoas de outras origens religiosas que não a católica no período medieval.

Para além das funções religiosas, que visavam o combate ao pecado e a corrupção das almas dos “homens bons”, na Castela entre os séculos XIII e XV, os monarcas promulgaram uma série de leis suntuárias, visando os mesmos objetivos já conhecidos, como a demarcação das distinções dos estamentos. D. Afonso X, no século XIII, promulgou várias pragmáticas que limitavam a quantidade de panos comprados por ano, como as leis de Sevilha em 1252 e de Valhadolide, em 1258. As restrições, segundo Alvarado (2017), voltavam-se principalmente aos homens com riquezas e cavaleiros, repreendendo-os por vestirem panos que só cabiam aos soberanos.

O vestuário no período de luto é outro ponto que ganhou destaque nas leis suntuárias desde o seu início, como vimos, justamente por ser uma condição que deveria ser conhecida por todos (Alvarado, 2017). A cor preta, desde a Idade Média, é uma imposição do sinal de luto nas sociedades ocidentais e era ratificada pelas ordenações régias. Porém, é importante lembrar que o tom escuro e opaco que de-

finimos hoje como preto era dificilmente atingido na época, devido as barreiras técnicas de tingimento disponíveis. Somente no século XV a cor se tornou possível, mas ainda assim era bastante cara e restrita aos estamentos mais altos. Por isso, se usava tons próximos ao marrom e ao cinza como sinal de luto <sup>24</sup>.

As especificações jurídicas do luto eram bastante detalhadas, indo desde tipos de tecido até o período que cada pessoa deveria ficar enlutada. Em 1379 era admitido que os castelhanos usassem um pano grosseiro chamado *maragas* para o luto de soberanos, com obrigações de usá-lo por 40 dias no caso da morte do rei e da rainha, 30 dias no caso da morte do herdeiro do trono e 9 dias para falecimento de senhores. No caso da morte de pai, mãe ou outro parente o luto deveria ser de 4 meses no máximo. Já no caso de morte do marido, a mulher poderia ficar de luto por quanto tempo quisesse. Nestes últimos casos, não havia a indicação do tipo de pano a ser usado. A sentença para a desobediência dessas leis era a excomunhão. (Alvarado, 2017).

A percepção fulcral da sociedade recortada em estamentos pré-definidos, onde cada recorte exigia uma apresentação externa, é perceptível até mesmo nos escritos que serviam de instrução aos príncipes, como a *Glosa castellana al “Regimiento de Príncipes”*, escrita pelo franciscano Juan García de Castrojeriz, a pedido do bispo D. Bernabé de Osma. O texto, endereçado ao futuro rei D. Pedro I (1334-1369), apresenta vários trechos que citam diretamente as vestimentas a partir das percepções de cada estamento, como o que se segue: “(...) assim como são os estados departidos, assim deve haver departidos instrumentos e departidas vestiduras, calçares, sinais nas selas e sobressinais nas armas, para que se possa conhecer de qual ofício são.” (*Glosa castellana*, livro II, terceira parte, cap.2, p.556). E continua: “O não cumprimento dessa prescrição, ou seja, utilizar vestimentas de outros estados, especialmente dos cavaleiros, deveria, segundo a lei dos antigos, ser punido com morte.” (*Glosa castellana*, livro II, terceira parte, cap.17, p.634).

---

<sup>24</sup> O controle das cores também esteve bastante presente nos regimes suntuários, designando função, posição, lugar. Ao lado da cor roxa, o escarlate era o alvo mais popular do regulamento suntuário. O escarlate foi persistentemente reservado para a realeza de famílias na França e na Espanha no final da Idade Média. Um estatuto escocês de 1457 estabeleceu que os trabalhadores, lavradores e suas esposas tinham permissão para usar cores específicas (azul claro, verde e vermelho) somente em feriados. Nos dias de trabalho eles estavam restritos ao branco ou ao cinza (Hunt, 1996).

D. Pedro I, em Valhadolide no ano de 1351, determinou que se as pessoas fossem vistas pela primeira vez com vestimentas não condizentes a sua condição social deveriam perder tais vestimentas. Já na segunda vez, deveriam permanecer 60 dias na cadeia. Na terceira vez, o rei as condenava a 100 açoites, o que mostra a seriedade com que as indumentárias eram lidas, bem como sua incumbência, que ultrapassava, em muito, a atribuição de “enfeitar”, “esquentar”, “esfriar”, “tornar belo”, mas sim de demarcar o que cada sujeito era desde o seu nascimento até a sua morte.

Os conselheiros do monarca Pedro I, preocupados com a prática da barregania, pediram ao rei que ordenasse que as barregãs, tidas como desmoralizantes, trouxessem panos específicos de Ypres, em Flandres, sem bordados ou adornos, para que fossem logo reconhecidas nas ruas, distanciando-se assim das mulheres casadas. O rei, por sua vez, não só acatou os conselhos, como promulgou uma ordenação ainda mais elaborada, na qual caso as barregãs vestissem panos de cor, deveriam ser obrigatoriamente da região de Ypres e ser “viado”, assim como “valenciana viada” ou “*tiritaña* viada”<sup>25</sup> e de nenhum outro tipo. D. Pedro I determinou também que todas elas deveriam trazer na cabeça, por cima de qualquer véu ou outro objeto de toucador, um prendedor de lenço que fosse da cor vermelha, com largura de 3 dedos, para que elas fossem reconhecidas mais rapidamente. As penas para as infrações referentes as ordenações indumentárias das barregãs também eram feitas de modo crescente. Caso fossem pegas pela primeira vez infringindo a lei, elas perderiam as roupas que estavam trajando. Na segunda vez, perdiam novamente as roupas e deveriam pagar uma quantia específica de dinheiro. Na terceira vez, a quantia aumentava ainda mais, além de também perder as vestes. O monarca ratificava que o zelo pelo cumprimento das normas era um dever de todos. Aqueles que acusassem os descumpridores da lei recebiam uma parte do pagamento das penas cobradas aos infratores. (Alvarado, 2017).

D. João II de Castela (1405-1454) ponderou sobre a relação entre natureza e a vestimenta, ao entender que a natureza havia dado penas, conchas, escamas e couros aos mais variados animais, sendo que o homem não teria nada disso para si,

---

<sup>25</sup> Tipos de tecidos listrados. A nomeação “viado/viada” justamente quer dizer listras, riscas ou veios próprios do pano, em tecidos que não eram destinados ao período do luto.

necessitando de recursos externos. Logo, os homens precisariam suprir esse “problema”, através da necessidade da contribuição de outras pessoas nesse processo, “confinando o homem em uma concepção de criatura social.” (Alvarado, 2017, p.74). Seguindo esta lógica, o ato de vestir, e posteriormente, a moda, configuram-se como fenômeno social por excelência. Fenômeno que pertence a sociedade humana, através de uma relação reflexiva de dupla hermenêutica (Giddens, 1984) e não de uma relação causal simples.

Após a Revolução Francesa, motivados pelo ideal de igualdade entre os homens – igualdade que se apresenta pela primeira vez não só como uma qualidade, mas como um imperativo existencial (Dumont, 2000) - os franceses aprovaram um decreto no ano II da República (22/09/1793 a 22/09/1794) que dizia o seguinte:

Pessoa alguma poderá constranger um cidadão ou cidadã a se vestir de uma determinada maneira, sob pena de ser considerada suspeita e tratada como tal, e processada como perturbadora do sossego público; todos são livres para usar a roupa de seu sexo que lhe convenha (Roche, 2007, p.70).

Este decreto já pavimentava um terreno no qual as leis suntuárias perderiam cada vez mais sua eficácia e sentido nas sociedades ocidentais modernas. “Foi necessária a Revolução para que as regras do vestir segundo a posição oficial dessem lugar a regras baseadas na ocupação e na liberdade” (Roche, 2007, p.42). “A Revolução, conforme Quicherat observou corretamente, registrou o triunfo do princípio de diversidade sobre o da hierarquização: não era mais possível distinguir as classes pela roupa.” (Roche, 2007, p.47)

Com as mudanças paradigmáticas de pensamento trazidas pela modernidade, como a noção de subjetividade e de individualidade, a ideia de uma construção de gosto foi desenvolvida, baseada na concepção das escolhas individuais e das opções livres. O sistema de produção capitalista e a possibilidade de ascensão social por meios econômicos também foram importantes nesse processo, modificando a relação entre a sociedade ocidental e o vestir, desenvolvendo o que conhecemos como moda que, por sua vez, foi sistematizada e transformada em mercado. O indivíduo moderno se vê diante da possibilidade de escolha no processo de aquisição de bens de consumo que suas economias podem comprar, não mais exclusivamente seu nascimento. Neste contexto, as leis proibitivas destinadas ao vestir perdem força, e seu sentido é esvaziado, na medida que a diversidade e a livre escolha dos

indivíduos passam a ser valorizadas. Porém, é interessante a reflexão de Alan Hunt (1996) que sugere que a lei suntuária contribuiu para o delineamento das arenas mais ou menos estáveis de intervenção em toda a textura da vida social constitutiva da fronteira público/privada moderna, ajudando na concepção das regulações que viriam a delinear a modernidade. Se pensarmos no vestuário, essa concepção faz sentido. Apesar do desaparecimento de projetos explícitos direcionados ao vestuário, seus traços reemergem em uma miríade de empreendimentos modernos preocupados com a regulamentação do social e especialmente em projetos contínuos de moral. Podemos pensar em novas formas de regulamentação, onde entram, em grande parte, manuais de etiqueta. Bem como revistas de moda que ensinam, como cartilhas, o que deve ser usado, em qual ocasião, etc. As leis suntuárias servem, neste sentido, para colocar tais questões em foco, como parte de uma tradição emergente da história legal culturalmente orientada (Merry 1990; Post 1991).

Durante a modernidade, Hunt (1996) entende que os governantes já não consideravam desejável procurar regular assuntos tão "privados" quanto o que as pessoas deveriam usar, conferindo uma mudança de mentalidade, onde "(...) as ideias tornam-se forças efetivas na história." (Weber, 2013 [1904], p.105). Para Hunt, houve um interesse recente em estudar leis suntuárias quando nos EUA no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais houve leis do tipo para regulação do consumo. Mas as intervenções eram ridicularizadas e condenadas ao fracasso ao repreender importantes liberdades conquistadas na Idade Moderna. Entende-se assim que o pensamento de regular algo do tipo neste período seria frágil e controverso, pois o discurso sobre a liberdade individual é muito forte. Alguns autores chegaram a sugerir uma ligação entre a Reforma Protestante<sup>26</sup> e as leis suntuárias, ao observarem certa predisposição na preocupação protestante com a governança moral do indivíduo para regular seu consumo pessoal. Para Alan Hunt (e para este estudo) essa ligação não existe. Na verdade, leis suntuárias eram mais comuns em domínios católicos.

Por isso, é importante frisar que as leis suntuárias foram constituídas dentro de uma conjuntura ideológica, econômica e social favorável a elas. Alguns estudos

---

<sup>26</sup> A relação entre a Reforma Protestante e o indivíduo moderno será melhor trabalhada em tópico posterior.

tendem a corroborar a ideia de que leis suntuárias não eram respeitadas ou cumpridas. Em primeiro lugar, é muito complexo o levantamento de fontes primárias para examinar a relação entre a elaboração das leis suntuárias e o seu cumprimento. Esse ponto se torna ainda mais delicado devido a sua complexa e vasta presença. Ademais, não nos interessa aqui a análise do seu desempenho, mas sim sua própria existência e efetivação. Também é interessante ratificar que mesmo em sociedades estamentais, cuja noção de indivíduo moderno não havia sido desenvolvida plenamente, o ato de vestir-se e adornar-se para o outro também significava uma preocupação em exteriorizar algo, onde as diferentes peças, materiais e cores de roupas tinham significados bem delineados em contextos específicos.

Quanto mais próximo à Idade Moderna, mais leis suntuárias eram sancionadas, como uma tentativa de frear, por meios jurídicos, a ascensão de camadas sociais que antes eram excluídas do jogo das aparências (Roche, 2007), principalmente a alta e média burguesia<sup>27</sup>. O impacto experiencial da urbanização trouxe consigo o problema de uma vida em estreita proximidade física, sustentando relações de dependência mútua com estranhos. Hunt (1996) defende que um certo reconhecimento da lei suntuária é um componente significativo na solução para este dilema potencialmente traumático. A preocupação de "reconhecer" o *status* uns dos outros. Uma lógica de reconhecimento que era tão importante para gerar plausibilidade. Para Hunt (1996), foram as classes de comerciantes que induziram o aumento do regulamento suntuário. A inferência mais óbvia a ser desenhada é que a lei suntuária era uma expressão de uma defesa conservadora de uma ordem social hierárquica cujo modo de existência veio a ser ameaçado pelo surgimento de novas forças econômicas e sociais, como uma tentativa de sustentar as vantagens que estavam sendo ameaçadas.

Em contrapartida, a nobreza de Corte gastava seus mais altos recursos para manter-se viva no jogo das distinções. Segundo Sombart (1967 [1913]), as cortes fomentaram o crescimento do luxo, ao passo que a burguesia também o utilizava como recurso para tentar se legitimar. Para o autor, a cortesã é o elemento principal

---

<sup>27</sup> Cabe salientar também que em períodos anteriores à modernidade se tinha menos cultura material disponível em diversos campos, principalmente na indumentária. Como assinala Fernand Braudel (1973), a história da cultura material e dos comportamentos sociais é indissociável.



no processo de mudanças, hábitos e costumes, que depois irá se propagar para localidades urbanas. Mercadores enriquecidos tentavam imitar os nobres, que por sua vez, buscavam se distanciar deles. Com a fortuna dos mercadores burgueses em crescimento, a nobreza de sangue ficava para trás. A ideia de rendimentos, receitas, poupança, lucros ou “economia” nunca foi uma preocupação para os aristocratas cortesãos. Segundo Elias (1995), até o fim do século XVIII e até depois da Revolução [Francesa], essa ideia possuía uma conotação depreciativa para os nobres, o que acentuou ainda mais a perda de poder aristocrático, em comparação ao acúmulo de riqueza da burguesia, que viria a se tornar uma nobreza de toga. Pensando a sociedade de Corte francesa, ainda existia a proibição legal que recaía sobre a nobreza que não a permitia exercer qualquer atividade comercial. Todo esse complexo jogo fazia com que houvesse uma mobilidade social interna à própria camada social, ou seja, a ascensão e decadência de famílias nobres no interior de uma sociedade estratificada (Elias, 1995), mas não fora dela, principalmente devido ao regime legal vigente.

De acordo com Alvarado (2017), por volta do fim do século XV, as categorias sociais vão se tornando cada vez mais diversificadas – devido a nova formação das cidades, novas rotas comerciais, novo fluxo monetário, etc – exigindo maior cuidado e precaução por parte dos soberanos e das camadas mais altas, aumentando não só o número de leis suntuárias, como também o seu detalhamento e punições, como penas pecuniárias, prisões, desterros, castigos físicos, desnudamentos públicos e perda contínua da vestimenta proibida, a fim de proteger o funcionamento das permanências.

Essa proteção com base jurídica gerou o que Alan Hunt (1996) chamou de contradição da lei suntuária. Para o autor, se algum ativo econômico ou cultural é restrito para alguns grupos ou classes, ele torna-se um objeto em potencial de aspiração para os outros. “Dizer que ninguém, além de príncipes, poderá usar trança de veludo e ouro, o que mais é isso, mas para dar prestígio a essas coisas e aumentar o desejo de todos de apreciá-los?” (Montaigne 1958 [1572], p.196). A presença de uma legislação que admita que alguns itens cotidianos de vestuário são legítimos para alguns e não para outros requer uma concepção muito forte da ordem social

natural estabelecida naquela sociedade, uma concepção holística de mundo, na medida que as leis suntuárias procuraram perpetuar uma hierarquia estática (North, 1974), pois era desejável que todas as pessoas, nativas e estrangeiras, pudessem ter conhecimento do que os outros são.

Segundo Hunt (1996), entre o início do século XVII e no final do século XVIII (período da Revolução) a lei suntuária "típica" (nomeadamente, a regulamentação da indumentária ou do consumo conspícuo), desapareceu de todos os países. O aumento de uma parte mais ampla da população, mais significativamente a burguesia, trouxe o consumo conspícuo para um espectro maior e, assim, as tentativas de contenção ficavam cada vez mais difíceis de apagar. Ao mesmo tempo, a ascensão da força social, moral e econômica do individualismo enfraqueceu a própria base do projeto suntuário (Freudenberger, 1963). O desaparecimento das leis suntuárias foi um marcador da transição para a modernidade ocidental. Para Hunt (1996), a regulação do consumo permanece ativa, em diferentes critérios e formas de atuação, e exhibe interessantes continuidades e afinidades com os projetos suntuários de períodos anteriores. As leis suntuárias deixaram de existir em sua forma tradicional e se transformaram para se tornar parte de um amplo regulamento organizado em torno dos discursos de saúde e bem-estar social (Hunt, 1996).

## **2.2. Individualismo, modernidade e ruptura: o sistema da moda**

Pensamentos, conceitos, visões de mundo e valores foram atravessados por novas perspectivas que foram construídas ao longo de muitos séculos, a partir de acontecimentos não só marcantes, mas estruturantes de uma nova era, a Idade Moderna, teorizada, comentada e dissecada por tantas mentes brilhantes. Transformações profundas e uma série de mudanças sociais, intelectuais, econômicas e culturais que alteraram praticamente todas as noções existentes até então, como religião, natureza, moralidade, mudanças nas noções de consciência, de punição e de leis morais (Dabhoiwala, 2013).

Simmel (1986) foi um dos autores que pensaram a modernidade, tendo uma posição deveras crítica, entendendo-a como uma tragédia, pois a mesma teria separado a cultura subjetiva da cultura objetiva, ao considerar o advento da economia

monetária como o fator estrutural mais importante da modernidade, onde o dinheiro representaria um paradoxo fundamental: a constituição da liberdade e o aprisionamento dos homens. A cultura objetiva seria justamente proporcionada pela conjunção da economia monetária e da divisão social do trabalho, cuja perseguição incessante e permanente ao dinheiro exigiria sempre cálculos e operações matemáticas contínuas no comportamento social do dia a dia, resultando em uma “paixão fria”, que seria uma dimensão externa aos indivíduos, em detrimento da harmonia interna que definiu como “cultura subjetiva”. O desequilíbrio entre essas duas dimensões e/ou culturas seria, também, uma das marcas da modernidade (Souza; Oëlze, 1998). Veremos a seguir que para autores como Colin Campbell, a modernidade, pelo contrário, trouxe à tona diferentes questões relacionadas à subjetividade.

O dinheiro, segundo Simmel (1900), também foi responsável por uma mudança conceitual nas grandes cidades, conferindo características marcantes como intelectualismo e calculabilidade. Não por menos, vemos o surgimento de um tipo de escritura doméstica muito própria dessa mentalidade, os *Livros da Razão* ou de *Assentos*, que eram uma espécie de memorial relativo às transações diárias de compra e venda, trocas de produtos, registros de eventos familiares, dívidas, prejuízos e lucros (Algranti, 1997).

Tem-se, em conjunto, uma mudança categórica na questão temporal, onde o ser cidadão moderno é impregnado de um ritmo nervoso e repressivo, diferenciando-se de civilizações antigas ou primitivas, produzindo uma especificidade da vida social nos grandes centros, surgidos com a Revolução Industrial e de um complexo mercado internacional. “Nada é mais oposto à nossa concepção de tempo do que a concepção de tempo dos primitivos: para nós o tempo é o portador da mudança, para eles é o agente que a suprime.” (Paz, 1984, p.27). Neste sentido, Simmel (1987) não avaliou o desenvolvimento social da época moderna apenas como progresso; analisou através dos conceitos de “individualização” e “funcionalização”, dentro da ampliação dos espaços de possibilidade de ação e da funcionalização de estruturas e formações sociais, que seriam tendências que levam a uma dominação funcional do homem singular. O dinheiro seria visto como mediação e um meca-

nismo facilitador entre o homem singular e os seus desejos; um ponto que nos parece extremamente óbvio e natural, mas que representa uma das mudanças mais importantes da cultura moderna.

As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente opostas: por um lado, na nivelção e compensação, no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais; por outro lado, no destaque mais individual, na independência da pessoa, na autonomia da formação dela. E ambas as direções são transportadas pela economia do dinheiro que possibilita, por um lado, um interesse comum, um meio de relacionamento e de comunicação totalmente universal e efetivo no mesmo nível e em todos os lugares, possibilitando à personalidade, por outro lado, uma reserva maximizada, permitindo a individualização e a liberdade (Souza; Oëlze, 1998, p.28-19).

Para Souza e Oëlze (1998), na Idade Média o homem encontrava-se encaixado numa relação comunitária, com uma propriedade feudal e com uma associação, onde sua *persona* era incorporada nos círculos de interesses coletivos, criando uma unidade. A época moderna fragmenta essa unidade, possibilitando a autonomia não de uma *persona*, mas de uma personalidade individual, com liberdades internas e externas. “Assim, a época moderna conseguiu separar e autonomizar o sujeito e o objeto, para que ambos realizassem o próprio desenvolvimento de forma mais pura e mais rica.” (Souza e Olélze, 1998, p.23).

Esse sujeito individual, esse individualismo, é um dos pontos mais sensíveis para ser teorizado e comentado. Para alguns estudos, como o do historiador Jacob Burckhardt (1991), a Renascença italiana produziu a individualidade, ou seja, a superação tanto interna quanto externa do indivíduo das formas tradicionais e comunitárias do medievo que conformavam as formas de vida e os valores sociais, difundindo um desejo individual de aparecer e de se apresentar, em grau desconhecido até então, valorizando a sua própria singularidade e liberdade. “Liberdade torna-se no século XVIII a bandeira universal pela qual o indivíduo protege seus mais variados desconfortos e necessidades de autoafirmação em relação à sociedade.” (Souza; Oëlze, 1998, p.110), tendo como um de seus célebres apologistas Rousseau (2019 [1762]) – que entendia que a origem de todo mal surge da violência e opressão praticada sobre o homem pela sociedade historicamente constituída – e Kant (1974 [1781]), que elevou o eu como referência última de um mundo possível de ser conhecido, defendendo sua autonomia como valor absoluto da esfera moral.

O Renascimento italiano produziu homens como Rafael, Caravaggio, Michelangelo, Botticelli, Leonardo, Arcimboldo, El Greco, Bruegel, Bosh, Cervantes, Camões, Maquiavel, Copérnico, Galileu, Vesalius, entre tantos outros, que foram fundamentais para a arte e a cultura, elevando a razão sobre a fé. Descreveram a utopia de um homem novo e de uma visão de mundo que reordenou os papéis a serem desempenhados pelos homens na sociedade (Assis, 2013) em um período de avanços nos estudos médicos, nos arados dos campos, no florescimento das cidades e na ascensão burguesa - camada social que trazia consigo formas de convivência e civilidade inéditas. Além de uma concepção do tempo<sup>28</sup> que passou a ser contado com maior exatidão, através do relógio mecânico, aumentando a calculabilidade moderna. Esse cenário foi intensificado com a invenção da máquina de calcular em 1642 por Blaise Pascal, a padronização de pesos e medidas e valores monetários. Se no tópico anterior vimos o aumento de leis suntuárias na Idade Moderna como tentativa de conter as mudanças correntes, neste período de efervescência do pensamento a Inquisição foi intensificada, sob a alçada do Santo Ofício, perseguindo indivíduos que eram denunciados, presos e condenados. Era o início de transformações profundas e a modernidade ainda não estava em desenvolvimento pleno.

No minucioso estudo de Burckhardt (1991), temos acesso a detalhes e especificidades do período. O autor descreve o refinamento exterior da vida cotidiana, a língua, as sociabilidades, as festividades, entre tantas outras linhas tão interessantes quanto inusitadas. Burckhardt afirma que foi na Itália e somente ali que o indivíduo moderno surgiu, entendendo a Idade Média como um período inferior, o que ressalta o perigo de se supor uma única verdade e de fazer uma leitura da história como *sui generis*. Ainda assim, o seu trabalho nos traz muitas informações pertinentes, que merecem atenção e análise.

Na Idade Média, (...) o homem reconhecia-se a si próprio apenas enquanto raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas do coletivo. Na Itália, pela primeira vez, tal véu dispersa-se ao vento; desperta ali uma contemplação e um tratamento objetivo do Estado e de todas as coisas deste mundo. Paralelamente a isso, no entanto, ergue-se também, na plenitude de seus

---

<sup>28</sup> O tempo contabilizado e racionalizado também aparece na Reforma Protestante, onde o “(...) desperdício de tempo é, portanto, o primeiro e o mais mortal dos pecados. (...) Ele é infinitamente valioso, porque cada hora perdida é perdida enquanto trabalho para a glória de Deus.” (Weber, 2013 [1904], p.239).

poderes, o subjetivo: o homem torna-se um indivíduo espiritual e se reconhece enquanto tal (Burckhardt, 1991, p.09).

O autor salienta que a produção de autobiografias, como as de Pio II e Benvenuto Cellini, que passam a colocar a história do homem acima do coletivo social, compilavam os magníficos retratos dos feitos e efeitos da alma humana, ilustrando o lado subjetivo e individualista do período.

Já no século XIV, Burckhardt demonstra existir em Florença um rico desenvolvimento das “individualidades”, mas essas por sua vez esbarravam na soberania dos déspotas, que não reconheciam, nem admitiam qualquer outra individualidade que não a sua própria e dos servidores mais próximos, cenário que o autor descreve como “tirania”, que nada mais era do que a mentalidade dominante de que tratamos anteriormente. Ainda nessa temática, Burckhardt comenta que em Florença no ano de 1390, a “moda” masculina era predominante, uma vez que cada um procurava vestir-se à sua maneira. Novamente, por mais que o estudo do autor tenha mostrado uma movimentação próxima do que entendemos como moda, continua sendo exemplos pontuais que não foram capazes de modificar a estrutura vigente. O próprio Burckhardt afirma que em Veneza e em Florença, à época do Renascimento, havia regras prescrevendo os trajes para os homens e regulamentando o luxo das mulheres.

Um dos pontos cruciais de mudança de paradigma trazida pela Renascença italiana seria a descoberta de um novo mundo, que trouxe luz à substância humana (Burckhardt, 1991), desenvolvendo ao máximo – na visão do autor – o individualismo. Esse mundo conduz ao multifacetado conhecimento do indivíduo, em todos os níveis, onde o desenvolvimento da personalidade vincula-se, essencialmente, ao reconhecimento de si próprio. Mas o Renascimento não foi uma onda sentida por todos os países de forma simultânea. As inovações culturais que vinham ocorrendo na Itália desde o século XIV não tiveram influência na Grã-Bretanha até o final do século XVI, por exemplo. Apesar disso, John Locke, grande pensador inglês do final do século XVII, vai ser um bom exemplo dessa influência, ao criar o conceito de *property*, que engloba a ideia de propriedade de si mesmo. Ainda assim, o período descrito é um importante pilar na constituição do mundo moderno e na produção de formas inéditas de ver o mundo.

Ecos que foram fortemente ouvidos durante os séculos posteriores. Segundo Burke (2010), entre 1500 e 1800 houve uma difusão de consciência política entre camadas mais populares, como artesãos, camponeses e pequena e média burguesias. Não por menos, no século XVIII tivemos dois dos maiores marcos revolucionários da passagem entre o mundo tradicional e o mundo moderno, a Revolução Americana (1775 – 1783) e a Revolução Francesa (1789-1799) <sup>29</sup>, que eleva a liberdade como valor absoluto. Thomas Jefferson escreveu em 1821 que as chamas acesas no dia 04 de julho de 1776 se espalharam pela maior parte do globo para extinguir os frágeis mecanismos do despotismo. A Declaração de Independência dos Estados Unidos viajou rapidamente e chegou a Varsóvia, França, Itália, Dinamarca e Suíça, somente no mesmo ano de sua feitura. Nos dois séculos seguintes, mais da metade dos 193 países que são representados pelas Nações Unidas atualmente produziram um documento considerado por seus povos como “declaração de independência”. O fator mais relevante dessa informação não é numérico, mas sim o nascimento de um gênero de “declaração de independência” e sua crescente importância para movimentos políticos por autonomia, a partir do século XIX, em que o elo entre eles foi justamente o colapso de impérios.

No ano da Revolução Francesa, 28 milhões de franceses, camponeses em grande maioria, viviam sob o regime absolutista, em uma sociedade dividida em estamentos (Bluche; Rials; Tulard, 2009). Com a ascensão da burguesia em movimentos contínuos (que não pararam de se renovar desde a Idade Média), o século das Luzes é dinâmico, mas esbarra na rigidez opressiva de uma sociedade juridicamente engessada, que freia tal dinamismo. A divisão da burguesia na França é complexa, mas ela compartilha de um fausto acompanhado de um gosto pelas “coisas do espírito”, que em nada combinam com a estrutura social dominante até então. Esse gosto, estudado por Pierre Bourdieu em *A Distinção* (2006), mostra como o

---

<sup>29</sup> Algumas controvérsias em relação a influência da Revolução Americana sobre a Francesa foram encontradas, como a do alemão Georg Jellinek (1851-1911) com o francês Émile Boutmy (1835-1906), em que Jellinek considerava que a declaração francesa plagiava os textos americanos, e era devedora da Reforma Protestante. Já Boutmy apontou as diferenças mais cruciais entre um texto e outro, afirmando que a declaração francesa devia na verdade ao Iluminismo e particularmente a Rousseau. Mais importante do que encontrar “devedores de ideias”, é entender que as mudanças de pensamento do período percorriam territórios, tendo como consequências diferentes movimentos em prol do indivíduo autônomo e livre.

simbólico se coloca acima de questões econômicas, classificando e distinguindo diferentes grupos e os capitais culturais ali desenvolvidos.

As novas gerações de franceses que chegam a idade adulta em 1780 chocam-se com as estruturas rígidas que remontam a um tempo em que a França era menos populosa<sup>30</sup> (Bluche; Rials; Tulard, 2009), e com um sistema fiscal de exceções, isenções e privilégios, que passou a incomodar até mesmo as camadas mais altas da elite francesa. Alexis de Tocqueville (2016 [1856]) diz, inclusive, que a maior questão da Revolução Francesa não foi a substituição da aristocracia pela burguesia, mas sim o fato de que a aristocracia passou a se comportar como burguesia. A consequência é que “(...) toda a ossatura do Estado monárquico (...) é definitivamente pulverizada.” (Bluche; Rials; Tulard, 2009, p.31), produzindo grandes mudanças estruturais para a sociedade ocidental, incluindo a revolução no âmbito jurídico, quando em 26 de agosto de 1789<sup>31</sup> nasce a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, despontando uma corrente chamada “humanismo cívico”, que não admite a existência de uma ruptura entre o representado e o representante. Essa corrente procurava valorizar as individualidades, subjetividades e personalidades únicas a cada cidadão, legando a todo indivíduo a livre determinação dos fins adequados para assegurar a própria felicidade, configurando o espírito moderno, “(...) cujos frutos serão colhidos, não sem desvios, atrasos, retornos ou esquecimentos, nos séculos XIX e XX.” (Bluche; Rials; Tulard, 2009, p.45). A ressonância é profunda, sem dúvidas.

Nos Países Baixos, contrabandeavam-se panfletos vindos da França e formaram-se sociedades para lê-los; (...) os simpatizantes da Revolução começaram a usar barretes da liberdade ao estilo francês. Na Inglaterra, os comentários de Tom Paine sobre a Revolução, os Direitos do Homem, logo se tornaram Best-seller, e podem ter vendido, só em 1793, 200 mil exemplares. Fundaram-se sociedades radicais pela reforma do Parlamento e pelo sufrágio masculino universal. (...) Em Viena, em 1792, houve um levante de oficiais desempregados sob a influência da Revolução. (Burke, 2010, p.353).

<sup>30</sup> Segundo Burke (2010) a difusão da consciência política no período anterior a Revolução já era significativa. Depois da Revolução, houve um aumento dessa consciência, chegando a existência da produção de leques e pratos políticos, que traziam inscrições revolucionárias como *vive la liberté*. Os leques também traziam figuras como do general Lafayette e da queda da Bastilha.

<sup>31</sup> No mesmo ano, há o aparecimento de jornais populares como o *Père Duchesne*, que chegou a alcançar a marca de 1 milhão de exemplares em circulação, que bradava “liberté” e “vive le Tiers État”. Em 1792, o *Almanach de la Mère Général* publicou os Direitos do Homem e do Cidadão em *vaudevilles*, versos populares (Burke, 2010).



São movimentos de grande força, transformações em profundidade e mudanças na concepção e nos valores do mundo ocidental que têm em comum o individualismo, que foi, em grande parte, encorajado pela Reforma Protestante. Um dos estudos mais maciços do tema é o clássico de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nele, o autor expõe sua tese de que o protestantismo ascético teria levado ao desenvolvimento de um capitalismo, alicerçado em burocracia, em torno de um Estado racional e legal. O protestantismo, originado nos séculos XVI e XVII, estaria diretamente relacionado com o conceito de “vocação profissional”, motivação base do capitalismo como sistema hegemônico econômico, próprio da sociedade moderna, onde a dedicação ao trabalho e a acumulação de riqueza fariam parte da ética moral desse novo modo de vida. Esses fatores estavam diretamente relacionados ao desenvolvimento industrial e organização de um mercado regular, importantes pilares do empreendimento capitalista.

A ideia de vocação<sup>32</sup>, por si só, também faz cair por terra a concepção de mundo outrora vigente, na qual a sociedade estaria dividida em estamentos imutáveis, onde o nascimento indicaria um ofício eterno. A vocação abre um caminho para fortalecer o ser social como um indivíduo desejante - um cidadão - com personalidade própria, sistemática e ordenada, pois possui um racionalismo prático e econômico. Uma pessoa capaz de julgar o mundo conscientemente, a partir de interesses imanentes ao ego individual. O próprio conceito de cidadão (e burguesia) não existiu fora do moderno Ocidente (Weber, 2013 [1904]). “O ganho de dinheiro

---

<sup>32</sup> A vocação foi entendida por Weber como contribuição de Lutero, que a colocou como um chamado de Deus. É importante salientar que o antigo protestantismo, personificado por Lutero e Calvino, não possuía afinidades com muitos ângulos da lente moderna, porém ainda assim abriram portas para uma mudança significativa. O indivíduo agora “fala” diretamente com o ser divino, sem mais a necessidade de mediação outrora pretendida pela Igreja Católica, cuja chave da vida eterna em salvação estava detida nas mãos de figuras específicas, como o padre. “Todos os outros intermediários além do Livro são suprimidos ou minimizados: liturgia, clero, sacramentos, culto dos santos, orações pelos mortos. (...) Para os protestantes, luteranos ou calvinistas, as práticas coletivas não podem ter outro objetivo senão manter cada um dos participantes em sua fidelidade individual e eventualmente controlar essa fidelidade; nada além disso. O protestante se sabe eleito de Deus.” (Lebrun, 2009, p.105; p.111). Segundo Weber (2013 [1904]), nem povos da Antiguidade Clássica, nem povos predominantemente católicos, possuíram uma expressão similar àquilo que conhecemos como vocação (no sentido de um objetivo de vida, de um campo definido de trabalho) como os povos predominantemente protestantes. A revelação individual era, assim, concebida. Deus estaria acessível à consciência individual pela fé, pelo amor e pela razão. (Dumont, 2000). “(...) a consciência da pessoa deveria ser, em última instância, seu guia em todas as coisas. Esta gradual elevação do instinto pessoal como árbitro supremo das questões morais foi uma das mudanças conceituais mais marcantes do período.” (Dabhoiwala, 2013, p.137). Neste sentido, o papel das Reformas na emergência do foro íntimo e da vida privada é crucial.

no interior da moderna ordem econômica é, sendo obtido legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da proficiência em uma vocação.” (Weber, 2013 [1904], p.57). Para Giddens (1991), o dinheiro seria uma parte inerente da vida social moderna, bem como um tipo específico de ficha simbólica<sup>33</sup>.

Imaginemos a força desse aspecto, uma vez que o ganho financeiro para alguns setores dominantes da sociedade, como a nobreza aristocrática, era não só malvisto, como proibido. Neste momento, há uma disposição para dar ao homem um “sinal verde” para que ele aja a partir de motivações pessoais, no sentido psicológico do termo, fazendo de si uma personalidade. (Weber, 2013 [1904]). Isto também fortalece a figura do “homem empreendedor”, pertencente à camada média burguesa, cujo negócio<sup>34</sup> seria “abençoado por Deus” (Weber, 2013 [1904], p.244). “Uma vez que o ascetismo buscou remodelar o mundo e trabalhar os seus ideais no mundo, os bens materiais ganharam um incremento e, finalmente, um poder inexorável sobre a vida dos homens, como em nenhum período anterior da História”. (Weber, 2013 [1904], p.259). A produção, outrora destinada somente a um mercado local, agora era dirigida para um mercado nacional e internacional. (Burke, 2010).

O indivíduo moderno nasce, se desenvolve e ganha um valor social inédito, com possibilidades de manipulação simbólica antes restritas às instituições. (Rocha; Frid; Corbo, 2016). Essa manipulação surge juntamente com um empreendimento que se tornou decisivo para o projeto iluminista e para a formação do pensamento moderno (Darnton, 1996 *apud* Rocha; Frid; Corbo, 2016): a Enciclopédia, de Denis Diderot e Jean D’Alembert, que demorou certo tempo até ter um impacto social considerável, devido as primeiras edições surgidas a partir de 1751 serem caras e bastante inacessíveis. A partir de 1770, passaram a existir versões in-quatro e in-octavo que ampliaram em muito o acesso entre burgueses e profissionais liberais, fazendo da obra o principal meio de difusão do iluminismo (Rocha; Frid; Corbo, 2016). Esse contexto gerou um mercado do saber, onde a posse de uma Enciclopédia e de outros livros do tipo se tornou algo não só distintivo, como obrigatório para

---

<sup>33</sup> Por ficha simbólica, Giddens (1991) entende como meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular.

<sup>34</sup> Segundo Burke (2010, p.287-288), seria tentador chamá-la de “ética pequeno-burguesa”, pois viria a se tornar típica dos comerciantes.

aqueles que quisessem imprimir determinado *status* e prestígio, gerando um comércio de enciclopédias, estudado por Robert Darnton (1996) em *O Iluminismo como Negócio*, como já falado anteriormente.

Não teríamos como falar do nascimento desse indivíduo sem citarmos o trabalho de Louis Dumont (2000), que utiliza a perspectiva antropológica para conhecer o sistema moderno de ideias e valores. Segundo o autor, a civilização moderna merece atenção, pois difere-se radicalmente das outras civilizações e culturas. Por vivermos e estarmos inseridos nesse sistema acreditamos que sabemos tudo sobre suas formas de funcionamento. Por isso, um estudo que encontra respostas e inquietações nas dobras da diferença antropológica é tão enriquecedor. Segundo Viveiros de Castro e Araújo (1977), as discussões sobre o papel da categoria de indivíduo no pensamento ocidental foram inicialmente lançadas por Marcell Mauss e retomadas por Dumont, interessado em distinguir a sociedade indiana da sociedade ocidental.

A modernidade traz a ideia dominante de “nominalismo” que confere realidade aos indivíduos e não às relações, aos elementos e não aos conjuntos, sendo o individualismo o valor fundamental das sociedades modernas. Dumont (2000) fez uma importante diferenciação em relação ao conceito de indivíduo, colocando-o como um ser empírico e membro da espécie humana, presente em todas as sociedades em diferentes períodos históricos, uma entidade infra- sociológica. Do outro lado, estaria o indivíduo como valor, como representação básica da sociedade ocidental moderna, como princípio ordenador de uma nova visão de mundo, um ser moral autônomo, figura ideológica do Ocidente, que se concretiza nos ideais de liberdade e igualdade (Dumont, 2000). É esta segunda concepção que estamos explorando aqui, do “indivíduo como singularidade idiossincrática – expressa na noção ocidental de ‘personalidade’ (Viveiros de Castro; Araújo, 1977, p.155). “O indivíduo está agora no mundo, e o valor individualista reina sem restrições nem limitações. Temos diante de nós o indivíduo-no-mundo.” (Dumont, 2000, p.63).

Para fazer uma espécie de “gênese do indivíduo moderno”, Dumont recua um pouco mais do que Weber, recorrendo primeiramente a Tomás de Aquino e Guilherme de Occam. Para o autor, é cômodo pensar em Aquino, na medida que o eclesiástico entendia que cada homem é um todo vivo na relação direta com seu

criador e modelo. Já Guilherme de Occam, escolástico franciscano da primeira metade do século XIV, ganha um lugar de arauto do estado do espírito moderno nos estudos de Dumont, pois ele reconheceria o poder social do indivíduo, sendo o fundador da “teoria subjetiva” do direito, que seria justamente a teoria moderna do direito. Haveria, portanto, um início de transição da ideia de “comunidade” para “sociedade”, cujas raízes religiosas dessa transição seriam decisivas. Essa ideia de “comunidade” é o que Dumont chama de *universitas*, baseada em princípios hierárquicos, próprio de uma concepção holista. Já a ideia de “sociedade” seriam as *societas*, baseada em associações de seres autônomos. Dumont também explicita, detalhadamente, a transformação da soberania da Igreja para uma soberania política, com seus entraves e conflitos.

O autor chega, finalmente, à Reforma Luterana, que teria desferido um golpe decisivo no que restava da ordem medieval e do Santo Império Romano germânico, onde o “(...) essencial da religião teria seu santuário na consciência de cada cristão individual.” (Dumont, 2000, p.85), como vimos anteriormente. Os teóricos jesuítas também teriam importante participação, ao desenvolverem a teoria moderna que colocaria o Estado num contrato social e político, distinguindo e declarando independência entre Estado e Igreja. O direito natural moderno passa a considerar os indivíduos e não mais seres sociais divididos em conjuntos definidos, considerando o homem um ser autônomo e independente. “Foi isso que empreenderam os teóricos do direito natural moderno e, ao fazê-lo, lançaram as bases do Estado democrático moderno.” (Dumont, 2000, p.87).

Sobre a ideia de liberdade, Louis Dumont não traz apenas a Revolução Francesa, mas recorre a um período (1640-1660) que chama de revolução inglesa, mais precisamente com os *Levellers*, que compartilhavam a crença de que todos os homens nascem livres e iguais (Haller, 1944). Mas é claro que Dumont separa um espaço considerável para a Revolução, principalmente para a Declaração dos Direitos do Homem, que marcaria o triunfo do indivíduo. Como já visto, ela foi precedida e até inspirada<sup>35</sup> por outras proclamações semelhantes em outros países e continentes, como nos EUA. Porém, Dumont ressalta a iconoclastia do texto, uma vez que

---

<sup>35</sup> Segundo Dumont (2000), um relatório endereçado a Assembleia de 27 de julho de 1789 aprovou “essa nobre ideia, nascida num outro hemisfério”, tal qual os *Bills of Rights* adotados em alguns estados americanos, como a Virgínia, no ano de 1776.

ele serviu como base para fundamentar a Constituição de uma nação, que foi imposta popularmente a um monarca até então soberano, servindo de exemplo para todo o mundo, tendo uma poderosa consequência ideológica. “Ela iria exercer uma ação poderosa, na verdade irresistível, durante todo o século XIX e até aos nossos dias.” (Dumont, 2000, p.109).

Segundo Simmel (1998), o individualismo do século XVIII estaria, portanto, relacionado a um tipo quantitativo, onde mais importa que grande parte da sociedade se sinta e seja livre. Neste período, a liberdade torna-se bandeira universal na qual o indivíduo protege seus desconfortos e necessidades de autoafirmação. Ela se torna, então, visível, seja na roupagem econômica dos fisiocratas, seja na conformação de Rousseau, seja na sua versão política (Revolução Americana, Francesa, etc.), seja na sua sublimação filosófica com Kant e Fichte, que elevaram o eu como referência última do mundo possível de ser conhecido (Simmel, 1998). Já no século XIX, o individualismo estaria relacionado a um tipo qualitativo, onde reside a ideia de que cada pessoa deve tornar realidade seu próprio destino, buscando sua diferenciação como obrigação ética, dentro de uma perspectiva na qual a sociedade seria como uma pluralidade de indivíduos que entra em uma inter-relação com efeitos recíprocos (Simmel, 1998).

Neste sentido, Simmel desenvolveu dois conceitos de individualidade: “individualidade quantitativa-sociológica”, que é concebido no âmbito de uma sociologia em sentido mais estrito; e “individualidade qualitativa”, desenvolvido sob uma perspectiva mais filosófica, efeito de uma sociedade em processo de diferenciação e de divisão do trabalho crescentes. Porém, os dois conceitos sugerem que a individualidade é um produto moderno e o indivíduo seria um ponto de interseção de vários mundos, inserido em uma visão na qual ele é a categoria central, que não mais deriva sua realidade dos grupos a que pertence, mas sim deriva da relação direta com um cosmos composto de indivíduos, onde as relações sociais valorizadas são relações interindividuais (Viveiros de Castro; Araújo, 1977).

Temos, assim, diante de nós um “eu individual”, com vontades próprias; oposto ao “eu social”, feixe de direitos e deveres (Viveiros de Castro; Araújo, 1977). Essa oposição, é bom lembrar, não é total e irrestrita. Mauss (1950 [1924]) já havia salientado a dificuldade em separar o “eu individual” do “eu social”. Ainda

assim, esse “eu individual” baseia-se em um entendimento de que a escolha seria uma livre opção.

A noção de personalidade<sup>36</sup>, por sua vez, também seria de caráter individual, enfatizando o valor de sua própria singularidade (Simmel, 1998) fazendo com que o indivíduo se torne um ser psicológico, além de um ser moral, “ (...) permitindo, ainda que se recupere a dimensão corporal, ‘infra-sociológica’, como material também submetido à esfera das representações” (Viveiros de Castro; Araújo, 1977, p.165), pois junto com o indivíduo, o Ocidente moderno passa a privilegiar o individual.

Toda essa concepção está imersa no individualismo como modelo de sociedade, no qual existem domínios independentes, fundados na existência do indivíduo como valor, do ser humano como moralmente autônomo e nascido na mentalidade moderna. É neste modelo de sociedade que a moda passa a fazer sentido, ao mesmo tempo que as leis suntuárias direcionadas às proibições de vestimentas se enfraquecem. Este modelo está em oposição ao modelo holista, onde o homem existe em função de um todo, como um “(...) ser mais que social, cosmológico, hierarquizado” (Viveiros de Castro; Araújo, 1977, p.140). Para Dumont (2000), o Ocidente sofreu a passagem de um modelo para outro, ou seja, do modelo holista para o modelo individualista.

Essa passagem acontece através de frestas que se tornarão grandes rachaduras ideológicas, culminando no período que conhecemos como modernidade, na qual

(...) mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos – um diminuto período de tempo histórico – foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (Giddens, 1991, p.14).

A modernidade traz consigo um ritmo diferente<sup>37</sup>, que impõe novas formas de movimento às pessoas, relações, instituições; formas inéditas, não encontradas

<sup>36</sup> Sobre a noção de personalidade, Marcel Mauss (1950 [1924]) relacionou-a ao desenvolvimento do “eu” da psicologia.

<sup>37</sup> A era moderna foi estudada por grandes pensadores a partir de diferentes perspectivas, justamente por suas características tão diversas e complexas, encantando através da estranheza. Uma esfinge pedindo pra ser decifrada. Marx e Durkheim, por exemplo, viam a era moderna como um período

em períodos anteriores, no qual “rapidez é igual a liberdade” (Sennett, 2018, p.50). Novos sistemas políticos, novos formatos comerciais, novas relações de trabalho, novas fontes de energia, novas mercadorias que passam a fazer parte do ballet social, novos métodos de acesso a essas mercadorias, um novo jeito de enxergar e ordenar o urbanismo. Esse urbanismo se tornou um dos símbolos da Idade Moderna, um coração pulsante, cheio de veias e artérias.

A própria palavra “urbanismo” é empregada apenas no século XIX, entregando seu caráter recente. Foi em 1859, mais precisamente, quando o arquiteto espanhol Ildefons Cerdá lavrou pela primeira vez em letras impressas não só a palavra “urbanismo”, como também “urbanista”. O surgimento das palavras se deu justamente porque as condições de vida moderna exigiram uma compreensão própria de um novo formato de cidade, principalmente após o intenso movimento migratório no início do século XVIII para as localidades mais centrais da Europa (Sennett, 2018).

Ferramentas e tecnologias também foram fundamentais para a transformação das cidades, como por exemplo, a pavimentação com pedras lisas que foi introduzida pela primeira vez em algumas praças de Londres, no século XVIII, mas só se generalizou a partir de 1800, quando foi possível a produção industrial de pedra talhada (Sennett, 2018). Novos pudores e disciplinas corporais entraram em vigor, como a introdução do *pissoir* (urinol), na Paris de 1843, pois até então

(...) os homens exibiam o pau sem vergonha para urinar em público, e urinavam como cães nas paredes dos prédios ou na rua; com a chegada do *pissoir*, a urina podia ser canalizada por debaixo da terra. Com isso, mudaram os valores da *cit * (Sennett, 2018, p.35).

O saneamento, igualmente, tomou parte importante na transformação do cenário urbano, principalmente com as frequentes ocorrências de cólera, tifo, varíola, entre outras tantas doenças pestilentas. No prefácio atualizado em 1892 do seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels observou que essas doenças e suas constantes mazelas mostraram ao burguês britânico a necessidade urgente de saneamento das cidades.

---

revolto, amotinado, inquieto, mas viam ali tantas possibilidades que as características benéficas seriam superiores as características negativas (Giddens, 1991).

O indivíduo encontra palco na cidade, e as pessoas na rua passaram a se dar conta de que tinham o direito de serem deixadas em paz, com seus pensamentos próprios e subjetivos. “Em público, as pessoas agora queriam ser protegidas pelo silêncio (...), o que ainda hoje é verdade: na cidade moderna, os estranhos se relacionam mais visualmente que verbalmente.” (Sennett, 2018, p.40). A cidade como palco é pensada por Benjamin (1985), que trabalha a noção de indivíduo a partir da emergência do *flâneur*, que seria a própria tradução do espírito de mobilidade que se inaugura com a modernidade. A figura do *flâneur* surge como um indivíduo desenraizado, que se locomove através do espaço urbano remodelado, para ver e ser visto, buscando a beleza emergente do efêmero e do novo, como Baudelaire (1996 [1862]) tratou em suas poesias alegóricas do período. Ao próprio Baudelaire é atribuído o primeiro uso do termo “modernidade”, no ensaio *O pintor da vida moderna*, publicado pela primeira vez no final de 1863, no jornal *Figaro*. O poeta entende a modernidade como uma experiência estética indissociável das grandes metrópoles, por isso, ela pulsa através da vida acelerada e dos choques constantes, e não diz respeito a uma condição temporal, mas sim a mais forte das rupturas.

Sennett (2018, p.40-41) entende que a vestimenta na cidade do *Ancien Régime* assinalava não só o lugar na hierarquia social como também as profissões ou atividades – açougueiros que usavam cachecóis com listras vermelhas e brancas; farmacêuticos que carregavam um ramo de alecrim na lapela; carpinteiros que usavam aventais de couro e carregavam uma régua e alfaiates que andavam bem-vestidos com agulha e linha fincadas no casaco (Burke, 2010) -. O mar de uniformidades silenciosas da cidade moderna tornava mais difícil a leitura automática do outro somente através dos trajés. Por isso, novas formas de leituras sociais passaram a ser demandadas. Sennett (2018) traz dois exemplos magníficos para ilustrar essa diferenciação: *Vautrin*, de Balzac, escrito no século XIX e *Marquesa de Merteuil* de Laclos, escrito no século anterior. A *marquesa* é um produto do salão aristocrático, bem-acabado e finalizado, de interpretação fácil e imediata. Ao passo que *Vautrin* é um ladrão, chefe da polícia, seduz mulheres e meninos, é camaleônico e, portanto, difícil de ser definido, explicitando a característica instável da vida urbana moderna.

O caráter já muito bem explorado de exibição nos passeios públicos da modernidade ganha ainda mais força com uma forma de construção recém-criada: as



janelas envidraçadas. Na Idade Média, o vidro era um material praticamente inacessível por seu alto custo. Ao longo dos séculos, ganhou usos generalizados a partir do desenvolvimento de técnicas financeiramente mais viáveis, fazendo surgir lâminas mais finas. “As primeiras vidraças grandes foram produzidas em escala industrial na década de 1840 na França e na Holanda (...)” (Sennett, 2018, p.47), o que possibilitou inclusive o surgimento das vitrines de lojas, um formato inédito e sedutor de exibição das mercadorias. Sennett ainda reforça que os sistemas de transporte público implantados pelo barão de Haussmann durante a reforma urbana de Paris permitiram que gente de todas as partes viesse às novas lojas de departamento, se encantando com as grandes vitrines de vidro recheadas de sonhos e imaginação que atraíam multidões contemplativas. A essa faculdade imaginativa, Colin Campbell (2001) deu o nome de *day-dreaming*, que seria próprio da modernidade e da ética romântica, contribuindo para a acentuação do individualismo e pelo gosto da novidade. O *day-dream*, segundo o autor, seria a idealização de possibilidades concretas, traduzidas pela aquisição de bens de consumo.

As multidões foram estudadas por teóricos como Gustave Le Bon (2008 [1895]), que as lia como uma turba de anônimos, onde as pessoas juntas seriam capazes de desenvolver comportamentos e sentimentos que não desenvolveriam se estivessem sozinhas. Le Bon, um dos fundadores da psicologia social – cujos estudos foram utilizados posteriormente por Freud – pensa a turba através da capacidade de transformar os indivíduos.

Em perspectiva semelhante, Simmel (1969) traz a ideia de uma sobrecarga e pressão sensorial que ocorre quando se formam massas de pessoas, onde “(...) o andamento e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social” (Simmel, 1969, p.48) se tornam acelerados, imprimindo a intensidade urbana na qual o autor se mostrava temeroso, criando a conhecida atitude *blasé*, descrita por ele. Tal atitude não quer dizer que as pessoas, na visão de Simmel, sejam de fato indiferentes, mas sim agem como se fossem. Através dessa atitude, elas estariam se protegendo das ameaças e discrepâncias da cidade moderna: “(...) os problemas mais profundos da vida moderna decorrem do desejo do indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade da sua vida diante da cultura externa e da técnica da vida.” (Simmel,

1969, p.48). Para Sennett (2018), parece que as multidões da urbe formam um triângulo: de um lado a turba, de outro o comportamento *blasé* e ao longo da terceira via, há os sentimentos de maior sociabilidade. Multidões lidas por muitos autores como névoa obscura culpada de um desconforto singular, causadora do mal-estar do indivíduo na sociedade, como a interpretação de Edgar Allan Poe em *O homem das multidões*. Texto clássico sobre o tema, editado em 1840, que traz a leitura de comportamentos fleumáticos em meio à multidão que os cerca, salteados pela solidão, apatia e indiferença, ao mesmo tempo em que há o confronto de encontros compulsórios, resumidos pela epígrafe: *Ce grand malheur de ne pouvoir être seul*.

“Multidão”, de fato, não parece um exagero para definir o crescimento populacional na Idade Moderna. Em 1500, havia aproximadamente 80 milhões de pessoas na Europa e cerca de quatro cidades com mais de 100 mil habitantes (Istambul, Nápoles, Paris e Veneza). Já em 1800, esse número cresceu para 200 milhões e agora eram 23 cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo que somente Londres possuía 1 milhão de pessoas. (Burke, 2010).

Para Marx e para autores influenciados pela sua visão, a ordem social emblemática da modernidade é a ordem capitalista, cujo caráter móvel e ritmo acelerado não teriam a ver única e diretamente com esse aumento populacional. Seriam fruto do ciclo *investimento-lucro-investimento*, ocasionando uma disposição constante para o sistema se expandir. Já Durkheim, ao contrário de Marx, via a competição capitalista não como elemento central, mas sim como marginal e até mesmo transitório. A agitada transformação da vida social na modernidade, segundo Durkheim, deriva, portanto, de um impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, através da exploração industrial. Dessa forma, a ordem social moderna não seria capitalista, mas sim industrial. Neste sentido, Weber estaria mais próximo de Durkheim do que de Marx, na medida que o autor entende o capitalismo racional e burocrático como típico da era moderna (Giddens, 1991).

Mais do que localizar (ou até mesmo reduzir) a característica central da modernidade, entende-se que o mais importante é saber que todas essas mudanças estavam em consonância e não em um jogo de exclusão. Capitalismo e industrialismo são faces de uma mesma moeda e atuam como feixes organizacionais e não estão sozinhos. A economia capitalista pode ser lida pela ótica da razão prática, com seus

cálculos matemáticos, prejuízos, lucros, oferta e procura. Mas também pode ser entendida pelo seu caráter simbólico, como uma invenção da cultura moderna, sustentada por mitos, rituais e representações (Rocha; Frid; Corbo, 2016).

Berman (*apud* Rocha, 1995) entende que são oito as principais forças alimentadoras da modernidade, onde cada uma se desdobra em múltiplos planos. Seriam elas: desenvolvimento científico, explosão demográfica, crescimento urbano, industrialização da produção, movimentos sociais de massa, Estados nacionais, mercado capitalista mundial e os sistemas de comunicação de massa. Esses últimos irão exercer papel protagonista na transformação das formas de vestir da sociedade ocidental, culminando na moda por excelência. A revolução comercial trouxe consigo uma revolução nas comunicações, que começa com a construção de navios modernos, escavações de canais mais profundos, melhorias em estradas e serviços postais mais frequentes e rápidos, resultando em uma imprensa fortalecida e presente em grande parte do mundo.

O intenso aumento da alfabetização também teve papel primordial neste sentido, principalmente entre 1650 e 1800. Na França, por exemplo, a alfabetização entre os homens subiu de 29% em 1690 para 47% em 1790. Na Inglaterra, 30% dos homens eram alfabetizados em 1642 e na segunda metade do século XVIII o número passou a ser 60%. (Burke, 2010). Esse aumento da alfabetização irá culminar na difusão da leitura e em novos tipos de literatura, importantes para o fortalecimento do eu - individual, da exteriorização de si e dos valores íntimos que cada um cultiva, como a literatura de civilidade e a literatura autobiográfica, “(...) que atesta os progressos da alfabetização e uma relação estabelecida entre leitura, escrita e autoconhecimento.” (Ariès, 2009, p.15-16). O ingresso da sociedade ocidental na cultura escrita consiste em uma das principais transformações da era moderna, segundo Philippe Ariès. São fatores como o aumento da circulação e difusão dessa palavra escrita e a leitura silenciosa que vão constituir modificações decisivas que irão, de maneira inédita, traçar a fronteira entre gestos culturais do foro íntimo e da vida coletiva, construindo uma “esfera da intimidade”, como assegura Roger Chartier (2009). O autor também salienta que o acesso das sociedades ocidentais à escrita entre os séculos XVI e XVII não foi um progresso linear e contínuo. Esse acesso, enfim, vai se desencadear irreversivelmente no século XIX.

A prática da leitura silenciosa e individual será bastante expressiva na constituição do cenário mostrado até aqui. Ela transformou o próprio trabalho intelectual, que se tornou um ato de intimidade individual e permitiu uma devoção mais privada, construindo outra relação de sagrado além das regulamentadas pelas mediações eclesiásticas (Chartier, 2009).

Já a imprensa periódica se desenvolve com rapidez, modificando derradeiramente a comunicação de massa. Segundo Dabhoiwala (2013), a partir do fim do século XVII, surgem atitudes originais em relação à privacidade e à publicidade, sendo esses novos meios de formar a opinião pública. Neste período, o aumento da variedade de livros e panfletos foi mais do que significativo.

Sabemos da existência de cerca de oitocentos títulos diferentes publicados em 1677; mas no fim do século XVIII, não era incomum que houvesse mais de 8 mil publicações num único ano. Por volta de 1670, apenas cerca de duas dúzias de casas de impressão em Londres, Oxford, Cambridge e York tinham autorização para imprimir qualquer coisa; em 1800 havia centenas de impressores e editores (Dabhoiwala, 2013, p.501).

O acesso a variados tipos de publicações se expande cada vez mais, inclusive por meios inéditos como as bibliotecas circulantes (Dabhoiwala, 2013). Em relação aos jornais, Dabhoiwala entende que antes de 1600 não havia nenhum exemplar em circulação e mesmo em 1695, eles continuavam raros, de escopo restrito e vida curta. Já em 1716, os títulos novos pipocavam, em uma circulação mais frequente e contínua, transformando a natureza da comunicação pública. Neste sentido, se estabeleceu pela primeira vez uma mídia de massa permanente para a circulação e discussão de notícias e opiniões (Dabhoiwala, 2013).

O autor sinaliza que o século XVIII, portanto, viu nascer um novo tipo de cultura midiática, bem como uma mudança profunda no modo como homens e mulheres concebiam a identidade pessoal e sua importância pública, desvendando seus sentimentos íntimos e privados, em visão próxima a de Philippe Ariès e Roger Chartier.

A catapulta da exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos é materializada pelo gosto, que se faz presente nesse processo, ao introduzir exigências de refinamento, tornando-se um valor autêntico, reconhecido como uma forma de autoapresentação. “E, ainda mais do que as boas maneiras, o bom gosto tornou-se objeto

de modas criadoras de distinções sociais e de novas sociabilidades.” (Flandrin, 2009, p.269). Essa noção de “bom gosto” relativo a domínios culturais e artísticos, dentre os quais a moda, é bastante recente, quando no século XVII ainda não pensava em existir. Desde então, passa a ser uma virtude social, “(...) que, no âmbito da vida mundana, refere-se tanto à interioridade quanto à aparência dos indivíduos.” (Flandrin, 2009, p.303).

Agora as modas podem ser copiadas por todas as classes, pois as leis suntuárias foram abolidas. A posse do dinheiro tornou acessíveis os símbolos da vida ociosa e no amplo e variado espaço urbano – no Passeio Público, no camarote da Ópera, no Cassino, no restaurante de luxo – a arrivista começa a ofuscar a “dama exemplar” através do luxo dos vestidos. É então que uma nova barreira se interpõe entre as classes, ainda mais difícil de transpor que a antiga, pois já não se apoia na ostentação da riqueza, mas no polimento das maneiras, na composição elaborada dos gestos, enfim no elemento dinâmico da moda. A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância (Souza, 1987, p.134).

Os bens de consumo e a criação de seus significados estão intimamente relacionados a esse processo. Sem eles, já dizia McCracken (2003), certos atos de definição do *self* e de definição coletiva seriam impossíveis na cultura ocidental moderna, que teria passado por uma *revolução do consumo*. Não há consenso sobre a localização ou até mesmo o período exato em que essa revolução foi iniciada. Autores como McKendrick (1982) atribuem à Inglaterra do século XVIII. McKendrick chama atenção para o impasse que se colocou nos estudos da revolução do consumo em prol daqueles que priorizavam a revolução industrial, quando, na verdade, uma mudança tão grandiosa nos meios de produção não teria como acontecer se também não houvesse uma mudança crucial nas formas de consumir. Este autor é particularmente interessante, pois examinou a “comercialização da moda” como um dos mais importantes territórios de mudança nessas formas de consumo.

O trabalho de McKendrick é bastante elucidativo, ao trazer informações precisas do reinado de Elizabeth I, que teria contribuído para as inovações no universo do vestuário. Porém, cabe ressaltar que não podemos dizer que ali nasce a moda, uma vez que os aparatos de produção e acesso, bem como questões relacionadas a gosto pessoal e liberdade individual, decisivos para a constituição da moda, estavam submetidos a uma soberana bastante controladora, cujas leis suntuárias garantiam a regulação e a manutenção de hierarquias a partir de seu projeto político. Ao mesmo tempo, podemos dizer que o cenário de “atração” e curiosidade pelo universo do

vestir foi construído de maneira sólida. Essa “revolução da moda” não aconteceu por acidente, mas sim devido a circunstâncias econômicas e sociais que estavam substancialmente favoráveis a ela (McKendrick, 1982).

As famosas *fashion dolls*<sup>38</sup>, por exemplo, abriram caminho para o aumento de um interesse pelas formas indumentárias, a partir de um encantamento por texturas, bordados e cores que hipnotizavam. Desde o início do século XVIII, essas bonecas – conhecidas também como “pandoras”, “manequins”, “dolls of the Rue St. Honoré” (rua conhecida como centro de produção do vestuário francês) - saíam de Paris e viajam o mundo para diferentes Cortes e reinados, como a Inglaterra, que as recebia anualmente. As bonecas eram em tamanho real e muito pesadas. Essa forma de divulgação do vestuário era extremamente lenta, cara e restrita. Em 1733, o jornal *The New Weekly* anunciou que por 2 *shillings* as pessoas poderiam olhar uma boneca, e por 7, poderiam levar alguma para a casa (McKendrick, 1982).

Devido ao alcance extremamente restrito, surgiram as *English dolls*, uma invenção bastante revolucionária de 1790, que correspondia a uma boneca plana feita de papel-cartão, com aproximadamente 20cm de altura, de penteado simples e roupa completa, incluindo roupas debaixo e *corset*. Custava apenas poucos centavos e era impressa em centenas de unidades. Segundo McKendrick (1982, p.45), na Alemanha em 1791 dizia-se que era uma nova e maravilhosa invenção inglesa, em que mulheres poderiam observar e estudar o que era bom e o que era ruim em vestuários e penteados. As bonecas inglesas serviram a uma pedagogia do “bom gosto” relacionada à moda, uma vez que seu acesso era bem maior e penetrava diferentes camadas sociais.

Rosalind H. Williams (1982), atribuiu à França do século XIX o momento definitivo para a comercialização da sociedade moderna, recheada de excessos e ilusões daquilo que chamou de “mundo do sonho do consumo”, que teria tido início nas formas de consumir da aristocracia francesa do século XVII, na corte de Luís XIV. Segundo a autora, essas pessoas teriam sido as primeiras a ter experiência com um consumo caprichoso e arbitrário (Williams, 1982). Apesar do conhecido e extravagante reinado do “Rei Sol”, não podemos concordar com essa visão, uma

---

<sup>38</sup> Alguns registros datam a primeira *boneca* em 1396. Porém, ela era tão cara e exclusiva que a sua circulação foi praticamente insignificante.

vez que sabemos da existência de experiências anteriores ou simultâneas, como as dos Romanov, citado no tópico anterior, por exemplo. O ponto mais interessante do trabalho de Williams é quando a autora estuda quatro estilos de vida que, segundo ela, emergiram desse “mundo do sonho”: burguês, de massa, elitista e democrático. Sem dúvida, serão estilos de vida estreitamente ligados ao sistema de moda.

Assim como é difícil a localização do marco zero do individualismo, estaríamos perdendo mais ao ficarmos presos somente a um período ou localização do início do consumo moderno. Por isso, se torna mais valioso para o debate pensar a organização e relação entre diferentes acontecimentos que levaram ao seu desenvolvimento. A começar identificando que este consumo se realiza nos circuitos de troca sociais (Rocha, 2010), e que, segundo Campbell (2001), seria tipicamente o resultado do comportamento conscientemente motivado. Tais acontecimentos, a propósito, muito próximos ou quase idênticos, àqueles associados à construção da moda.

Novos tempos, lugares e padrões de compra; novas técnicas de marketing; novas ideias sobre posse e materialismo; alterações nos grupos de referência, nos estilos de vida, na mobilidade de classe, nos padrões de difusão, no simbolismo dos produtos e nos padrões de tomada de decisão. Nossa preocupação, do princípio ao fim, será a transformação da cultura que tomou lugar na revolução do consumo. (McCracken, 2003, p.22).

McKendrick (1982) afirma que as roupas foram os primeiros produtos de consumo de massa a se ter notícia, transformando-se em moda. Além do que, a própria moda teve um papel fundamental no desenvolvimento industrial e nas técnicas de produção, não só têxteis, mas também de outros setores ligados direta ou indiretamente à elaboração de roupas, sapatos, chapéus e acessórios de todo o tipo, como a indústria do metal, por exemplo.

Aquilo que homens e mulheres uma vez esperaram herdar de seus pais, agora tinham a expectativa de comprar por si mesmos. Aquilo que uma vez foi comprado sob os ditames da necessidade, agora era comprado sob os ditames da moda. Aquilo que antes era comprado uma vez na vida, agora podia ser comprado várias e várias vezes. (...) as “luxúrias” passaram a ser vistas como meros “bons costumes” e os “bons costumes” passaram a ser vistos como “necessidades”. (McKendrick, 1982, p.1).

Bonecas, almanaques, jornais, revistas, propagandas, lojas, ruas. O vestir se transformava cada vez mais em moda por excelência, em seu aspecto moderno,

inserido em um composto de tentáculos diversos e longínquos, alterando os níveis de consumo para um mercado cada vez maior, incluindo neste jogo de aparências efêmeras camadas sociais antes excluídas, que participam do *ter* e do *ser*, simultaneamente, nascendo, enfim, como consumidores (Flandrin, 2009). Diferenciando-se de uma época anterior, baseada em um padrão do *parecer* e *ser*, cujas vestes eram, em grande parte, categóricas para a identificação das pessoas e dos grupos. Uma vez que, segundo McCracken (2003, p.119), “(...) uma das maneiras através das quais os indivíduos satisfazem a liberdade e a responsabilidade de sua autodefinição é pela sistemática apropriação das propriedades significativas dos bens.” Neste sentido, podemos destacar o vestuário das sociedades anteriores à modernidade como *langue* e a moda como *parole*, pois ela acontece e se transforma pelos indivíduos em tratos, pactos e convenções do cotidiano moderno.

Todo esse universo de bens e os novos acessos a ele estão diretamente relacionados ao sistema de consumo moderno, entendido como um “operador, gerenciando a distribuição de valores (sensualidade, poder, saber, bom gosto, cultura, sofisticação, beleza e outros tantos) que classificam e posicionam grupos e objetos no interior da ordem social.” (Rocha, 1995, p.154). Isso criou uma demanda por um conjunto de informações adicionais para auxiliar os indivíduos consumidores na distinção dos bens e para saber qual seria a mensagem que esses indivíduos estariam enviando a partir de suas compras. Desta maneira, temos o consumo no século XIX como um fato social permanente (McCracken, 2003). “Em suma, os diferentes estudos indicam que, no limiar entre o mundo medieval e o mundo moderno, o consumo se tornou um mecanismo efetivo no jogo de disputas, exibição e sustentação de poder.” (Rocha; Frid; Corbo, 2016, p. 11).

Os grandes magazines foram um dos maiores representantes desse período, tendo papel fundamental na consolidação do consumo moderno e do sistema da moda. Surgidos no século XIX como um modelo de negócios totalmente inovador, alinhado com os processos em curso que impactaram valores, hábitos, gostos e cotidianos urbanos (Rocha; Frid; Corbo, 2016). Para McCracken (2003), esse seria um terceiro momento na constituição do consumo como um campo autônomo, que possui uma dinâmica própria e está em permanente interação com a vida social.



Segundo Corbo (2018), os grandes magazines acontecem no período classificado por Karl Polanyi (2012 [1944]) como “cem anos de paz” (1815-1914). Este período foi marcado pelos impactos da Revolução, desenvolvimento industrial e pela busca de uma paz universal entre as grandes potências mundiais, com o objetivo de construir um ambiente favorável para o crescimento dos negócios, incluindo o desenvolvimento das indústrias, aceleração da circulação de mercadorias com trocas comerciais que agora avançavam fronteiras internacionais de forma ordenada e consciente, e não mais pautada por guerras, conflitos e conquistas. Seria um período definido como “a grande transformação” (Polanyi, 2012 [1944]) da civilização europeia que passava de um mundo pré-industrial para a industrialização avançada.

Em 1852, o parisiense *Le Bon Marché* é fundado por Aristide Boucicaut, considerado o marco dos grandes magazines. Logo em seguida, o *Louvre* abre as portas em 1855 e o *Printemps* em 1865. A *Macy’s*, em Nova York, é inaugurada em 1858 e a *Marshall Field’s* em 1852, na cidade de Chicago. Pouco tempo depois, a *Wanamaker’s* surge em 1876 na Philadelphia. A inglesa *Harrods* surge antes mesmo da *Bon Marché*, mas como um negócio pequeno, para em 1861 se expandir e se transformar quando o filho do fundador, Charles Digby Harrod, assume o empreendimento. Já no século XX, mais precisamente em 1909, a emblemática *Selfridges* surge. No Rio de Janeiro, as lojas de departamento também encantam a urbe, sendo a *Parc Royal*, inaugurada em 1873, a mais alegórica de todas.

As lojas de departamento foram antecedidas pelas *magasin de nouveautés*, que já reuniam em um só lugar variados artigos de moda, como tecidos, rendas e sedas. A *Tapis-Rouge*, aberta em 1784, é considerada a primeira deste modelo, mas algumas décadas depois temos o surgimento de outros empreendimentos do tipo como *La Belle Jardinière* (1824), *Aux Trois Quartiers* (1829) e *Le Petit Saint-Thomas* (1830) (Rocha; Frid; Corbo, 2016).

Os grandes magazines estavam em consonância com as transformações de um tempo moderno, convergindo com a imprensa de massa, o desenvolvimento da publicidade, a criação de novas estratégias de venda, entre outros fatores. Essas estratégias de venda, tão iconoclastas para a época, hoje nos parecem absolutamente naturais, como as vitrines, fixação e exibição dos preços nas lojas, entrada livre dos consumidores, divisão por seções, política de devoluções, distribuição de catálogos,

investimento maciço em anúncios<sup>39</sup>, promoções periódicas e datas comemorativas. É possível dizer que os grandes magazines materializaram em um único lugar polos opostos do capitalismo, onde se tem de um lado o ambiente fabril invisível para o público e de outro um mundo de fantasias hipnotizadoras (Rocha; Frid; Corbo, 2016). O lugar social da mulher<sup>40</sup> também foi transformado, ao abrir o leque de possibilidades concretas para a participação das mulheres na vida pública; desde a própria atividade de consumo como uma atividade feminina até a inserção no mercado de trabalho com novas formas de emprego, inclusive para as mais humildes. As mulheres agora eram trabalhadoras e consumidoras. (Rocha; Frid; Corbo, 2016).

A moda exerce papel fundamental na moderna procura pela diferenciação através do consumo, quando o indivíduo se libertou das correntes medievais, estamentais e eclesiásticas, tornando-se autônomo e procurando se distinguir entre si. “O importante aqui não é mais o indivíduo livre como tal, mas que este é, precisamente, aquele único e distinto. A procura moderna pela diferenciação ganha com isso uma intensificação (...)” (Souza; Oëlze, 1998, p.114).

Ou seja, setores economicamente emergentes passaram a poder adquirir objetos de cultura material que antes se vinculavam e pertenciam a outros segmentos, o que possibilitou pequenos movimentos de deslocamento na vida social. A cultura material e as pessoas se descolavam da ordenação anterior e, por força desse processo, o curso do mundo assumia outros contornos e novas direções. (Rocha; Frid; Corbo, 2016, p.133).

As constantes inovações da moda se tornam capazes de moldar personalidades extraordinárias, em um agir social consciente e recíproco, constituindo diferentes formas de socialização, que se tornam objetos de pesquisa sociológica, como

<sup>39</sup> Segundo Rocha, Frid e Corbo, (2016), os grandes magazines nasceram praticamente ao mesmo tempo que as primeiras agências publicitárias e estavam entre os seus principais clientes.

<sup>40</sup> As questões de gênero são tangencialmente abordadas durante toda a tese por uma opção consciente. Desde as leis suntuárias, a questão do gênero aparece de diversas formas e opressões: em alguns períodos e localidades, temos ordenações direcionadas somente aos homens, em outros, somente às mulheres, onde os motivos para essa exclusividade são variados. Ao longo dos séculos, as vestes masculinas e femininas sofreram modificações e isto também aparecia nas pragmáticas. Após a modernidade, essa complexidade continua e se acentua, esbarrando nas diferenciações entre roupas masculinas e femininas, até a ocupação de cargos nas profissões surgidas com o amadurecimento do sistema da moda. Algumas atividades, como a costura, o fiar e o tear, são, desde muito tempo, tidas como ocupações próprias de meninas, o que certamente teve um impacto muito grande na constituição do gênero na moda e nos tipos de trabalhos profissionais surgidos a partir dessa tensão. Esses pontos servem como rápido exemplo para ilustrar a complexidade do assunto. Por isso, nesta tese, se optou por não tratar e aprofundar questões de gênero por ser um tema de bastante enredamento, nuances, obscuridades e literatura vasta. Acredita-se, portanto, que seria necessário um estudo apenas para tratar essa temática.

o próprio sistema da moda, que precisa do tempo moderno para existir e encontra terreno fértil em um tipo de consumo estudado por Campbell (2001), atrelado a um hedonismo moderno, através da busca pelo prazer singular em cada experiência, em cada emoção. Esse consumo estaria, segundo o autor, estreitamente ligado a fenômenos como o amor romântico, o gosto, a leitura de ficção e de romances e, claro, a moda, que indicaria mais os valores centrais de uma sociedade moderna do que um mecanismo de venda a retalho exploratório e engenhoso (Campbell, 2001).

A chave para o desenvolvimento dessa forma de hedonismo moderno se dá no deslocamento da preocupação primordial das sensações para as emoções. As emoções passam a se constituírem como uma poderosa e prolongada estimulação que pode se vincular com qualquer grau significativo de controle autônomo, unindo imagens mentais a estímulos físicos. Neste sentido, o hedonismo moderno entrega aos indivíduos a possibilidade de ser o seu próprio déspota, controlando os estímulos que experimenta e do prazer que obtêm a partir deles. Esse controle se dá através do poder da imaginação, ampliando todas as possibilidades. Este formato de hedonismo foi definido como racionalizado e auto ilusivo. Sendo o hedonista um artista do sonho, graças às habilidades psíquicas do homem moderno (Campbell, 2001). Dessa forma, a prática de olhar vitrines, como já falado aqui, é um aspecto de relevada importância para o consumo e para o sistema da moda. Sendo o gosto o fenômeno crucial que liga o hedonismo imaginativo à instituição da moda, uma vez que ele “(...) abarca tanto a padronização dos prazeres como os processos do discernimento estético.” (Campbell, 2001, p.137).

Ainda segundo Campbell (2001), o gosto seria, então, um conceito indispensável ao comportamento do consumidor, tanto por facilitar a escolha como por assegurar a geração de novas necessidades, na medida que o consumo moderno requer dos indivíduos a aceitação de certa responsabilidade pelos seus gostos, tendendo a trazer com ele a necessidade da formação de julgamentos estéticos.

Vinculado a esse contexto de mudanças nas atitudes e comportamentos sociais, temos o romantismo - não só potencializado, como proporcionado pela prática da leitura silenciosa e individual – traduzido como peça significativa e impulsionadora, tanto do consumo quanto da moda. Para Campbell (2001), o romantismo é um movimento cultural que se coloca em condições de igualdade com o Renascimento

e Iluminismo. Cabe ressaltar que assim como as práticas de consumo e as atividades mais aceleradas do vestir, havia pessoas em momentos anteriores que demonstraram “temperamentos românticos”, mas foram pontuais e sem continuidades, tomando porções epidêmicas somente no final do século XVIII e início do XIX, mais precisamente entre 1790 e 1830.

O movimento romântico pode ser definido como um modo de sentir e um estado mental em que as sensibilidades e a imaginação predominam sobre a razão, tendendo para o novo, para o individualismo e para a fantasia (Gauderfroy-Demonbynes, 1966). Campbell (2001) também o caracteriza, dentre outras coisas, como uma inquieta ansiedade face a vida, uma preferência pelo estranho e curioso, uma inclinação para o sonho e o devaneio, um pendor para o misticismo, sendo a criatividade a ênfase primordial.

(...) enquanto o próprio divino já não era representado como um Deus designado e pessoal, mas como uma força sobrenatural que, ao mesmo tempo que presente em todo o mundo natural, também existia dentro de cada indivíduo na forma de um espírito único e personificado, o do seu ‘gênio’. (Campbell, 2001, p.255).

Essa concepção mais qualitativa do indivíduo, que transborda em um ego genial, criativo e único, que está em uma jornada pela descoberta de si mesmo, liga-se diretamente ao sistema da moda, uma vez que a noção de uma subjetividade criativa fortaleceu a figura do estilista criador emancipado. Se, antes, a demanda da roupa surgia pelo seu papel estamental hierarquizado, na modernidade a roupa surge através de um indivíduo artista e de um indivíduo consumidor consciente e desejante, que coloca seu prazer acima do conforto, “(...) contrariando as restrições tanto tradicionalistas quanto utilitárias ao desejo.” (Campbell, 2001, p.282), em busca de uma auto expressão e autorrealização.

Desta maneira, “(...) o romantismo assegurou o amplamente difundido gosto básico pela novidade, juntamente com o suprimento de produtos ‘originais, necessários a que o padrão da moda moderna funcionasse (...)’ (Campbell, 2001, p.293). Pode-se dizer, portanto, que o movimento romântico cimentou as bases éticas para o frenético padrão de consumo, que viria a qualificar a Idade Moderna, sendo a moda parte indissolúvel desse horizonte.

Desse modo, chegamos ao fim da primeira parte da tese e nos próximos capítulos vamos adentrar no Brasil, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, iniciando a análise a partir da chegada da Corte em 1808, que instaurou as bases hierárquicas do Antigo Regime em terras tropicais. Uma indumentária luxuosa, cheia de prestígio, significados e marcações, que indicavam o estado e posição de cada cortesão, passou a fazer parte do cotidiano de uma cidade até então colonial. Neste sentido, a presença da Família Real promoveu tensões que marcaram o período, tendo a indumentária papel protagonista na batalha pelos signos sociais prestigiosos e seus modos de uso. A cidade do Rio de Janeiro veria a constituição de uma mentalidade aristocrática, hierarquizada e assinalada pelas vontades de um soberano.

### 3. Paradoxos da monarquia tropical: tradições e rupturas

#### 3.1. A chegada da Corte em 1808: roupas como marcadores sociais compulsórios

Depois de um temporal que dispersou os navios da esquadra portuguesa, o príncipe regente parou no litoral de Pernambuco para receber víveres e água. Parte das embarcações continuou o trajeto para o Rio de Janeiro, e em uma delas, aportada em 17 de janeiro de 1808, estavam as irmãs da rainha e duas infantas. Por isso, o primeiro lugar que D. João VI desembarcou, de fato, foi na Bahia. Enquanto ele se preparava para chegar ao Rio, o Senado da Câmara definiu todo um calendário de festividades. O Conde dos Arcos, até então vice-rei do Brasil, mandou construir um passadiço que ligava o Convento do Carmo à casa do governo, enquanto ordenou aos proprietários dos melhores prédios que se entregasse as chaves para que a comitiva real fosse abrigada (Villalta, 2016). Muitos moradores foram impelidos a deixar suas casas e cedê-las para algum membro da Corte. Essa movimentação também gerou uma intensidade na compra e venda de imóveis da cidade, culminando em uma elevação de preços (Silva, 2010). Dessa forma, a capital do Brasil desde 1763, sucedendo Salvador na função, começava a se transformar profundamente.

A vinda da Família Real portuguesa em 1808 alterou o cenário do Rio de Janeiro. A transferência da Corte teve um impacto profundo tanto para Portugal quanto para o Brasil, parecendo constituir, aos olhos dos contemporâneos, verdadeira transformação revolucionária do império português (Schultz, 2006), gerando uma alteração ímpar no lugar da América portuguesa no contexto histórico do luso império.

O ar de “civilização” e de poder, ostentado pela aristocracia portuguesa chegada em 1808, seus rituais e sua indumentária fizeram com que as elites de negociantes fluminenses – em especial, os chamados comerciantes de grosso trato coloniais – quisessem se ligar à Corte e à sua aristocracia, adotando seus modos e suas modas como forma de compartilhar as oportunidades de distinção social, destacando-se dos demais habitantes da Colônia (Silva, 2010, p. 13).

Neste sentido, a presença da Família Real promoveu tensões que marcaram o período, tendo a indumentária papel protagonista na batalha pelos signos sociais prestigiosos e seus modos de uso. A cidade do Rio de Janeiro veria a constituição

de uma mentalidade hierarquizada, chancelada pelas vontades de um soberano, que não mais estaria distante além-mar, mas sim em um mesmo território. Assistiu-se a nobres e não-nobres que já existiam na cidade misturando-se àqueles que vieram junto com a Corte. Um aparente emaranhado social, mas que era cuidadosamente separado pela pena do monarca.

Este cenário fez aumentar a busca por mercês régias e pela nobilitação por parte dos comerciantes e elites locais, pois seria o único meio de inserção na aristocracia, dando acesso as vestes, trajas específicos e elementos que “(...) constituíam-se na cultura indumentária do Antigo Regime por demonstrar o lugar ocupado pelo seu portador na sociedade” (Silva, 2010, p.13). D. João VI recrutava seus auxiliares na aristocracia, na magistratura e na burguesia, construindo uma “fauna áulica” do Período Joanino (Villalta, 2016, p.30). As mercês régias demandavam o uso de uniformes, fardas e insígnias, constituindo-se como elementos indumentários próprios ao Antigo Regime, pois deixavam na superfície o lugar que o seu portador ocupava na estrutura social vigente. Esta corrida pela nobilitação pode ser considerada como a etapa de adaptação descrita por Jeffrey Needle (1993), ao investigar padrões na relação entre a cultura dos colonizados e a dos colonizadores. A sociedade era vista como um corpo articulado, naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina. O rei, a cabeça desse corpo, era responsável por distribuir mercês conforme funções, direitos e privilégios de cada um de seus membros, exercendo a justiça em nome do bem comum (Mattos, 2001).

O Brasil foi o único país nas Américas que teve um corpo social de nobres. Villalta (2016) mostrou que até 1821, D. João VI havia concedido mais de 254 títulos de nobreza, entre 28 marqueses, 8 condes, 16 viscondes e 21 barões. Para Lilia Schwarcz (1998), esse número diverge um pouco: os mesmos 254 títulos totais, sendo, porém, 11 duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões, garantindo, ainda, a nobreza daqueles que já a possuíam desde Portugal. O soberano igualmente nomeou 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes com a Ordem de Cristo, 1.422 com a Ordem de São Bento de Avis e 590 com a Ordem de Santiago. Também ressuscitou a Ordem da Espada, criada por D. João V <sup>41</sup>. Entre 1808 e 1820 foram concedidas ainda 44 casas titulares, onde 16 tinham maior grandeza

---

<sup>41</sup> As Ordens serão trabalhadas mais especificamente no tópico seguinte.

(dadas a reinós como filhos primogênitos das casas de grande nobreza portuguesa) e 28 eram sem grandeza e correspondiam a viscondes e barões. Na Constituição de 1824, o artigo 102, item XI, garantia ao imperador a competência, como chefe do Executivo, de conceder títulos, honras, Ordens Militares e distinções em recompensa aos serviços feitos ao Estado. Além disso, no artigo 142, item VU, constava que cabia ao monarca conceder remunerações também como recompensa de serviços na conformidade da lei, procedendo a aprovação da Assembleia Geral.

Entre os titulares de terra tropical, havia hierarquias internas, onde destacavam-se os “grandes do império”, que possuíam privilégios honoríficos, inerentes aos títulos de duque, marquês e conde, mas reconhecidos apenas aos viscondes e barões com grandeza. Esse pequeno grupo ia à frente dos cortejos reais, acompanhando as Altezas Imperiais, e ainda recebiam o tratamento de “Excelência”. “Mais uma vez, nesse caso, a balança ficava nas mãos da instituição monárquica, que prolongava sua memória cercando-se de um círculo de selecionados. Era a elite, sobretudo carioca, que virava — literalmente — corte” (Schwarcz, 1998, p.250). Segundo Bicalho (2001, p.206), esse ato régio tem sido estudado pela historiografia como elemento instituidor de uma “economia moral do dom”, de acordo com a qual aqueles beneficiados passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços (Xavier; Hespanha, 1993). A concessão de honras e privilégios pelo soberano sinalizava o seu empreendimento em controlar a representação dos sujeitos sociais. “A exclusividade de conferição de títulos e mercês atribuía ao monarca o monopólio de graduar e qualificar por seu próprio arbítrio (...)”. (Bicalho, 2001, p.206). A Coroa se constitui, então, como instância de estruturação social e institucional. (Bicalho, 2001).

O controle do uso das indumentárias se dava por meio de leis suntuárias portuguesas, que buscavam tornar inacessíveis elementos distintivos para a maioria da população, ratificando as estruturas. As aparições reais eram o momento onde as marcações das roupas eram mais visíveis, quando a aristocracia e os nobilitados exibiam-se em público. Cada aparição reforçava as hierarquias, tanto de quem era observado, quanto de quem observava.

Com isso, podemos apreender o relevante papel das vestimentas na constituição dos espaços sociais e suas simbologias distintivas. No período, uniformes,



fardas<sup>42</sup> e Ordens Militares indicavam uma sociedade que se constituía também nas insígnias das roupas, aglomerando os sujeitos a corpos sociais de pertencimento e afastamento: “(...) a cultura indumentária do período não estava relacionada à classe, mas sim ao grupo profissional, aos laços de sangue e aos apadrinhamentos que o sujeito possuía” (Silva, 2010, p.92). Tipos de tecido, bordados<sup>43</sup>, aviamentos e cores também entravam no jogo da distinção. O azul e o vermelho, por exemplo, eram as cores mais habituais para aqueles que faziam parte da aristocracia e/ou nobilitados, como indicam estudos feitos com inventários da época (Silva, 2010). Apesar disso, nosso Império também utilizou cores raramente representadas na aristocracia europeia, como o verde, cor da família Bragança.

Antes de aprofundarmos um pouco mais neste universo, vamos entender como se deu o estabelecimento de uma monarquia europeia em terras tropicais.

Como colônia, o Rio de Janeiro possuía estruturas de pequenas dimensões, precariedades visíveis e regime escravocrata.

O cronista Luís Edmundo traça, em poucas linhas, um perfil do Rio de Janeiro antes da chegada da Corte: embora fosse a capital do Vice-Reinado, a cidade estava confinada a uma restrita área central, possuía ruas estreitas, mal calçadas, era suja, sem remoção de lixo e nenhuma noção de higiene ou saúde pública. (Rainho, 2002, p. 48).

O comércio local era incipiente e subordinado a severas imposições de uma “pequena metrópole de imensa colônia”. (Novais, 1997, p.20). Todas as mercadorias que chegavam ao porto do Rio eram conduzidas a alfândega, onde pagava-se um imposto de 10%. Um oficial do navio *L’Arc*, de passagem pela cidade em 1748, relatou:

Quase todo o comércio do Brasil depende dos produtos vindos da Europa. (...) Importa-se de tudo: estofos bordados a ouro e prata, galões, peças de seda, belos tecidos, telas finas e uma infinidade de outras mercadorias (...) produzidas, na sua maioria, pelas manufaturas francesas. Uma vez por ano, entre os meses de setembro e outubro, Lisboa envia para a sua colônia, sob escolta de três ou quatro navios de guerra, uma frota carregada com os produtos referidos. (...) Do país, os navios mercantes portugueses levam, além do ouro e da pedraria, somente tabaco, açúcar

<sup>42</sup> Não são fardas militares, mas sim roupas indicativas da ocupação dos sujeitos na sociedade. O termo “farda” era usado para designar roupas masculinas e femininas. “(...) quando a infanta D. Mariana morreu, foi enterrada ‘vestida de sua farda rica’”. (Nizza da Silva, 1993, p.230).

<sup>43</sup> Muitos detalhes de insígnias e bordados que representavam marcações de distinção por meio da roupa podem ser encontrados nos registros do pintor Jean-Baptiste Debret e sua *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*.

e algodão – esse último ao que parece produzido contra a vontade da metrópole. (Del Priore, 2016b, p.93).

A própria categoria de comerciante ainda estava em formação e despertava certa desconfiança. Como elucida Del Priore (2016), até o século XVIII, “negociante” era uma palavra que abarcava diferentes ocupações. Assim como “mercador”, “homem de negócios” e “cristão novo” eram sinônimos de impopularidade. No pensamento medieval cristão, a categoria de comerciante ficava abaixo das artes mecânicas. O fato de comercializar o fruto de artes e ofícios o tornava um parasita. Foi apenas no século XVIII em diante que o estigma começou a se transformar em Portugal, muito devido ao decreto de 1770, fruto das reformas pombalinas, que colocava o comércio como profissão não só nobre, como necessária.

No Brasil, duas categorias de comerciantes eram sobressalentes: comerciantes de “retalho”, que tinham lojas, e os de “grosso-trato”, cujas fortunas acumuladas conseguiam ultrapassar as dos senhores de engenho e grandes agricultores. Eram poderosos e muito importantes para os interesses da Coroa, que, por sua vez, construía uma relação estreita com eles através de comendas, contratos públicos e privados e mercês-régias. O fenômeno curioso é que, diferente da mentalidade burguesa mercantil europeia, esses comerciantes tinham como objetivo títulos honoríficos que os aproximassem da nobreza portuguesa.

As formas de exibição da colônia também seriam bem diferentes daquelas adotadas após a chegada da Família Real. Janelas superiores feitas de treliça (conhecidas como muxarabiê) eram basicamente as únicas formas de passagem de ar e luz das casas. Dom João VI, então príncipe regente, mandou transformá-las em balcões envidraçados, feitos com vidro proveniente de Manchester. A noite, o que antes era escuridão acachapante, passou a ter iluminação de lampiões, com patrulhas de três a quatro soldados que faziam parte da Intendência Geral de Polícia da Corte (Del Priore, 2016), criada apenas dois meses depois do desembarque da Família Real. O objetivo desse órgão era cuidar de toda a infraestrutura e embelezamento urbano, limpeza de ruas, iluminação e contenção de violência. Atitudes como abolição das janelas orientais, aterramento de zonas alagadiças e pantanosas e abertura de vias mais largas foram rapidamente empreendidas. Neste momento, concei-

tos modernos como “civilidade” e “urbanidade” começavam a ser introduzidos lentamente no cotidiano dos habitantes, ao mesmo tempo que conviviam com rituais formais exigidos pela Coroa, que buscava nivelar a todos sob os preceitos do absolutismo. Ernest Ebel (1972), nos oferece uma pequena noção ao relatar que às cinco da manhã já se ouvia o tiro de canhão da ilha das Cobras; às cinco e trinta uma corneta da guarda policial e, finalmente, às 6 horas os sinos badalavam por toda a cidade, especialmente na Candelária.

Como salienta Lilia Schwarcz (1998), a Corte brasileira conviveu desde o seu início com a ambiguidade entre tradição e modernidade. Enquanto as hierarquias aristocráticas eram preservadas, estimuladas e propagandeadas, manuais de civilidade também eram estudados, construindo um esforço em convencer a Corte da necessidade da adoção de regras de etiqueta. Ainda segundo a autora (Schwarcz, 1998), os manuais da Corte brasileira dividiam-se em 2 gêneros: pedagógico, destinado às crianças e cortesão, destinado aos adultos. Ambos acenavam para os ganhos da civilidade e da arte de se comportar socialmente. Enquanto na França, a leitura de manuais de etiqueta se dava mais precisamente pela burguesia em ascensão, no Brasil é o contrário. Esse tipo de leitura se deu justamente no grupo vinculado ao monarca.

Na colônia, ricos e pobres tinham suas atividades marcadas pela luz solar. Como vimos no relato de Ebel (1972), levantava-se antes do nascer do sol. O hábito de descansar quando ele estava a pino era conservado. E por fim, dormia-se logo quando ele se punha. Neste período, as velas eram feitas de sebo e apagavam rapidamente, ainda cedo, o que acabava impedindo uma interação maior entre os membros de uma mesma casa. As posteriores mudanças no sistema de iluminação do século XIX, como candeieiros de querosene, irão modificar as práticas sociais, tanto no âmbito privado quanto no público (Algranti, 1997). Antes disso, ter luz não-natural não era um hábito popular. Apenas em 1794, a cidade do Rio viu uma iluminação pública à base de óleos vegetais e animais, e mesmo assim nem todas as ruas tinham esse regalia (Algranti, 1997).

As categorias sociais de pessoas livres da colônia não eram muito complexas. Dividiam-se, basicamente, em três grandes grupos: plebeus comuns, plebeus dotados de algum privilégio ou título de nobreza, formando a pequena elite colonial,

e ex-escravos. A análise de documentos cartoriais, eclesiásticos ou do Estado, mostraram que o nome vinha acrescido da cor e do status jurídico da pessoa. Por exemplo: João, pardo forro (Del Priore, 2016). Segundo Algranti (1997), a condição legal e racial dividia as pessoas na colônia estratificada.

A higiene nos moldes ocidentais modernos estava longe de ser uma preocupação central. Em correspondência com a família em Portugal, o Marquês de Lavradio exaltava a própria saúde, salientando que se conservava sem sarnas, sem perebas e sem moléstias habituais que golpeavam os habitantes da cidade. Mas os bichos de pé eram inescapáveis (Lavradio, 1978 [1769-1776]). Animais faziam suas necessidades na porta das casas, enquanto os escravos conhecidos como “tigres”<sup>44</sup> despejavam tonéis com dejetos domésticos em locais de acesso fácil e nas praias, emanando um odor intenso e muito desagradável, acentuado pelo calor constante. Neste momento, a varíola também se alastrava com pressa. (Del Priore, 2016).

Figura 1: escravos conhecidos como “Tigres” jogam dejetos domésticos na praia.



Fonte: Periódico *A Semana Ilustrada*, 1870.

---

<sup>44</sup> Durante o Império, o que vemos com mais frequência é a eliminação dos detritos nas portas das casas e nas ruas. A prática de jogá-los nas praias vai percorrer praticamente todo o século XIX. Essa atividade só vai ser eliminada por completo com a Abolição, a República e o aumento dos banhos de mar como questão de saúde e sociabilidade.

Quanto às vestimentas, a maioria dos colonos usava casacas pretas e surradas. As calças iam até os joelhos, onde eram amarradas com fivelas. Por baixo? Meias de algodão nacional. Na cabeça, uma peruca finalizada com “chapéu armado já sebento” (Luccock, 1975). Para Luccock (1975), o número de pessoas com aparência respeitável era mínimo. O que vemos na colônia são vestes simples e residências sem quase nada em seu interior.

Garfos e facas já eram usados, mas muito pouco. As “boas maneiras” à mesa estavam longe de ser compartilhadas como uma prática comum. Os dedos ainda eram usados e os pratos não eram trocados. “Sujeira” e “imundície” eram palavras constantemente encontradas em relatos de estrangeiros que aqui passaram temporada, como o próprio Luccock. Debret também ficou estupefato ao ver que comerciantes e homens abastados comiam com os cotovelos à mesa e as mulheres com pratos de comida sobre os joelhos, sentadas em uma marquesa de pernas cruzadas, comiam com as mãos. Além disso, outros hábitos considerados arcaicos, como estar semivestido na hora das refeições, também faziam parte do cotidiano colonial e chocavam os viajantes. Outro costume que escandalizava os estrangeiros era urinar e defecar em público, não só pela cena animalésca, como também pela questão moral de exibição das partes íntimas, prática condenada na Europa há tempos. “As relações com a higiene e o pudor refletem como os processos civilizatórios modelaram gradualmente as sensações corporais, aumentando seu refinamento, desenvolvendo suas sutilezas.” (Del Priore, 2016, p.241).

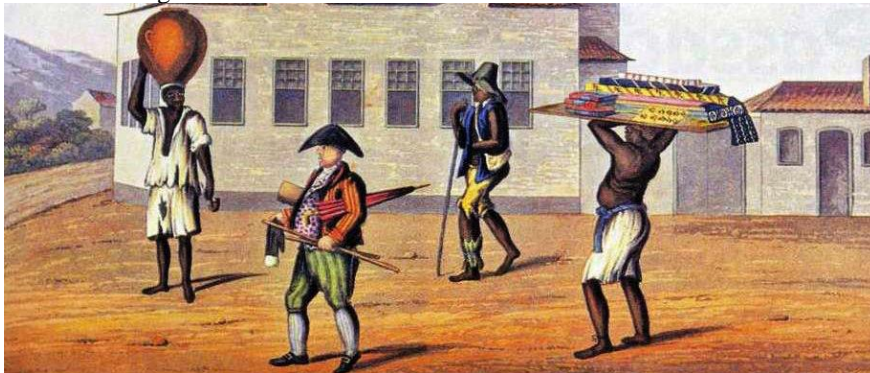
Apesar disso, algumas noções introdutórias de higiene e civilidade foram registradas. Como elucidada Algranti (1997), a presença de um livro de autoria anônima, chamado *Elementos de civilidade*, em uma lista de livros que esperavam liberação na Real Mesa Censória de Lisboa para serem despachados para o Brasil, poderia sugerir que cortesia, requinte e etiqueta começavam a despertar interesse entre os colonos mais abastados. Outro elemento moderno encontrado na colônia merece ser citado: os *Livros da razão*, ou *Livros de assentos*, onde anotava-se as transações diárias de compra, venda ou troca de produtos, além de registros de eventos familiares, dívidas e prejuízos (Algranti, 1997).

Em relação a tecelagem, a maioria da produção têxtil da colônia era para consumo doméstico, utilizando fibras naturais existentes no Brasil (como o buriti e

o tucum) e técnicas rudimentares, fabricando panos grossos que eram não só usados para vestir os escravos, mas também para roupas cotidianas de pessoas livres. Esse cenário se assemelhava bastante aos estágios iniciais da protoindustrialização europeia (Villalta, 2016). Tecidos importados, de preço bastante elevado, eram reservados apenas para ocasiões extraordinárias, como os vestidos de missa. O algodão encontrava-se nas fusas e nas rocas, que produziam tecidos brutos. Além disso, temos que mencionar os teares de madeira, utilizados há muito tempo pelas índias, principalmente para fazer redes (Algranti, 1997).

O comércio de tecidos na colônia era basicamente feito por um mascate acompanhado de seu escravo, que carregava na cabeça alguns panos, enquanto o mascate andava com uma vara para medição.

Figura 2: Forma de comércio de tecidos no Brasil Colônia.



Fonte: Henry Chamberlain. O mascate com seus escravos. Biblioteca Municipal de São Paulo.

As já rapidamente mencionadas leis suntuárias portuguesas, conhecidas como Ordenações ou pragmáticas, que serão aprofundadas a seguir, foram vastamente utilizadas por Portugal como mecânica de governo ao longo de muitos séculos. A metrópole, como salientou Novais (1997), teve a precocidade da centralização política, acelerada a partir dos Avis. O autor, inclusive, relaciona essa centralização com o pioneirismo português relativo à expansão mercantil e marítima. Desta maneira, ações centralizadoras como o decreto das Ordenações, caminharam ao lado da história do país, até períodos recentes do final do século XIX. Elas serviram de base jurídica para a atuação de instituições e funcionários da colônia, que tinha como autoridade máxima o governador-geral, substituído pelo vice-rei a partir de 1720, tendo como função a defesa do território, supervisão da justiça, do comércio e abusos de autoridade (Del Priore, 2016).

As leis que eram decretadas em Portugal também valiam para a colônia, que estava subordinada as formas sociais, culturais e econômicas da mãe-pátria. Muitas delas diziam respeito, é claro, à indumentária. “Roupas e tecidos eram tão preciosos que a própria Inquisição do Santo Ofício os confiscava, ao lado de joias e outros objetos.” (Del Priore, 2016, p.304). Essas leis determinadas pelo reino eram severamente cumpridas no Brasil. Maria Beatriz Nizza da Silva nos dá um exemplo:

(...) Luís Pereira Sodré, da cidade da Baía, contratado para casar com uma jovem cujo pai já falecera. A mãe viúva fizera ao futuro genro uma doação *causa dotis* (grifo no original) consistindo em uma propriedade de casas avaliadas na quantia de 6400\$000 réis, incluindo-se nesta doação a legítima da dita sua futura esposa, até onde chegar, e tomando a doadora na sua terça todo o excesso, até o valor da mencionada propriedade. Como, mesmo depois de abatida a legítima paterna, a doação excedia o estipulado pelas *Ordenações* (grifo no original), o noivo teve, em 1805, de se dirigir ao rei para esta doação ser insinuada, ou seja, autorizada. (Nizza da Silva, 1993, p.50).

No Rio de Janeiro, à época da vinda da Corte, o universo jurídico das leis suntuárias e o universo dos usos cotidianos terão convivência frutífera, gerando o encantamento pela nobreza por parte dos habitantes locais. Uma das carreiras mais procuradas pelos jovens era o serviço à Coroa. Geralmente, ao fim da carreira, pedia-se remuneração dos serviços prestados, em geral a mercê de um hábito das Ordens Militares, acompanhada de uma tença (Nizza da Silva, 1993). Desta forma, criava-se uma prática que seria absorvida de forma acentuada durante a monarquia brasileira.

Ao longo destes dois últimos capítulos, vamos ter acesso aos tantos paradoxos e ambiguidades presentes no Rio de Janeiro. A começar, quando pensamos na colônia, estamos falando de uma sociedade estamental subordinada a uma metrópole de monarquia absolutista. Como bem sabemos, a sociedade estamental possuía uma mobilidade mínima. Porém, como mostra Novais (1997), a mobilidade na colônia foi relativamente intensa, em uma conjunção surpreendente e paradoxal, marcando, desde o início, uma originalidade, uma tendência de aproximação e distanciamento entre pessoas. Com a vinda da Corte, o jogo dos estamentos será embebido em complexidade, mas a mobilidade continuará sendo possível, principalmente através das mercês régias. Em 1810, instaura-se no Rio de Janeiro a Nobre Corporação dos Reis de Armas, uma espécie de cartório da nobreza, que daria con-

tinuidade aos procedimentos lusitanos para a formalização das mercês. É bom salientar que as cartas de mercês para títulos de tratamento custavam uma quantia significativa. Para usufruir o título de duque, deveriam ser pagos 2:450\$000 (dois contos e quatrocentos e cinquenta mil-réis); de marquês, 2:020\$000; conde, visconde e barão com grandeza, 575\$000; visconde, 025\$000; e barão, 750\$000. Também se pagava pelos tratamentos de Excelência e Senhoria (Schwarcz, 1998).

No Brasil, vingou uma titularidade meritória e honorífica afastada dos privilégios mais tradicionais como a hereditariedade. Em reflexão articulada por Schwarcz (1998), podemos entender como a singularidade de nosso Império se constituiu em uma situação particular de afirmação da individualidade em prol da ancestralidade. Em um contexto de aburguesamento, em que a virtualidade e a ascensão pessoal eram qualidades fundamentais, surge uma nobreza que se afirma por seus feitos particulares, inscritos nos títulos, grandezas, Ordens e vestuários.

A presença da Família Real instituiu uma civilidade das aparências, onde o parecer e o ser convergiam, conferindo ao espaço público grande importância na identificação das pessoas a partir de suas vestes (Villalta, 1997). O Brasil enquanto colônia não era um grande Portugal, e sim um território complexo e fragmentado<sup>45</sup>. O Rio de Janeiro após 1808 se tornou a própria monarquia absolutista de Portugal, com seus rituais e vida cortesã, onde privilegiava-se a *qualidade*, a condição social elevada. “Substitui-se, assim, o antigo mote ‘dividir para governar de Portugal’, por um outro: ‘unir para governar do Rio de Janeiro’” (Wehling e Wehling, 2012, p.83). Os nobres que vieram com a Corte trouxeram consigo experiências de vida baseadas na percepção de que o mundo, a “ordem natural das coisas” era hierarquizado, assim como as pessoas ocupavam posições distintas na sociedade por suas *qualidades* (Fragoso; Gouvêa; Bicalho, 2001).

(...) a sociedade do Antigo Regime, tanto em Portugal como no Brasil, manteve-se sempre vigilante para que o exercício de determinadas funções fosse simbolizado

---

<sup>45</sup> A própria língua tornou-se um desafio. Sem dúvidas, alfabetizar um país em língua portuguesa, enquanto no alvorecer do período colonial havia, aproximadamente, 340 línguas indígenas (Villalta, 1997), foi um obstáculo. O latim ainda era muito forte, sinônimo de língua culta no período. A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal, sob administração pombalina, irá desenvolver uma política incisiva e praticamente sem concessões, impondo o uso do português e priorizando o uso de gramática portuguesa. O ensino era, primeiramente, incentivado em escolas locais e depois em internatos (Villalta, 1997). O português se tornava popular e unificado e o francês passava a ser a nova língua culta.



por práticas vestimentárias próprias. Jean-Baptiste Debret representou, numa das suas gravuras, o traje dos desembargadores da Casa de Suplicação do Brasil, enquanto com palavras o padre Luís Gonçalves dos Santos descreveu o traje daqueles que exerciam funções no Senado da Câmara: “vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas e presilha de pedras preciosas, e cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordadas”. (Nizza da Silva, 1993, p. 229).

Os nobres eram compelidos a usarem as fardas oficiais em público, de acordo com sua posição e função social, mesmo contra a sua vontade. Luís dos Santos Marrocos, empregado público, relatou: “constrangido vesti e estreei a minha farda de oficial de secretaria (...) com todas as suas bonecrices adjuntas, me encheu de vergonha, julgando-me um falperra, pois sempre tive negação e ódio a enfeites e peralvilhices”. (Marrocos, s/d, s/n).

Durante muito tempo, as mulheres nobres saíam de casa para a missa dominical usando mantilha negra de seda, ocultando as roupas mais decotadas que estavam por baixo, com meias de seda branca e sapatos igualmente brancos. Com a vinda da Corte, além da missa de domingo, as mulheres aristocratas apareciam em público para os mais diversos eventos, como bailes, óperas e espetáculos teatrais. Para o viajante prussiano Leithold (1966 [1819]), o luxo dessas mulheres era surpreendente, com jóias, pedras preciosas (as mais comuns eram esmeraldas, grisolitas, topázios brancos e amarelos, diamantes rosas e águas-marinhas), pérolas, sapatos finos e vestidos bordados a ouro e prata. Além das cinco plumas que iam na cabeça, importadas da França, finalizadas com diademas. Mais rico do que os espetáculos teatrais, eram as cerimônias oficiais da Corte, que exigiam indumentárias próprias e normas rígidas, divulgadas pela Imprensa Régia:

As senhoras vestidas de Corte, mas sem manto. As que dançarem, porém, levarão vestidos redondos, luvas e o enfeite da cabeça mais ligeiro e próprio para aquele fim. Os cavalheiros irão igualmente vestidos de Corte; porém os que se propuserem dançar irão providos de luvas brancas. Os militares que houverem de dançar irão de meias de seda branca, com a farda desabotoada, banda sobre o colete e luvas brancas; os outros, no rigor do uniforme. (*Etiqueta que se há-de guardar pelos senhores convidados para o baile da noite de 24 do corrente*, Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1821).

A importância dada às vestes era tanta que, similarmente como vimos em capítulo anterior, a prática de furtar indumentária também existiu no Rio de Janeiro. Segundo Nizza da Silva (1993), a partir de análise sobre as devassas da Polícia do Rio de Janeiro, furtos cometidos por várias camadas sociais eram comuns, como

um soldado do Primeiro Regimento da Linha, que foi preso por furtar dois vestidos; ou de um caso cuja autoria é desconhecida, mas que furtou 18 pares de sapatos, e mais outros tantos exemplos. O roubo de roupas era o crime de maior porcentagem nas prisões motivadas por delitos contra a propriedade entre a população escrava entre 1810 a 1822.

A condição de possuir certo número de escravos e exibi-los publicamente bem vestidos – sob chancela dupla do rei e do seu dono - também se tornou distintivo em nossa sociedade escravocrata. Leithold (1966 [1819], p.28-30) escreveu: “Nenhuma senhora de oito a vinte anos sai à rua sem que lhe siga atrás um negro ou uma negra bem vestida em traje de seda (...)”.

A presença da Corte pressionou os habitantes da cidade a trajarem-se de modo nunca antes exigido enquanto colônia; “(...) codificando cortes, materiais, tinturas, a roupa garantia marcas de poder, intensificando-lhes o brilho.” (Del Priore, 2016, p. 295). À medida em que o século XIX avançava, o chamado Estilo Império passou a ser largamente visto pelas ruas do Rio de Janeiro. (Nizza da Silva, 1993, s/n). O tipo clássico da Corte conhecido como “Portugal Velho” resistiu e perpassou o século (Silva, 2010). Um dos exemplos mais fortes é que com a Revolução Francesa, o uso de calças compridas espalhou-se pela Europa, mas a Corte portuguesa permaneceu utilizando o calção.

No início dos oitocentos, a jovem imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, era o verdadeiro modelo feminino a ser seguido. Ela trouxe cerca de 40 caixas da altura de um homem, contendo todo o seu enxoval. Além disso, sua comitiva era composta por damas da corte, uma camareira-mor, um mordomo-mor, quatro pajens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoleiro-mor, um capelão, um secretário particular, um médico, um mineralogista e seu professor de pintura (Bulcão, 2011). Além disso, Leopoldina era uma monarquista nata e defensora da legitimidade dinástica, temendo, portanto, qualquer alteração na ordem política vigente. A jovem imperatriz não queria ceder aos “excessos liberais”, porém apoiou o esposo a permanecer no Brasil e passou a defender a Independência visando a conservação da monarquia e o afastamento do espírito popular das ideias republicanas (Slemian, 2011).

Figura 3: Indumentária feminina aristocrática da Corte.



Fonte: Thierry Frères, Grand costume de cour, 1839.

O Império brasileiro viu as mulheres saírem de casa para frequentar lojas, salões, bailes e recepções domésticas. A dança fazia parte desse universo e ter um professor particular era um apanágio da época, bem como ter um cabelereiro que seria responsável pelos penteados e perucas. O cabelereiro da Corte, Monsier Catilino, se instalou na rua do Ouvidor e assinava as cabeleiras das principais mulheres da elite.

O cuidado e limpeza com as roupas também se alteraram sensivelmente. Em 1816, Debret não hesitou em registrar que as lavadeiras brasileiras eram mais cuidadosas que as francesas, entregando a roupa bem passada, dentro de cestas, e perfumadas com flores odoríferas. A prática da lavagem de roupa passou a ocupar o tempo das famílias, tornando-se uma verdadeira indústria, chamando atenção do pintor francês. O chafariz do Campo de Santana era bastante movimentado, che-

gando a receber o nome de Chafariz das Lavadeiras. Em 1836 ele conseguia fornecer água para quase duas mil lavadeiras (Del Priore, 2016). Nesta época, os recipientes para armazenamento de água se multiplicam em estilos e tamanhos.

Depois da instalação da Corte, muitos órgãos administrativos também foram duplicados, como a Mesa do Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Conselho Supremo Militar e Junta do Comércio. Desta maneira, instalou-se uma verdadeira corrida por cargos públicos.

Se no século XVIII, os viajantes relatavam que viam casacas pretas e surradas, já em 1819, havia mudanças significativas: amplos guarda-roupas de linho e seda eram parte da materialidade das mulheres de elite. Armarinhos e lojas de luxo começavam a despontar, a fim de dar conta de uma demanda específica. Fitas de todo o tipo, galões de ouro e de prata, bordados, franjas, rendas, linho, seda, filó, fio de ouro. Se antes a Coroa mandava vir navios de tempos em tempos com determinados produtos, agora as lojas locais ofereciam as opções desejadas no varejo do dia a dia.

As rótulas ou gelosias foram substituídas por balcões e sacadas e o Rio de Janeiro sofreu transformações urbanas intensas, principalmente com as ações modernizantes de Paulo Fernandes Viana<sup>46</sup>, o então Intendente Geral da Polícia, que dizia trabalhar pela “abolição da barbárie”. Nas casas de sobrado, as rótulas desapareceram rapidamente. Mas nas casas térreas, habitação das camadas mais populares, elas ainda demorariam para serem substituídas. Essas, geralmente de madeira, eram úmidas e infestadas com insetos, pelo menos até 1850 (Mauro, 1991). Neste mesmo ano, Gilberto Freyre (1964) defende que, com a economia do café, as casas do Rio irão se tornar mais opulentas que as existentes na Bahia e em Recife.

As janelas viraram sinônimo de distinção que valorizavam as habitações mais nobres, fazendo com que encontrássemos anúncios como este da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Vende-se uma casa nobre sita no princípio da praia do Botafogo, com onze janelas de frente.” (Nizza da Silva, 1993, p.212).

---

<sup>46</sup> Por causa de seus serviços prestados à Coroa, Paulo Fernandes Viana recebeu o hábito de Cristo e o foro de fidalgo cavalheiro (Lemos, 2008), além de uma pensão vitalícia (Schwarcz, 2011).

Aos poucos, as ruas deixaram de ter grandes porções de água parada, devido à falta de sistema de encanamento, ganhando importância social. Pedras britadas ou paralelepípedos também foram usados para pavimentos, assegurando ao pedestre um lugar digno de passeio. Sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto foram implantados e a arborização dava o toque estético. Apesar disso, as obras de fornecimento de água encanada diretamente para as casas tiveram início apenas na segunda metade do século<sup>47</sup>, assim como os trilhos e bondes. De qualquer modo, “O espaço urbano tradicional foi europeizado tanto no âmbito privado como no âmbito público, configurando-se em novo cenário para a cidade brasileira.” (Del Priore, 2016b, p.165). Em um curto período de tempo, o espaço da rua, “(...) se ainda não exercia papel de destaque, iniciou esse processo com a vinda da Corte”. (Silva, 2010, p.39).

Antes da chegada da Real Família, o perímetro urbano era bastante reduzido, indo da baía de Guanabara até o Campo da Ajuda. As áreas limítrofes eram a Lapa, Glória e o Arraial do Mata Porcos, atual Estácio. Locais como a Quinta da Boa Vista eram afastados e sem grandes movimentações. Depois de se tornar residência régia, foi construído um caminho de melhor acesso até lá, fazendo surgir a Cidade Nova. Os limites da cidade foram expandidos, incluindo a intensa construção de chácaras para a elite. Outra novidade seria a elaboração de bairros, papel direcionado à Intendência Geral da Polícia, garantindo uma melhor administração de novos espaços reformulados. Quatro freguesias foram formadas: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. Um número de 46 ruas, quatro travessas, seis becos e 19 largos passaram a formar a principal área central (Villalta, 2016). O crescimento da cidade se deu principalmente por meio de aterros de brejos e mangues, transformando ruas fétidas, de terra batida e desniveladas, em locais de sociabilidade próximos a concepções modernas de urbanidade.

O novo hábito de murar as residências igualmente contribuiu para esse novo cenário, onde a noção de privacidade passava a ser uma preocupação, assim como

---

<sup>47</sup> Em 1876, apenas 7.066 casas possuíam ligação direta de água, enquanto existiam 76 chafarizes e 861 pilastras com torneiras e bicas nas praças e nas ruas para uso público. Mesmo no século XX, os chafarizes não deixaram de ser usados, principalmente pela população mais pobre. (Del Priore, 2016b).

os banhos. A higiene com o próprio corpo e com as habitações se tornaram constantes. Os aposentos deveriam se manter limpos e arejados, e a noção de “lar” ganhava força.

Com a Corte no Rio de Janeiro, uma política de desenvolvimento de pesquisas científicas e abertura de instituições de ensino foi intensificada. D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, e D. Antonio de Araújo, o conde da Barca, desenvolveram planos científicos, literários e artísticos durante suas administrações ministeriais, estimulando equipamentos culturais e instituições militares e sanitárias, como a Real Academia dos Guarda-Marinhas, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, a Academia de Artilharia e Fortificações, a Real Academia Militar, a Real Biblioteca<sup>48</sup>, aberta ao público em outubro de 1810 e a Academia de Belas Artes, de agosto de 1816.

Apesar disso, entre 1750 e 1820, mesmo após a chegada da Família Real, o analfabetismo girava em torno de 60% (Villalta, 1997). Ao longo do século XIX, saber ler e escrever se torna símbolo de distinção social, estendendo-se para o domínio não só do português, mas também do francês. Livros e o hábito de ler vai ganhando mobília própria e espaços especialmente reservados. Nas casas, tinteiros, papelarias, estantes, penas para escrever e escrivatinhas terão seus lugares garantidos.

Apesar disso, cabe ressaltar que no Rio de Janeiro, contrariando o senso comum, em meados de 1790, discutiu-se e estudou-se política, em especial sobre a França, Portugal e o próprio Brasil, tanto em locais públicos, quanto em espaços privados. Jornais, como o francês *Mercúrio* e o inglês *Correio de Londres*, eram lidos em voz alta. Discursos contra a fé, o rei e a lei eram facilmente executados. A vinda da Corte apagou rapidamente uma chama política onde defendia-se a liberdade e ideais democráticos, que só seriam retomados depois de certo tempo (Villalta, 1997).

A transferência da Corte em 1808 marcou a primeira migração rápida, densa e contínua de europeus para uma cidade tropical (Alencastro, 1997). Calcula-se que

---

<sup>48</sup> A Real Biblioteca se tornou Biblioteca Imperial em 1822 e depois Biblioteca Nacional em 1876 (Villalta, 2016).

ao menos 15 mil pessoas vieram de Portugal para o Rio de Janeiro neste período, estimuladas pelo fim das guerras napoleônicas. A cidade do Rio passava a ser o “único refúgio da legalidade monárquica no Novo Mundo” (Alencastro, 1997, p.13). Entre 1799 e 1821, de acordo com dados dos censos realizados no período, a população urbana geral subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. Habitantes livres pularam de 20 mil para 46 mil (Alencastro, 1997). Já em 1831, teríamos 250 mil habitantes na cidade (Del Priore, 2016b). Apesar disso, cabe comentar que os números populacionais relacionados à transferência da Corte ainda são discrepantes. Luiz Gonçalves dos Santos (1981) acredita que existia uma população de 60 mil pessoas quando a Família Real aportou. Oliveira Lima (1996) estipulou uma população variante em torno de 16 mil pessoas, sublinhando o fato de que muitas pessoas não tinham endereço fixo, dificultando um cálculo mais preciso.

A Família Real trouxe consigo uma nobreza bastante hierarquizada, composta por cinco graus nobiliárquicos. Na estrutura portuguesa, a nobreza militar é posta em pé de igualdade com a nobreza de linhagem (que dependia de três gerações de nobres para ser oficializada) e a nobreza adquirida pelo exercício de altas funções administrativas, através de títulos concedidos pelo rei. Inclusive, no contexto monárquico de Portugal – que expandiu sua influência para o Rio de Janeiro – as tradições de linhagens familiares são menos importantes do que as formas de nobreza militar e de funções administrativas, envoltas em muito prestígio e luxo (Mattoso, 1997). Cabe ainda ressaltar que a nobreza de linhagem (que dava direito à utilização de brasão de armas) aportou no Rio em grande número somente em 1808 (Nizza da Silva, 2005). Nas décadas posteriores, a nobreza militar e adquirida, também chamada de nobreza civil, foram as mais frequentes no Rio de Janeiro e no Brasil. Por isso, o uso de uniformes, Ordens e fardas será tão forte e importante na constituição do corpo social na monarquia tropical. Segundo dados coletados por Alencastro (1997), no Rio de Janeiro 276 fidalgos e dignitários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga com moedas retiradas do Tesouro Real do Rio de Janeiro. John Luccock chegou a calcular o número de funcionários régios exercendo funções relacionadas à Coroa: 2 mil pessoas. A elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios no Paço.

O Almanaque de 1811 registrou 29 Casas Titulares presentes na Corte. Em 1816, o número subiu para 35 Casas. E apenas um ano depois, 1817, já eram 88 Casas Titulares registradas<sup>49</sup>. Os negociantes do Rio de Janeiro acumularam fortunas que em 1808 já conseguiam ultrapassar os fartos bens de grande parte da nobreza. Porém, o prestígio ainda deveria ser alcançado através de um enquadramento nas graças honoríficas existentes (Nizza da Silva, 2005). O dinheiro por si só poderia oferecer uma falsa vida à lei da nobreza, mas o tratamento nobre em si, e toda a autoridade, privilégio e influência que o acompanhava apenas era permitido a partir das honrarias concedidas pelo rei, consideradas distinção por direito. As honrarias se davam pela prestação de serviços ao soberano.

Dessa maneira, o sistema político dependia do desejo de distinção via a utilização dessas insígnias, pois isso permitia ao monarca a possibilidade da concretização das aspirações ao prestígio emanado pela ocupação de cargos e pela utilização das insígnias. Para que o controle desses elementos não fugisse das mãos do rei, eles foram sistematizados por meio de leis (...). Esse mecanismo régio tornava-se visível nas aparições reais, pois nestas toda a Corte, com suas respectivas insígnias e uniformes – que também contavam com o luxo – se exibia aos olhos daqueles que não tinham direito a ostentar esses elementos. Além disso, a aristocracia presente nesses eventos simbolizava simultaneamente o Estado – com a exibição da hierarquia que se estruturava via insígnias mais ou menos prestigiosas – e que se aglutinava ao redor da família real. (Silva, 2010, p.15).

Vemos, portanto, a existência de uma mentalidade aristocrática de Antigo Regime que se instaurou no Rio de Janeiro em pleno século XIX, período que a historiografia classicamente compreende como “crise do Antigo Regime”. Vimos na primeira parte do trabalho que, neste período, grandes mudanças e rupturas econômicas, sociais, culturais e de pensamento já estavam ocorrendo há certo tempo no Ocidente. Mesmo nas monarquias que ainda tentaram existir e resistir, a organização do mundo social sofrera grandes modificações. Leis suntuárias – no sentido visto pelo trabalho - estavam extintas. Esses regimes tiveram que conviver com um mundo aberto e flexível em relação as formas vestimentares. Quando transferimos essa análise para o Rio de Janeiro, o cenário se inverte. A mentalidade hierarquizada da Coroa portuguesa ganha fôlego, ditando as regras gerais na cidade. Uniformes e insígnias – verdadeiros maestros que regiam a comunicação não verbal entre os habitantes da Corte - eram veemente vetados àqueles que não eram agraciados com

<sup>49</sup> Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811. RIHGB. Rio de Janeiro: IHGB, v. 282; Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. RIHGB. Rio de Janeiro: IHGB, v. 268; Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. RIHGB. Rio de Janeiro: IHGB, v. 270.



as honrarias régias. “A indumentária, nesse sentido, contribui para a reafirmação do sistema monárquico e aristocrático, constituindo-se na representação material de todo um ordenamento social e político.” (Silva, 2010, p.17). Ao mesmo tempo, a abertura dos portos às “nações amigas”, desenvolvimento do comércio, e a chegada intensa de profissionais como modistas, comerciantes de tecidos, cabelereiros, sapateiros, etc<sup>50</sup> começava a delinear um mercado das aparências que em pouco tempo seria impossível de controlar. Por isso, essa época é tão fascinante e os paradoxos são tão visíveis neste mundo de conflito e transição, tão bem explicitado pela análise da cidade do Rio de Janeiro. De todo modo, ainda não podemos falar de um “comércio de moda” como entendemos atualmente. As lojas, como bem salientou Silva (Silva, 2010), caracterizavam-se por uma mistura de todo o tipo de produtos, de alimentos a livros. A especialização do comércio só vai se impor a partir da segunda metade do século XIX, fazendo surgir lojas especializadas em roupas de luto, por exemplo.

Em relação ao desenvolvimento do comércio de tecidos, o alvará de 5 de janeiro de 1785, proibindo a manufatura local na colônia, permitia apenas o fabrico de tecidos grosseiros, como visto, culminando em práticas comerciais bastante rudimentares. Com a presença da Corte, esse alvará foi extinto e as primeiras fábricas têxteis começaram a ser criadas, incluindo o fabrico de seda, com a provisão da Real Junta do Comércio, Agricultura e Navegação. Em primeiro de abril de 1808, D. João VI revogou as proibições que pesavam sobre o desenvolvimento das manufaturas no Brasil (Villalta, 2016). Havia ainda o colégio das Fábricas, onde trabalhavam, à custa da Real Fazenda, artífices, manufatureiros e aprendizes vindos de Portugal desde 1809. Sua existência foi relativamente curta, pois devido a uma chuva em 1811 suas instalações foram bastante prejudicadas e as atividades foram reduzidas consideravelmente (Nizza da Silva, 1993).

---

<sup>50</sup> Os produtos franceses começaram a entrar no país com mais intensidade a partir de 1815. Antes disso, havia um cerceamento do comércio com a França, privilegiando a Inglaterra. Tanto a Abertura dos Portos em 1808 quanto o Tratado de Navegação, Comércio e Amizade em 1810 (negociado por lord Strangford) cimentaram a preeminência inglesa em termos comerciais. Além disso, a entrada de franceses no Rio de Janeiro entre 1808 e 1814 era minuciosamente vigiada pela Intendência de Polícia, evitando ao máximo a introdução dos “abomináveis princípios revolucionários.” (Neves; Bessone, 1989). Neste sentido, franceses eram extremamente mal vistos. Se havia comerciantes franceses no Rio de Janeiro antes de 1815 eles poderiam ser considerados quase como clandestinos (Silva, 2010). A derrota das tropas napoleônicas e a Restauração dos Bourbons modificou esse cenário.

Bem diferente do anterior, o alvará de 1810 procurou incentivar o fabrico de tecidos:

Saiu à luz: Alvará de 6 de outubro de 1810: Isentando de Direitos de Entradas e Saídas, em todas as Alfândegas deste Estado, o Fio de Algodão, e todos os tecidos, e Estamparias dele, e de Seda, ou Lã que se fabricarem nesta Corte, e nas Capitânicas deste Estado; e Permitindo a benefício do estabelecimento de Fábricas nas mesmas Capitânicas, que a Real Junta do Comércio possa delegar a jurisdição que a esse fim lhe está confiada no dito Alvará. Vende-se nas Casas do costume a 120 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1811, nº 5).

No início do século XIX, negócios e atividades econômicas começavam a sair do círculo familiar (Nazzari, 1991). Sociedades mercantis fora das relações de parentesco iam se tornando cada vez mais fortes. A Real Junta do Comércio, Agricultura e Navegação institucionalizou a mudança. Segundo Nizza da Silva (1993), no âmbito dos negociantes de grosso trato (categoria referente aos homens que diversificavam as atividades comerciais vendidas a atacado), a separação entre família e negócios se fez sentir mais depressa. Ainda segundo a autora (Nizza da Silva, 1993), a Aula de Comércio criada em 1810 no Rio de Janeiro também contribuiu para a profissionalização do corpo mercantil.

Com a vinda da Corte, alguns órgãos de Lisboa foram replicados no Rio de Janeiro, como a já mencionada Intendência Geral da Polícia, o Conselho Supremo Militar, a Imprensa Régia<sup>51</sup>, o Conselho da Real Fazenda, as Mesas do Desembargo do Paço e de Consciência e Ordens, o Registro das Mercês, a Junta do Comércio citada acima e a Casa de Suplicação. Já em terras tropicais, o Banco do Brasil foi criado em 12 de outubro de 1808. Assim que chegou na cidade, D. João VI organizou o primeiro ministério, que contou com D. Rodrigo de Souza Coutinho, na pasta de Negócios Estrangeiros e da Guerra, João Rodrigues de Sá e Menezes, o visconde de Anadia, para cuidar dos Negócios da Marinha e D. Fernando Portugal e Castro, vice-rei do Rio de Janeiro entre 1801 e 1806, para o Ministério do Reino.

<sup>51</sup>A Imprensa Régia foi instituída em 13 de maio de 1808, dando origem a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro do mesmo ano. O objetivo principal da Imprensa Régia era divulgar as medidas do governo, como atos legislativos e diplomáticos, visando os interesses da Coroa. O órgão deteve o monopólio da impressão no Rio de Janeiro até 1821. Antes disso, seu nome sofreu algumas alterações: em 1815, se transformou em Régia Oficina Tipográfica; e em 1818, Tipografia Real (Vilalta, 2016). Havia, portanto, uma atividade censória, que coube à Junta Diretoria da Imprensa Régia e pouco tempo depois passou a ser responsabilidade do Desembargo do Paço (Neves; Bessone, 1989). Pedidos de impressão enviados pelo governo eram publicados com as seguintes indicações na página de rosto: “Por ordem de Sua Alteza Real”, “Por ordem de Sua Majestade” e “Por ordem superior.” (Souza, 2007).

Além disso, quadruplicou-se a quantidade de juízes de fora, visando neutralizar o “problema” administrativo que a dimensão continental do Brasil causava (Villalta, 2016).

A presença da Família Real movimentou também os setores artísticos e culturais. Já em 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava que Madama D’Aunay, cantora de Londres que havia se apresentado em teatros ao redor do mundo, principalmente em Paris, iria dar um concerto de música na casa número 28, na praia de D. Manoel (Nizza da Silva, 1993). Além de estimular e patrocinar a vinda de artistas, a monarquia também era a grande promotora de festas públicas, como aniversários, casamentos e nascimentos na família, além de eventos políticos. A rua era verdadeiro palco para encenação de cortejos e da rígida ordem hierárquica do *Ancien Régime* português. Cada aniversário, casamento ou morte de cortesãos notáveis se tornava razão para decretar feriados (Martins, 2001).

Logo em 1813 constrói-se o Real Teatro São João, que tão logo se tornaria um marco na vida cultural da Corte. Com preços elevados, o Real Teatro acabava por demarcar a vida social das elites do período (Silva, 2010). A plebe se contentava em assistir outras formas de encenação, com personagens nobres, seus códigos, luxos, indumentárias e demais aparatos ritualísticos. Entre a nobreza e a população comum, se localizavam camadas médias com poder econômico, que tentavam se distinguir de alguma forma das camadas mais baixas e se aproximar da nobreza. Mas nada se comparava ao prestígio dos que exibiam suas insígnias oficiais, demonstrando lugar de destaque no alto da pirâmide social. Aqueles que trajavam uniformes estavam sempre de azul ou vermelho com bordados, enquanto o restante estaria trajando casacas e calções pretos com colete branco.

Cavalcadas, luminárias, foguetórios, pompas fúnebres, cortejos e desfiles de carros alegóricos<sup>52</sup> também faziam parte dessas celebrações, organizadas por Paulo Fernandes Vianna. Ele foi responsável pelos festejos do casamento da princesa Maria Teresa, da chegada da princesa D. Leopoldina e da aclamação de D. João VI, que transformou o Campo de Santana com 65 mil luzes e ornamentos como torres,

---

<sup>52</sup> Os carros alegóricos eram oferecidos, geralmente, por uma corporação profissional, como dos negociantes de varejo e boticários, negociantes de ouro e prata, relojoeiros, ofícios de alfaiate, ofícios de sapateiro, etc. A construção e exibição dos carros visava as mercês régias.

estátuas, cascata artificial e palacete chinês, enquanto o público reconhecia seu novo rei entre lenços brancos, lágrimas, aplausos e salvas de canhão (Schwarcz, 2002). Vianna entendia que sua função promovia o amor e o respeito dos vassallos para com o soberano e sua dinastia (Nizza da Silva, 1993).

Vejamos uma história bastante interessante sobre o exemplo da devoção para com a Sua Majestade e a atmosfera ritualística que a cercava (Brasil Gerson, 2013, p.108): em 1817, D. João VI chamou Paulo Fernandes Vianna para dizer-lhe que desejava ir à capela de Santa Luzia pagar-lhe em pessoa uma promessa feita para que seu neto D. Sebastião se curasse de um mal nos olhos. Como bem se pode imaginar, o deslocamento de um rei não era coisa simples. O soberano utilizava coches vindos de Lisboa, com vidraças, painéis pintados à mão e outros ornamentos. Os cocheiros usavam fardas em vermelho e ouro. Dois cadetes montados precediam o cortejo. Logo atrás, dois lacaios. Um com jarro d'água e outro com um boião de goiabada. Um terceiro laçao também participava, carregando uma vasilha de louça fina que ficava debaixo da cama real. Além de outros inúmeros sujeitos que completavam a escolta, lá estava o padre-confessor. Vianna respondeu a Majestade que o caminho para a capela não daria passagem ao coche, pois tratava-se de um trilho estreito. O Intendente Geral então sugeriu que abrissem novo caminho para a viagem, demolindo o necessário do muro da chácara de uma senhora chamada D. Ana Francisco de Jesus. “Pois que se faça o que sugeris”, foi a resposta do soberano. Muro no chão e o cortejo real passou. Essa vida social agitada dos Bragança foi minuciosamente registrada pelas mãos de Luís Gonçalves dos Santos, o famoso padre Perereca.

Figura 4: Coroação de D. Pedro I. Na imagem é possível ver a figura elevada e destacada do imperador e sua indumentária luxuosa e aristocrática. O posicionamento e as vestes das demais pessoas na pintura também dão pistas sobre nossa monarquia ritualística e hierarquizada.



Fonte: Thierry Frères. Cérémonie de sacre de d. Pedro 1er. Empereur Du Brésil, 1839.

Em 1815, cria-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, anunciando de vez o fim da condição colonial. Em 1816, a Missão Artística Francesa, composta por arquitetos, pintores e escultores, chefiada por Joaquim Lebreton – secretário da classe de belas artes da Academia da França - chega aos trópicos, sendo responsável por nossos registros mais famosos no que diz respeito a paisagem urbana e rural brasileira do período. Também foram postos em prática vários projetos que privilegiavam o neoclassicismo (Silva, 2010). Além disso, entre 1815 e 1850, foi registrado um número elevado de artistas e naturalistas não só franceses, mas também alemães, ingleses e russos, especialmente devido ao fim das guerras napoleônicas, quando navegar para o exterior tornou-se um pouco mais seguro.

Apenas quatro anos depois, a Revolução Liberal do Porto exigiu o retorno imediato de D. João VI a Portugal. O termo “independência” passava a se opor a “absolutismo”. O primeiro termo exprimia o anseio por um governo representativo, assegurando direitos como liberdade e propriedade. A palavra “cidadania” também carregava significados fortes, herdeiros das revoluções Americana e Francesa (Oli-

veira, 2011a). Chartier (2009) percebeu que na França anterior à Revolução, observou-se uma relação inédita com símbolos de autoridade, tendo acontecido o mesmo em Portugal.

D. João VI então volta ao país e deixa como príncipe regente seu filho Pedro. Em 21 de setembro de 1821, nova pressão para que Pedro voltasse imediatamente para Portugal. Em 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente torna pública sua permanência no Brasil, fazendo com que Portugal nivelasse o Rio de Janeiro à mesma condição das outras províncias. A resposta do príncipe foi a expulsão de tropas lusitanas do Rio, culminando em uma cansativa disputa de poder, que findou em setembro de 1822, com a Independência do Brasil. Apenas 1 mês depois, Pedro passou a ser D. Pedro I, imperador. A Corte real ascende então à condição de Corte imperial. Mesmo com as rupturas, a mentalidade monárquica prevaleceu, e as ressalvas de Pedro I com a constituição através do Poder Moderador é um demonstrativo. Para o soberano, a constituição deveria ser digna de seu poder e não o contrário. Por isso, mesmo com a Independência, a estrutura hierárquica continua muito forte e D. Pedro I ainda poderia suspender magistrados, nomear senadores, suspender resoluções de conselhos provinciais, dissolver assembleias legislativas e sancionar decretos. O agora imperador teria ordenado que fechassem a Assembleia Constituinte em 1823, outorgando uma Carta Constitucional no ano seguinte, contrariando as reivindicações de vários segmentos da sociedade (Oliveira, 2011b). Apesar disso, a Constituição Brasileira de 1824 estabelecia a liberdade de consciência e fim aparente da censura prévia dos escritos, inaugurando um inédito debate de ideias, com a publicação de folhetos, panfletos e jornais de cunho político (Vilalta, 2016). Dois anos depois, D. João VI falece em Lisboa.

Em 1831<sup>53</sup>, Pedro I regressa a Portugal e é sucedido pelo filho, que passou a se chamar D. Pedro II com apenas cinco anos de idade. Por isso, foi assistido por um conselho de regência até 1840, quando assume o poder aos catorze anos. Mesmo com um clima político tenso, com levantes e contestações em várias partes do Brasil, sua coroação chega em 1841 - ficando no trono até 1889. A estrutura ainda se mantém. Entretanto, ela estava apoiada em um paradoxo: a monarquia, seus rituais,

---

<sup>53</sup> Cabe observar que neste período a riqueza do ouro estava em declínio no país desde 1750, sendo substituída pela riqueza do café.

hierarquias e o círculo da nobilitação ainda se conservavam, mas o debate influenciado pela Revolução Francesa e Americana voltava a seduzir e ganhava cada vez mais força<sup>54</sup>. Para Mary Del Priore (2016b), os anos de 1840 e 1850 foram de transição. Tanto de pensamento quanto nas estruturas urbanas. Palanquins e cadeirinhas se tornaram arcaicos e foram substituídos por carruagens europeias. O fluxo de brasileiros que passaram a ir para a Europa, principalmente para estudar, aumentava progressivamente.

A partir de 1850, o governo imperial afastou os cemitérios do centro da cidade, criando locais de sepultamento extramuros, devido à alta mortalidade causada por doenças como a febre amarela e a cólera. Foi proibido sepultamentos nas igrejas do Rio, evidenciando traços de uma concepção individualista moderna, onde valoriza-se os vivos e a longevidade, não os mortos e a vida após a morte. A centralidade da Igreja católica na administração dos óbitos ficava cada vez mais fraca. O médico passava a ser mais importante do que o padre.

D. Pedro II marcou profundamente o Rio de Janeiro, devido aos seus esforços de torná-la uma cidade moderna, desenvolvendo contatos artísticos, literários e científicos gradativamente mais fortes com a Europa. Ainda em seu reinado, por volta de 1875, assistiu-se ao florescimento do pensamento positivista, sob influência de Auguste Comte e Spencer (Mauro, 1991).

Atitudes “civilizatórias” e higienistas passaram a ser uma preocupação constante do governo, culminando em ações bastante diretas. Um dos exemplos mais conhecidos é a troca do entrudo<sup>55</sup> – festa popular de rua, de origem portuguesa – pelo Carnaval como baile de máscaras, até então uma festa de maioria branca e que

<sup>54</sup> Segundo Villalta (2016), na Bahia, dava-se o nome de “francesias” às falas e ações de contestação religiosa e política. Jancsó (1996) sublinhou que o uso dessa expressão não era caso isolado. Era corrente e designava sentimentos antimonárquicos e republicanos. A presença dos ideais revolucionários franceses e norte-americanos em outras localidades fora do Rio de Janeiro não seria uma novidade. Os inconfidentes mineiros sonharam com um apoio da França e das 13 colônias da América do Norte (Villalta, 2016).

<sup>55</sup> O entrudo fazia parte dos folguedos carnavalescos e consistia em jogar, uns nos outros, baldes ou bisnagas de água, limões de cheiro, groselha, farinha e até lama. O jogo das molhadelas contava com campanha intensiva e contrária por parte da imprensa, que considerava a brincadeira bárbara e atrasada. O entrudo só foi oficialmente proibido em março de 1886 por iniciativa de Coelho Bastos, então chefe de polícia. As sociedades carnavalescas, como os Fenianos e Democráticos, tidas como mais civilizadas, iam ganhando adeptos paulatinamente.

acontecia dentro dos salões. Um dos primeiros bailes aconteceu no Teatro São Pedro de Alcântara, em 1844. Dali em diante, outros importantes teatros, como o Teatro João Caetano, também organizaram seus bailes de máscara à francesa e à italiana. Como destaca Frédéric Mauro (1991), a máscara permitiu que inúmeras mulheres saíssem de casa.

A iluminação pública e privada sofreu modificações importantes ao longo do Império. O Barão de Mauá, em 1850, apresentou proposta de iluminar a cidade através de gás hidrogênio carbonado, que iria substituir 21 milhas de lampiões a óleo de baleia. Depois de dois anos de obras, a iluminação a gás foi implantada e alimentada por uma rede de 20km de dutos de ferro, invadindo lojas, ruas e edifícios. Aos poucos, dutos subterrâneos também foram construídos. “A vida social ganhou horas a mais. (...) Nas cidades, poucos continuavam a dormir e a acordar com as galinhas”. (Del Priore, 2016b, p. 239).

No transporte, mulas e cavalos ainda eram usados para trazer mercadorias do campo. As elites usavam os mesmos veículos da Europa: tipóia, caleça e tálburi. O serviço das gôndolas também ajudava na mobilidade (Mauro, 1991).

No ano de 1858 publicou-se a sexta edição do Dicionário da língua portuguesa, lançado sessenta anos antes, por Antonio de Moraes e Silva. No referido ano, pela primeira vez a palavra “modernizar” aparece. Fruto do acaso? Muito provavelmente não. Apenas trinta anos depois, iríamos assistir o fim do sistema escravista e o fim do sistema monárquico.

Em 1872, o número de comerciantes por mil habitantes livres no Rio de Janeiro era o mais elevado do país. O censo do mesmo ano também mostrou que a cidade concentrava a maior porcentagem de habitantes livres que sabiam ler e escrever (28% a 30%). Autores como Frago e Florentino (2001) já apontavam certo vigor econômico fluminense no século XVIII, devido a análise de receitas alfandegárias, que superavam locais como Salvador e Recife. No final desse mesmo século, a cidade passou a ser o maior centro comercial da América portuguesa. Podemos, então, entender a formação da poderosa elite mercantil, em termos financeiros, que já existia quando a Família Real chegou.



Em meio a Corte e seus rituais, os cativos formavam quase a metade da população urbana, sustentando a ambiguidade entre uma mentalidade arcaica alinhada ao sistema escravocrata e as pretensões civilizatórias da Coroa, que se orgulhava em ser a única representante da monarquia europeia na América, que por sua vez, estava inundada no pensamento republicano. Segundo Alencastro (1997), a Corte em 1849 concentrava a maior população urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes. Gonçalves Dias, em *Meditação*, publicado em 1846, escreve: “E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes – vi somente escravos (...) Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império (...) julga que um vento inimigo o levou às Costas d’África. E reconhece por fim que está no Brasil”. O século XIX na Europa já estava dominado pelo trabalho livre, enquanto no Brasil o escravismo - visto como algo ultrapassado e estapafúrdio ao redor do mundo - coordenava as forças de produção do Império, em um contraste da opulência com a miséria. Mais um paradoxo.

Nestes “portos do vasto império”, importava-se hábitos e produtos europeizados e europeizantes, tornando as dimensões geográficas do Rio de Janeiro em “falsas Europas”, para usar a expressão de Fernand Braudel. O Segundo Império francês (1852-1870) acabou floreando o nosso Segundo Reinado com um francismo ainda mais forte absorvido pelas elites locais<sup>56</sup>. O Rio de Janeiro contagiava-se pela alegria meridional da Imperatriz Eugênia, esposa de Napoleão III, que talhava modelos a serem seguidos (Pinho, 1942). Produtos provenientes dos EUA também perfuram o mercado brasileiro na mesma época. Sem o canal do Panamá, navios norte-americanos faziam escala obrigatória na Bahia e no Rio. Cabe ressaltar, porém, que o Rio de Janeiro também recebeu mercadorias da Ásia e África, além das especiarias do Oriente e tecidos como musselinas, cassas, sedas, chitas e linho da China. Da Inglaterra vinham famosos xales de Manchester, chapéus, sapatos, luvas. E da Itália, outros tipos de linho, seda e veludos. O Rio de Janeiro se tornou ponto fundamental de uma rede de relações comerciais no Atlântico. De

---

<sup>56</sup> Gilberto Freyre (2015 [1936]) escreveu que a colônia, antes da Corte, sofria fortes influências orientais, que aos poucos deram lugar a europeização dos costumes. A Abertura dos Portos e as intensas trocas comerciais com a Inglaterra teriam sido as principais causas dessa transição. Era possível encontrar variados anúncios na *Gazeta* relativos a produtos orientais. Após 1819, eles desaparecem por completo.

certo, é inegável a existência de práticas indumentárias mais dinâmicas no período, mas sem esquecer que elas estavam sob a pena e o olhar atento do rei.

Apesar de diferenças e tensões políticas, a monarquia ainda pairava no imaginário popular e era celebrada. Viviam-se entre aspectos de modernidade e uma sociedade hierarquizada de Antigo Regime, cuja mobilidade estamental se dava através da concessão de honrarias, tornando a autoimagem dos agraciados a própria imagem do Império, que tinha como modelo a Família Real (Mauad, 1997). Segundo Jancsó e Pimenta (2000), entre as elites locais desenvolveu-se a percepção de que,

(...) na nova situação ampliar-se-ia a sua participação na gestão da coisa pública com a maior proximidade do centro de poder, o que, no plano das identidades coletivas, traduziu-se no reforço de sua adesão à identidade *portuguesa* (grifo no original), engendrando um surto de patriotismo imperial (Jancsó e Pimenta, 2000, p.153).

Além disso, nosso Império era católico, apesar da aproximação de D. Pedro I e D. Pedro II com a maçonaria. Mas o catolicismo era a religião oficial do reino, o que dispensou por quase todo o século a adoção de registro civil como identificação legal do brasileiro e garantia de direitos civis (incluindo o direito à propriedade), noção desenvolvida no mundo ocidental moderno. Portanto, a prática dos livros eclesiásticos foi mantida durante muito tempo (Castro, 1997). As festas oficiais também eram mediadas pelo caráter religioso católico, por serem marcadas pela ida à capela real. As missas também circunscreviam as cerimônias reais, “(...) e, enquanto todos se curvavam para o soberano, este se inclinava diante do altar e dos símbolos religiosos. Seus vassallos beijavam sua mão e ele beijava a cruz”. (Silva, 2010, p.180).

O calendário anual das festas da Corte basicamente era marcado pela vida eclesiástica. Em janeiro, tínhamos o Ano-Bom (dia de gala); Reis (dia de gala); Dia do Fico; Falecimento do Sr. Duque de Lecce, irmão de S. M. a Imperatriz; Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape; Festa de São Sebastião; Procissão de São Sebastião e Festa de São Crisóstomo. Em fevereiro, Festa de Santo Amaro; Nossa Senhora da Candelária (dia de gala); Purificação de Nossa Senhora; Festa de São Brás; Falecimento da Sra. D. M. Amélia, irmã de S. M. o Imperador; Carnaval; Procissão de Quarta-Feira de Cinzas/Procissão de Santo Antônio; Procissão de Nosso Senhor

dos Passos (segunda quinta-feira da Quaresma); Festa de São Elói e Festa de São Matias Apóstolo. Março era marcado pelo Aniversário Natalício da Sereníssima Princesa Imperial; Aniversário Natalício de Sua Majestade a Imperatriz; Festa de São José; Festa de São Bento; Juramento da Constituição do Império (feita em 1824); Paixão e Anunciação de Nossa Senhora e Procissão do Triunfo (sexta-feira que precede o Domingo de Ramos). Abril iniciava-se com Domingo de Ramos; Festa de São Francisco de Paula; Elevação de S. M. I. ao Trono; Festa de Nossa Senhora das Dores; Festa do Santíssimo Sacramento; Festa de São Jorge; Quarta-Feira Santa; Quinta-Feira Santa; Sexta-Feira da Paixão; Procissão do Enterro; Sábado de Aleluia; Malhação do Judas e Domingo de Páscoa. Maio começava com Festa de São Filipe e São Tiago; Ladainhas; Abertura da Assembléia Nacional; Invenção de Santa Cruz; Festa de São Gonçalo Garcia; Festa de Nossa Senhora da Piedade; Festa de Santa Rita de Cássia; Festa do Divino Espírito Santo e Dia de Pentecostes. Junho com Festa de São Bartolomeu; Festa de Nosso Senhor dos Passos; Festa de Jesus, Maria e José; Festa de São Gonçalo; Festa da Santíssima Trindade; Páscoa do Espírito Santo; Procissão do Corpo de Deus; Procissão de São Jorge; Festa do Sagrado Coração de Jesus; Festa de Nossa Senhora da Piedade; Festa de Santo Antônio de Lisboa; Festa do Corpo de Deus; Festa de Santana; Festa de São Joaquim; Festa de São Fidélis de Sigmaringa; Festa de São João Batista; Festa de São Tadeu; Festa do Santíssimo Coração de Jesus; Festa de Santa Apolônia; Festa do Senhor do Bonfim; Festa de Santo Antônio; Festa de Nossa Senhora do Sacramento; Festa de Nossa Senhora da Conceição; Festa de São Pedro e Festa de São Paulo. Em julho o calendário iniciava-se com Procissão de Santa Isabel; Festa da Misericórdia; Procissão da Visitação de Nossa Senhora; Festa de Nossa Senhora do Monte Carmo; Natalício da Princesa Leopoldina; Festa do Carmo; Festa da Coroação e Sagração; Festa da Maioridade; Triunfo de Santa Cruz e Natalício da Princesa Isabel. Em agosto, Festa de São Lourenço; Procissão de Nossa Senhora da Boa Morte; Festa da Glória; Festa de São Bartolomeu e Festa de São Joaquim. Setembro era marcado pelo Aniversário de casamento de S. M. I.; Independência do Império; Festejos da Senhora da Victoria; Festa do Nascimento de Nossa Senhora; Festa de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores; Festa de São Roque; Festa de Nossa Senhora das Mercês; Festa da Santa Cruz; Festa de São Mateus; Festa de São Pedro Gonçalves; Festa de São Roque; Festa de Nossa Senhora do Bom Parto

e Festa de São Miguel. Já em outubro tínhamos Festa da Penha; Festa de São Francisco; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Aniversário de Pedro I; Festa de Santa Teresa de Jesus (dia de gala); Festa de Nossa Senhora da Conceição; Festa de Nossa Senhora das Dores; Aniversário de São Pedro de Alcântara; Festa de São Simão e São Judas e Festa de São Miguel. Em novembro, Festa de Todos os Santos; Dia de Finados/Procissão dos Ossos; Festa de Nossa Senhora das Dores; Festa de Nossa Senhora da Lampadosa; Festa de Nossa Senhora do Valle Primeira Domingo do Advento; Festa de Santo André e Festa de Nossa Senhora da Conceição e da Boa Morte. Encerrando o ano, dezembro trazia a Festa da Imperial Ordem do Cruzeiro; Aniversário de Pedro II; Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Império; Festa de Santa Luzia; Festa de São Tomé; Natal e Boas Festas (Debret, s/d).

O pintor francês ainda nomeou as principais procissões da Corte, entre elas: Corpo de Deus e da Visitação de Nossa Senhora; São Sebastião; Nosso Senhor dos Passos; Triunfo; Santo Antônio e Enterro. Nem todas as procissões contavam com a presença do rei, mas segundo o artista eram uma oportunidade de luxo e divertimento público, garantindo uma exibição de trajes elegantes.

O número de igrejas na cidade também chama atenção: na Rua do Ouvidor, a Igreja da Lapa dos Mercadores; logo no fim da rua, estava a Igreja São Francisco de Paulo, construída no século XVIII; na Rua do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; na Rua do Hospício, Igreja do Santo Sacramento, finalizada em 1820; a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens encontrava-se na Rua da Alfândega; a ex-Igreja do Carmo, ao lado da capela da Ordem Terceira do Carmo, estava na Praça do Palácio; em 1811 inaugura-se a Igreja Santa Cruz dos Militares entre as ruas Direita e Ouvidor. Neste ano, a Candelária estava em construção. Em 1842, a Igreja de São José estaria finalizada (Brasil Gerson, 2013).

Assiste-se, dessa forma, uma maior dificuldade no desenvolvimento da concepção de indivíduo<sup>57</sup>, contribuindo para a assimilação da estrutura hierárquica e estamental da monarquia portuguesa que aqui se estabeleceu. Com a Abolição e o sentimento republicano, houve aumento expressivo no número de imigrantes para suprir a mão de obra demandada nas lavouras de café e nas obras de infraestrutura

---

<sup>57</sup> A aproximação entre o conceito de indivíduo e outras formas religiosas que não a católica, como o protestantismo, foi discutida na primeira parte da tese.

urbana. Neste sentido, outras formas religiosas passavam a se desenvolver no Rio de Janeiro, principalmente as cristãs que não eram católicas.

### 3.2 Ordens, leis, decretos e uniformes

A Corte exerceu seu poder através de rituais diversos. Como destaca Lilia Schwarcz (1998), nosso Império foi fértil na produção de um amplo leque de imagens, trabalhando em seu papel de criador de ícones nacionais como hinos, medalhas, dísticos, Ordens, monumentos. Dessa forma, uma reflexão sobre a monarquia brasileira nos leva à reconstrução de um sistema político baseado em rituais e tradições. É um sistema em que o ritual não está somente nos costumes, mas consta nas próprias leis. Normas e etiquetas não são secundárias, porém parte fundamental do sistema. “(...) o que importa é ver o que o monarca vê. É o olhar do rei que faz o milagre, é o consenso em torno de seu poder ritual que ‘veste os nus’ (Schwarcz, 1998, p.35). Um dos mais destacados e importantes rituais está relacionado a indumentária, que cotidianamente serviu para manutenção do sistema de governo monárquico. A cultura das aparências (Roche, 2007) do Antigo Regime luso-brasileiro perpassava o Estado e estava inserida na máquina administrativa. Além disso, ela estava cuidadosamente assinalada nos uniformes, fardas e nas Ordens Militares, que eram concedidas pelo augusto rei, mediante serviços prestados à Coroa.

O luxo e as características específicas dos uniformes eram capazes de distinguir um funcionário inferior de um alto funcionário, que poderia ser um ministro ou outras pessoas que ocupavam posições de chefia nos serviços do Paço. No sistema hierarquizado do Antigo Regime, cada pessoa ocupa um lugar determinado na sociedade e a indumentária é capaz de expressar esse lugar.

No Brasil, mesmo a rica elite mercantil não tinha acesso a esses símbolos distintivos, não somente importantes, mas essenciais na constituição da estrutura comum. Por isso, a obtenção desses lugares privilegiados era imprescindível caso o sujeito almejasse capital social e simbólico para além do econômico. O desejo pela nobilitação deixava aparente a força da permanência de uma mentalidade aristocrática no Rio de Janeiro, que flutuava no imaginário social. As fardas, os uniformes, as Ordens e demais insígnias eram regidas por lei, que procuravam controlar

os signos distintivos daqueles que poderiam e não poderiam ostentá-los. Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro viu o cruzamento das elites políticas com as elites econômicas. Essas últimas, além de buscarem o acesso régio a indumentária distintiva, também necessitavam entender e dominar a gestualidade ritualística da aristocracia.

Tenças eram oferecidas junto com as graças honoríficas, mas certamente não eram a motivação principal da elite mercantil, principalmente dos comerciantes de grosso trato. Muitos tinham fortunas superiores a nobreza e gastavam seus recursos objetivando uma mercê de destaque. Arcos comemorativos eram erguidos em homenagem a Família Real, havia contratação de artistas franceses para criarem obras de arte para a Coroa e muitos ainda contribuía com obras públicas. Não faltavam esforços para conseguir uma honraria e a permissão do uso de símbolos indumentários. Um dos exemplos mais conhecidos é o caso de Elias Antônio Lopes, que ofereceu sua residência para a moradia dos soberanos e seus cortesãos. Elias foi quem deu de presente a Quinta da Boa Vista, e por isso recebeu, ainda em 1808, o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e no mesmo mês recebeu o título de Comendador (Silva, 2010).

Oferecer festas e jantares também fazia parte desta verdadeira maratona de nobilitação. Em 1816, por exemplo, o Visconde de Vila Nova da Rainha mudou-se para uma grande casa nobre em Botafogo, que se engalanava de repetidos bailes, um deles oferecido a esposa de D. João VI, suas filhas e criadas, com direito a orquestra vocal e instrumental e danças até a madrugada (Pinho, 1942). Uma verdadeira corrida por trajes de casta capazes de aristocratizar seus portadores (Freyre, 2015 [1936]).

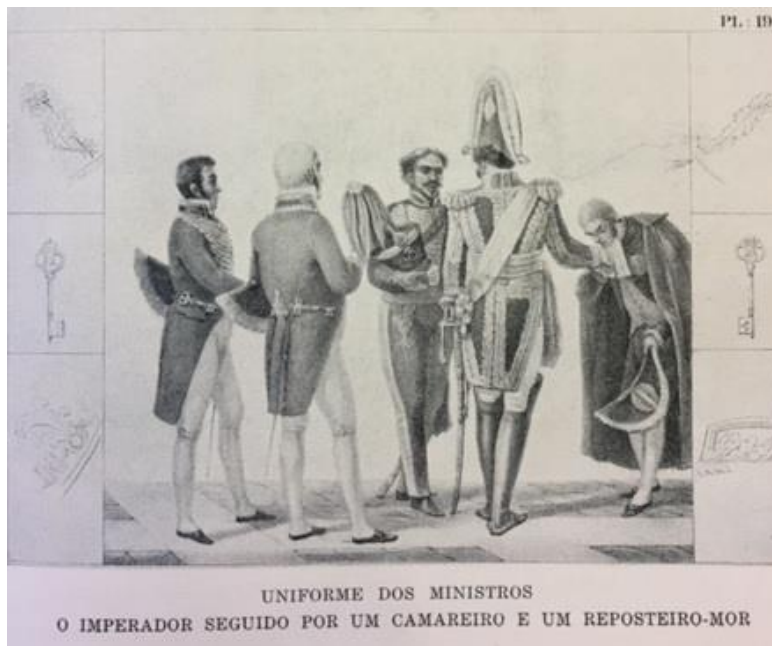
Silva (2010) nos conta que a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava constantemente uma lista das pessoas que forneciam regalias para a Coroa, exibindo até mesmo os valores oferecidos. Essas publicações exerciam uma dupla função: estimulava as pessoas a sempre estarem oferecendo cada vez mais quantias e presentes, bem como promovia uma competição entre os doadores. Alguns comerciantes chegavam a trocar sua atividade mercantil, caso fosse considerada vergonhosa de alguma forma, perdendo lucros em prol de reconhecimento social.

Tal reconhecimento era apontado através do uso de fardas e uniformes, característica da sociedade portuguesa que se transportou para o Brasil ao longo do século XIX. Essas vestimentas estavam relacionadas ao exercício profissional, laços de sangue e apadrinhamentos, adquirindo prestígio por identificar o sujeito no corpo social em que estava inserido. “Assim, no Antigo Regime, as insígnias e a indumentária atuavam como componentes fundamentais do sistema em todas as suas esferas.” (Silva, 2010, p.159).

Fragoso e Florentino (2001) perceberam que Inglaterra e França possuíam uma aristocracia constituída por proeminentes proprietários de terra, enquanto em Portugal a nobreza titulada possuía mais de 50% dos rendimentos provenientes dos cargos concedidos pela Coroa, que poderia agraciar o sujeito com alguma função nobre ou com algum título direto.

As cores mais comuns dos uniformes eram azul e escarlate, historicamente relacionadas à aristocracia. Além das cores, os bordados também diziam sobre seu portador e eram os maiores indicadores de cargo. O camareiro-mor do Paço tinha uma chave de ouro no uniforme; o reposteiro-mor tinha uma chave de prata com bordado simplificado; criados efetivos usavam galão dourado e criados honorários usavam galão branco. A pena costurada em posições distintas era a bordadura característica da Corte na época de sua transferência. Já no Império, ela foi substituída por um ramo de arroz entrelaçado com palma (Silva, 2010).

Figura 5: Distinções dos uniformes de acordo com a função exercida.



Fonte: Jean Baptiste Debret. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil <sup>58</sup>.

Devido à centralidade que a vestimenta exercia na sociedade monárquica, as leis que aprovavam e restringiam os uniformes recebiam bastante atenção, objetivando que todos os degraus hierárquicos fossem simbolicamente representados e delineados de forma a não haver possível confusão. Quando analisamos os registros dos cerimoniais do beija-mão, conseguimos identificar a diferença entre aqueles que não possuíam uniforme daqueles que possuíam. Para aqueles “sem-uniforme”, era exigido o uso de casacas pretas, coletes brancos, calções, sapatos pretos e meias brancas. Os uniformizados ostentavam orgulhosos todas as insígnias distintivas. Silva (2010) nos oferece um panorama de toda a pompa imposta nos dias de gala da Corte: camaristas usavam casacas cor escarlate bordadas a ouro, vestes azuis bordadas com prata e calções azuis. Na sala do dossel, ficavam titulares, ministros e outras honrarias cada um com o traje de sua posição. Ali, em uma segunda sala, também apresentavam-se os pretendentes a alguma mercê real, que só saíam para o beija-mão, uma cerimônia que deixa explícita a manutenção da tradição indumentária do Antigo Regime, com todos os corpos do Estado representados. Além disso, as vestes deveriam estar em perfeitas condições em cerimônias do tipo.

<sup>58</sup> Esta imagem foi retirada do exemplar (Tomo II; Volume III) existente na biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis.



Casamentos reais também eram uma excelente oportunidade de colocar à vista este jogo social. Como bem coloca Silva (2010, p.160), “(...) a realização dos cerimoniais confirmava a presença do Estado. (...) concretizava sua existência no ato de exibição ritualizada de seus ‘corpos’ sociais e políticos, que davam existência e legitimidade a ela (Coroa)”. Padre Perereca relatou a cerimônia que uniu D. Pedro I e a princesa Leopoldina, onde mais uma vez percebemos as marcações pela vestimenta e a afirmação de poder:

Vinha adiante uma partida de cavalaria, servindo de batedores. Logo depois, o timbaleiros com atabales, e outros instrumentos músicos, todos a cavalo com ricas fardas de veludo carmesim agaloadas de ouro, e coletes de veludo azul agaloados de prata; imediatamente se seguiam oito porteiros da cana também a cavalo, os dois dianteiros com canas, e os mais com maças de prata ao ombro, vinham vestidos de casacas pretas com capas da mesma cor, e tudo era de seda, e levavam na mão os chapéus com plumas brancas. Atrás deles vinham os reis de armas, arautos, e passavantes, vestidos com cotas de armas de seda de ouro ricamente bordadas, todos a cavalo e descobertos. (Dos Santos, 1981, P.133).

Toda a encenação cerimonial do cortejo deixa evidente uma classificação hierárquica e qualitativa mediada pelo vestuário, que exibia e indicava a posição ocupada pelos sujeitos sociais que ali se estabeleciam.

As honrarias das Ordens Militares existiram durante todo o Antigo Regime português. Além do capital simbólico, o agraciado também ganhava boas quantias em dinheiro por toda a vida. Neste sentido, podemos entender as Ordens como um mecanismo de regulação e poder, promovendo ao mesmo tempo uma imagem real benevolente e desejos de distinção e sustentação de um imaginário social que modelava a sociedade como uma pirâmide (Dos Santos, 1981).

De acordo com Silva (2010), até 1789 o Vaticano estabelecia as normas das Ordens Militares e a Coroa nomeava os futuros portadores. Maria I reformou as Ordens em 19 de junho do mesmo ano, através de uma Carta Régia. De agora em diante, a Igreja não mais estabelecia as normas, mas ainda era um instrumento de legitimação dos títulos, que passaram a ser concedidos em uma nova escala definida pela soberana. Desse modo, passou a existir Comendadores e Grãs-Cruzes, além dos Cavaleiros. Primeiro, o sujeito deveria ser agraciado como Comendador, para depois poder ser agraciado como Grão-Cruz. Sendo que este título só era dado a pessoas com mais de 40 anos de idade. A própria Maria I passou a ser Grão-Mestre

de todas as Ordens e usava todas as insígnias existentes. Depois do Grão-Mestre, tínhamos Comendador-Mor, Grão-Cruz, Comendador e Cavaleiro. Caso o Grão-Mestre falecesse, o Comendador-Mor assumia a administração das Ordens. Pode-se dizer que a reforma de 1789 atuou como uma reconstrução da hierarquia. Irônico pensar que, por outro lado, a Revolução acontecia na França.

A Carta Régia de Maria I exigia que Grãs-Cruzes e Comendadores usassem suas insígnias sempre em público, não somente em dias de festa e cerimoniais. Também explicitava as principais diferenças entre elas:

Os Grãs-Cruzes somente à diferença dos Comendadores, poderão trazer a Medalha pendente em banda lançada no ombro direito ao lado esquerdo sobre o vestido. A banda deverá ser da cor distintiva da Ordem em que cada um for Grã-Cruz.

Os Comendadores serão os mesmos que até agora, devendo distinguir-se dos Grãs-Cruzes somente em não poderem trazer a Venera ou Medalha em banda, mas somente pendente do vestido, ou ao pescoço. (Livro das Leis. Chancelaria-Mor da Corte. Impressão Régia, p.553)

As cores das faixas também eram diferentes para cada Ordem. A *Gazeta do Rio de Janeiro* reunia anúncios de comerciantes que vendiam indumentária para diferentes níveis hierárquicos de acordo com a legislação vigente. Era comum o anúncio conter algumas expressões como “prontos de tudo” ou “conforme a lei” para explicitar que as vestes estavam dentro do padrão legal. Os negócios eram submetidos às regras do Antigo Regime. Vejamos o exemplo:

José Bernardo Villa Real, com loja de Alfaiate na rua do Ouvidor nº 168 defronte do Coteleiro, tem para vender mantos de cavaleiro de Tonquinha da China, prontos de tudo, tanto para comendadores, como para cavaleiros, o que faz público, por o preço ser mais cômodo, que os de escomilha. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1813).

A preocupação em seguir a lei era fundamental. A utilização ilegal de uniformes, fardamentos, Ordens e insígnias constituía crime, como mostra a lei presente nas Ordenações Filipinas:

Mandamos que pessoa alguma não traga hábitos das ordens de Cristo, Santiago e Aviz não sendo provido de tal hábito, sob pena de, sendo achado, ser preso três meses pela primeira vez e pagar de cadeia quatro mil réis e de ser pela segunda vez degradedado para Castro-Marim ou para África, segundo a qualidade da culpa e o ato em que profanar o dito hábito.

E mandamos que em nenhuma Confraria se use de manto branco com Cruz, ou sem ela, por referência do hábito de Cristo, sob pena de qualquer Mordomo, ou Confrade, que com ele for achado, pagar pela primeira vez dois mil réis, e estar um

mês na cadeia, e pela segunda vez, pagar quatro mil réis e estar dois meses na cadeia. (Ordenações Filipinas, Livro II)

Como falado acima, as Ordens eram, originalmente, ligadas à Igreja, o que explanava o seu caráter religioso, traço natural na sociedade católica portuguesa e, posteriormente, brasileira. Por isso, o verbo profanar é utilizado na lei acima, para indicar o uso ilegal de uniformes e insígnias. O corpo de Maria I ostentou todas as Ordens em seu velório, como bem detalha Luiz Gonçalves dos Santos (1981, p.48):

(...) rico vestido de cor preta e, sobre este lhe puseram a banda das três Ordens Militares de Cristo, Aviz e de Santiago, das quais era grã-mestra, e também a Ordem da Torre e Espada; puseram também o manto das mesmas ordens, e sobre tudo o manto real de veludo carmesim bordado de estrelas de ouro, e forrado de cetim branco.

As Ordens que D. Maria I era grã-mestra (Cristo, São Bento de Aviz e Santiago) eram as mais antigas de Portugal. Há de se mencionar também a Ordem de Torre e Espada, criada em 1459 por D. Afonso V, mas que foi instaurada pelo príncipe regente somente em 1808. Durante o século XIX outras Ordens foram criadas, como a Ordem das Nobres Damas da Rainha Santa Izabel, fundada por D. Carlota Joaquina em 1804 que visava condecorar as damas pelos seus serviços; e a de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, criada por D. João VI para celebrar sua aclamação em 1818.

Quanto a Ordem de Santa Izabel, podemos dizer que se constitui como novidade a criação de uma comenda estritamente feminina. Apesar disso, as mulheres recebiam Ordens desde o século XVI, principalmente como dote. Porém, as comendas eram destinadas ao futuro marido e à esposa era vetado o uso das insígnias. Depois da reforma de 1789, D. Maria I foi a primeira mulher a usar as insígnias das Ordens, abrindo caminho para que outras mulheres também fizessem o mesmo (Silva, 2010).

Antes da chegada da Corte, já existia no Rio de Janeiro pessoas agraciadas com tais comendas por serviços prestados além-mar e pela atuação nas questões administrativas da Coroa. Depois de 1808, o número de agraciados, principalmente Cavaleiros, aumentou em grandes proporções. Por isso, a Coroa distinguiu a própria aristocracia portuguesa, reservando o título de grão-cruz somente para ela. A prática de restringir determinados privilégios mesmo entre a nobreza era característica da

sociedade monárquica portuguesa. Para Monteiro (1998), a noção jurídica de nobreza em Portugal era bastante fluida. Depois da Restauração em 1640 começou a ser percebida uma delimitação em torno da alta aristocracia. A transformação da sociedade portuguesa ao longo da época moderna tendeu a criar uma miríade de subdivisões e classificações no interior da tradicional representação das três ordens medievais: clero, nobreza e povo, expandindo a nobreza e seus privilégios e redefinindo suas funções (Mattos, 2001).

As Ordens mais antigas em Portugal eram Ordem de Cristo, Ordem de Santiago da Espada e Ordem de Aviz. Como já mencionado, a partir da vinda de D. João VI, a Ordem da Torre e Espada foi instaurada, bem como foram criadas a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (ainda no período do Reino Unido), e as Ordens Imperiais do Cruzeiro, de Pedro I e a da Rosa. A Ordem da Rosa foi criada por D. Pedro I pelo decreto de 17 de outubro de 1829, para militares e civis, a fim de perpetuar o segundo consórcio com D. Amélia de Leuchtemberg e Eichstaedt. A Ordem do Cruzeiro foi instituída em 1º de dezembro de 1822, para comemorar a aclamação, sagração e coroação do imperador. Foi inspirada na constelação do cruzeiro e no primeiro nome dado ao Brasil: Terra de Santa Cruz. Já a Ordem de Pedro I foi criada pelo decreto de 1826, para marcar a Independência do Brasil e seu primeiro imperador constitucional. Foi concedida ao Marquês de Barbacena, no primeiro reinado, e no segundo, a Duque de Caxias, quando ele voltou da Campanha no Paraguai. Vale ressaltar também que a Ordem da Torre e Espada tem uma variação na escrita criada por D. João VI. A inscrição original é Valor e Lealdade e D. João VI acrescentou a palavra Mérito. Em decreto de 9 de setembro de 1843, as Ordens de Cristo, Aviz e Santiago da Espada deixam de ser consideradas religiosas e passam a ser meramente civis e políticas (Rodrigues, 1953).

Como observei nas pesquisas *in loco* feitas na Numismática do Museu Histórico Nacional, cada Ordem possuía formatos e tamanhos diferentes. Elas poderiam ser usadas como placa na casaca ou uma insígnia para faixa e fita. Seus proprietários tinham que seguir padrões característicos de apresentação pública determinados por lei. Havia versões grandes e pesadas que eram usadas nos cerimoniais oficiais e versões menores para o dia a dia. Pedrarias e metais nobres também eram destinados a posições sociais específicas. Dentro de cada Ordem também havia uma

hierarquia. Um grão-cruz usava ouro e uma posição inferior, como Cavaleiro, usava prata, por exemplo. Se os agraciados recebessem mais de uma Ordem, elas tinham que estar posicionadas no vestuário de acordo com uma escala pré-estabelecida.

A Ordem de Cristo é conhecida por uma cruz vermelha; a Ordem de Aviz por uma cruz verde e uma flor de liz; a Ordem de Vila Viçosa possui uma estrela branca de ponta fina; a Ordem do Cruzeiro possui uma cruz azul central; a Ordem da Torre e Espada possui uma legenda ao centro de Valor e Lealdade ou Valor, Lealdade e Mérito; a Ordem de Pedro I possui um dragão, coroa branca e cor verde; a Ordem da Rosa possui pequenas rosas; e, por fim, a Ordem de Santiago possui uma cruz com ponta de lança.

Figura 6: Exemplos da Ordem de Cristo.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 7: Exemplo da Ordem de Cristo para colocação em manto.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 8: Exemplos da Ordem de Santiago.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.



Figura 9: Exemplos da Ordem de Aviz.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 10: Exemplo da Ordem Torre e Espada.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 11: Exemplo da Ordem de Vila Viçosa.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 12: Exemplo da Ordem do Cruzeiro.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 13: Exemplos da Ordem de Pedro I.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

Figura 14: Exemplos da Ordem da Rosa.



Fonte: Imagem feita pela autora na Numismática do Museu Histórico Nacional.

O controle das Ordens se dava por meio das pragmáticas portuguesas: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas<sup>59</sup>. Esses documentos dissertavam sobre a vida social das pessoas em todo o reino português, imbuindo leis e decretos dos mais diversos. O mais antigo é o código Afonsino, decretado por D. Afonso V (1439-1481), sendo a primeira compilação de leis de Portugal, datada em 1446/1447, vigorando nos primeiros anos da colonização em terras brasileiras. Suas cláusulas concediam títulos honoríficos aos cristãos-velhos, ou seja, famílias que já seriam católicas há pelo menos quatro gerações, atingindo descendentes de mouros e judeus.

Figura 15: Pintura do Código Afonsino remetendo as embarcações das grandes navegações portuguesas.



Fonte: Imagem feita pela autora no Museu Histórico Nacional.

Em seguida, D. Manuel (1495-1521) declarou as Ordenações Manuelinas (1514-1521), que vigoraram em Portugal e no Brasil até 1603 e estenderam as restrições anteriores também aos descendentes de ciganos e indígenas. Foi a primeira compilação de leis portuguesas a ser difundida em formato impresso, favorecendo-se da invenção da tipografia na mesma época.

<sup>59</sup> A leitura completa das Ordenações se deu no Real Gabinete Português, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro e no site da Universidade de Coimbra, onde elas estão digitalizadas integralmente, baseadas na edição de Cândido Mendes de Almeida, que as publicou no Rio de Janeiro, em 1870. Para a pesquisa da tese, foram consultados todos os livros de cada Ordenação e todos os Aditamentos.



Figura 16: Paineis existentes no topo da compilação das Ordenações Manuelinas. Nele, vemos figuras masculinas de guerreiros e religiosos. Ao fundo, há navios emoldurados e embandeirados. Também é possível notar colunas torcidas, marca da arquitetura do reinado de D. Manuel.



Fonte: Imagem feita pela autora no Museu Histórico Nacional.

Figura 17: Exemplo de lei Manuelina que proibia homens de vestirem-se em trajes de mulher e vice-versa, bem como proibia o uso de máscaras. As punições variavam em multas, açoitamento público e degradação.

### T I T U L O XXXI.

*Do homem que se veste em trajos de molher, ou molher em trajos de homem, e dos que trazem mascaras.*

**D**EFENDEMOS, que ninhuũ homem se vista, nem ande em trajos de molher, nem molher em trajos de homem. Nem isso mesmo andem com mascaras, salvo se for pera algũas festas, ou jogos; e quem o contrario de cada huã das ditas coufas fezer, se for piam seja açoutado pubricamente, e se for Escudeiro, e di pera cima, será degradado dous annos pera Alem, e mais cada huũ, a que cada huã das ditas coufas for prouado, paguará dous mil reaes pera quem o acufar.

Fonte: Livro V, Título XXXI das Ordenações Manuelinas digitalizadas pela Universidade de Coimbra.

Já o Código Filipino foi decretado por Filipe I de Portugal ou Filipe II de Espanha, que reinou durante a União Ibérica (1560-1640), quando ambas dinastias estavam concentradas na figura de um mesmo monarca. As Ordenações Filipinas foram sancionadas em 1595 e foram confirmadas por D. João IV, depois do fim da União Ibérica em 1640, vigorando até o século XIX. No Brasil, as Ordenações Filipinas só terão fim em 1889, com a Proclamação da República. Em relação às restrições citadas anteriormente, as Ordenações Filipinas acrescentariam negros e mulatos. Pombal, em 1776, revogou as restrições aos descendentes de judeus, mouros

e indígenas, mas manteve as restrições aos negros e mulatos, que só foram rompidas em 1824 com a Constituição (Mattos, 2001).

Figura 18: Pintura do Código Filipino, que traz a figura do rei Filipe I de Portugal ou Filipe II de Espanha em montaria a cavalo.



Fonte: Imagem feita pela autora no Museu Histórico Nacional.

As proibições ao vestuário eram bastante claras em todas as Ordenações, como mostra o trecho abaixo, publicado em 1535:

Mandou El-Rei Dom João III que santa gloria haja, que nenhuma pessoa de qualquer estado, e seus reinos & senhorios, se servisse, nem usasse em sua casa, nem fora dela, nem vestissem nem trouxesse coisa alguma de brocado, tela de ouro, ou de prata, ou qualquer outro pano de ouro, ou de prata, nem de seda verdadeira nem falsa, nem broslado, nem pespontado, nem laureado em pano de lã, nem de seda, nem franjas, nem torçais, nem caireis de ouro ou prata, seda ou retrós, nem fitas, nem trouxesse em coisa alguma ouro, prata verdadeira, nem falso, fiado, nem canutilho, nem de qualquer outra maneira o dito ouro ou prata tirado por fieira, nem broslado de ouro, nem argentaria, nem chaparia de ouro, prata quer seja martelo, quer vazada, posto que fosse falsa. Nem trouxesse em coisa alguma esmaltado, nem dourado, nem prateado, nem poderiam puir o dito ouro em pinturas algumas, salvo nos casos abaixo declarados.

Primeiramente, que os que por suas dignidades podiam trazer bandeiras quadradas, dosséis, & telizes, os poderão trazer de pano de ouro, ou seda, com franjas que quisessem.

E que os que tivessem cavalos, poderão trazer quaisquer armas douradas ou prateadas (...) E os filhos das pessoas sobreditas, que estivesse sob seu poder & governança não pudessem trazer a seda que os ditos seus pais podiam trazer, por eles não terem cavalos seus próprios, posto que seus pais os tivessem: salvo sendo moços fildaldos d'El-Rei, Rainha, Príncipe & Infantes: porque estes tendo seus pais cavalos o poderão trazer. Mas as mulheres & filhas dos que tinham cavalos, que sob seu poder estivesse, pudessem trazer somente corpinhos com mangas estreitas de seda, ou sem elas, as quais não serão mais largas no bocal que um couro (...) Item que cada uma das damas da Rainha pudessem trazer duas roupas de seda preta, que não chegassem ao chão, para trazerem sobre as cotas. E se quisessem trazer em lugar de uma das ditas roupas uma saia de tafetá, ou veludo, ou cetim, o pudessem fazer. E assim pudessem trazer sainhos de seda, corpinhos & mangas estreitas, que pegam neles, que não fossem de mais largura no bocal de um couro. As quais mangas poderão trazer forradas de seda. E assim pudessem trazer faixas, barretes, capuçãs, coletes, & forros de sombreiros de seda, de dentro & fora. E nas cotas ou faldrilhas que não fossem de seda, pudessem trazer uma barra chã sem entre talho algum, não sendo mais larga que o terço da largura da seda. E não querendo trazer a dita barra, pudessem trazer barras estreitas, debruns ou marnetes, ou qualquer outra guarnição direita: com tanto que não se ocupasse mais largura das ditas cotas, assim o que ocupavam as tais guarnições como os vãos de entre um & outro, que o terço da largura da seda. E nos vestidos que não fossem de seda, pudessem trazer de qualquer seda um debrum direito: & assim mesmo as mangas dos hábitos forradas de cetim de qualquer cor: & as dianteiras & roda por dentro guarnecidas do mesmo cetim, de largura de uma mão travessa, & por de fora um debrum de qualquer seda. Mas os vestidos que as damas tivessem feitos, pudessem trazer de feitura desta lei há um ano. E assim pudessem trazer trançadeiras de ouro ou prata tirada, & camisas, gorgueiras, & coisas de ouro.

Item que toda mulher pudessem trazer véus, beatilhas, enaxaravias, & outros toucados de seda. (Gonçalves, 1569, p.111-112).

#### D. João VI também regulou os usos de indumentária no Brasil:

Capítulo 1º: A nenhuma pessoa de qualquer graduação e sexo que seja, passando o tempo abaixo declarado, será lícito trazer em parte alguma de seus vestidos, ornatos e enfeites, telas, brocados, tissus, galacés, fitas, galões, passamanes, franjas, cordões, espiguihas, debruns, borlas, ou qualquer outra sorte de tecido, ou obra, em que entrar prata, nem ouro fino nem falso, nem viço costado a semelhança de bordado.

Assim também não usará lícito trazer cousa alguma sobreposta nos vestidos, seja galão, passamane, alamar, faixa, ou bordado de seda, de lã, ou de qualquer matéria, sorte ou nome que seja, excetuando Cruzes das Ordens Militares.

Permito que se possam trazer botões e fivelas de prata, ou de ouro, ou de outros metais, sendo lisos, batidos, ou fundidos, e não de fio de ouro ou prata, nem dourados, ou prateados, nem com esmalte, ou labores.

Proíbo usar nos vestidos e enfeites de fitas lavradas, ou galões de seda, nem de rendas lavradas, ou galões de seda, nem de rendas de qualquer matéria ou qualidade que sejam, ou de outros labores que imitem as rendas, como também trazê-los na roupa branca nem usar delas em lenços, toalhas, lençóis ou em outras algumas alfaías.

Poderá usar-se de roupa branca bordada de branco, ou de cores, contanto, porém que seja bordada nos meus domínios, e não de outra manufatura.

Toda pessoa que usar de alguma das coisas proibidas no presente capítulo, perderá a peça com que se achar a transgressão: e pela primeira vez será condenada a pagar vinte mil réis, e três meses de prisão; pela segunda quarenta mil réis e três meses de prisão; e pela terceira vez, pagará com cem mil réis, e será desgredada por cinco anos para Angola.

Capítulo 2º: Não será lícito a pessoa alguma trazer, ou empregar em seu traje ou ornato pessoal, cristais, nem outras pedras, ou vidros, que imitem as pedras preciosas, nem perolas falsas, que imitem as finas, nem vidrilhos, de qualquer cor ou forma que sejam debaixo da pena de lhe serem tomadas as peças, que logo se quebrarão, e das mais declaradas no capítulo precedente. (Biblioteca Nacional. Apêndice das Leis Extravagantes. Livro da Chancelaria a fol. 132. Cód. II-31, 09, 009. Transcrição da lei).

As leis, pragmáticas e ordenações foram reforçadas no Rio de Janeiro com a presença da Família Real. Reforçadas, pois, enquanto colônia, tais decretos também existiam na cidade, mas eram levados de maneira mais vacilante. Com a presença, agora física, da Corte, a preocupação com os regulamentos suntuários se tornou mais circunspecta. Além das Ordenações, uma série de outras leis e decretos<sup>60</sup> foram promulgados ao longo de todo o Reino e Império brasileiros, buscando regular, dentre outras coisas, os uniformes, vestuários e Ordens daqueles que compunham o cenário social da época. “O corpo legislativo assim como faz luz para o mundo político, não o faz menos para o mundo elegante. Um deputado é sempre um ente mais curioso do que outro mortal (...)” (Pinho, 1942, p.116).

O príncipe regente D. João VI apresentava-se de casaca vermelha guarnecida de galões dourados, bem como os Vice-Reis, os Governadores, os Capitães Generais, Ministros, Secretários de Estado, Gentis-homens e oficiais maiores e menores. Nas primeiras décadas do século XIX, começa-se a usar bordados de ramagens diversas. A cor vermelha como preferência nos trajes da Corte e entre os membros da Casa Real de Portugal foi acentuada no reinado de D. José I, tornando-se o padrão oficial no fim do século XVIII. Em 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1795 e 1 de janeiro de 1796 há decretos que oficializam a cor escarlate e azul escuro como as cores da libré da mesma Casa.

Com a vinda da Corte em 1808, além dos cargos já mencionados, archeiros, criados, músicos da Real Câmara, cocheiros e remadores da galeota real vestiam no todo, ou em parte, a cor vermelha. Cria-se também o traje oficial das senhoras da

<sup>60</sup> Toda a legislação do Império brasileiro foi consultada por mim através do site da Câmara, onde as leis e decretos estão digitalizados.



Casa Real e damas da corte para os dias de gala e solenidades oficiais baseado no estilo Império, já mostrado em ilustração anterior. O traje era composto da seguinte forma: saia de cintura alta em seda vermelha bordada a ouro; corpete decotado de seda azul escuro guarnecido de rendas, com mangas curtas, redondas, armadas de galões de ouro; cinto de cordão de borlas que prendem a sobre-saia de seda ou veludo azul formando uma cauda bordada a ouro no contorno; luvas brancas, toque ou turbante com plumas<sup>61</sup> e diadema de acordo com seus títulos.

De acordo com Rodrigues (1953), D. João VI teria trocado a cor vermelha da sua farda por azul ferrete enquanto estava no Brasil. Além disso, passou a usar galões e casas bordadas de ramagens de louro na frente, abas, gola, canhões e algibeiras. Quando andava a cavalo, usava calção de pano amarelo e botas com esporas e chapéu preto com plumas brancas, onde à esquerda localizava-se presilha de ouro e tope português azul e vermelho adotado desde 1796, finalizando com banda vermelha, talim, espada, fiador, luvas e bastão.

Rei, Grão-Mestre e príncipe herdeiro usavam uma chapa única com as três Ordens Portuguesas (Cristo, Aviz e Espada), conforme decreto de lei de 19 de julho de 1796. As famosas dragonas foram adotadas pelo príncipe somente em 1816. A sua, em especial, tinha um emblema de troféu formado de âncora, bandeira, trombeta e ramagem, finalizado com a coroa real, em prata. Quando tornou-se rei, este conjunto foi substituído pelas Armas Reais. D. Pedro I, em seu casamento, trajou-se de forma idêntica a D. João VI: casaca de Corte azul escuro, guarnecida de galões e ramagens de ouro, tendo sob as algibeiras a figura de uma âncora. Rodrigues (1953) chama atenção para o seguinte dado: praticamente não havia distinção nas vestes do rei e do príncipe. Quando D. João VI subiu ao trono em 1815 usava a mesma indumentária que usara até então e assim foi em sua aclamação em 1818.

---

<sup>61</sup> O uso de plumas vermelhas era destinado às princesas, distinguindo-as das damas de corte, que, por sua vez, usavam plumas brancas em sua maioria.

Figura 19: Bordados e distintivos de D. João VI.



Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

Já a indumentária de D. Pedro I traz uma mudança significativa: sua casaca azul escuro passa a ser totalmente abotoada. Também possui vivo branco e galão na abertura. Uma trança de folhagens contorna a frente até a gola da vestimenta. Ramos de louro são bordados no peito. A gola é em pé, dando para ver uma gravata larga de seda preta e um tufo plissado chamado “periquito”, cujo uso será posteriormente proibido pelo imperador. Sua farda pequena era composta de casaca curta, chamada “jaqueta de polícia”, que possuía de 14 a 16 botões pequenos e gola bordada. Foi esta indumentária que acompanhou D. Pedro I no dia 7 de setembro de 1822. Depois da Independência, as cores verde e amarelo penetraram no vestuário da Casa Real e do exército. Em 24 de setembro de 1822, os penachos da tropa de primeira linha passaram a ser verdes com olho amarelo. Já os de segunda linha passaram a ser, no dia 27, amarelos com olho verde. As golas e canhões também passam a ser de cor verde para todos. O tom também adentra o vestuário das damas de Corte, que no dia da Aclamação estavam de turbante dourado e verde com plumas brancas e manto verde bordado a ouro. As princesas usavam penas brancas com a ponta verde, assim como a Imperatriz D. Leopoldina. Em decreto de 20 de setembro de 1822, D. Pedro I determinou a cor verde escuro para todos os uniformes dos Oficiais Maiores e Menores. Também aboliu a véstia (colete comprido)

para adotar a casaca abotoada. Ao longo de todo o Império, principalmente até 1850, decretos variados alteravam uniformes, fardas e trajes da Corte, abolindo ou autorizando materiais, cores, formatos e seus usos.

Durante vários meses após a Independência, Pedro I continuou a usar sua farda de Príncipe Real, acrescida apenas do tope patriótico com os dizeres *Independência ou Morte*. Em razão do decreto de 7 de outubro de 1823, ele passa a usar a Farda Imperial até sua volta a Portugal, em 1831. Este decreto estabeleceu o plano de uniformes para os oficiais gerais, mantendo, em sua maioria, a tradição quanto à disposição dos bordados regulados desde o decreto de 18 de maio de 1806. A mudança mais significativa foi a troca das ramagens de louro por carvalho, como eram originalmente os uniformes portugueses.

A Farda Imperial de D. Pedro I (o único a usá-la) era composta de casaca azul, 8 botões dourados, galão bordado na frente, gola, canhões, abas e algibeiras. Bordados de ramagem de carvalho, com folhas e frutos, cobrindo o torso e as mangas, além de seis ou sete estrelas pequenas. Todos os bordados a ouro. O imperador se apresentava de botas nas grandes solenidades, como sua coroação, seu segundo casamento e nas falas do trono. Mas nas festas da Corte, a pragmática em vigência exigia calção de pano branco com fivela, meias de seda branca e sapatos de cano curto. Os oficiais gerais, Gentis-Homens, Senadores, Ministros e Oficiais da Casa Imperial também deveriam se apresentar da mesma forma, distinguindo-se uns dos outros pelas Ordens e pela disposição dos bordados<sup>62</sup>. Os cargos de oficiais maiores, efetivos ou honorários que existiram no Brasil foram: Camaristas (Gentis-Homens), Veador ou Vedor da Casa, Estribeiro-mor, Reposteiro-mor, Capelão-mor, Esmoler-mor. Os oficiais menores eram: Guarda-jóia, Guarda-roupa, Médico, Servidor da Toalha, Estribeiro-menor e Moços-Fidalgos da Imperial Câmara. Havia ainda as Damas Camaristas, Aias, Açafatas, Criadas Moças, Moças de Quatro, entre outras funções (Rodrigues, 1953)<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Na Farda Imperial, há quatro ramos de carvalho bordados no peito. Dois de cada lado da abotoadura. Já nas fardas dos marechais, por exemplo, há somente dois ramos de carvalho, um de cada lado da abotoadura.

<sup>63</sup> Os trechos acima e os que se seguem, descrevendo em detalhes as fardas e uniformes imperiais, têm como referência o livro de Rodrigues (1953).

A veste da sagração e coroação de D. Pedro II foi chamada de “Veste de Cavaleiro” e era composta por véstia branca aberta na frente e comprida até os joelhos com bordados em ouro, contornando a gola. Havia uma gravata de renda da França com duas pontas pendentes na frente e entre elas uma cruz de brilhantes. A renda também aparecia nos punhos da camisa. Calças de meia de seda branca, com sapatos de entrada baixa de cetim branco com bordados de ouro e laço, além de brilhantes. Chapéu de cavaleiro de veludo branco, brilhantes e três plumas brancas. Para a solenidade, D. Pedro II usou seu manto majestático de veludo verde e forrado de seda amarela, espada e luvas da Ordem do Cruzeiro, além do fitão azul da mesma Ordem e colares com outras insígnias, como o Tosão de Ouro. A inspiração deste traje de D. Pedro II é francesa, mais precisamente Napoleônica.

Figura 20: Evolução do traje masculino de Corte.



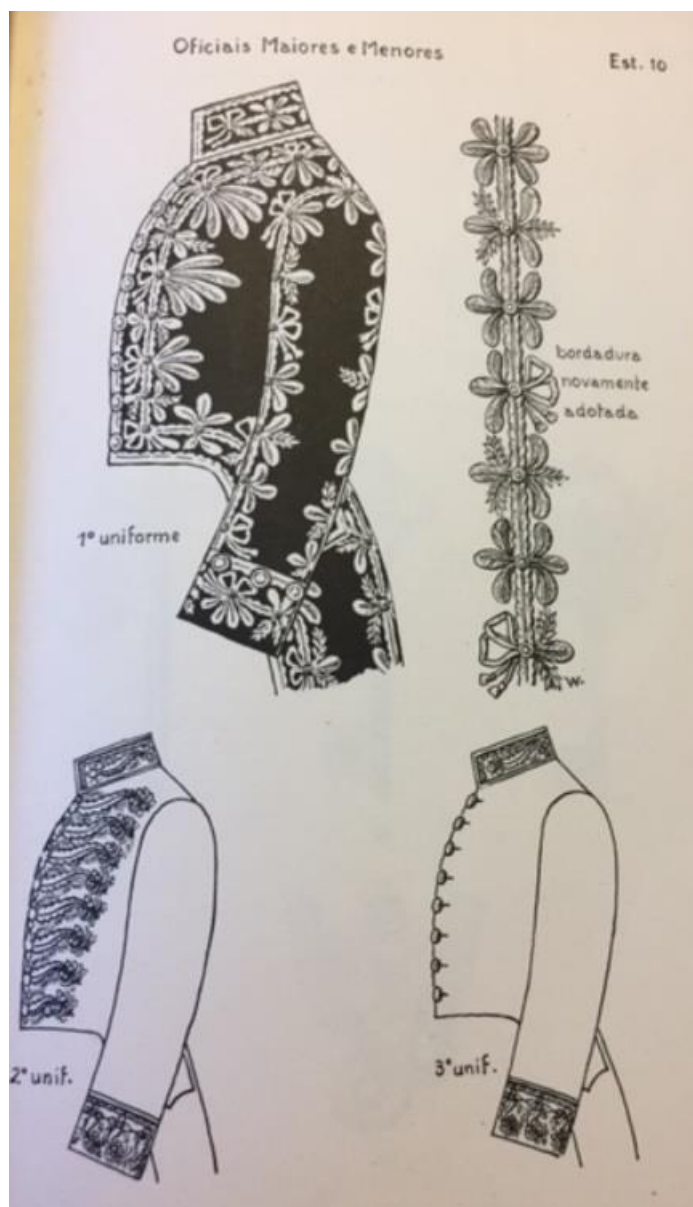
Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

Figura 21: indumentária de oficiais maiores e menores.



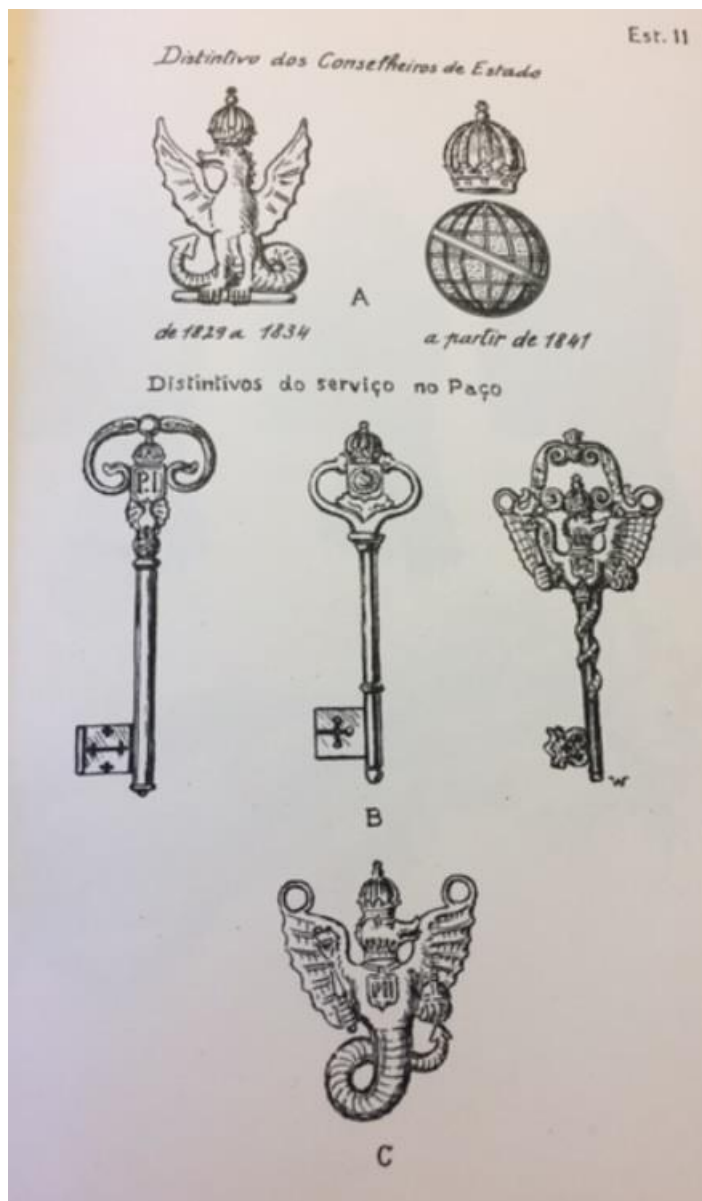
Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

Figura 22: 1º, 2º e 3º uniformes dos oficiais maiores e menores.



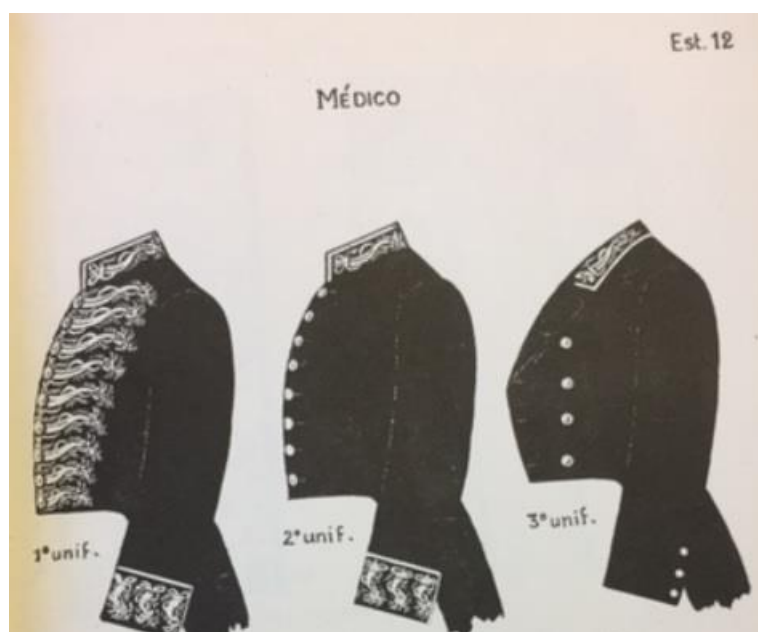
Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

Figura 23: distintivo dos conselheiros de Estado.



Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

Figura 24: 1º, 2º e 3º uniformes de médico.



Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.



Figura 25: galões e uniformes de criados e arqueiros.



Fonte: Rodrigues, 1953, s/p.

No período do casamento de D. Pedro II, a indumentária já começou a sofrer modificações, distanciando-se cada vez mais daquelas à época de D. João VI e D. Pedro I. As damas da Corte continuaram a se vestir de branco, mas as plumas de ponta verde são agora postas caindo para atrás. A Imperatriz e as princesas se apresentavam em vestidos decotados de seda ou chamalote branco com bordados, galões e estrelas de ouro. Geralmente no corpete fixavam-se rendas douradas. D. Teresa Cristina usava fitão das diversas Ordens e chapa do Cruzeiro. As princesas

usavam fitão azul claro e também chapa do Cruzeiro. Na cabeça, cachos presos de forma mais simples ou com um pente de brilhantes finalizado com diadema.

Aos poucos, as vestes majestáticas e cerimoniosas davam espaço a simplicidade e roupas de traços mais burgueses. A estrutura rígida do tempo de D. João VI e D. Pedro I ia sendo substituída por novas formas de apresentação social. Acontecia a transição entre o regime monárquico e a República. Assistia-se a construção de uma cidade de mentalidade moderna, desenvolvendo e consolidando um sistema de moda, que acontecia ao lado de uma animação literária e ilustrada, configurando-se em verdadeira circulação de ideias e constituição de um campo da moda internacionalizado (Ramos, 2016). Cenário que colaborava para o reforço de uma concepção de “boa sociedade”, expressando melhor um termo corriqueiro da época<sup>64</sup>. O crescente aburguesamento do comércio de moda permeou uma expansão urbana, com maior mescla de pessoas à rua, impondo a leitura do *status* individual a partir de uma compreensão agora momentânea. Nada mais é tão seguro – mas pode-se viver a insegurança com graça, bom gosto e elegância, verdadeiras palavras de ordem no final do século XIX no Rio de Janeiro.

---

<sup>64</sup> Originalmente, “boa sociedade” designaria homens e mulheres livres, brancos e detentores de alguma posição; contudo, o contínuo processo de europeização exigiria um destaque “(...) pelo requinte das maneiras, pelo polimento dos costumes, e, especialmente, pela maneira de apresentar-se socialmente” (Rainho, 2002, p.17) para o qual os manuais de etiqueta e os periódicos se tornavam necessários.

## 4. As narrativas do vestir: da jurisdição para a mídia e o consumo

### 4.1. A chegada da República em 1889: roupas como marcadores sociais livres

O fim do século XIX irá trazer dinamismos e mudanças até então inéditos para o Brasil, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro. Como bem sublinha Nicolau Sevcenko (1998), são mudanças que irão afetar as hierarquias sociais existentes durante o Império, bem como as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao redor, de reagir a novos estímulos, a maneira de organizar afeições e sentir proximidade ou distanciamento em relação ao outro. Em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e rápido em um processo quase dramático de transformação de seus hábitos, convicções e modos de percepção.

Novos tempos. Novas mentalidades. O casamento por interesse dava lugar ao amor romântico, item propriamente moderno, onde dois indivíduos se elegem por questões pessoais e subjetivas. O *Mister* e a *Madame*, enfim, se apaixonam. Não por menos, o casamento civil foi instaurado na República logo em 1891. Neste mesmo período, o rapé prosaico cai em desuso e o charuto devaneador passa a ser um costume símbolo de civilidade, junto com o piano.

Segundo Sevcenko (1998b), os cigarros ou charutos industrializados eram presenças recentes na vida urbana. O rapé trazia consigo traços do coletivo e de um tipo de sociabilidade progressa. Já o charuto e o cigarro se tornam símbolos da individualidade, hábito moderno, solitário e auto referenciado. Até a forma de acendê-los passa por uma reformulação: os fósforos são deixados para trás, enquanto o isqueiro vira a preferência. O autor também sublinha que, à semelhança do rapé, outro elemento estava desaparecendo na obsolescência: o chá, substituído progressivamente pelo café. O consumo do chá também caracterizava uma cerimônia social, carregada de regras e convenções. Já o café configurava um hábito mais solitário. Cigarro e café, juntos, têm destinação individual e moderna, além de propriedades estimulantes, em harmonia com os novos ritmos do trabalho e da fragmentação da experiência urbana (Sevcenko, 1998b).

A iluminação elétrica ganha cada vez mais pontos de luz. A Avenida Central, junto com a Beira-Mar, foi uma das primeiras vias públicas da capital federal a contar com esse tipo de epifania moderna a partir de 1905 (Lessa, 2005). Cabe ressaltar que a primeira aplicação de luz elétrica se deu na estação Estrada de Ferro D. Pedro II, em 21 de fevereiro de 1879, com a presença do próprio Imperador (Dunlop, 2008).

Figura 26: Avenida Central com luz elétrica em 1906.



Fonte: Arquivo Nacional.

Além da Avenida Central, outras duas grandes obras foram concebidas para constituir o sistema viário destinado a melhor absorver as atividades de distribuição de mercadorias oriundas do porto. A Avenida do Mangue (atual Francisco Bicalho), que atendia a expansão industrial do Rio de Janeiro, se deslocando para as direções norte e oeste. E a Avenida do Cais (futura Rodrigues Alves), duas vezes maior que a do Mangue, distribuindo o comércio para a mesma direção (Feijão, 2011). Obras estruturais como essas tinham como esperança garantir a transformação social e cultural da cidade, e obter um cenário decente e atraente aos fluxos do capitalismo internacional, que havia sido refreado anteriormente pelas precárias condições que ali se apresentavam (Marins, 1998).

Mas, sem dúvidas, a estrela das reformas foi, de fato, a Avenida Central, que se tornou um convite ao olhar distraído, inserido na experiência urbana que oferece sensação de liberdade. “As vitrines e o caráter ondulante da multidão envolvem o observador, que se reconhece nos novos indicadores da representação do moderno.” (Negreiros, 2016, p.275). Novos e insólitos prédios criam uma atmosfera cosmopolita. Vejamos a observação de Olavo Bilac em um texto sobre a inauguração da Avenida: “(...) fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade. A melhor educação é a que entra pelos olhos.” (Bilac, 2006, p.757).

Projetada pelo ministro dos Transportes, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, essa verdadeira veia urbana e pulsante foi construída com 33 metros de largura, aproximadamente 2 mil metros de comprimento, com calçadas de 7 metros. Contava com um canteiro central arborizado ao estilo dos boulevares parisienses em clara inspiração haussmanniana. Foi dividida em três seções: na primeira, próxima da atual Praça Mauá, ficavam as casas de comércio e instituições financeiras. Na segunda, encontravam-se várias instituições civis, como a Santa Casa de Misericórdia e a Associação de Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, além das sedes de jornais, como o *Jornal do Comércio*. Na terceira parte, junto à Avenida Beira Mar, estavam projetadas icônicas estruturas como o Palácio Monroe, além do Palácio da Justiça Federal, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal. Era um verdadeiro efeito esmagador de dimensão nunca antes vista na urbe carioca. Construções reunidas que davam a ideia de civilização que se pretendia afirmar no espaço urbano do Rio de Janeiro (Azevedo, 2016).

O célebre prefeito Pereira Passos deu início ao processo conhecido como Regeneração (Feijão, 2011), pensando em um conjunto de decretos para proibir atitudes consideradas bárbaras, como a prática de acender fogueiras nos logradouros públicos, a venda de vísceras de animais, a prática de escarrar no chão, a venda do leite retirado diretamente das vacas nas portas das casas, a prática do comércio ambulante, a prática de andar descalço nas áreas centrais, etc. Novos tempos, novas formas de controle. Porém, os decretos do prefeito mal eram divulgados, pois as revistas e jornais de moda iriam se encarregar de uma pedagogia do vestir e dos bons-costumes, estabelecendo um discurso disciplinar com seus *decretos do bom*

*gosto*, cuidados com higiene, comportamentos e vestimentas adequadas. Inclusive, os objetos de tocador e higiene pessoal se tornaram parte integrante da construção da individualidade na época.

Passos também criou três vias de ligação do Centro com áreas do subúrbio e deixou projetada uma quarta avenida, de traçado próximo a atual Radial Oeste. O prefeito estabeleceu uma ligação com a Zona Sul ao criar a Avenida Beira Mar. Sua ideia principal era evocar a presença dos habitantes das mais diversas áreas da cidade no Centro (Feijão, 2011, p.298). Além disso, essa região foi esteticamente enfeitada com estatuárias, assentos para convivência, arborização, iluminação, construção de coretos e, ainda, o jardim suspenso da Gamboa.

Toda essa reforma urbana carioca pós-Proclamação da República foi gerida pelo então presidente Rodrigues Alves e pelo Clube de Engenharia liderado por Paulo de Frontin, principalmente entre 1902 e 1906. Neste mesmo ano, o cais *Pharoux* havia se transformado em ponto de encontros, despedidas, chegadas e partidas da Europa, tornando-se lugar estratégico para a observação do outro e seus modos civilizados. Junto com o cais, o hábito do cartão-postal crescia cada vez mais na cidade, momento em que o indivíduo se desenvolve em sua subjetividade. Não por menos, esse hábito desembarcou nos trópicos no momento em que as estruturas do Império agonizavam (Schapochnik, 1998). Segundo Sevcenko (1998), a atmosfera cosmopolita desceu sobre a cidade renovada de tal modo que as pessoas, ao se cruzarem nos grandes bulevares, não mais se cumprimentavam à brasileira, mas repetiam uns aos outros: *Vive la France!* Margarida de Souza Neves elucida:

A cidade, vista pelos seus contemporâneos como síntese e microcosmo do país, deverá apagar as marcas da colonização portuguesa identificada com o atraso, para que possa aparecer como capital do progresso do Brasil, demarcando assim a conquista de um espaço concreto das nações civilizadas (Neves, 1986, p.5).

Portanto, uma das principais ideias era a promoção no exterior da imagem de uma capital federal saneada, livre de constantes epidemias e modulada a partir dos padrões ocidentais de modernidade (Azevedo, 2016).

Antes da construção das grandes avenidas citadas acima, a Rua do Ouvidor possuía grande destaque, uma verdadeira estrela na urbe carioca.

Era o lugar propício para conhecer as últimas novidades e os boatos que corriam pela cidade, metáfora da circulação e da vitrine. (...) Machado de Assis, que a denominava “a via dolorosa dos maridos pobres”, expressou bem o sentimento dos habitantes do século XIX em relação ao famoso logradouro: “é a rua onde todos moramos” (Siciliano, 2014, p.255).

Porém, como ressalta Brasil Gerson (2013), a Rua do Ouvidor só vai desfrutar do privilégio de ser a rua-líder do Rio a partir da segunda metade do século XIX. Antes disso, a Rua Direita (atual Primeiro de Março) detinha o título. Em 1824, essa rua foi a primeira a ser dotada de numeração.

Quando a Rua do Ouvidor se torna a rua-líder, condição que deteve por quase 90 anos, ela passa a ser uma artéria pulsante, rainha da moda e da elegância. Um espaço por excelência de “(...) um processo no qual as mulheres começam a mostrar-se plenamente adaptadas às exigências da vida moderna.” (Rainho, 2002, p.63). Um nervo que repercute suas impressões por todo o corpo da cidade, para usarmos a mesma metáfora do corpo humano utilizada para descrever o cenário urbano da Paris remodelada. Entre suas principais lojas, estavam *Notre Dame de Paris* (inaugurada em 1848 por Noel Décap), *Wallerstein et Masset, Demarais, Alfaiataria Rabelo* (a primeira do Rio a dispor de instalações de luxo), *Alfaiataria Raunier & Cabral, Casa Rauier* (aberta em 1855), *Bernardo Ribeiro*, entre tantas outras. Uma verdadeira vitrine de flores, joias, sedas. As lojas empreendiam verdadeiras apresentações artísticas em suas vitrines. “Aquilo era um extenso corredor trescalante de ponta a ponta; caleidoscópio policromático em sedas, gaza, veludos; um tamanho exibir de luxos (...)” (Pinho, 1942, p.271). Somente com a abertura da Avenida Central, a coroa muda de cabeça. “As vitrines e o caráter ondulante da multidão envolvem o observador, que se reconhece nos novos indicadores da representação do moderno.” (Negreiros, 2016, p.275).

Figura 27: Rua do Ouvidor *fin-de-siècle*.

Fonte: Brasil Gerson, História das ruas do Rio, p.61.

Estamos no período conhecido como Belle Époque tropical, datado pelo autor Jeffrey Needell (1993) entre 1898 e 1914. Needell considerava a *bela época* um período de aspirações modernizantes com vistas ao cosmopolitismo, o clima eufórico e efervescente, certezas baseadas nas explicações científicas e na classificação da natureza como tentativa de controle (Siciliano, 2014), apesar das angústias e subjetividades trazidas pela existência de um indivíduo moderno e autônomo.

Neste período, houve importação de máquinas e incremento de recursos visuais (como a fotografia, o clichê a cores, a linotipia). Esse movimento surtirá efeito de grande atração do público para com os periódicos impressos e ilustrados que veremos a seguir. Além disso, a fotografia também se portava como nova técnica do observador-em-trânsito-oitocentista (Martins, 2001). Para Needell (1993), a Belle Époque carioca pode ser considerada como uma fase única da história cultural brasileira.

Os bondes expandiram os limites do privado para o espaço público, como importante vetor na construção e na consolidação de uma cultura urbana, que valoriza o lazer ao ar livre e espaços públicos pagos, como cafés, confeitarias, teatros,



cinematógrafos (Siciliano, 2014). Implantados em 1868, os bondes tornaram possível que as mulheres da elite<sup>65</sup> se aventurassem para além de suas casas, visitando áreas comerciais em busca dos mais variados bens de consumo. A primeira linha de bonde (A Ferrovia do Jardim Botânico) ligava a Cidade Velha ao Flamengo, Botafogo e Jardim Botânico.

Não somente o bonde, ligação com o centro comercial e seus artigos de luxo cada vez mais acessíveis, mas também o vapor para a Europa, serviram para remover o véu doméstico e delinear o perfil da alta sociedade, com novas artes e refinamentos (Needell, 1993, p.163).

Em 8 de outubro de 1892, é inaugurado o Serviço de Bondes Elétricos no Rio de Janeiro, o primeiro da América do Sul. Essas transformações que cortavam a cidade traziam à superfície a separação moderna cada vez mais evidente entre área de trabalho e área residencial. Antes, a vida e o trabalho estavam condensados nas estreitas ruas de uma cidade em construção, misturando diferentes camadas sociais. No fim do século XIX, a elite terminava suas jornadas burocráticas e retornava para suas confortáveis casas nas novas localidades da cidade. Nas regiões mais atribuladas e barulhentas, encontravam-se os mais pobres. As casas e os espaços domésticos também foram submetidos a uma ordem estável e necessária às novas funções urbanas promovidas pelo capitalismo industrial. O privado passava a ser, portanto, controlado. Neste sentido, vamos assistir as mais variadas tentativas de controle das moradias, objetivando harmonizar as vizinhanças e estender à dimensão pública os padrões de privacidade controlada (Needell, 1993).

O lazer noturno também se fortalecia. Um cenário que chegava às ruas da cidade do Rio de Janeiro de forma mais consolidada e abrangente. “A rua, o teatro e a imprensa desempenhariam o papel de ‘musas’ da esfera pública” (Siciliano, 2014, p.265).

A moda ganha papel de destaque em todo esse movimento. Por isso, era desejável estar atento e informado sobre as últimas novidades e códigos sociais, oriundos principalmente da França e da Inglaterra. As revistas e jornais de moda

---

<sup>65</sup> Em 1910, se tornava possível para as mulheres caminharem sozinhas enquanto iam às compras no centro da cidade. (Needell, 1993).

ilustrados viravam referências das vestimentas, hábitos e costumes modernos e europeizados para 811.443 mil habitantes que viviam na cidade do Rio de Janeiro, conforme o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Para se ter uma ideia de como a cidade era populosa, São Paulo, no mesmo ano, tinha 286.000 habitantes; Porto Alegre, 100.000; Curitiba, 57.000; Niterói, 45.000; Florianópolis, 35.000; e Belo Horizonte, 17.000 habitantes.

A Exposição Nacional de 1908 foi a primeira exposição desse porte realizada no Brasil. A data escolhida celebrava o centenário da Abertura dos Portos, marcando o período como uma legitimação da civilização e dos avanços brasileiros. Apesar disso, não marcou a estreia do país no mundo das exposições. Dom Pedro II, em 1861, já havia promovido uma Exposição Nacional no Largo de São Francisco, objetivando a valorização de produtos e riquezas nacionais, inserindo o Império em um parâmetro baseado nos valores de progresso. A máquina a vapor, visitada por mais de 50 mil pessoas em 45 dias, foi a grande novidade do evento, deixando um sentimento de euforia devido a sua utilidade para a indústria e navegação. O próprio imperador distribuía quatro categorias de prêmios: medalha de prata, medalha de cobre, menção honrosa e prêmio extraordinário e fora do comum. Foram 76 expositores mostrando 750 objetos divididos em diferentes seções. Apenas 1 ano depois, o Brasil estaria em sua primeira Exposição Internacional<sup>66</sup>, em Londres, na tentativa de apagar a imagem de um país atrasado e escravocrata. Essa foi a porta de entrada para a participação do país em outras Exposições Internacionais, como a de Paris em 1867 e 1889; Viena em 1873; Filadélfia em 1876 (foi neste evento que D. Pedro II tomou contato com o telefone, recém-patenteado por Graham Bell); e Saint Louis em 1904.

No emblemático ano de 1908, surge o termo *Cidade Maravilhosa*, título dado por Coelho Neto nas páginas do jornal *A Notícia*. Mas a expressão só foi adotada pelos cariocas após a publicação do livro da neta de Victor Hugo, Jeanne Cautelle-Mendés, *La ville merveilleuse*, em 1912 (Siciliano, 2014). A cidade-cenário

---

<sup>66</sup> As Exposições Internacionais eram espaços para divulgar invenções e o desenvolvimento industrial dos países participantes. A primeira delas aconteceu em Londres, em 1851. Em 1855, a França sediou uma Exposição Universal, introduzindo as belas artes com um salão especial. A partir de então, as exposições passaram a ser recorrentes nos países europeus e nos Estados Unidos (Siciliano, 2014).

da conturbada transição do Império para a República. A intensificação da crise política que derrubou a monarquia se confunde com os debates entre intelectuais brasileiros a respeito da luta abolicionista, cujo palco cotidiano eram os *meetings*, as esquinas, os teatros e os cafés (Siciliano; Bon, 2017).

Sobre a cidade do Rio de Janeiro recai o papel de metrópole-modelo, sede do governo, centro cultural, cartão de visita do país. Na sociedade carioca, era possível encontrar novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, transportes movidos a petróleo, aviação, indústria fonográfica, cinema, rádio, a imprensa ilustrada. A primeira metade do século XX trouxe palavras antes pouco utilizadas em terras tropicais, como “fábrica” no sentido moderno de parque industrial, pois antes designava “usina de açúcar” ou “conjunto de escravos de um engenho” (Del Priore, 2017, p.198). E assim criavam-se indústrias locais que empregavam mão de obra e gerava mercado consumidor.

Todos esses pontos irão intensificar o papel da capital da República, caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo. A cidade passa a ditar os comportamentos, sistemas de valores, sensibilidades, estado de espírito e claro, as modas, articulando “(...) a modernidade como uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como formulou Gilberto Freyre, uma cidade ‘panbrasileira’” (Sevcenko, 1998, p.522).

Figura 28: Multidão aglutinada no Paço Imperial para festejar a assinatura da Lei Áurea. Diferente de décadas anteriores, onde os uniformes e fardas diziam sobre seus portadores, a turba agora é uma massa única, com roupas mais sóbrias, tal qual já assistíamos na Europa há muitos anos. Vemos a adoção de paletós no lugar das casacas.



Fonte: Luís Ferreira, 1888.

O tom predominantemente escuro das vestimentas captada na imagem acima é curioso. Enquanto na Europa víamos uma predileção para delicados tons florais nos trajes femininos, no Brasil as cores mais sóbrias se sobrepunham às cores mais claras e tecidos estampados, pois esses últimos eram associados às camadas mais populares (Feijão, 2011). Além disso, cores escuras eram permitidas às elites não-aristocráticas desde a Corte Joanina.

Já na vestimenta masculina, a sobriedade e a ausência de adornos passavam a ser uma característica da “grande renúncia masculina”, termo cunhado por Flugel e comentado anteriormente. Com as estruturas aristocráticas ao chão, os homens do Rio de Janeiro também deixam, aos poucos, a ornamentação exagerada de lado para apostar em trajes simples, burgueses e associados ao mundo do trabalho.

Ainda assim, a moda francesa era a principal fonte de inspiração para o mundo civilizado e bem vestido que as elites locais imaginavam construir. O domínio da língua continuava um símbolo de distinção. Muito comuns eram os anúncios em francês veiculados pelas revistas ilustradas. Quem entendia, ótimo. Quem não

entendia, fingia entender para não perder a pose. Vejamos um exemplo com essa descrição de anúncio d' *A Semana Ilustrada*, de 1892:

Modas chegadas no último paquete: coletes que fazem uma bela figura até aos corcundas, coisas que substituem a falta de certos corpos e que fornecemos baratí-nhas, pomadas, cheiros, pós-d'arroz, eh bien tout ce qui'il faut pour elever l'humani-té.

Como bem concluiu Mary Del Priore (2016b), olhou-se no espelho da Europa e quis ser como ela, sentou-se à mesa e comeu com garfo e faca. Desde a Restauração da Dinastia Bourbon, a França voltou a competir diretamente com a Inglaterra como exportadora de hábitos, bens de consumo e prestígio cultural.

A Sociedade Ginástica Francesa fazia conferências, como as de Silva Jardim, onde falava-se muito da “adorada revolução”, soberania e vontade popular, apontando o sentimento republicano. Em julho de 1889 comemorou-se a queda da Bastilha, enquanto republicanos cantavam a “Marselhesa” e o hino francês (Del Priore, 2016b). A transição do Império para a República assistiu uma lusofobia e uma francofilia.

A própria figura de D. Pedro II metaforizava a transição que se desenvolveu na cidade. O imperador, ao fim da vida, apresentava uma sobriedade burguesa masculina bem diferente da figura majestática de outrora, trocando a coroa pela cartola. O monarca havia se tornado mais um símbolo burguês do que aristocrático e em muito se distanciava da figura faustosa do início de seu reinado, quando usava o famoso manto verde, coroa e murça de penas de papo de tucano. Seu ímpeto para participar das Exposições Universais demonstra uma natureza curiosa e voltada para a ideia de progresso. Ele passa a investir cada vez mais em uma imagem brasileira de civilização aos olhos do mundo exterior. O “monarca inventor”, como ficou conhecido, era adepto das inovações científicas e passou a construir uma imagem de cidadão do mundo, empreendo viagens diversas. D. Pedro II procurou se distinguir como um “pioneiro”, um homem aberto às novas tecnologias (Schwarcz, 1998).

A ideia de progresso também invadia as apresentações culturais no final do Império, como o caso do bailado *Excelsior*, em junho de 1883. Os 6 mil lugares do Imperial Teatro D. Pedro II foram esgotados durante toda a temporada e o próprio

imperador compareceu a sete das oito apresentações. O tema principal era a luta da treva contra a luz. A treva seria a Idade Média, representada pelo Obscurantismo, e a luz seria a modernidade, representada pelo Gênio do Progresso. No começo, o Gênio do Progresso estava acorrentado aos pés do Obscurantismo, enquanto a miséria e a decadência reinavam sobre o mundo. Depois de muita luta, o Gênio se liberta e é coroado pelas luzes elétricas. Ao longo da apresentação, o Gênio do Progresso vence novamente o Obscurantismo em várias situações diferentes. São ideias que vão deixando para trás a monarquia.

Ao despir suas roupas majestáticas, D. Pedro II ficava nu e não encantava mais o imaginário local. Quase como espectador, observava os movimentos políticos — em especial o crescimento do Partido Republicano e do abolicionismo -, assistia a demissão do Gabinete Conservador e a subida dos liberais. O monarca abandonara, também, uma série de rituais. A divisa que escolhera — um P maiúsculo em cor azul, enlaçado por uma fita — completava sua imagem distante; o beija-mão deixara de existir e o monarca limitara o uso de trajes majestáticos apenas a ocasiões mais solenes, como a Fala do Trono (Schwarcz, 1998). Segundo Wanderley Pinho (1942), a Família Imperial passou a oferecer apenas um grande jantar por ano. Quando em 1883, o príncipe Henrique da Prússia passou pelo Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* anunciou que o Paço havia sido varrido depois de “não sei quantos anos”.

Após a Guerra do Paraguai, em 1870, a vida social foi retomada, mas a partir de uma nova mentalidade. Essa volta à agitação foi marcada pelo baile do dia 20 de julho do mesmo ano, no palácio do barão de Itamarati, quando a Guarda Nacional ofereceu uma festa ao Conde’Eu, com a presença de 1.500 pessoas. William Hadfield, em seu livro *Brazil and the River Plate* (s/d), teceu comentários ao progresso que a população do Rio de Janeiro teria feito em vinte anos. Presente no baile, Hadfield notou que as mulheres se vestiam como francesas e que o casal imperial (D. Pedro II e Teresa Cristina) distribuía atitudes democráticas. Segundo Wanderley Pinho (1942), convivas do baile também destacaram a simplicidade da Condessa e do Conde d’Eu, ambos de trajar modesto e despretenso, onde brilharia a mais cordial democracia, tal qual nos salões de um burguês fino e educado. Bastante elucidativo do paradigma brasileiro seria o comentário do presidente dos Estados

Unidos destacado pelo autor: *a melange of royalty and democracy probably not to be found in any other country in the world*. Os velhos hábitos aristocráticos começavam a ser desprezados.

Também em 1870 é fundado o Partido Republicano, propondo a abolição da monarquia. Uma nova cena de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, chamada “geração de 70”, passou a estar comprometida com uma plataforma de modernização das estruturas ossificadas do Império, influenciada pelas diretrizes emanadas dos Estados Unidos e da Europa. Fazendeiros de café do Sudeste também pretendiam que a República fosse instaurada, implementando o sistema federalista. Dessa forma, eles asseguravam o controle de seus próprios rendimentos e poderiam usar o poder econômico atrelado ao poder social e político (Sevcenko, 1998).

A individualidade passa a ser cada vez mais celebrada como forma de expressão subjetiva do gosto através da roupa. No periódico *Mensageiro Brasileiro*, em 1883, na seção de comentários sobre eventos sociais, podemos ler:

Graças à sua perfeita distinção, à sua graça sedutora, à sua inimitável elegância, ao encanto que espalha em torno a si, pode ser dito que, na alta sociedade fluminense, a senhora H. representa o que se convencionou chamar de “uma individualidade elegante” (aspas no original).

Figura 29: D. Pedro II retratado com seu jaquetão, mala na mão, a murça de papos de tucano saindo pela fresta, com a coroa e o cetro de lado.



Fonte: Caricatura de D Pedro II assinada por Rafael Bordalo Pinheiro, em 1880.

Podemos dizer que o Baile da Ilha Fiscal, ocorrido em 9 de novembro de 1889, abrigou “(...) o adeus supremo de uma sociedade a se extinguir e o último murmúrio de um mundo meio submerso” (Pinho, 1942, p.137). Neste último baile, dançava-se sobre um vulcão.

Pouco antes de 1889, os principais aliados da monarquia já haviam demonstrado plena insatisfação com a antiga ordem, pelos motivos mais diversos. A Questão Militar, iniciada após 1883, foi um desses movimentos importantes de ruptura. Uniu gerações de militares, que passaram a questionar decisões e se organizaram em clubes. Escolheram Deodoro da Fonseca como líder, e já começavam a ser insuflados pelos ideólogos republicanos instalados no Rio de Janeiro. Os fazendeiros, a linhagem mais conservadora de apoio a Coroa, se encontravam debilitados por terem perdido seus escravos, suas garantias financeiras e pelo declínio da participação no mercado do café. Não por menos, “(...) desmoronava o apoio natural da Monarquia.” (Needell, 1993, p.28).

D. Pedro II sancionou em 14 de outubro de 1850 a Lei Eusébio, que acabaria com o tráfico negreiro. Depois disso, sua filha Isabel sancionou a Lei do Ventre Livre em setembro de 1871 e a Lei Áurea, em maio de 1888. Um ano depois, na madrugada de 15 de novembro de 1889, Pedro, Isabel e todos os seus partem para a Europa, expulsos pela República.

Resumindo a sequência dos acontecimentos: a Questão Militar eclodiu, os republicanos a exploraram, espalharam-se boatos de sanções contra o Exército e contra seu líder, Deodoro, e este afinal aceitou participar da conspiração republicana. Em uma série confusa de eventos, o Ministério e, depois, o Trono foram derrubados a 15 de novembro de 1889. Um Governo Provisório, presidido por Deodoro e formado por republicanos proeminentes, logo foi instalado, e a família real enviada para exílio na Europa. (Needell, 1993, p.29).

Segundo Mary Del Priore (2017), os anos posteriores à Proclamação seriam marcados por um turbilhão de mudanças. Em 19 de novembro de 1889, houve a concessão do título de eleitor a todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever. Por outro lado, a europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transforma-se agora em objetivo (ou obsessão) de políticas públicas.



O governo republicano investiu com vigor para fazer desaparecer rapidamente, ou reformular, os mais representativos símbolos materiais da monarquia. Nos leilões realizados em 1890, pulverizaram-se os milhares de objetos e móveis reunidos desde os tempos de D. João; a casa do imperador foi transformada em abrigo para o mais soberano dos atos políticos: a realização da Assembléia Constituinte, a primeira da nova República (Schwarcz, 1998). Não foi por coincidência que um dos primeiros atos da República brasileira, ainda em 24 de fevereiro de 1891, aboliu os títulos honoríficos imperiais (Schwarcz, 1998). Lima Barreto, parodiando a questão nobiliárquica tão forte na sociedade carioca, disse que aí surgiu duas nobrezas de *Bruzundangas*: a nobreza doutoral formada por novos doutores e bacharéis da República; e a nobreza de palpite, formada por comerciantes e camadas ricas que diziam pertencer a uma fictícia aristocracia (Saliba, 1998).

Ainda assim, é importante enfatizar que, apesar da Constituição de 1891, as Ordenações Manuelinas vigoraram até a promulgação do Código Civil republicano, em 1916. De todo modo, a força social e política das Ordenações no período era praticamente nula.

A transformação tinha sido rápida e profunda. Em menos de dois anos, uma monarquia, ainda que constitucional, mas repleta de hierarquias e títulos de nobreza, que exibia até alguns meses antes instrumentos de tortura nas lojas da Corte para o castigo de escravos, tinha se transformado em uma república cujo poder se asentava, a princípio, no sufrágio popular (Mattos, 2012, p.92).

A década de 1890 inseriu o Brasil definitivamente no sistema capitalista mundial, mudando sua face. Há uma enorme migração de capitais para o país e tudo que fazia parte do sistema colonial entrou em colapso, incluindo o seu sustentáculo principal, a mão de obra escrava. O Brasil se torna fornecedor de matérias-primas e tomador de empréstimos dos países centrais. (Maringoni, 2011)

Neste período, o governo Campos Sales (1898-1902) está no poder político e a Belle Époque no poder cultural de toda uma cidade, principalmente sob a égide das elites, que agora incluíam republicanos, abolicionistas, empresários e profissionais liberais, inseridos em uma nova dinâmica de capitalismo de mercado. O clima revolucionário de outrora deu lugar a uma estabilidade elegante. Logo depois, Rodrigues Alves (1902-1906) assume o poder e Pereira Passos, com quase 70 anos de idade, é nomeado prefeito do Rio, cujo maior traço de seu mandato foi o caráter

urbanístico e as já brevemente comentadas Reformas Urbanas, que pavimentaram ruas, construíram calçadas, abriram o túnel do Leme, iniciaram a Avenida Atlântica, ligaram o Flamengo a Botafogo. Em nove meses, 614 imóveis foram postos abaixo pelas famosas “picaretas regeneradoras”. Somente o porto da cidade ganhou 52 novos armazéns (Del Priore, 2017).

Figura 30: Cenário de demolição durante as Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, em 1906.



Fonte: Augusto Malta. Rua da Carioca. Biblioteca Nacional.

A influência francesa nas transformações e construções da cidade é inegável. Como alerta Needell (1993), todos os principais nomes envolvidos com as Reformas tinham contato com a França. Lauro Muller, Paulo de Frontin, Pereira Passos, Saldanha da Gama, Aarão Reis e Jorge Lossio eram todos engenheiros educados nas instituições francófilas de engenharia do Rio ou seus representantes, como a Escola Politécnica e o Instituto Politécnico. Oswaldo Cruz foi educado em Paris no Institut Pasteur.

Figura 31: O desfile público na Avenida Central, em 1907.



Fonte: Jeffrey Needell. Belle Époque tropical, 1993, p.61

Figura 32: A grandiosidade da Avenida Central, em 1906.



Fonte: Augusto Malta. Av. Central. Instituto Moreira Salles.

Os jornalistas dos periódicos da época não cansavam de destacar a importância cultural das reformas, e como o afrancesamento da cidade seria um símbolo da reabilitação, não só do Rio, mas de todo o país, e de um futuro civilizado. O bordão *O Rio Civiliza-se*, escrito pela primeira vez por Figueiredo Pimentel, na coluna *Binóculo*, publicada entre 1907 e 1914 na *Gazeta de Notícias*, talvez seja o maior exemplo jornalístico do culto à civilização a partir de moldes franceses. Pimentel foi apontado por Raimundo de Menezes como o criador da coluna social no Brasil. Ali, o jornalista escrevia suas opiniões sobre a vida mundana da cidade, ditando o certo e o errado em relação à elegância e ao comportamento (Feijão, 2011).

Os clubes sociais também se tornavam espaços públicos de excelência, ocupando papel de destaque no jogo social carioca, como o Club Beethoven, fundado em 1882, que reunia literatos, artistas e apreciadores de uma vida culta. Machado de Assis, Rui Barbosa e Ferreira Viana eram alguns dos sócios. O Club dos Diários, fundado em 1895, também entra no bojo das transformações modernas da cidade, abarcando frequentadores como banqueiros, financistas, economistas, empresários, médicos, jornalistas, editores famosos, patronos de centros culturais. Não era difícil encontrar Pereira Passos nesse ambiente. O Jockey Club, fundado em 1868, também protagonizou importantes eventos sociais na República, como chás vespertinos e bailes. “O Jockey era, deste modo, uma tradição da qual podiam participar tanto as famílias recém-enriquecidas e sem tradição, quanto as famílias tradicionais que haviam perdido a prática ou o gosto por determinados aspectos de seu passado.” (Needell, 1993, p.100).

Além dos clubes, também é necessário mencionar o papel dos salões republicanos na sociedade carioca. Eram ambientes literários, de clima musical e artístico, mantidos por profissionais liberais e homens de carreiras burocráticas e empresariais, com negócios localizados na cidade e não mais no campo, diferentemente da época monárquica, onde a atmosfera do comércio rural dominava. Os salões da Belle Époque se tornaram locais privilegiados para trocas sociais e contatos tanto pessoais quanto profissionais.

Needell (1993) destaca que o Rio de Janeiro de 1900 havia se transformado em um conglomerado urbanístico. Entre 1870 e 1906 a população das freguesias triplicou (Feijão, 2011) e as carreiras burocráticas, profissionais e empresariais

eram a regra. O mundo das elites se torna, dessa forma, cada vez mais requintado e urbano.

## 4.2. Revistas, anúncios e ilustrações

Em uma sociedade que grande parte das pessoas era analfabeta, a popularização da experiência da ilustração e da fotografia possibilitou um novo tipo de conhecimento, mais imediato, e habilitou novos grupos sociais a formas de representação até então reservadas às elites. Essas elites tinham por hábito encomendar pinturas com seus retratos ou imagens através do daguerreótipo.

Em 1890, o Rio, agora capital federal da República e uma “cidade que dança”, como dizia o poeta Olavo Bilac, tinha mais de trinta fotógrafos com endereço fixo, fazendo com que se pudesse tirar uma foto a baixo custo no centro da cidade (Mauad, 1997). Em 1897, o italiano José Paschoal Segreto inaugurou o Salão de Novidades de Paris no Rio, introduzindo o cinematógrafo no cotidiano carioca (Negreiros, 2016).

Ir a um ateliê fotográfico passou a fazer parte de um conjunto de códigos de comportamento, que igualava o habitante de certa condição social do Rio ao habitante civilizado de Paris (Negreiros, 2016), unindo ainda mais o conceito de modernidade e urbanidade.

Dados do censo de 1872 mostram que o analfabetismo marcava 81,35% da população brasileira. Ainda assim, havia no Rio de Janeiro mais de cinquenta publicações regulares. Com a sofisticação do maquinário gráfico no fim do século XIX, o avanço ainda mais vertiginoso da imprensa ilustrada é inevitável. Passa-se a trabalhar com a possibilidade do uso de cores, fotografias, grandes tiragens em tempo curto e formas mais eficazes de distribuição, fatores impensáveis antes de 1890. A atividade de imprensa passa a se confundir com a dinâmica empresarial (Maringoni, 2011).

E assim, houve a proliferação de anúncios ilustrados na sociedade carioca. Neste sentido, vale destacar uma crônica publicada no fim do século XIX presente no texto de Ana Maria Mauad:

Ó anúncio! Tu és a luz dos historiadores futuros, diz um escritor moderno. Qual vendo um anúncio do fluido transmutativo não ficará percebendo que houve neste século pessoas vaidosas que tentavam mudar a cor dos cabelos quando eles lhe embranqueciam? (Mauad, 1997, p.201).

Praticamente todos os anúncios tinham uma ilustração e/ou um texto bastante descritivo. A maioria dos estabelecimentos que vendiam os produtos garantiam o contato com a matriz internacional, quase sempre francesa, deixando claro um aspecto distintivo, pontuado pela “matriz civilizada”.

Já as fotos serão introduzidas nas revistas ilustradas em 1900, com uma publicação inédita na *Revista da Semana* (Mauad, 1997). O gosto pessoal e distintivo – próximo do sentido moderno estudado pela tese - começa a ganhar força desde o Segundo Reinado e temos, inclusive, um jornal com esse nome, *O Gosto*, que se ocupava com longos relatos sobre aspectos do vestuário. Por ocasião do casamento de D. Pedro II, publicou-se:

Os últimos navios têm trazido novas e modernas fazendas de gosto para as principais lojas, que as vão subdividindo, a rua da Quitanda se enfeita e a do Ouvidor se remexe. Antes deste dia tudo são incertezas (...) depois não haverá dúvidas, o figurino será dado pela Imperatriz.

Como o texto é de 1843, vemos o paradoxo entre a concepção de gosto e o fato do “figurino ser dado pela Imperatriz”, que vai estabelecer, após o casamento com D. Pedro II, os ditames do que tem que ser utilizado em termos de indumentária. Na época do Império, a Imperatriz Leopoldina era exemplo a ser seguido pelas mulheres. Na República isso muda de figura. Agora, revistas e jornais dissecam a moda e figuras sociais fortes, como grandes proprietárias das luxuosas casas da cidade, eram fortescandidatas a modelos de refinamento e bom gosto indumentário. Geralmente, essas mulheres tinham atividades sociais intensas e ofereciam festas e recepções em suas residências.

Anúncios de comerciantes e profissionais franceses tinham um novo tom. Observa-se uma preocupação com a criação de uma imagem de novidade para atrair o comprador. Expressões como “última moda”, “de mais recente” ou “último gosto”

comprovam isso (Silva, 2010). Ou seja, atribuía-se uma conotação positiva com tudo o que é novo. Sintomas da modernidade.

Os franceses também foram os responsáveis pelas primeiras livrarias e encadernadores no Rio de Janeiro. Em 1827, Eduard e Heinrich Laemmert co-criaram a E. & H. Laemmert Mercadores de Livros e Música. Em 1832, Baptiste-Louis Garnier chegou na cidade. Garnier foi o primeiro a contratar redatores, revisores e tradutores pagos. Também foi pioneiro em manter o preço de capa fixo e a mirar em um público-alvo específico: as mulheres, ou, como definiu Marlyse Meyer (1996), a “gentil leitora”, que se deixa envolver pelos efeitos emocionais da leitura romântica. Em 1862, Garnier fundou o *Jornal das Famílias*, impresso em Paris e que tinha Machado de Assis como um dos seus principais colaboradores (Del Priore, 2017).

A livraria Garnier causava *frisson* e reunia gente como Coelho Neto, José Veríssimo, o visconde de Taunay e o próprio Machado. Rutzkaya Reis (2004) nos conta que a livraria foi responsável pelo desenvolvimento editorial brasileiro e que no andar térreo estavam separados os livros que serviam para debates literários informais, conduzidos por Machado de Assis. João do Rio não os perdia. Em 1844, o Rio de Janeiro tinha dez livrarias e doze tipografias.

A partir de meados do século XIX, assistimos ao surgimento de muitos jornais e revistas dedicados à mulher, à família e à esfera íntima. Tanto é verdade que alguns periódicos estabeleceram diálogo direto com as leitoras, abrindo colunas com a participação delas (Del Priore, 2017).

A partir de 1840, vemos o surgimento de uma imprensa que se misturava com a literatura<sup>67</sup>, sendo esta sua principal característica até o final do século, chamada de imprensa romântica. Uma das principais características dessa imprensa era a influência francesa, tanto nas técnicas de impressão, quanto nas ideias. Lamartine e Hugo estavam na crista da onda. O folhetim<sup>68</sup>, gênero literário que causava furor na França, se tornava cada vez mais forte no Rio de Janeiro (Mauro, 1991). Como

<sup>67</sup> A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897.

<sup>68</sup> O folhetim, segundo Meyer (1996), é uma invenção francesa nascida em 1836. As histórias eram veiculadas em partes. O suspense sobre a continuidade da trama estimulava as próximas compras, formando um pacto entre veículo e leitor.

vimos no início do trabalho a partir de Campbell (2001), o romantismo é um movimento cultural que assegurou o amplamente difundido gosto básico pela novidade. Neste sentido, a conexão entre esse formato de imprensa e a difusão da moda não é acidental.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa servia como campo de experimentação dos escritores, pois era um espaço que permitia a um autor ser lido por muitas pessoas. As tiragens de jornais e revistas eram superiores a dos livros, e a própria imprensa se constituía como principal veículo de comunicação. Esse significativo aumento na produção de impressos também aconteceu em decorrência da industrialização da atividade gráfica, além do aumento da alfabetização, principalmente entre mulheres, principais consumidoras de romances, livros e periódicos. Entre 1860 e 1870, surge a técnica da cromolitografia, permitindo a inclusão de cores, recurso extremamente atrativo e que gerava uma percepção cosmopolita. Nesta mesma década, o telégrafo irá encurtar distâncias e acelerar a divulgação de notícias. É instalada no Rio de Janeiro a agência telegráfica Reuter-Havas (Siciliano, 2014).

Ao acompanhar as revistas e jornais de moda ilustrados, era possível saber quem eram os elegantes, familiarizando o leitor – e a leitora, principalmente - aos novos tempos. Se no início do século a educação feminina não entrava sequer em debate, a partir da segunda metade do oitocentos, alguns pais começavam a reclamar da falta de educação de suas filhas<sup>69</sup>, enquanto na Europa e nos EUA o padrão de educação feminino já estava avançado, sem muitas diferenças quanto à educação masculina. Ao longo do século XIX, publicaram-se 143 títulos de revistas e jornais femininos, espalhados por todo o país, sendo mais presentes no Rio de Janeiro, contribuindo para a construção de uma nova identidade feminina e educada (Siciliano; Bon, 2017). O analfabetismo entre mulheres deixa, definitivamente, de ser encarado como sinal de nobreza e torna-se normal que moças passem a frequentar escolas (Rainho, 2002). Apesar disso, segundo dados do Censo Geral de 1872, apenas 37% das mulheres que integravam a população livre do Rio de Janeiro eram alfabetizadas, demonstrando que o universo de leitoras das colunas de moda era

---

<sup>69</sup> Apesar disso, a historiadora Tania Quintaneiro (1995) diz que nos anos 1830 viajantes estrangeiros já falam da existência de internatos para meninas nos mesmos moldes que os encontrados na Inglaterra.



bastante reduzido na década de 1870 (Rainho, 2002). Porém, o fato das revistas e jornais serem ilustrados facilitava muito sua compreensão e circulação.

Se formos pensar em uma cronologia dos principais periódicos de moda em circulação na cidade do Rio de Janeiro, podemos começar pelo *Espelho Diamantino*, fundado pelo francês Pierre Plancher em setembro de 1827, que desde o seu início possuía uma coluna chamada “Modas” para discorrer sobre assuntos ligados a vestimenta e sua importância para a sociedade. Sua primeira edição é anterior à promulgação da lei de Instrução Pública, que determinou a abertura de escolas primárias para meninos e meninas em todas as cidades do Império. Porém, o alcance da publicação era praticamente nulo e ele durou somente até 1828.

Depois de um salto temporal de quase 10 anos, surge um jornal chamado *O Correio das Modas* em 1836, mas que só se tem notícias de um único exemplar. Já em 1839, um novo *O Correio das Modas* entra em circulação com periodicidade semanal, trazendo páginas de literatura, contos, notícias e vestuário. Não se sabe se é a continuação do jornal homônimo de 1836. Na coluna “Modas” era possível encontrar figurinos masculinos e femininos pintados à mão provenientes da Europa. Durou até 1841 e reapareceu em 1843 com novo nome, *Espelho Fluminense*. Em 1846, surge *O Correio das Damas: Jornal de Literatura e de Modas*. Três anos depois, em 1849, *O Recreio do Bello Sexo* se afirma como um jornal de modas, literatura, belas-artes e teatro. Sua circulação dura até 1856. *O Álbum Semanal* aparece em 1851 com duração de dois anos, com uma coluna também chamada “Modas”, onde trazia a descrição dos vestuários mais utilizados em eventos sociais como casamentos, enterros e quaresmas.

Em 1852, a sociedade fluminense viu nascer *O Novo Correio das Modas*, publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Laemmert. Esse periódico reunia uma série de gravuras de figurinos femininos e masculinos para passeios, saraus, bailes e eventos diversos. Os destaques temáticos da revista concentravam-se na seção “Modas”, e as imagens vinham sempre acompanhadas de uma descrição detalhada, mostrando o que e onde usar cada item do vestuário. São textos que faziam obrigatoriamente referências ao universo francês, instituindo expressões como *a la Louis XIV* ou *Madame Pompadour* (Cruz Ferreira, 2011).

Figura 33: Senhoras com trajes para passeio diurno no campo.



Figura 34: Cavalheiros em trajes para passeio diurno na cidade.



Fonte: *Novo Correio das Modas*, de 1852. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

No mesmo ano, surge *O Jornal das Senhoras: Modas, Literatura, Belas-Artes, Teatros e Crítica*, considerada a primeira publicação brasileira genuinamente feminina, totalmente editada e redigida por mulheres. Criado por Joana Paula Manso de Noronha, o periódico não desejava apenas divertir e ensinar o público feminino sobre moda ou tarefas do lar. Também buscava provocar as mulheres, incentivando-as a buscar educação formal e outros interesses fora do âmbito doméstico (Siciliano; Bon, 2017). O jornal circulou todos os domingos entre 1852 e 1855.

*O Espelho: Revista de Literatura, Modas, Indústria e Artes* abriu as portas em 1859, mas encerrou suas atividades logo em 1860. O periódico tinha um espaço exclusivo para a moda com a coluna “Crônica elegante”. No ano do encerramento do *Espelho*, nasce a *Semana Ilustrada*, fundada por Henrique Fleiuss, que durou até 1876, proporcionando ao leitor uma constância editorial inédita (Nery, 2011). Depois disso, temos o *Jornal das Famílias*, de 1863. Em 1873, surge o *Sexo Feminino* e *O Domingo*. Este último, na seção “Modas”, trazia descrições sobre figurinos variados. Sua editora era Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, que trabalhou anteriormente no *Jornal das Senhoras*.

Em 1874, surge o *Biblioteca das Famílias*. Já a *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875, foi pioneira na nova forma de fazer periodismo. Era um jornal barato, popular e fácil de produzir, vendido a 40 réis, equivalente a passagem do bonde mais em conta. O veículo iniciou um sistema de vendas avulsas, pois anteriormente os jornais e revistas só poderiam ser comprados por meio de assinaturas. Nas vendas avulsas, o pregão dos meninos jornaleiros anunciava as notícias. Mesmo com preço barato, a *Gazeta de Notícias* publicou romances em folhetins, apresentou ilustrações a bico de pena e textos leves, buscando ser um jornal atraente (Siciliano, 2014).

Neste periódico, encontramos a já mencionada coluna de Figueiredo Pimentel, *Binóculo*. Em sua coluna, Pimentel se tornava o árbitro do bom gosto, da elegância e da civilidade.

Uma pessoa pode andar na moda, vestir-se pelos últimos figurinos e não ser elegante. Por quê? Porque a elegância é um dom especial, uma particularidade, um dote tão difícil, louvável e precioso como a graça e a inteligência. Trata-se do “gentleman” que sabe trajar e conduzir-se com dignidade e beleza; trata-se do homem fino, que não se destaca e veste-se sem espalhafato dentro das modas e da elegância de sua época. (*Binóculo, Gazeta de Notícias*, 05 de agosto de 1914).

Além disso, a *Gazeta de Notícias* publicou aos domingos, durante o ano de 1908, um suplemento chamado “A Moda do Dia”, cujo teor era explicar quais as vestimentas estavam mais em voga no momento. Vejamos um exemplo:

Com raras exceções usa-se hoje em dia em Pariz, o vestido “tailleur”, mais ou menos elegante, não só para rua como para visitas, “five o’clock tea”, etc.

É de lastimar que entre nós se não faça o mesmo e que se veja na Avenida pessoas que vão a passeio ou a compras, com toilettes demasiado “habillées” para seme-

lhante fim e que, elegantíssimas numa “matinée” teatral, num “Garden-party” perdem o encanto e a graça pelo erro que cometem de não saberem apropriar as toilettes à hora e ao destino que devem ter. (Suplemento “A Moda do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13 de dezembro de 1908).

A partir de 1881, o *Arquivo das Famílias* e sua seção “Correio da moda” vai descrever figurinos e comentar as novidades de Paris. Em 1894, temos *A Notícia*. O semanário *Rua do Ouvidor*, que viveu entre 1898 e 1913, também possuía o mesmo perfil, vendendo sofisticação para um público urbano. Nesta publicação, era possível encontrar perfis de celebridades da época, descrições dos frequentadores dos principais salões, bailes e óperas e as “normas de polidez”, onde ensinava-se, como uma espécie de manual, os modos e modas que deveriam ser evitados e adquiridos em diferentes ocasiões. É possível encontrar até mesmo um artigo que ensina como os convidados de um jantar *at home* devem manusear os objetos, desde chapéus até bengalas; ou ainda, como devem organizar seus cardápios, como formalizar convites, escolher os trajés e policiar os gestos (Needell, 1993).

*O Beijo* surge em 1900; *O Malho*, *Correio da Manhã* e *O País*, todos em 1902. A propósito, *O Malho*, fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva, era uma revista relativamente acessível: os leitores pagavam 200 réis pelas suas 24 páginas, recheadas de publicidade. *Kosmos e Renascença* são periódicos surgidos em 1904, que apresentavam níveis de luxo e sofisticação ainda inéditos para o Brasil, com impressão e acabamento gráfico impecáveis e assuntos voltados para a arte, cultura e comportamento. *Kosmos* tinha colaboradores intelectuais como Olavo Bilac, Coelho Neto, Graça Aranha, João do Rio, Artur Azevedo, Euclides da Cunha, K.Lixto, etc. Ambas custavam 2 mil réis, dez vezes a mais que *O Malho* (Marinoni, 2011). Em 1906 surge *O Século*. *Fon-Fon!* nasce em 1907, enquanto *Careta* vai surgir em 1908, mesmo ano do *Jornal do Comércio*.

E deve-se mencionar em destaque *A Estação: Jornal Ilustrado para a família*, que circulou entre 1879 e 1904. Artur Azevedo colaborou com o periódico durante muitos anos e foi encarregado, primeiramente, das colunas “Teatros” e “High life”, espécie de crônica social que antecipou sua outra coluna, “Croniquetas”. Foi um dos periódicos de maior notabilidade na história brasileira. Enquanto a maior parte dos jornais ilustrados só duravam de um a dois anos, *A Estação* viveu por um quarto de século (Siciliano; Bon, 2017). Este veículo era editado pela Lombaerts,

tipografia alemã com filial no Rio de Janeiro, e publicado quinzenalmente, dedicando-se principalmente a moda.

Originou-se em Berlim, sede da revista *Die Modenwelt*, e era reproduzida em 13 línguas diferentes, o que a tornou uma das primeiras revistas internacionais de moda que contribuíram para a consolidação de um modelo específico de imprensa feminina. Na França, a revista, chamada *La Saison*, também publicava ilustrações de moda. Em 1872, *La Saison* passou a ser traduzida para o português e a circular no Brasil sob o título de *A Estação*. Somente em 1879, ganha uma versão tropical com a parte de moda traduzida e uma seção literária genuinamente nacional. A tipografia Lombaerts aproveitou o mercado aberto pela *La Saison*, que ela própria comercializava havia sete anos, transferindo o público cativo de um periódico para o outro. A publicação da revista se dividia em duas partes: a primeira é o “Jornal de Modas”, basicamente um apanhado das novidades na moda francesa, com inúmeras ilustrações e gravuras, acompanhadas de textos descritivos, dicas e utilidades domésticas, além de comentários sobre o refinamento das elites (Siciliano; Bon, 2017).

O periódico acompanhava abundantes ilustrações de vestuário, além de moldes diversos, aviamentos, itens de decoração para o lar, figurinos e brinquedos para as crianças. As crônicas de moda eram assinadas por Antonina Aubé e Brasília Piniheiro. Nos últimos anos da revista, essa primeira parte passou a se chamar “Correio da Moda”, sob os cuidados de Paula Cândida. Já a segunda seção correspondia a “Parte Literária”, composta apenas para a edição brasileira e impressa no Rio de Janeiro. Essa parte reunia contos, romances, novelas, crônicas teatrais, resenhas diversas, noticiários e entretenimento geral, sendo Machado de Assis a principal estrela. Nesta segunda seção encontramos os anúncios, principalmente de produtos franceses e lojas de moda. A partir de 1890, eles se tornam mais presentes e maiores, chegando a ocupar páginas inteiras (Siciliano; Bon, 2017).

Figura 35: Jovem com traje para *matinée elegante*.



Fonte: *A Estação*, 15 de junho de 1885. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Figura 36: Jovens com trajes para *toilette para baile*.



Fonte: *A Estação*, 30 de março de 1885. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.



Figura 37: Mãe e filha em trajes para *toilette para sarau*.



Fonte: *A Estação*, 15 de novembro de 1885. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Figura 38: Jovens em trajes para *toilettes caseiros ou para passeio diurno*.



Fonte: *A Estação*, 21 de janeiro de 1881. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.



Nas páginas do periódico estavam explicações minuciosas para a mulher, ensinando-a como ser elegante e estar na moda.

Diz a historiadora Maria Fernanda Bicalho, que o século XIX, século das luzes na visão da imprensa feminina, marca o início de uma nova era na qual os povos do mundo inteiro se libertam dos grilhões do passado, lutando por sua afirmação como sociedades civilizadas. Nitidamente influenciadas pelos ideais de liberdade que se alastram pelos países ocidentais nesse período, os jornais femininos relacionam ainda a emancipação da mulher e o reconhecimento de seus direitos – base da igualdade entre sexos – com a conquista da civilização e do progresso. Civilização e progresso não são, no entanto, apanágios exclusivos das sociedades europeias. O Brasil recém-integrado, pela conquista de sua independência política, no conjunto das nações soberanas, devia compartilhar com eles desses atributos. (Del Priore, 2017, p.299).

Figura 39: Vestidos e ornamentos em 1880. Bem diferentes daqueles usados pelas mulheres da Corte no início do século.



Em *Vida Vertiginosa*, João do Rio, no texto de abertura, traz a seguinte reflexão sobre as mudanças dos novos tempos:

(...) O desejo [*do livro*, grifo meu] ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sob o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e ideias (João do Rio, 2006, [1911], p.1).

Em 1883, pouco tempo antes da República, o Rio de Janeiro já era a primeira cidade da América do Sul pelo seu comércio e população (Mauro, 1991). De acordo com o Almanaque Laemmert, editado no Rio de Janeiro entre 1844 e 1889, o número de estabelecimentos relacionados ao vestuário teve crescimento considerável em pouco tempo, a exemplo da rua do Ouvidor que, em 1850, contava com 22 lojas e, em 1880, com 110 lojas (Rainho, 2002).

Anterior ainda, por volta de 1860, o paradoxo entre a hierarquização das roupas e o desenvolvimento do moderno sistema da moda seguia firme. Charles Expilly (2000) descreve as vestimentas das senhoras de um jantar: vestidos ornamentados com sete ou oito fileiras de babados, da barra até a cintura. Segundo o francês, é notável o esforço para seguir a indumentária feminina europeia, sendo considerado de bom-tom vestir-se como em Paris, usando roupas que aparentam bom gosto. Assim, seria possível distinguir as senhoras entre as elegantes, as burguesas médias mais austeras e as mais tradicionais.

Não raro uma francesa recém-chegada, que trazia na bagagem não só vestimentas, mas pensamentos modernos, chocava a população. Gilberto Freyre (1964) destaca Mme Durocher, que se vestia com um redingote e calçava botinas masculinas, sendo uma das primeiras mulheres a passear a pé pelas ruas do Rio. E claro, causou alvoroço.

Danças, canto, música, livrarias, cafés, confeitarias, moda. Eis a vida social da República, oficializando a proposta de renovação cultural, através da adoção de práticas e costumes afrancesados. As estruturas para o sistema da moda amadurecer estavam postas. “O Rio de Janeiro, então centro político e administrativo do país, afirmava-se também como centro da moda, ancorando suas estruturas de divulgação, produção e comercialização.” (Gorberg, 2013, p.135). As revistas ilustradas em circulação na cidade do Rio de Janeiro se expandiram de forma significativa,

justamente por contribuírem com a perspectiva de modelar a sociedade a partir de novas mentalidades. “Tão importante como ser moderno era parecer moderno, estar investido de símbolos da modernidade, tanto nas atitudes tomadas em público quanto na composição da própria aparência.” (Feijão, 2011, p. 103).

De um lado, uma cidade em transformação. Do outro, publicações ilustradas que buscavam transformar simbolicamente, através de signos sociais, as pessoas que habitavam essa cidade em mudança, almejando a graça, a opulência, o refinamento e a elegância dos costumes europeus, sob os preceitos do individualismo e da valorização de um eu-interior, consciente, autônomo e subjetivo, capaz de construir sua própria identidade.

No início do século XX, os periódicos ilustrados de moda ocupavam um papel preponderante no universo editorial brasileiro (Gorberg, 2013), com uma grande riqueza visual. “(...) se no brasileiro século das luzes ‘ninguém lia’, era necessário ‘das coisas ver-se a figura.’” (Velloso, 2010, p.78). A moderna relação entre sociedade e roupa – agora sob o formato de moda - passou a atuar de forma incisiva no processo de transformação dos hábitos cariocas, sendo as revistas e jornais ilustrados um importante pilar na propagação de informações variadas, incluindo instruções objetivas sobre como vestir e o que consumir. Ali, os modelos de roupas eram descritos por imagens e textos que se complementavam, com informações claras, que carregavam implicitamente ideias de distinção, modernidade e elegância. Eram verdadeiros conselhos de uso, indicando as ocasiões e as condições em que as roupas deveriam ser usadas (Feijão, 2011).

Segundo Rainho (2002.), esses veículos midiáticos foram um elemento fundamental na difusão da moda, principalmente entre os membros da chamada boa sociedade. Enquanto em suas páginas era possível ver os modelos de vestimentas que seguiam as tendências francesas, no comércio era possível comprá-los. A autora também defende o caráter didático das publicações, que discutiam a adoção e o consumo da moda, além de divulgarem lojas, profissionais especializados e produtos, satisfazendo o desejo das elites de incorporar os padrões europeus de vestimenta.

Neste sentido, os periódicos tiveram papel de destaque na materialização dos novos tempos no Rio de Janeiro. Técnicas cada vez mais elaboradas estimulavam os recursos visuais, atraindo leitores encantados e curiosos, ao mesmo tempo que encenavam um estilo de vida moderno, elevando a sensação de cosmopolitismo. “Instantâneos” que se descortinavam aos olhos dos leitores, “(...) fornecendo um mosaico que agrupava acontecimentos, modos e modas.” (Siciliano, 2014, p.137), e imortalizavam o momento de transformações materiais e simbólicas na cidade. Todo esse cenário fez do Rio de Janeiro um espaço privilegiado para a difusão da moda (Rainho, 2002), que está intimamente associada ao desenvolvimento urbano. Uma cidade por onde caminha “o pé bem calçado do burguês” (Freyre, 2015 [1936], p. 430).

Boa parte dos periódicos apoiavam as medidas civilizatórias e disciplinares que ocorriam na cidade, como esse artigo publicado na *Fon-Fon!*, em 1908:

Passou já em segunda discussão no Conselho Municipal o projeto sanitário que põe termo à vergonha e à imundície injustificável e inadmissível dos sem-mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade, projecto do qual é o sympathico intendente Sr. Tetuliano Coelho, actual Presidente do referido Conselho. (*Fon-Fon!*, maio de 1908).

As lojas de departamento também serão essenciais nesse sistema em ebulição. Podemos dizer que foi a já citada *Notre-Dame de Paris* que inaugurou o segmento na cidade, ao se instalar na Rua do Ouvidor em 1870, com seções que vendiam tecidos, vestidos e diferentes acessórios de moda. A *Parc Royal*, inaugurada em 1873, foi a mais alegórica de todas. É importante ressaltar a existência da loja *Torre Eiffel*, mais uma referência parisiense, fundada em 1888. Também situada na Rua do Ouvidor, era especializada em roupas masculinas e infantis. Já a *Casa Colombo* também mantinha uma seção com roupas infantis, especializada em artigos colegiais e possuía duas lojas nos principais pontos da cidade: Ouvidor e Avenida Central. Uma das lojas mais renomadas do período foi a *Casa Raunier* e seus imponentes três andares, que vendiam artigos de luxo para mulheres, homens e crianças. Semanalmente, recebiam novidades de Paris para recheiar suas prateleiras. Maior ainda era a *Casa das Fazendas Pretas*, que possuía quatro andares com elevador, um grau de requinte bastante diferenciado para a época. Essa grande loja vendia trajes para luto em caráter imediato, oferecendo “lindíssimas toilettes” que poderiam ser confeccionadas em 24 horas, tempo recorde no período. Geralmente,

as mulheres “botavam luto” com vestido longo de gola alta e mangas compridas. Neste sentido, podemos perceber a super especialização do comércio, diferenciando-se das lojas de outrora, onde eram vendidos itens de diferentes segmentos no mesmo estabelecimento.

Nos primeiros anos do século XX, as compras já faziam parte da cultura urbana do Rio de Janeiro, que legitimavam a presença feminina nos espaços públicos comerciais. “Frequentá-los tinha um sentido maior do que o objetivo imediato de adquirir bens: fazia parte dos hábitos cosmopolitas aos quais a elite carioca dessa época aspirava.” (Feijão, 2011, p.119). Formava-se perímetros alinhavados por um mercado de moda cada vez mais abrangente, que contava com cafés, livrarias, joalherias, perfumarias, sedes de jornais e revistas, antros do fervor intelectual de uma cidade que pulsava no ritmo da modernidade.

Ritmo que, segundo Philippe Perrot (1981), obrigava a mulher da boa sociedade a trocar de roupa de sete a oito vezes por dia: *robe de chambre* no início da manhã, traje para cavalgar, veste elegante para o almoço, traje para passeio na cidade, traje de visitas, traje do jantar e traje de gala para idas ao teatro ou outro evento de cunho social. Em 5 de janeiro de 1908, a *Gazeta de Notícias* publicou o artigo “O que faz uma mulher chic”, onde deixa em evidência que as trocas de roupa devem fazer parte do cotidiano dessa mulher *fashionable* (Feijão, 2011). Segundo Rainho (2002), as mulheres necessitavam, cada vez mais, ir especializando seus trajes e adequando-os às diversas circunstâncias do seu cotidiano, uma vez que passavam a ganhar as ruas.

Um texto publicado na revista *Kosmos*, em 1907, reforça esse ponto:

Sabes a quem a mulher de hoje deve o realce encantador de sua beleza e elegância? – À rua, aos melhoramentos da rua. Antigamente, nos apertos do nosso velho beco do Ouvidor, no círculo desairoso do largo da Carioca, nem eu nem tu, podíamos ver bem a mulher, nem ela se nos podia mostrar com a exigida perspectiva. Além disso, o mau calçamento, sempre em péssimo estado, tirava-lhe a cadência do olhar, fazendo-a gingar, como os nossos capadócios. Agora não. Com as ruas amplas, com a moldura alegre das casas novas, o movimento e o gesto podem obedecer a todas as exigências e aos rigores de todos os estudos.

Segundo Mary Del Priore (2017), a *coquetterie* constituía-se em um investimento, que se desdobrava em cursos de maquiagem, cuidados com a pele, com o

cabelo, massagens, tratamentos e até mesmo cursos para aprender a caminhar e gesticular. Não por menos, a República era constantemente representada através da figura de uma mulher na imprensa ilustrada, construindo a associação do regime republicano com a felicidade terrena e a fertilidade, como mostra essa capa da revista *O Malho*, de 1903:

Figura 40: Capa da revista *O Malho*, de 1903.



Fonte: Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Os restaurantes também se tornavam locais da sociabilidade elegante. Os conhecidos *Aux Frères Provençaux*, *Hôtel d'Europe*, *Hôtel Ravot*, *Hôtel d'Brésil* são alguns dos exemplos de estabelecimentos que se enchiam de gente arrumada com a última moda veiculada em algum periódico. Já a famosa e emblemática Confeitaria Colombo foi inaugurada em setembro de 1894, se tornando rapidamente reduto intelectual prestigiado da capital da República, reunindo a elite burguesa e todo o pessoal da imprensa. “Seu salão era um dos poucos lugares em que moças e senhoras da família podiam se acomodar para um chá ou refresco quando em voltas pela parte central da cidade.” (Feijão, 2011, p.75). O Rio de Janeiro ganhava uma outra aura mágica, agora moderna, e os intelectuais de diferentes localidades se dirigiam para lá buscando construir suas carreiras e reputações (Saliba, 2012).

Os novos hábitos de consumo irão propiciar demandas inéditas no circuito cultural, traduzidas na difusão da imprensa de costumes, da literatura e das artes (Maringoni, 2011).

“De uma hora para outra, a antiga cidade do Rio de Janeiro desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia”, registrou o sensível Lima Barreto, em 1908, lembrando o real significado das reformas urbanas, pautadas por um cosmopolitismo de fachada e pela imitação do figurino europeu. (Saliba, 2012, p.271).

Não faltavam publicações no dia seguinte de algum evento cultural importante que destacavam as figuras mais bem vestidas da noite. Agora, não mais o imperador ou algum cortesão, e sim, figuras da elite burguesa, profissionais liberais, empresários, estudantes recém-chegados da Europa. A moda era elevada a protagonista do espetáculo urbano moderno dia após dia, noite após noite.

Causou sensação na noite da estréia da companhia Lahoz, no *Palace Théâtre* o colete de um dos nossos mais reputados *smarts*. O jovem J. B. F., que completou tão brilhantemente seus estudos para a carreira de médico, ostentava um colete de seda com listras brancas e pretas. O *smocking* lucrou com tal vizinhança, desenhando bem o seu corte irrepreensível. O ar bonanchão, à la bonne franquette, do sympático mancebo aliava-se bem ao democrático colete. (Coluna *Notas Noturnas*, revista *Fon-Fon!*, 23 de maio de 1908).

Da mesma forma, os periódicos também traziam relatos completos sobre as formas de trajar, masculinas e femininas, e todo o complexo conjunto de bens que deveria compor a ornamentação dos indivíduos que desejavam se aproximar dos símbolos sociais em vigência. O teor dessas publicações ganha ares de uma pragmática moderna. A exemplo, vejamos esse texto da *Gazeta de Notícias*, publicado em 5 de janeiro de 1908, que expunha em detalhes quais as joias eram possíveis para um *smart*:

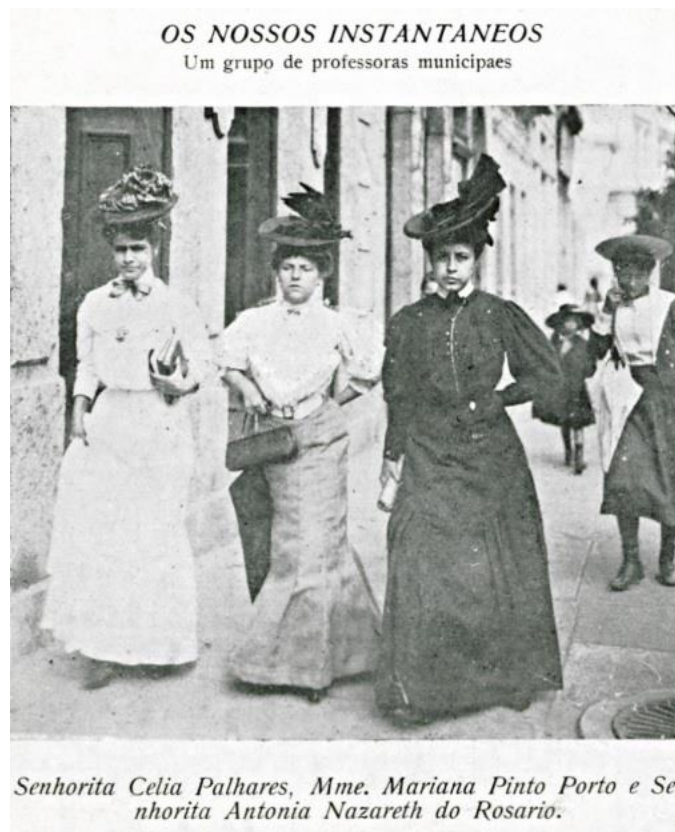
Alfinetes de gravata: uma perola, nenhuma outra mais está autorizada; os anéis, pelo que se observa, são mais longos que os antigos; os grossos cabexões de safiras, de esmeraldas, de rubis são bem usados. Os utensílios para o fumo devem ser em prata brunida e fechados ou enfeitados com safiras, somente com safiras, nada de turquesas. (Feijão, 2011, p.94).

O colunismo social passa a exercer uma constante vigilância sobre os indivíduos que passeavam pelas ruas e pelos principais pontos de sociabilidade da cidade. “Os grandes espaços abertos – especialmente a Avenida Central – propicia-

vam a instauração de um controle que forçava a interiorizar comportamentos julgados adequados para a ocasião.” (Feijão, 2011, p.105). Os colunistas se transformavam em censores do gosto e controladores de civilidade, distribuindo sanções e prêmios de acordo com seus próprios julgamentos (Feijão, 2011). Segundo Sevcenko (1998), todo o quadro social anterior havia se embaralhado, tornando necessária uma reformulação da ordem. Como não era possível recorrer aos antigos heróis e hierarquias, o jornalismo toma para si esse papel. O julgamento do gosto passa a ser subjetivo, uma vez que ele não se refere a nenhum padrão estável por excelência, típico de uma sociedade aristocrática, mas sim ao empenho dos recém-chegados às benesses do consumo em se diferenciar e distanciar dos menos afortunados. Nesse sentido, o gosto e a moda se tornam intrínsecos.

A revista *Fon-Fon!* possuía uma seção chamada “O Rio em Flagrante, nossos instantâneos”, onde publicava-se fotografias de corpo inteiro de mulheres e homens da boa sociedade, em passeios diversos pela cidade, mostrando sua vestimenta, a fim de influenciar e inspirar os leitores a vestirem-se corretamente.

Figura 41: Seção “O Rio em Flagrante, nossos instantâneos”.



Fonte: revista *Fon-Fon!*, 20 de julho de 1908. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.



Outro conhecido exemplo é a “Liga contra o Feio”, proposta por Luiz Edmundo em 1908. O autor da coluna “Figuras & Figurinos”, no *Correio da Manhã*, lançou a campanha contra tudo o que considerava feio e que, de certa forma, manchava a cidade. Luiz Edmundo tinha clara noção da influência que a imprensa periódica exercia na população e aproveitou seu espaço para ajudar na construção do imaginário daquilo que acreditava ser bonito, chic, moderno e civilizado. Sua campanha rapidamente ganhou adeptos. Colunistas de outros jornais chegaram a escrever parabenizando o jornalista, como esse texto publicado na *Fon-Fon!* e assinado por D. Picolino:

Bato palmas à tua iniciativa, à tua campanha contra tudo que enfeia a cidade e a civilização dos cariocas (...) A tua idéia foi recebida com entusiasmo pelos jornalistas ultra-modernos, raffinés, protocollarios do bom tom e da nota chic. (*Fon-Fon!*, 22 de fevereiro de 1908.

Não há como negar que a jovem República modernizou o Brasil. A cidade crescia e a industrialização ia se impondo. Os imigrantes começaram a mudar as feições do país e novas formas de cidadania foram implantadas (Schwarcz, 2012).

Apesar do clima úmido e quente, os homens usavam sobrecasaca de lã preta durante o dia para trabalhar e as mulheres vestiam suas luvas recomendadas por Figueiredo Pimentel em *Binóculo*. Médicos chegavam a recomendar tecidos leves e claros, mas ninguém ouvia. Não raro a moda se sobrepunha ao discurso médico. Os conselhos dados por modistas e colunistas sociais eram mais ouvidos do que as receitas e os textos da medicina. O jornal *A Mãe de Família*, que circulou entre 1879 e 1888, era escrito e dirigido por médicos, que tentavam alertar a população com conselhos científicos contrários à moda, mas seu apelo era ínfimo perto dos periódicos aqui comentados.

Ao longo do século XIX, a moda teve nos médicos os seus maiores opositores, pois eles achavam que ela era a fonte de inúmeras enfermidades que atingiam principalmente mulheres e crianças. Eles defendiam a adequação das roupas ao clima tropical e a higiene das mesmas. Há de se imaginar que o espartilho era um dos itens mais perseguidos pela medicina, que publicava manifestos com os possíveis malefícios que essa peça causava em várias partes do corpo, como costas, braços e colo. Além disso, por algumas vestimentas deixarem certa quantidade de pele à mostra, muitos defendiam que essa era a causa do desenvolvimento de tubérculos

nos pulmões e pneumonias. Os médicos também acreditavam que a moda transformava a mulher em figura fútil e relapsa, um ser mais preocupado com a vida mundana do que com a família. Os cosméticos também eram combatidos, considerados o maior inimigo da pele da mulher, tidos pelos médicos como artifício próprio das prostitutas e atrizes. Igualmente nessa lista estavam os perfumes, condenados irremediavelmente, pois acreditava-se que eles causavam alterações no caráter feminino (Rainho, 2002).

Quem tentasse vestir um traje branco estaria correndo o risco de receber vaias ou ser tomado como louco (Needell, 1993). Após 1907, esse cenário começa a ser alterado. O artigo “Alegrias de um paletot branco – carta a S. Ex, o Sr. Ministro da Justiça”, publicado na *Fon-Fon!* em abril de 1907, vai agradecer a liberação do uso da peça nas repartições: “Obrigado, Excelência. É a República que se republicana pela igualdade de todos os paletós, sem distinção de cor e de fazenda. Obrigado. E que Deus lhe dê sempre uma boa lavadeira”.

Feijão (2011) nos elucida sobre a polêmica substituição da sobrecasaca preta pelo paletó branco. Segundo a autora, esse movimento está intimamente relacionado ao papel do homem na sociedade moderna e com o padrão europeu na constituição das aparências burguesas. Na Europa, desde 1890, os ternos claros de tecidos leves eram usados exclusivamente nas férias de verão, acompanhados de chapéu de palha. Era uma roupa distante do universo do trabalho, e talvez por isso tenha ficado associada ao malandro carioca. Como dito acima, apenas no começo do século XX, o paletó branco começa a ser aceito em novos ambientes. Antes disso, o uso de roupas claras e leves em locais de trabalho era algo tão incomum que quando acontecia era destacado pela imprensa especializada: “O Sr. Ministro do Interior permitiu que os empregados de sua secretaria usassem *dolman* branco durante as horas de serviço.”, publicou *Fon-Fon!*, em abril de 1907 (Feijão, 2011).

Diferentemente da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, agora a camada dominante urbana assumia gradualmente o padrão burguês de comportamento e representação. Essa camada dominante experimentava profunda ansiedade social derivada da rápida ascensão da burguesia industrial (Volpi, 2018). Essa ansiedade alimentava o consumo de periódicos de moda, pois o domínio das regras sociais e das vestimentas certas para cada ocasião acabam por se tornar um valor

distintivo. Anteriormente, as leis suntuárias eram uma espécie de resposta para contenção de uma burguesia incipiente que ameaçava o prestígio aristocrático. Agora, os periódicos de moda parecem servir para o mesmo fim, afastando do jogo social as camadas mais populares, ao proteger a burguesia dominante, que investia constantemente em sua aparência, em seu comportamento e em novas práticas de convívio.

Desta forma, durante o primeiro período republicano, o comércio de roupas prontas, assim como o mercado dos serviços gerais de costura cresceu consideravelmente (Araújo, 1993). Além disso, a produção têxtil brasileira conseguia suprir o consumo interno de tecidos feitos com fio de algodão nacional, como tecidos crus, tingidos, riscados e alvejados, que serviam para a confecção de roupas populares. Sedas e lãs também passaram a ser produzidas por fábricas no Rio de Janeiro, com fios importados do Cabo da Boa Esperança, França e Itália. A fábrica Aurora, localizada em Niterói, produzia camisiras, sarjas e flanelas de diversos padrões (Volpi, 2018).

No Censo Industrial de 1920, realizado pelo IBGE, o segmento “indústria do vestuário”, que abarcava confecções, fábricas de calçados e serviços, contava com 1.988 estabelecimentos, desdobrando-se em fábricas de botões, chapéus, gravatas, roupa branca, tinturarias, lavanderias, engomadeiras e outros. Esse número colocava o segmento em terceiro lugar no nível de produção, perdendo apenas para o setor de alimentação e o próprio setor têxtil, ou seja, fabricação de tecidos (Del Priore, 2017).

Avenidas, comércios, grandes magazines, imprensa, indústrias. O moderno sistema da moda ganhava nas ruas remodeladas do Rio um lugar de destaque, um lugar de verdadeira musa urbana. Assim, a passagem do ambiente aristocrático e hierarquizado com a vinda da Corte, para o ambiente republicano e individualista, testemunhou as mudanças nas vestimentas e em toda a estrutura de uma nova cultura indumentária, nascida com a modernidade.

## 5. Considerações finais

Ao longo da pesquisa para a realização da tese, vários foram os paradoxos e ambiguidades encontrados na cidade do Rio de Janeiro. Em sua maioria, eles incidem diretamente em questões depositadas nas tensões existentes entre a tradição e a modernidade, uma dualidade que parece permear a cultura brasileira (DaMatta, 1997). O movimento de transportar a questão central da tese para o caso brasileiro, marcado com a vinda da Família Real portuguesa em 1808, revelou complexidades instigantes e de difícil leitura, tornando o objeto ainda mais interessante.

Quando colônia, o Rio de Janeiro estava subordinado a uma monarquia absolutista. Mesmo assim, o oceano que separava colonizador e colonizado dava margem a flutuações sociais incomuns para uma estrutura estamental de Antigo Regime. Com a vinda da Corte, essas flutuações não cessaram. Porém, foram marcadas pela nobilitação através da pena do monarca e as concessões de mercês régias.

O Rio de Janeiro foi, durante treze anos, a única capital de um Império europeu fora da Europa em toda a História. A Corte portuguesa trouxe consigo as principais características de seu Império, alterando os costumes locais, até então considerados arcaicos, simples e sem luxo algum. Novos hábitos e padrões culturais foram rapidamente introduzidos e absorvidos pela população, a partir de um novo sistema baseado na estratificação social e na implantação de valores aristocráticos. Cenário que gerou impacto não só para o Brasil, mas também para Portugal, ao instalar residência Real na América portuguesa, entrando para a história não só do Império luso, mas de todas as monarquias. Afinal, foi o único caso em que a Corte de um regime absolutista passou a residir fixamente em uma ex-colônia, fora de seu território original.

Essa mudança de residência alterou profundamente diferentes setores da vida social, incluindo a indumentária, item fundamental no processo de aristocratização da nova metrópole. Neste sentido, novas formas de construção simbólica foram implementadas, dando centralidade à roupa no jogo social de uma monarquia tropical que experimentava estímulos inéditos. Os trajes simplistas de outros tempos cediam lugar a vestimentas luxuosas, carregadas de prestígio e significados que indicavam a posição social de quem as usava. Característica marcante de sociedades

monárquicas absolutistas, o acesso às roupas era controlado e definido pelo soberano. Apesar de existir, no Rio de Janeiro, comerciantes com elevados ganhos financeiros, a preponderância econômica não era sinônimo de autoridade e deferência.

Os uniformes, as fardas e as insígnias reais, principais formas de adorno das aparências para a aristocracia portuguesa, eram reguladas via decretos, leis suntuárias e pragmáticas, afirmando posições privilegiadas e distintas na sociedade. O direito ao uso dessas formas vestimentares era, basicamente, conseguido através das mercês régias, que permitiam a atuação dos agraciados em cargos prestigiosos. Os comerciantes citados acima, principalmente os de grosso-trato, buscavam as mercês, desejando construir uma ponte com a Corte e a aristocracia, adotando seus modos e suas vestimentas. Por isso, principalmente entre 1808 e 1821, observou-se uma dinâmica social que priorizava a tradição e a permanência de costumes absolutistas, pois a elite mercantil fluminense, a parte de seus altos recursos financeiros, optou por penetrar no círculo da nobilitação, marcando a política imperial das primeiras décadas do século XIX.

Por isso, a busca por mercês régias foi tão intensa, pois esse seria o único meio de inserção na aristocracia. A mercê régia era muito mais do que um cargo ou título. Era o acesso a trajes e insígnias reais, próprios da cultura indumentária do Antigo Regime. Desse modo, a aristocracia, a magistratura e a burguesia se amalgamavam e construía uma “fauna áulica” do período joanino. Não por menos, o Brasil foi o único país nas Américas que teve um corpo social de nobres, transformando, pouco a pouco, a elite carioca em Corte. As honrarias e os privilégios concedidos pelo rei sinalizavam o controle relativo à representação dos sujeitos que constituía o teatro social da época. Desse modo, o monopólio de qualificar e hierarquizar a sociedade estava nas mãos da Coroa, que tornava inacessíveis certos elementos distintivos para a população. Nas solenidades reais, festejos e cerimônias religiosas a diferenciação das roupas se tornava mais visível, devido a exibição pública da sociedade, tanto nobilitada quanto plebeia. Momentos como esses, que ditavam a vida social da Corte, reforçavam as hierarquias e revelavam o papel preponderante das vestimentas na constituição dos espaços sociais e suas simbologias.

Os uniformes, fardas e Ordens Militares aproximavam e afastavam os sujeitos, marcando a cultura indumentária do período não pela classe e nem tanto pelos laços de sangue. Mas sim pelo cargo que ocupava na Coroa e aos apadrinhamentos. Por isso, afirma-se que no Brasil vingou uma titularidade meritória e honorífica diferente daquelas tradicionais ao Antigo Regime, marcadas pela hereditariedade.

A monarquia tropical, foi, portanto, singular. Viria a se constituir através da particular valorização da individualidade e o desprestígio da ancestralidade. Essa forma de pensamento estaria mais próxima a uma conjuntura moderna e liberal, aburguesada, onde a ascensão pessoal era qualidade fundamental. Apesar disso, esse pensamento era usado por uma nobreza que se afirmava através de suas particularidades e méritos, oficializados através da concessão de títulos e indumentárias.

De todo modo, a Família Real instituiu uma civilidade das aparências, conferindo ao espaço público, antes renegado e até mesmo inexistente, importância fundamental na identificação das pessoas através das roupas que usavam. Por isso, a cidade do Rio de Janeiro se tornou, após 1808, a própria monarquia absolutista de Portugal, absorvendo seus rituais. Os nobres que vieram com a Corte trouxeram consigo experiências de vida baseadas na percepção de que o mundo só existia a partir de sua hierarquização.

Trajava-se códigos através de materiais, cores e tecidos, fazendo com que a roupa garantisse marcas de poder, principalmente nos inéditos passeios públicos. Em resumo, instaura-se uma mentalidade aristocrática no Rio de Janeiro em pleno século XIX, período em que a historiografia já decretava o fim do Antigo Regime. Como foi visto na primeira parte da tese, em grande parte do oitocentos, o mundo ocidental já havia passado por grandes mudanças e rupturas. Mesmo nas monarquias que ainda tentaram resistir, a organização do mundo social sofrera profundas modificações. As leis suntuárias que regulavam as roupas estavam extintas. Essas monarquias tardias foram obrigadas a conviver com um mundo mais aberto e flexível em relação às formas vestimentares. Ao transpormos o olhar para o caso brasileiro, vemos justamente o contrário. A hierarquização aristocrática da Corte portuguesa ganha novo fôlego, instaurando regras e rituais no Rio de Janeiro. Nesse cenário, as roupas irão reafirmar a monarquia absolutista, representando o arranjo social instaurado pela Coroa.

Concomitantemente, o comércio passa se desenvolver e profissionais ligados à cultura das aparências chegam todos os dias na cidade. Modistas, comerciantes de tecidos, sapateiros, cabelereiros, joalheiros, ourives e costureiras começavam a florear um mercado voltado para as diferentes formas de adorno, tornando-se, em poucas décadas, impossível de controlar.

Essa conjuntura mostra como a cidade viu e viveu o conflito entre o Antigo Regime, seus papéis hierárquicos e as leis suntuárias que controlavam as roupas, ao mesmo tempo que se empreendia uma mentalidade civilizatória e moderna, baseada em ideais individualistas e liberais. Temos, enfim, o Rio de Janeiro como palco da tensão e transição da concepção holista para a concepção individualista de mundo e o desenvolvimento da modernidade. De um lado, o sistema político e social do Antigo Regime e de outro o vislumbre de novas lógicas da sociedade liberal que iria se impor mais evidentemente ao longo das décadas do oitocentos, mais sensivelmente no final do século XIX, quando novos dinamismos, até então inéditos no Rio de Janeiro, passaram a fazer parte da vida social local. Mudanças que irão afetar as hierarquias sociais existentes durante o Império, constituindo noções modernas de tempo e espaço, alterando a percepção da sociedade carioca em relação a bens materiais, estímulos e afeições. Pela primeira vez, um número expressivo de pessoas estaria envolvido em um processo quase dramático de transformação de hábitos e modos de percepção.

A cidade também ganhava novos contornos, com a iluminação elétrica, os bondes e as grandiosas reformulações urbanas, nas quais a Avenida Central virou símbolo da epifania moderna. Empreendia-se obras estruturais objetivando certa garantia de transformação social e cultural da cidade, através de um cenário atraente aos fluxos do capitalismo internacional. Com isso, buscava-se a promoção de uma capital federal saneada, livre de doenças arcaicas e reformulada a partir dos padrões ocidentais de modernidade.

A rua tornava-se, cada vez mais, elemento imprescindível na constituição da cidade. Ali, pessoas caminhavam, observavam e eram observadas. As lojas e as grandes magazines construía um mundo mágico com verdadeiras apresentações artísticas em suas vitrines, envolvendo a multidão da urbe, através de sensações e estímulos enervados.

Este período, conhecido como Belle Époque tropical, marcou as principais aspirações modernizantes e cosmopolitas da cidade. Ao mesmo tempo, indústrias e maquinários avançados iam se instalando, produzindo efeitos imediatos na produção de roupas e na imprensa. Essa última passava a ter recursos visuais arrojados, atraindo um público amplo. Dessa forma, os periódicos ilustrados se tornaram importantes pilares na constituição da mentalidade cosmopolita, ajudando a expandir os limites do privado e do espaço público, sendo um importante vetor na construção e na consolidação de uma cultura urbana, regada a lazeres diurnos e noturnos.

Mais uma vez, a roupa ganha papel de destaque. Agora, ao invés de ser regulamentada por decretos, leis e pragmáticas, ela tomava sua forma moderna, conhecida como moda. Mais do que desejável, era quase imposto que se estivesse atento e informado sobre as últimas novidades. As revistas e jornais de moda ilustrados viravam referências sobre as vestimentas, hábitos e costumes modernos e europeizados para aqueles que viviam na cidade do Rio de Janeiro, que, por sua vez, exercia o papel de metrópole-modelo e cartão de visita do país. Na sociedade carioca do final do século XIX e início do XX, era possível encontrar novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, transportes movidos a petróleo, aviação, indústria fonográfica, cinema, rádio e imprensa ilustrada.

Esses pontos irão intensificar o papel da capital da República, que, finalmente, será uma caixa de ressonância das grandes transformações em marcha no mundo ocidental. O Rio de Janeiro passou a ditar os comportamentos, sistemas de valores, sensibilidades e a moda, que tinha como referência a França, principal fonte de inspiração para o mundo civilizado e bem vestido que as elites locais imaginavam construir.

Os clubes sociais também se tornavam espaços públicos de excelência, ocupando papel de destaque no jogo social carioca. Além dos clubes, também é necessário mencionar o papel dos salões republicanos. Esses ambientes literários, de clima musical e artístico, eram mantidos por profissionais liberais e homens de carreiras burocráticas e empresariais, com negócios localizados na cidade. Os salões da Belle Époque se tornaram locais privilegiados para trocas sociais e contatos tanto pessoais quanto profissionais.



Os principais jornalistas dos periódicos da época não cansavam de destacar a importância cultural das reformas urbanas, e como o afrancesamento da cidade seria um símbolo da reabilitação, não só do Rio, mas de todo o país, e de um futuro civilizado. Nesses periódicos, veiculavam-se os anúncios ilustrados, que passavam a destacar o gosto pessoal dos indivíduos como forma de distinção social. Nos anúncios, observava-se uma preocupação com a criação de uma imagem de novidade para atrair o comprador. Expressões recorrentes como a “última moda” comprovam isso, atribuindo uma conotação positiva com tudo o que é novo e moderno.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa era o campo de experimentação dos escritores, pois era um espaço que permitia a um autor ser lido por muitas pessoas. As tiragens de jornais e revistas eram superiores a dos livros, e a própria imprensa se constituía como principal veículo de comunicação. Esse significativo aumento na produção de impressos também aconteceu em decorrência da industrialização da atividade gráfica, além do aumento da alfabetização, principalmente entre mulheres, principais consumidoras de romances, livros e periódicos.

Ao acompanhar as revistas e jornais de moda ilustrados, era possível saber quem eram os elegantes, familiarizando o leitor e a leitora aos novos tempos, onde danças, cantos, músicas, lojas, teatros, livrarias, cafés, confeitarias e a moda formavam a vida social da República, oficializando a proposta de renovação cultural através da adoção de práticas e costumes afrancesados. Nesse sentido, as estruturas para o sistema da moda florescer estavam postas na República brasileira. O Rio de Janeiro afirmava-se como epicentro da moda do país, divulgando-a, comercializando-a e produzindo-a.

Por isso, as revistas ilustradas que tinham a moda como pauta se expandiram de forma significativa, justamente por contribuírem com a perspectiva de modelar a sociedade a partir de novas mentalidades. De um lado, uma cidade em transformação. Do outro, publicações ilustradas que buscavam transformar simbolicamente, através de signos sociais materializados por meio das roupas, as pessoas que habitavam a cidade, agora sob os preceitos do individualismo e da valorização de um eu-interior, que seria capaz de construir sua própria identidade, gosto e personalidade.

A moderna relação entre sociedade e roupa - agora sob o formato de moda - passou a atuar de forma incisiva no processo de transformação dos hábitos cariocas, sendo as revistas e jornais ilustrados um importante pilar na propagação de informações variadas, incluindo instruções objetivas sobre como vestir e o que consumir. Ali, os modelos de roupas eram descritos por imagens e textos que se complementavam, com informações claras, que carregavam ideias de distinção, modernidade e elegância. Eram verdadeiros conselhos pedagógicos e didáticos.

Enquanto em suas páginas era possível ver os modelos de vestimentas que seguiam as tendências, no comércio era possível comprá-los. Neste sentido, os periódicos tiveram papel de destaque na materialização dos novos tempos no Rio de Janeiro. Técnicas cada vez mais elaboradas estimulavam os recursos visuais, atraindo leitores encantados e curiosos, ao mesmo tempo que encenavam um estilo de vida moderno.

Diferentemente da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, agora a camada dominante urbana assumia gradualmente o padrão burguês de comportamento e representação, aumentando o consumo de periódicos de moda, pois o domínio das regras sociais e das vestimentas certas para cada ocasião acabavam por se tornar um valor distintivo. Anteriormente, as leis suntuárias eram uma espécie de resposta para contenção de uma burguesia incipiente que ameaçava o prestígio aristocrático. Agora, os periódicos de moda parecem servir para o mesmo fim, afastando do jogo social as camadas mais populares, ao proteger a burguesia dominante, que investia constantemente em sua aparência, em seu comportamento e em novas práticas de convívio.

Com isso, vemos nitidamente a passagem do discurso jurídico para o discurso midiático. Os jornais e revistas de moda procuraram instruir o público sobre como se vestir para as mais variadas ocasiões, os tipos de tecidos, os moldes de roupas, onde comprá-los, o que consumir, como se comportar. Tudo isso a partir de modelos estéticos que iam ao encontro da premissa da modernidade, ajudando a criar novos padrões distintivos. Nesses termos, pode-se dizer que as revistas ilustradas exerceram importante papel no processo de formação de uma sociedade fluminense civilizada, trabalhando ao lado de um sistema de consumo de moda que

fixou padrões de bom gosto e sublinhou a importância histórica dos meios de comunicação para a estruturação da sociedade. Dito de outro modo, publicações desse tipo ajudaram a construir um imaginário sobre o que era chic e moderno, por meio do ato de observar e ser observado.

Nessa ótica, pode-se traçar um paralelo entre as revistas ilustradas e o que Norbert Elias (1994) chamou de processo civilizador, uma vez que tais veículos demarcaram transformações caracterizadas por novos padrões de refinamento do gosto, do consumo e de determinados comportamentos sociais, sendo tradutores de novos tempos e novos códigos. As revistas traziam em seus discursos verdadeiras miudezas de detalhes para abordar as roupas, tal qual uma descrição suntuária:

(...) custoso vestido de gorgorão cor de laranja com uma larga cercadura crespa da mesma fazenda na barra da saia, presa esta do lado esquerdo por um laço igual, deixando entrever saia de cetim branco de pregas, ricos brilhantes e duplo fio de pérolas cercado uma fita de veludo. – Vestido de seda azul enfeitado de finíssima renda branca, com trepadeiras de acácias acompanhando as cascades de rendas, iguais flores enfeitando o penteado, adereço de brilhantes. – Vestido de gorgorão verde com folhos de larga renda de Inglaterra suspensos por bouquets de rosas; adereço de brilhantes, corpinho enfeitado das mesmas flores da saia. (Sobre os vestidos usados em baile por Mme. Coimatá e Mme. Lambert *apud* Pinho, 1942, p.295).

Com isso, destaca-se que os jornais e as revistas de moda, desde o seu início, usavam verbos no imperativo para mostrar as roupas que deveriam ser utilizadas em situações e contextos diversos, mesmo com a ideia de uma “liberdade individual” trazida com a modernidade. Ainda assim, o discurso sobre moda, agora na esfera midiática, aparece como uma “escolha”, como uma opção, e não mais como uma obrigação legislada. Por isso, pode-se dizer que o controle do vestir saiu do meio jurídico e entrou no meio midiático, inserido no sistema da moda e do consumo. Com a modernidade, verificou-se, portanto, novas formas de políticas de controle, segregação e cerceamento. Nesse sentido, é bom salientar que a tese trata de um credo ao individualismo, de uma falsa noção de liberdade e escolha irrestritas. Ações coercitivas continuaram existindo, objetivando a adequação da cidade a políticas de cunho higienistas. Porém, no contexto da modernidade, ninguém é preso por usar determinado tecido ou material. E o dinheiro passou a validar socialmente a compra de bens no ideário moderno, que adentrou o século XX, ultrapassando os limites da tese, e se colocando como um desafio para futuras pesquisas.

Por fim, cabe ressaltar que durante quase toda a história da humanidade, em diferentes lugares e em várias sociedades, vimos gerações sucessivas de pessoas convivendo com uma única geração de objetos. Na sociedade moderna, várias gerações de objetos se sucedem em uma única geração de pessoas, expressando enfaticamente a dimensão coletiva e social do consumo e da moda.

## 6. Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALEXIOU, Margaret. *The ritual lament in Greek Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVARADO, Thiago Henrique. *Vestidas e afeitadas para serem virtuosas. As mulheres na Castela dos séculos XIV e XV*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ASSIS, Angelo Adriano Faria Assis. A razão brilha para todos. In: dossiê Renascimento: a longa fabricação do homem moderno, da *Revista de História*, da Biblioteca Nacional. Ano 9. Número 98. 2013.

AZEVEDO, André Nunes de. A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: a modernização da cidade como forma de sedução estética a serviço de um horizonte de integração conservadora sob a égide da civilização. In: NEGREIROS, Carmem In: NEGREIROS, Carmen; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Rio de Janeiro: Labelle; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016.

BALDINI, Massimo. *A invenção da moda. As teorias, os estilistas, a história*. Tradução de Sandra Escobar. Lisboa: Edições 70, 2006.

BALDWIN, Frances. *Sumptuary legislation and personal regulation in England*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1926.

BARNARD, Malcolm. *Moda e comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BARTHES, Roland. Histoire et sociologie du vêtement, em *Annales ESC*, p.430-441. 1957.

\_\_\_\_\_. *Le système de la mode*. Editions Du Seuil: Paris, 1967.

BARTHOLEYNS, Gil. Pour une histoire explicative du vêtement: l'historiographie, le XIIIe siècle social et le XVIe siècle moral. In: SCHORTA, R.; SCHWINGES, R. C.; (Ed.). *Fashion and clothing in late Medieval Europe*. Riggisberg; Basel: Abegg-Stiftung; Schwabe Verlag, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade - o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1862].

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flavio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985, p.30-43

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Bello Sexo: imprensa feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

BICKELEY, Francis. *The Little Red Book of Bristol*. Londres: Sotheran, 1900.

BILAC, Olavo. Crônica. In: DIMAS, Antonio (org.). *Bilac, jornalista: crônicas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Edusp; Unicamp, 2006.

BLUCHE, Frédéric; RIALS, Stéphane; TULARD, Jean. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BLONDEL, Charles. *Introduction à la psychologie collective*. Paris: Armand Collin, 1928.

BOUCHER, François. *História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BULCÃO, Clóvis. Uma Habsburgo nos trópicos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê A outra face de D. Pedro I. Ano 7. N 74. 2011.

BRASIL GERSON. *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15th-18th century: Volume One: The structure of everyday life: The Limits of the possible*. Londres: Collins, 1981.

\_\_\_\_\_. *Capitalism and Material Life 1400-1800*. Tradução de Miriam Kochan. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1973.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURCKHARDT, Jacob Christoph. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução: Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. Tradução de Renato Ambrosio, SP: Editora Senac, 2008.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORBO, William de Almeida. *Histórias de consumo e ilusões sociais: grandes magazines, shopping centers e classes médias*. Tese de doutorado. (Doutorado em Comunicação Social). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 211f. 2018.

CRANE, Diane. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Tradução de Cristina Coimbra. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2013.

CRAWLEY, Ernest. *Dress, drinks and drums*. Londres: Methuen, 1931.

CRUZ FERREIRA, Tania Maria Bessone da. A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Império*. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2011.

DABHOIWALA, Faramaz. *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. Tradução de Rafael Mantovani. São Paulo: Globo, 2013.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DELAPORTE, Yves. *Perspectives méthodologiques et théoriques dans l'étude du vêtement*. Vêtements et Sociétés II. Paris: L'Éthnographie, 1984.

DOS SANTOS, Luiz Gonçalves. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Perspectiva: São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_ ; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva da ideologia moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

\_\_\_\_\_. *For a sociology of India*. Contributions to Indian Sociology, no 1, 1957.

DUNLOP, C. J. *Subsídios para a história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imperial, 2008.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

ECO, Umberto. et al. *Psicologia do vestir*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Editorial Estampa: Lisboa, 1995.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador, vol. 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974 [1845].

ENTWISTLE, Joanne. *El cuerpo y la moda*. Barcelona: Paidós, 2002.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Essays in Social Anthropology*. Londres: Faber and Faber, 1962.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

FEIJÃO, Rosane. *Moda e modernidade na belle époque carioca*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

FORTES, Meyer. Festivais rituais e coesão social no interior da Costa do Ouro. In: CAVALCANTI, Maria Laura (org.). *Ritual e performance: 4 estudos clássicos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLÜGEL, J. C. *A psicologia das roupas*. Tradução de Antonio Ennes Cardoso. São Paulo: Mestre Jou, 1966 [1930].

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo. Design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.



FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_.; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_.; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 [1933].

\_\_\_\_\_. *Modos de homem e modas de mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2015 [1936].

\_\_\_\_\_. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

FREUDENBERGER, Herman. *Fashion, Sumptuary Laws and Business*. Business History Review. ABI/INFORM Global. p. 37-48. 1963.

GAUDEFROY-DEMOMBYNES, J. The Inner Movement of Romanticism. In: THORLBY, Anthony (org.). *The Romantic Movement*. Londres: Longmans, 1966.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. *The Transformations of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

GONÇALVES, Antonio. *Leis extravagantes e repertório das ordenações*. Lisboa, 1569.

GORBERG, Marissa. *Parc Royal: um maganize na modernidade carioca*. Dissertação de mestrado. 148 f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV. Rio de Janeiro. 2013.

GUSFIELD, Joseph. *Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement*. Illinois: University of Illinois Press, 1963.

HACKETT, Francis. *Henrique VIII*. Tradução de Carlos Domingues. São Paulo: Pongetti, 1950.

HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate in 1868*. Londres: Bates, Hendy and Co., s/d.

HALLER, William. *The Leveller Tracts. 1647 – 1653*. Nova York: Columbia University Press e Huntington Library, 1944.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Tradução de Conceição Jardim e Henry Holiday. Lisboa: Presença, 1982.

HESPANHA, António Manuel. Les autres raisons de la politique. L'économie de la grâce. In: SCHAUB, J. (ed.). *Recherche sur l'histoire de l'État dans le monde ibérique (15e. – 20e. siècle)*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1993.

\_\_\_\_\_. A constituição do Império português. Revisão de alguns enfiamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FINKELSTEIN, Louis; MacIVER, R. M. (eds). *Aspects of Human Equality*. Nova York: Harper & Brothers, 1956.

HUIZINGA, Johan. *The Waning of the Middle Ages*. Nova York: Anchor Press, 1954.

HUNT, Alan. *Governance of the Consuming Passions: a History of Sumptuary Law*. Nova York: St. Martin's Press, 1996.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador: UFBA, 1996.

\_\_\_\_\_.; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta – 1500-2000: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

JOÃO DO RIO. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006 [1911].

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1974

KÖNIG, René. *Sociologie de la mode*. Paris: Payot, 1966.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Império*. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2011.

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: INL, 1978.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2008 [1895].

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEITHOLD, T. von; RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1819].

LE MOS, Nathalia Gama. Paulo Fernandes Viana, o intendente-geral de polícia na Corte Joanina (1808-1821). *Cadernos de História: revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto*, ano III, n.2, 2008.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis (uma reflexão em busca de autoestima)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Empire of Fashion: Dressing Modern Democracy*. Tradução de Catherine Porter. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 1994.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini. A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2011.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada do Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARLY, Diana de. *Fashion for Men: An Illustrated History*. Nova York: Holmes & Meier, 1985.

MARROCOS, Luís dos Santos. *Carta 116*, s/d.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MATHIAS, C.L.K. O sistema de concessão de mercê como prática governativa no alvorecer da sociedade mineira setentista: o caso da (re)conquista da praça fluminense em 1711. *Saeculum - Revista de história*, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva Atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coordenação). *A abertura para o mundo. 1889-1930. Volume 3*. Madrid: Fundação Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de dom Pedro II. 1831-1889*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: P.U.F, 1950 [1924].

McCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

McKENDRICK, Neil. The Commercialization of Fashion. In: McKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, J. H. *The Birth of a Consumer Society. The Commercialization of Eighteenth-century England*. Londres: Europe Publications Limited, 1982.

McLUHAN, Marshall. *Understanding Media: The Extensions of Man*. Londres: Mit Press, 1994.

MEYER, Marlyze. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MERRY, Sally. *Getting Justice and Getting Even: Legal Consciousness Among Working-Class Americans*, Chicago: University of Chicago Press, 1990.

MONTAIGNE, Michel de. Of Sumptuary Laws. In: *The Complete Works of Montaigne* (transcrição: D.M. Frame). Londres: Hamish Hamilton, 1958 [1572].

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Os Románov: 1613-1918*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. Nobreza titulada e elites na monarquia portuguesa antes e depois de 1808. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (org.). *1808: a corte no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010.

MUZZARELLI, Maria Giuseppina. *Il guardaroba medievale: vesti e società dal XIII al XVI secolo*. Bolonha: Il Mulino, 1999.

NAZZARI, Muriel. *Disappearance of the Dowry. Women, Families and Social Changes in São Paulo, Brazil, 1600-1900*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEGREIROS, Carmem. Vivência urbana e experiência estética em narrativas da Belle Époque. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Rio de Janeiro: Labelle; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016.

NERY, Laura. Os sentidos do humor: Henrique Fleiuss e as possibilidades de uma sátira bem-comportada. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Império*. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das.; BESSONE, Tânia. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1989.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: Departamento de História PUC-RJ-Finep, 1986.

NEWETT, Margareth. *The sumptuary laws of Venice in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1907.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

NORTH, Gary. *The Puritan Experiment with Sumptuary Legislation*. Publicado no Foundation for Economic Education (FEE). 1974. Disponível em: <https://fee.org/articles/the-puritan-experiment-with-sumptuary-legislation>.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. Paixão pelo poder. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê A outra face de D. Pedro I. Ano 7. N 74. 2011b.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimentel; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA LIMA. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

PAYNE, Blanche. *History of Costume from the Ancient Egyptians to the Twentieth Century*. Nova York: Harper & Row, 1965.

PAZ, Octavio. A tradição da ruptura. In: *Os filhos do barro. Do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PERROT, Philippe. *Les dessus et les dessous de la bourgeoisie – une histoire du vêtement au XIX ème siècle*. Paris: Fayard, 1981.

PEVSNER, Nikolaus. *Pioneiros do desenho moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PIPONNIER, Françoise; MANE, Perrine. *Dress in the Middle Ages*. Yale: Yale University Press, 1997.

POE, Edgar Allan. O homem das multidões. In: *Ficção completa, poesia e ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 [1944].

POPKIN, Jeremy D. Jornais, a nova face da notícia. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa, a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

POSNER, Richard. *The problems of jurisprudence*. Boston: Harvard University Press, 1990.

POST, Robert. *Law and the order of culture*. Berkeley: University of California Press, 1991.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: volume I: Colônia*. São Paulo: LeYa, 2016.

\_\_\_\_\_. *Histórias da gente brasileira: volume II: Império*. São Paulo: LeYa, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Histórias da gente brasileira: volume III: República*. São Paulo: LeYa, 2017.

PROUST, Jacques. *Marges d'une utopie, pour une lecture critique des planches de l'Encyclopédie*, s/1, 1985.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RAMOS, Maria Lucia Bueno. Cultura visual e estilos de vida. As revistas de moda francesas e as estratégias de marketing da alta costura no século XX. *Revista Maracanan*. Vol. 12. N. 14. jan/jun, 2016.

REIS, Rutzkaya Queiroz dos. Machado de Assis: o escritor e o editor na consolidação do mercado editorial. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: LIHED, 2004.

REMAURY, Bruno. (Ed.). *Dictionnaire de la mode au XX e siècle*. Paris: Ed. Du Régard, 1994.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROCHA, Everardo. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

\_\_\_\_\_. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2010.

\_\_\_\_\_.; PEREIRA, Cláudia; AUCAR, Bruna. Os anúncios nas revistas ilustradas: imaginário e valores brasileiros no início do século XX. In: ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia (Orgs.). *Cultura e imaginação publicitária*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Mauad, 2013.

\_\_\_\_\_.; FRID, Marina; CORBO, William. *O paraíso do consumo: Émile Zola, a magia e os grandes magazines*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ROBIN, Netherton; OWEN-CROCKER, Gale R. (Ed). *Medieval Clothing and Textiles, Volume 2*, Woodbridge, Suffolk, UK, and Rochester, NY: The Boydell Press, 2006.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Senac, 2007.

RODRIGUES, J. W. *As fardas do Reino Unido e do Império*. Ministério da Educação e Saúde. Petrópolis: Museu Imperial, 1953.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: L&PM, 2019 [1762].

SACKS, David. Celebrating authority in Bristol, 1475-1640. In: ZIMMERMANN, Susan; WEISSMAN, Ronald (Ed). *Urban Life in the Renaissance*. Newark: University of Delaware Press, 1989.

SAHLINS, Marshall. *Culture and Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura / As apostas na República. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coordenação). *A abertura para o mundo. 1889-1930. Volume 3*. Madrid: Fundação Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada do Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAPIR, Edward. *Anthropologie*. Paris: Editions de Minuit, 1967.

SICILIANO, Tatiana. *O Rio de Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

\_\_\_\_\_.; BON, Olga (orgs). *Croniquetas/ Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2017.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SCOTT, S. P. *The law of the Twelve Tables*. Vol. I. p. 58-65. In: *The civil law (2 vols)*. Nova York: AMS Press, 1973.



SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada do Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZAVEDO, Paulo César; COSTA, Ângela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (org.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. São Paulo: Objetiva, 2011.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coordenação). *A abertura para o mundo. 1889-1930. Volume 3*. Madrid: Fundação Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SENNETT, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada do Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada do Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

SCHULTZ, Kirsten. A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SIMMEL, Georg. *Der Begriff und die Tragödie der Kultur, Philosophische Kultur*. Berlim: Klaus Wagenbach, 1986.

\_\_\_\_\_. *Philosophie des Geldes*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.

\_\_\_\_\_. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 109-117

\_\_\_\_\_. The Metropolis and Mental Life. In: SENNETT, Richard (ed.). *Classic Essays on the Culture of Cities*. Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da Moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

\_\_\_\_\_. *On Individuality and Social Forms*. Tradução de Donald N. Levine. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

SOMBART, Werner. *Luxury and capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1967 [1913]).

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 109-117.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: os romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Tese (doutorado em teoria literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

SLEMIAN, Andréa. Fidelidade, acima de tudo, à monarquia. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê A outra face de D. Pedro I. Ano 7. N 74. 2011.

STEINMETZ, S. R. Mode. In: STUTTGARD, Ferdinand Enke Verlag. *Handwörterbuch der Soziologie*. Soziologisches Institut der Universität Zürich, 1959.

SURIANI, Ana Claudia. Moda e literatura: o caso da revista A Estação. *Revista de Moda, Cultura e Arte (Iara)*, v.2, n.1, São Paulo, 2009.

SVENDSEN, Lars. *Moda. Uma filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TARDE, Gabriel. *Les Lois de l'imitation*. Paris: Éditions du Seuil, 2001 [1890].

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016 [1856].

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. V.2.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. V.5.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. V.7.

VEALE, Elspeth. *The English Fur Trade in the Later Middle Age*. Oxford: Clarendon Press, 1966.

WEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo das instituições*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899].

\_\_\_\_\_. The Economic Theory of Women's Dress. In: MESTROVIC, Stjepan. *Thorstein Veblen on Culture and Society*. London, Sage Publications, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Um agitador cultural na Corte: a trajetória de Paula Brito. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimental; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Thaiana Gomes. *Moda e controle: as vestimentas e adornos nas leis suntuárias em Valladolid na Baixa Idade Média*. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Liguagens) – Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 170. 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

\_\_\_\_\_; O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In:

MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Romeu e Julieta e a Origem do Estado. In: VELHO, Gilberto. *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

VOLPI, Maria Cristina. *Estilo urbano: modos de vestir na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

WADMORE, James. *Account of the worshipful company of skinners of London*. Londres: Blades, East & Blades, 1902.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Londres: University of California Press, 1978 [1920].

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1904].

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Centralização e afirmação da esfera pública no Brasil joanino: o papel da Justiça. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.). *Dimensões do poder em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WILLIAMS, Rosalind. H. *Dream Worlds: Mass Consumption in Late Nineteenth Century France*. Berkeley: University of California Press, 1982.

WILSON, Elizabeth. *Adorned in Dreams: Fashion and Modernity*. Nova Jersey: Rutgers University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. These new components of the spectacle: fashion and post-modernism. In: BOYNE, Roy; RATTANSI, Ali. (orgs). *Postmodernism and Society*. Londres: Macmillan, 1990.

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel. (coord.). *História de Portugal. Antigo Regime, vol. 4*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.